

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

A PERSONALIDADE HISTÓRICA DE CRISPIM MIRA E A
REGENERAÇÃO NACIONAL PELA ÉTICA
GERMÂNICA DO TRABALHO

1880 - 1927

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para obtenção do grau
de Mestre em História.

EDMUNDO VEGINI

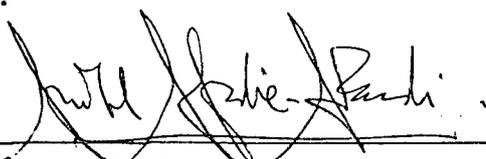
FLORIANÓPOLIS
NOVEMBRO 1984

A PERSONALIDADE HISTÓRICA DE CRISPIM MIRA E A
REGENERAÇÃO NACIONAL PELA ÉTICA
GERMÂNICA DO TRABALHO

1880 - 1927

EDMUNDO VEGINI

Dissertação julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orien-
tador e Membros da Banca Exami-
nadora, composta pelos profs.
Drs.


Aníbal Abadie-Aicardi, Orien-
tador


René H. Gertz


Alberto Oscar Cupani

A Vital Vegini

in memoriam.

Meu pai e primeiro mestre.

A Ida Vegini

minha mãe e exemplo concreto de
trabalho perseverante.

A Eliane Ingrid e Mirella Alessandra

esposa e filha

razão maior do esforço que me senti
impelido a aplicar nesta tarefa,
pelo que lhes furtei de convívio e
mesmo de carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador, Dr. Aníbal Abadie-Aicardi.

Aos irmãos Davi Tarcísio e Valdir.

Às bibliotecárias, Bahia, Leda, Heloisa, Rosilda, Rita e Erika.

À colega Mestranda Laura Nascimento R. de Moraes.

Ao Professor Dr. Walter F. Piazza.

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Joinville.

Ao amigo Walmor Azeredo.

RESUMO

A presente Tese - A PERSONALIDADE HISTÓRICA DE CRISPIM MIRA E A "REGENERAÇÃO NACIONAL" PELA ÉTICA GERMÂNICA DO TRABALHO, procura discutir o significado da obra de um jornalista luso-brasileiro (1880-1927), nascido em Joinville, cidade fundada por imigrantes de origem alemã, onde cresceu e se formou, assimilando os valores sócio-culturais que se desenvolviam naquele ambiente, no seio dos quais imperava uma determinada percepção ética do trabalho.

A partir desta experiência fundamentou a estrutura de todo o seu pensamento, aplicando-se à análise dos problemas do seu tempo, a Primeira República, pela pregação das virtudes da operosidade e do "espírito do trabalho" como fatores da mudança pessoal e social, capazes de transformar a realidade do país em relação aos hábitos do trabalho, promovendo uma conduta voltada para a vida ativa e para atitudes laboriosas e práticas.

Em seu universo conceitual predominou uma perspectiva ético-pedagógica tendente à "regeneração nacional", por meio de modelos éticos do trabalho. Desenvolveu-se uma interpretação moral da vida política como "serviço" em favor do outro e como "dever" de participação cívica e radicou-se uma concepção do homem, da história e da vida, mediada pelo ponto de vista ético do trabalho.

ZUSAMMENFASSUNG

Die vorliegende These - DIE HISTORISCHE PERSOENLICHKEIT VON CRISPIM MIRA UND DIE "NATIONALE REGENERIERUNG" DURCH DIE GERMANISCHE ARBEITSETHIK - versucht die Bedeutung des Werkes dieses portugiesisch-brasilianischen Journalisten (1880 - 1927) zu diskutieren, der in Joinville geboren wurde, einer von deutschen Imigranten gegruehdete Stadt, in der er aufgewachsen ist und sich ausgebildet hat, wobei er ihre sozio-kulturellen Werte aufnahm, die sich in diesem Milieu entwickelten, und in deren Mitte eine bestimmte ethische Arbeitsanschauung herrschte.

Von dieser Erfahrung her begruehdete er die ganze Struktur seiner Denkweise und widmete sich der Problemanalyse seiner Zeit, der ersten Republik, fuer die Verbreitung der Tugenden der Schaffenskraft und des "Arbeitsgeistes" als persoenliche und soziale Aenderungsfaktoren, die bewirken koennen, dass sich die Realitaet des Landes in bezug auf die Arbeitsgewohnheiten transformiert, indem ein zu aktivem Leben als auch zu praxis- und arbeitsbezogenen Einstellungen orientiertes Verhalten gefoerdert wird.

In seinem konzeptuellen Universum dominierte eine ethisch-pedagogische Perspektive, die durch ethische Arbeitsmodelle zur "nationalen Regenerierung" neigte. Eine moralische Interpretation des politischen Lebens als "Dienst" am Naechsten und als "Pflicht" zur Teilnahme als Buerger wurde entwickelt, und eine vom arbeitsethischen Standpunkt gemessene Konzeption des Menschen, der Geschichte und des Lebens wurde etabliert.

APRESENTAÇÃO

Em 1978, frequentando, na FURJ, em JOINVILLE, o curso de especialização que aquela Instituição promovia em convênio com o Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, foi-nos sugerido pelo professor Dr. Walter F. Piazza a idéia de elaborarmos um estudo sobre o jornalista Crispim Mira, como tarefa conclusiva para obtenção do diploma correspondente.

No final daquele ano, pudemos entregar ao Professor uma "dissertação" repleta de lacunas e imperfeições metodológicas, intitulada **Crispim Mira, o Mártir da Imprensa Livre**. Nas 150 páginas de que se compunha o trabalho, traçávamos um panorama geral da vida e da obra deste personagem, sem, entretanto, acrescentarmos nada de original e nem mesmo interpretarmos com criatividade o tema.

Percebemos, contudo, a imensa riqueza que o pensamento deste escritor representava para a História Cultural de Santa Catarina e mesmo do Brasil. Por isso, continuamos nossa pesquisa em busca de novos e mais amplos fundamentos. Em 1979, tivemos a felicidade de encontrar na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado, em Florianópolis, um manancial surpreendente de informações sobre a obra que estudávamos. Nos aplicamos, então, com afinco e meticulosidade, durante três anos consecutivos, a levantamentos quase diários, cobrindo, desta forma, queremos dizer, todas as possibilidades de encontrarmos as fontes principais das suas contribuições e das notícias referentes às atividades que desenvolveu.

Tendo, em 1980, iniciado o Curso de Mestrado em História

acalentamos a idéia de elaborar nossa Tese¹ sobre o mesmo estudo apesar de não termos naquele momento, visualizado ainda uma possibilidade concreta de realizar tal interesse.

Quando, em 1982, recebemos do Professor Dr. Aníbal Abadie Aicardi o apoio e a orientação que nos faltava, pusemo-nos à obra com confiança, embora surgissem, de imediato, os primeiros perçalcos. Tivemos que refazer todo o levantamento dos dados e, desta vez, dentro de técnicas bem elaboradas de fichamento, já que o volumoso material que coletáramos antes, se colocava como impecílio para a análise e a interpretação que necessitávamos fazer.

Em sete meses de intenso trabalho, refizemos todo o levantamento, já que as fontes estavam localizadas, ao mesmo tempo em que nos dedicamos à leitura das obras complementares fundamentais para estruturar as perspectivas teóricas necessárias.

Só em fevereiro de 1983 é que tornou-se possível iniciar o processo de reflexão, do qual brotaram os primeiros ensaios que resultaram, depois de inúmeras retomadas, correções e discussões com o Professor Orientador, num texto base que, aos poucos, tomou corpo, até atingir o nível, ainda imperfeito, que ora propomos à consideração do leitor.

Assim, em março de 1984, concluímos esta primeira etapa, quando tivemos diante dos olhos a redação original completa. Sobre ela nos aplicaríamos nos meses subsequentes, ainda corrigindo, tirando, acrescentando, rediscutindo e redigindo.

Independentemente das falhas que este trabalho possa apresentar e que, sem dúvida, são muitas, parece termos atingido o objetivo prefixado, o qual custou-nos apreensões e temores de vários gêneros. Advertíamos, de fato, a possibilidade de frus

trarmos a esperança de evocação da importância cultural deste jornalista que apenas agora percebemos com clareza, o valor real.

Mira aparece, neste estudo, como um homem que assimilou os pressupostos sócio-culturais do germanismo que impregnavam sua terra natal, Joinville, onde se desenvolvia um dos mais bem sucedidos empreendimentos colonizadores destes país.

O imigrante teuto, com sua laboriosidade, criara um ambiente repleto de incentivos motivadores do trabalho, que despertaram emulação e uma autêntica corrente de imitação fecunda em inúmeros luso-brasileiros que, atraídos pelas esperanças de um futuro melhor, começaram a se dirigir para a sede da colônia.

Entre eles sobressaíram os Gomes de Oliveira, que assimilaram as virtudes da vida ativa e construtiva dos alemães, aliando-as às suas tradições e, a partir do resultado atingido, lançaram as bases de uma tentativa de predominância política oligárquica.

Crispim, porém, foi o herdeiro mais brilhante da estrutura mental e espiritual que estava por trás de todas as manifestações do contexto sócio-cultural teuto-brasileiro. Ele foi contudo, um luso-brasileiro, uma alma repleta de sentimentos e de comportamentos próprios da sua origem étnica, mas que apesar disso, soube desenvolver no seu interior uma verdadeira concepção moral da ação, da atividade, do trabalho, que o impeliu, como uma vocação, a propagar estes valores da laboriosidade incansável, no seio de um país entregue à bajulação, às frivolidades do partidarismo, da politicagem.

Seu pensamento, marcado por uma visão ética do trabalho,

está gravado nos vários livros e folhetos que escreveu, mas, especialmente encontra-se impresso nas centenas de artigos es par sos em jornais como O Jornal do Povo, a Gazeta de Joinville, o Correio de Joinville, A Notícia, todos Jornais da sua terra.

Em Florianópolis redatoriou e dirigiu periódicos como a Gazeta Catharinense, a Folha do Comércio, a Terra Livre, a República e a Folha Nova. Colaborou ainda com o Jornal O Dia e O Estado, além de marcar sua presença na revista Terra, na Revista Acadêmica, na Revista Ilustrada e na Revista Catarinense, esta, de Laguna.

Contudo, não se limitou a atuar e a colaborar apenas com a Imprensa do seu Estado. Ele foi, no verdadeiro sentido, um jornalista "nacional". Escreveu no **Jornal Pequeno** do Recife e, provavelmente, em outros órgãos do Norte e Nordeste e, com as si du ida de, labutou em diversos periódicos da Capital Federal, deixando suas reflexões em jornais como O Brasil, O Imparcial, o Jornal do Comércio a Gazeta de Notícias, o Correio da Manhã, A Rua, A Tribuna e alguns outros mais.

Por isso tudo, Crispim pode ser considerado muito mais do que um virtuoso e vigoroso propagandista regional. Tem seu no me assegurado entre os maiores jornalistas do seu tempo e de sua pátria. Mas, provavelmente, entre todos, é o que pode apresentar a mais admirável originalidade de pensamento.

Para equacionar o seu valor histórico-cultural com maior precisão, é necessário dizer que, apesar das incorreções e falhas notadas em seus escritos, motivadas pelo acúmulo de ser vi ço que lhe exigia o afã jornalístico, responsável que era, como ele mesmo afirmou, pelo atendimento de "todo o ser vi ço desde a primeira à última coluna editorial",* foi

* C. MIRA. *Questões Gramaticais*. República, Florianópolis,

Sócio Correspondente da Academia Matogrossense de Letras, Sócio Correspondente da Academia Mineira de Letras e um dos "imortais" do Centro Catarinense de Letras, do qual, de alguma forma, pode ser considerado um dos fundadores.



"O publicista e o historiador devem assi
nalar, a fim de que a rotina e a postergação
não continuem a pensar que hão de atravessar
os tempos sem o juízo severo da posteridade".

C. MIRA. Terra Catarinense
Florianópolis, Moderna,
1920. p.67.

S U M Á R I O

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Suzammenfassung	v
Apresentação	vi
Retrato de Crispim Mira.....	xi
Introdução	1

PRIMEIRA PARTE

O PENSAMENTO DE CRISPIM MIRA SOBRE O TRABALHO

CAPÍTULO I

JOINVILLE COMO CONTEXTO DE GÊNESE

O contexto	6
A gênese	9
O significado	16
A exceção	18
As inovações técnicas 1 - Agricultura	20
2 - Indústria	23
3 - Comércio	29
As inovações éticas	33
A realidade luso-brasileira	34
A realidade teuto-brasileira	44

CAPÍTULO II

A PERSPECTIVA BIOGRÁFICA E CRÍTICA

A armadilha da recorrência	49
----------------------------------	----

A questão hermenêutica	
1. As origens da atividade	52
2 . O Don Quixote	63
A tradição biográfica apologética	65
A tradição crítica adversa	69
As qualidades do Homem	
1. O destemor	75
2. A combatividade	79
3. A oratória	81
4. A inteligência	88
5. A insubordinação	90
6. O jornalismo escrupuloso	94
7. O altruísmo	100
8. O espírito de vigilância moral	107
A doação de si como forma de vida	116

CAPÍTULO III

ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA DE CRISPIM MIRA

A unidade interna	120
As dimensões da obra	122
1. A dimensão jurídica	126
1.1. Impostos inter-estaduais	132
1.2. Santa Catarina-Paraná. Impostos inter-estaduais	134
1.3. Crimes e Aventuras dos Irmãos Brocato	136
2. A dimensão germanista	138
2.1. Município de Joinville	147
2.2. Para Aprender o Português	150
2.3. O Perigo Alemão	152
2.4. O Deputado Irineu Machado Versus Alemanha	159
2.5. Os Alemães no Brasil	163

3. A dimensão Hercilista	166
3.1. A orientação da Gazeta Catharinense	169
3.2. Agro-Pecuária	172
3.3. Estado de Santa Catarina	175
3.4. A Exposição de cereais	176
3.5. Terra Catarinense I	180
3.6. Terra Catarinense II	183
3.7. A Situação Financeira e Política de Santa Catarina...	187
3.8. Episódios	190
4. A dimensão Regeneracionista	191
4.1. Para Vencer	192
4.2. Acorda Brasil	195
4.3. O Soldado Brasileiro	196
5. A dimensão Republicana	199
5.1. O espírito de concórdia	200
5.2. O acordo	201
5.3. A idéia do acordo	202
5.4. Santa Catarina-Paraná	210
5.5. Confraternização Republicana	211
5.6. Séries Republicanas	215

CAPÍTULO IV

A CONCEPÇÃO ÉTICA DO TRABALHO

O conceito	217
. As formas da representação	219
O trabalho como atividade	222
O trabalho como serviço	231
O trabalho como esforço	239
O trabalho como perseverança	240
O trabalho como dever	246
O trabalho como defesa do bem geral	249
O trabalho com alegria	

SEGUNDA PARTE

A PRESENÇA DA CONCEPÇÃO ÉTICA DO TRABALHO NO
UNIVERSO CONCEITUAL DE CRISPIM MIRA

CAPÍTULO V

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO E A ÉTICA DO TRABALHO

A decepção republicana	1. A educação nacional	260
	2. A educação em Santa Catarina	264
	3. A educação em Joinville	267
O projeto de Crispim Mira		271
Educação e utopia		276
O tipo ético do educador		278
As causas éticas da ineficiência		282
O menosprezo pela função docente		285
A visão conservadora		288
O mito do operário sagrado		290
A renovação pedagógica e a República		293
As marcas do autoritarismo		297
A posição de Crispim e a educação como projeto nacional e crença no futuro		298
A educação como libertação		301
A visão das elites culturais		306
O ponto de vista de Crispim		308
O tipo ético improdutivo		313
Espírito, coração e mão		318
O tipo ético produtivo		319
A educação como fator de mudança interior.....		323
O exemplo pedagógico americano		327
A construção do homem do trabalho		329

O espírito do capitalismo	331
A contradição entre o ideal e o real	334
O mito da cultura <u>física</u>	337
Uma educação para o trabalho	344

CAPÍTULO VI

O PENSAMENTO POLÍTICO E A ÉTICA DO TRABALHO

A política na Primeira República	352
A ação política de Crispim Mira	356
A ética política do exemplo	360
A ética política da participação cívica	364
A ética do bem público	369
A ética da dignidade	376
A justificação ética da violência	387
A ética da utilidade	395
A ética da autoridade I	398
A ética da autoridade II	400
A ética da autoridade III	404
A ética da autoridade IV	409
Conclusões.....	427

I. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E HEMEROGRÁFICAS

Bibliografia de Crispim Mira	430
Bibliografia jornalística diversa, referente ao tema..	441
II. Bibliografia geral.....	457

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho se propõe abordar a pesquisa de um tema regional catarinense, situado no âmbito da história da cultura, a partir da análise de uma figura central, Crispim Mira 1880-1927, cujo pensamento tem um significado altamente ilustrativo, como expressão de um processo de assimilação do conjunto de valores morais introduzidos pela colonização alemã em Joinville.

A bibliografia especializada que trata do tema germânico volta-se, em geral, para as considerações das influências sofridas pelo imigrante ao contato com o meio sócio-cultural luso-brasileiro ou então, procura evidenciar a contribuição que os teutos deram à vida cultural, econômica e social dos Estados sulinos.

Aqui tentaremos debater o problema de um ângulo que, nos parece ser inteiramente novo nesta questão: a colocação em cena de um caso particular, mas, amplamente significativo do fenômeno da aculturação, através da revalorização da obra de um jornalista luso-brasileiro, nascido em Joinville, que, impregnado em profundidade pelas perspectivas culturais do germanismo, legou-nos uma interpretação da Primeira República toda centrada sobre uma concepção de trabalho, de ação perseverante e produtiva, que não encontra similar nas manifestações intelectuais daquele período.

Neste sentido o assunto que pretendemos desenvolver, se constitui numa reevocação da vida e do pensamento de um perso

nagem que permanecera no esquecimento do tempo, mas que, pela originalidade da orientação que imprimiu ao seu raciocínio e pelo valor cultural inegável que encerra, não apenas para a história das idéias em Santa Catarina, estava à espera de uma reflexão paciente e meticulosa que, apesar de não pretender esgotar todas as possibilidades de interpretação, recolocasse à consideração dos estudiosos, dos intérpretes da história sócio-cultural, o manancial de criatividade e de ideais que ele representou.

Engastado na atmosfera ideológica que predominava nos primeiros anos do século e que se prolongou acompanhando a evolução dos fatos, Crispim Mira foi a expressão da convergência de idéias oriundas das mais diversas fontes, desde as acalentadas pelas esperanças de um nacionalismo inquieto, de uma vontade de "regeneração nacional", às insufladas pelos ideais de pragmatismo que trazia do berço, pelo positivismo, pelas correntes etnográficas e mesológicas, pelas idéias do positivismo jurídico, do darwinismo, do spencerismo, enfim, pelas inúmeras tendências do pensamento que atingiam os setores mais cultos do país naquele momento.

Toda esta torrente de influências, porém, encontrou nele uma unidade fundamental, enquanto estava assentada sobre as bases estáveis e dinâmicas de uma determinada concepção de trabalho.

Apesar de ter sido fundamentalmente um jornalista, dedicado, portanto, aos misteres cotidianos e parcelados da informação, Mira soube manter, admiravelmente, durante todo o percurso da sua atividade comprovada, 1901-1927, uma unidade constante em seu pensamento e em sua ação. Do primeiro ao último es

forço para interpretar a realidade do seu tempo, a perspectiva, o prisma de abordagem dos diversos assuntos, permaneceu coerente. Há, de fato, uma concepção da vida, onde predominaram sempre a utilidade e os interesses gerais, sobre as tentativas de aproveitamento pessoal; uma visão do trabalho criativo e construtivo, em oposição à politicagem estéril das oligarquias dominantes; uma valorização constante da produtividade contra a improdutividade; a reafirmação do "homem do trabalho" como representante dos valores operativos da "eficiência social" e o desprezo ao "intelectualismo" e ao "burocratismo" inoperantes. Em outros termos, permaneceu nele constante uma dimensão pedagógica, orientada para a generalização dos impulsos favoráveis ao esforço e ao trabalho.

No interior destes pressupostos éticos, se fundiram todas as vertentes ideológicas que o influenciaram ao longo da existência. Neles sobressaíram uma perspectiva direcionada à "regeneração nacional" pela divulgação da operosidade perseverante de exemplos excelsos de trabalho; um nacionalismo construtivo, fundado nos mesmos princípios; uma percepção mítica do "Brasil do Futuro"; uma visão do homem, centrada no conceito de trabalho e uma concepção da vida política que abrangia a participação cívica e a corresponsabilidade de toda a nação.

O conjunto destas dimensões, amplamente delineadas na obra, esparsa em livros, folhetos e, especialmente, em jornais, está mediado e estruturado sobre uma concepção ética do trabalho que instaura e privilegia as virtudes ativas e construtivas da vida individual e social.

Nossa intenção, portanto, através deste estudo, é desenvolver uma discussão em torno do significado e do alcance des

te conceito ético do trabalho que se coloca como a constante mais estável do pensamento de Crispim Mira.

Para este fim procuraremos demonstrar, em primeiro lugar, a hipótese que, no seu contexto ideológico, o referido conceito encontra sua gênese diretamente atrelada ao meio sócio-cultural que era Joinville; que tanto os biógrafos apologéticos, quanto os críticos adversos, não relevaram, em geral, esta dimensão central do seu pensamento, e que apenas sobre ela se poderá interpretar adequadamente a obra, como um todo; que se trata de um conceito eminentemente ético;

Em segundo lugar, tentaremos mostrar a hipótese que esta concepção ética do trabalho está entranhada no âmago do seu universo conceitual mais amplo, em que se desenvolve uma perspectiva ética de educação e uma concepção ética de política.

Fica, entretanto, claro que, com esta pretensão, não abarcamos na sua totalidade, o horizonte intelectual de Crispim Mira, no qual persiste ainda uma concepção original do homem, da história e da vida, estruturada sobre os mesmos pressupostos éticos do trabalho, da operosidade, da ação constante e perseverante.

1ª P A R T E

O PENSAMENTO DE CRISPIM MIRA SOBRE
O TRABALHO

CAPÍTULO I

JOINVILLE COMO CONTEXTO DE GÊNESE

O CONTEXTO

Tentaremos debater nesta dissertação as várias manifestações do conceito de trabalho que encontramos no pensamento do jornalista Crispim Mira, atuando historicamente como um substrato básico que lhe confere significado e originalidade. Acreditamos que esta concepção tem suas origens diretamente vinculadas ao contexto sócio-cultural teuto-brasileiro, onde Crispim nasceu e onde desenvolveu também suas percepções e experiências mais vitais da infância e juventude.

A nossa hipótese se propõe mostrar a existência de uma relação íntima entre o caráter moral que se observa a cada passo, no decorrer da obra deste autor e o meio do qual brotaram os mais duradouros incentivos que a possibilitaram.

Afirmamos, portanto que, sem esse contexto sócio-cultural de origem, tão profundamente impregnado pelo conjunto dos valores que compõem a estrutura cultural do colono germânico - no seio da qual sobressai uma determinada visão ética do trabalho - teria sido inviável a elaboração deste pensamento singular mas, indelévelmente marcado por esta perspectiva ética, até certo ponto inovadora no âmbito das manifestações culturais da Primeira República.

Neste aspecto, Crispim representou o exemplo mais sur

preendente e significativo da assimilação dos valores culturais germânicos, por parte de um luso-brasileiro. Tornou-se igualmente digna de nota a reflexão que ele fez dos problemas brasileiros, a partir deste prisma ético do trabalho.

Sílvio Romero, como veremos, alentou uma corrente anti-germanista, alarmando a opinião pública sobre o suposto perigo de invasão dos teuto-brasileiros do Sul. Assinalou que os alemães do Brasil eram, no aspecto social, "completamente distintos e independentes dos nacionais, tem outra língua, outra religião, outros costumes, outros hábitos, outras tradições, outros anelos, outros gêneros e sistemas de trabalho, outros ideais".¹

Na verdade, descreveu em rápidas pinceladas, o contraste marcante que se instaurava entre os dois contextos-chave desta nossa discussão: de um lado o teuto-brasileiro, e do outro o luso-brasileiro. Muito mais, porém, do que no aspecto social estas diferenças sensíveis por ele sublinhadas, se localizavam na esfera cultural, de onde provinham as manifestações do pólo social.

Fica, entretanto, estabelecida preliminarmente a hipótese que tentamos aqui desenvolver. O contexto de gênese da concepção ética de Crispim se caracterizava essencialmente pela manifestação de um quadro sócio-cultural "completamente distinto e independente" da tradição cultural luso-brasileira predominante no país.

1. Sílvio ROMERO. *O alemanismo no Sul do Brasil*. In:—. Realidades e ilusões no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979. p.254.

Romero tocou nos pontos básicos que estabeleciam esse contraste cultural entre as duas étnias que agora passavam a coexistir, agindo e reagindo uma sobre a outra: "língua", "re ligião", "costumes", "hábitos", "tradições", "anelos", "siste mas de trabalho" e "ideais", constituíam o acervo das diferen ças fundamentais desta oposição. Elas condensavam todo o universo dos valores sócio-culturais trazidos pelo novo colo nizador, no interior dos quais imperava soberana uma determina da concepção ética do trabalho, da ação produtiva, da operosi dade social e pessoal, que não encontrava analogia na estrutu ra sócio-cultural desenvolvida a partir dos pressupostos lega dos pelo colonizador português.

Jung afirmou que "cada indivíduo se orienta de acordo com os dados que o mundo exterior lhe fornece".² Ora, o mundo, no interior do qual formou-se a estrutura mental de Crispim Mira e do qual provieram os impulsos criadores das bases mo rais e de todos os valores que cimentaram as marcas do seu ca ráter e da sua personalidade, foi o cenário teuto- brasileiro de Joinville, onde predominaram as tradições motivadoras do trabalho, alicerçadas em princípios éticos propícios ao desen volvimento do "espírito do trabalho", do utilitarismo e da tendência para as coisas práticas e construtivas da vida.

É, portanto, lógico, que estes dados, fornecidos pelo meio físico, social e cultural, tivessem a capacidade de impri mir a orientação dos impulsos vitais doadores do sentido à sua existência.

2 C.G. Jung. Tipos psicológicos. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p.389

A GÊNESE

I. Crispim nasceu em Joinville aos treze de setembro de 1880³ onde transcorreram-lhe a infância e a juventude. Seus pais foram Antônio Crispim de Oliveira Mira e Rosa Amália Gomes de Oliveira que enriqueceram seu lar com mais cinco filhas: Rosa Minervina (1877), Ana (1884), Teodósia Maria (1888), Maria Argentina (1890) e Alpaídes (1893).

Desde cedo Crispim manifestou seu gênio insubordinado e ativo. Aos dezoito anos foi obrigado a se afastar temporariamente da cidade, diante da ameaça dos alemães que se revoltaram com seu comportamento leviano. Aos dezenove anos iniciou sua trajetória no jornalismo joinvillense. Mas almejava continuar seus estudos. Em 1901 estava no Rio de Janeiro onde, segundo O Estado, era "Acadêmico de Medicina", ou "Acadêmico de Direito" como afirma Carlos Gomes de Oliveira e, neste período, continuava a escrever em jornais. Enviou para Florianópolis uma série de artigos que foram publicados no Estado sob o título de "Cartas ao Sr. Governador".

Parece que fora enviado ao Rio para fazer "Preparatórios" a fim de ingressar na Academia de Direito. Porém, jamais conseguiu concluí-los. João Mariano dos Santos afirmou que ao invés de se dedicar aos estudos, "enganou os parentes"

Depois Crispim retornou a Joinville onde fundou o Jornal do Povo. Em 1905 redatoriou a Gazeta de Joinville até 1907 quando, sonhando com dias melhores, retornou ao Rio, atraído por promessas que não foram cumpridas. Neste período atuou em vários órgãos da Capital Federal como O Brasil, o Correio da Manhã, onde defendeu os alemães contra as acusações levantadas pelo antigermanismo.

³ Livro-registro de batismo da paróquia São Francisco Xavier de Joinville, 1878-1883. p.97-8, n.22.

Em 1908 assumiu a redação da Gazeta Catharinense, órgão que defendia os interesses políticos de Hercílio Luz, em Florianópolis. Logo tornou-se o centro de acirradas polêmicas por causa dos seus sistemáticos ataques ao governo de Gustavo Richard. Rupp Júnior, redator do jornal oficial O Dia, opos-lhe cerrada resistência. Publicou as mais violentas acusações para deter-lhe o ímpeto da luta.

Em 1909 Crispim deixou a Gazeta Catharinense. Abriu-se então uma nova fase em sua vida: de um lado, com a fundação da Folha do Comércio inaugurou uma atuação cívica de crítica social, distanciada do envolvimento com a vida político-partidária, de outro, apagou sua fama de boêmio. Ainda naquele ano casou-se com D. Olíndina Mendonça e, daí para frente, dedicou-se inteiramente à família que foi enriquecida com a chegada de quatro filhos: Delorme, Paulo, Cláudio e Rosa Amélia.

Com a Folha do Comércio Crispim encontrou seu momento mais construtivo no jornalismo. Em 1912 lançou o alvitre do acordo como idéia diretriz para a solução do problema secular do Contestado. Depois, como Inspetor da Companhia Sul América de Seguros de Vida, viajou, por todo um ano, pelo Norte e Nordeste do país.

Em 1913 retornou e fixou residência no Rio, onde foi nomeado para o invejável cargo de Superintendente Geral da Produção da Sul América. Permaneceu na Capital da República até 1917, dedicando seu tempo à defesa dos colonos alemães. Coube-lhe, outrossim, a incumbência de acompanhar oficialmente os longos debates que conduziram à solução do velho litígio de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Em 1917 retornou a Florianópolis e, por algum tempo,

escreveu no Dia. Em 1918 redatoriou Terra Livre e em 1919 - 1920 atuou no República. A presença de Hercílio Luz no governo do Estado assegurou-lhe a participação em várias missões importantes que projetaram seu nome a nível nacional. Crispim recebeu a incumbência de organizar o mostruário catarinense à Exposição de Cereais do Rio de Janeiro; participou como delegado do 6º Congresso Geográfico de Belo Horizonte onde atingiu a maior consagração de sua vida; participou da Conferência de Limites e defendeu os interesses do seu Estado na disputa de limites com o Rio Grande do Sul.

Ainda em 1919 tentou fundar o Diário da Tarde em Florianópolis mas, faltou-lhe o necessário apoio governamental por causa de desentendimentos com Hercílio Luz. Tirou então, provisão de advogado e se transferiu para Joinville onde labutou na advocacia e no jornalismo até 1926.

Pelas páginas do Correio de Joinville combateu o Juiz da Comarca Ulisses Costa que passara, graças à influência de Hercílio Luz, a exercer a função de chefe político local. A partir de 1923 colaborou ocasionalmente com A Notícia e, em 1924, após a morte de Hercílio, saiu em sua defesa com o libelo A Situação Financeira e Política de Santa Catarina: o secretário do Interior e Justiça, completando assim, o ciclo da sua produtividade.

Em 1926 retornou a Florianópolis, fundando em novembro, a Folha Nova. Em 1927 preparava-se para dar início a uma série de denúncias de corrupção na Administração Pública Federal. Aos 15 de fevereiro publicou um corajoso artigo contra a Companhia Melhoramentos do Porto de Florianópolis. Aos 16 de fevereiro Tito Lopes, engenheiro responsável pela administração da Repartição, através de mensageiros, desafiou

Crispim para um duelo. Mira respondeu que aceitaria, contanto que a arma fosse a pena. Então aos 17 de fevereiro Aécio Lopes, Nico Selva e Sebastião Coelho invadiram a redação da Folha Nova e, depois de travarem violenta luta corporal, dispararam um tiro que atingiu-lhe a boca. Enquanto isso, a poucos metros de distância Pio Pereira esperava no automóvel que possibilitaria a fuga dos agressores. Crispim morreu aos 5 de março no Hospital de Caridade

II. Seus progenitores, como tantos outros luso-brasileiros, afluíram das regiões circumvisinhas para a sede da então Colônia Dona Francisca formada, a partir de 1851, por imigrantes de origem germânica e que em poucos anos se tornara pólo de atração como exemplo de progresso e trabalho.

"Foi das planícies do Parati⁴, afirmou com orgulho dos seus, povoadas por gente muito operosa e cavalheresca, que saíram os primeiros brasileiros para a antiga Colônia Dona Francisca, então povoada apenas por alemães".⁵ Enumerou entre estes pioneiros João Gomes de Oliveira, seu avô materno, João Eugênio Moreira, Crispim Antônio de Oliveira Mira, Francisco Machado da Luz e outros que "competiram brilhantemente com os colonos mais adiantados e os ultrapassaram".⁶

As cercanias da Colônia, por ocasião da sua implantação, já eram habitadas. Aubé afirmou que o litoral estava "todo invadido legítima ou ilegitimamente, assim como as margens dos rios navegáveis, de um e de outro lado".⁷

Desde 1826, segundo Ficker, o Coronel Antônio João Vieira instalara uma fazenda com muitos escravos na região do Bucareim e do Itaum. Sabe-se que João Cidral, Luís, Vicente e Francisco Dias do Rosário mantinham domínios ao Norte da Colônia:

4 Hoje Município de Araquari.

5 C. MIRA. Terra Catarinense. Florianópolis, Moderna, 1920. p.125.

6 Loc. cit.

7 Apud C. FICKER. História de Joinville. Joinville, 1965. p.21.

Ana Afonso Moreira, João Cordeiro, Januário de Oliveira Cercal, se localizavam nas imediações do Cubatão e do Rio São Francisco.

Na região mais próxima, no Morro da Boa Vista e no Iririú, situavam-se Firmiano da Silva e, mais tarde, Antônio Budal. Mais para o Sul, se encontravam Salvador Gomes, Afonso Miranda, Antônio da Veiga, João da Veiga, Manoel Gomes, Francisco da Maia e o coronel Francisco de Oliveira Camacho.

Em 1880 era já significativo o número de famílias lusobrasileiras, que se haviam transferido para Joinville, como podemos observar na relação do sorteio para o jurado, em que se mesclaram nomes das duas etnias básicas: Jürgensen, Richlin, Dias do Rosário, de Miranda, Alves Correia, Krum, de Oliveira, Voss, Souza Bacelar, Burkhardt, Dberfell, Becker, Lasperg, Vila Real, Oliveira Borges, Koerner, Maximiano, Maul, Priewe, da Costa, da Silveira, Costa Pereira, Engelke, Baumer, Bueno Franco, Klatt, da Luz, Dias Vieira, Reusing, de Souza Lobo, Ficher, Pereira, Teixeira de Freitas, de Oliveira, Ebert, Mayer, Pereira, Walther, Torres, Munhões, Jordan, Schmidt, Ribeiro, Correa Maio, da Rocha Coutinho, Kohn, Boehm.⁸

Em 1881, encontramos nomes luso brasileiros na administração pública, compondo a Câmara de Vereadores: Vitorino de Souza Bacelar, Henrique Walther, Henrique Lepper, Frederico Langue, F. Rogner, Francisco Machado da Luz, Antônio Sinke, Frederico Jordan, Crispim Antônio de Oliveira Mira.⁹

8. EDITAL. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 12 dez. 1880. p.4, c.1.

9. W. PIAZZA. *A imprensa joinvillense no Império. Separata Anuário Catarinense.*

Já em 1877, as relações entre teutos e lusos se desenvolveram ao ponto de tornar oportuna a publicação de uma Folha em língua portuguesa. Na Colônia surgiu então a primeira **Gazeta de Joinville** que, em seu número de prova, referindo-se ao período em que circulava apenas o **Kolonie Zeitung**, jornal em língua alemã, afirmou que "naquela época, constituíamos um pequeno mundo a parte (...) quase sem nenhum contato com os nacionais estabelecidos ao nosso lado. (...) Hoje estas antigas circunstâncias mudaram. (...) Aumentaram as relações com os compatriotas autóctones"¹⁰

O contato tornara-se altamente benéfico, ponderou Crispim. Muitos destes brasileiros souberam assimilar as qualidades da "perseverança", do "método" e da "disciplina" no trabalho, demonstrando surpreendentes resultados. Havia, no vale do Cubatão, ao começar o povoamento da Colônia, um certo número de lavradores nacionais, cujas pequenas propriedades se estendiam até à foz do rio, na enseada do Gibraltar. Próximo à Estrada da Ilha, um dos locais mais ricos do município, formou-se um compacto núcleo de alemães. "Não obstante a perseverança, disciplina e inabalável amor ao trabalho, que os fazia e faz prosperar, (...) não ficaram os nacionais reduzidos à dolorosa posição de escravos"¹¹, como temia o antigermanista Alcido Guanabara.

Pelo contrário, o contato gerou um processo de emulação, que os fez reagir. "Avançaram para o interior do núcleo, e progrediram como o estrangeiro em rápida aprendizagem dos seus processos de trabalho".¹²

10. GAZETA de Joinville, Joinville, 25 set. 1877.

11. C. MIRA. O colono nos eleva. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 6 maio 1909. p.1, c.1.

12. *Loc. cit.*

O mesmo fenômeno ocorreu em outros pontos da região. Na Estrada Dona Francisca, por exemplo, local predominantemente alemão, "eram brasileiros, os dois lavradores mais ricos",¹³ apesar de estarem isolados no meio dos colonos germânicos.

Sem dúvida foram estes, os Gomes de Oliveira que, dentre todos, brilharam na capacidade de assimilação destas virtudes.

Afirmou Crispim que do convívio "souberam tirar inestimáveis proveitos e hoje, mais do que outrora, é acentuadamente proeminente a posição em Joinville, dos descendentes dessas duas famílias".¹⁴

Da atividade agrícola inicial, passaram para a atividade comercial e industrial, dedicando-se ao beneficiamento e à exportação da erva mate. Tornaram-se nos anos que intermediaram a passagem do século, o grupo econômico mais poderoso da Região Norte do Estado de Santa Catarina e a oligarquia que deteve a hegemonia política local até à proximidade dos anos vinte.

Mas, foi Crispim Mira o herdeiro mais aquinhoado de todo esse processo de aculturação e foi também, de alguma forma, o único que perpetuou integralmente a transformação que se operava no seu espírito luso-brasileiro. Consagrou-se como o símbolo dos valores éticos do trabalho, chegando mesmo a superar os teuto-brasileiros, por haver, mais do que eles, desenvolvido uma consciência clara destas qualidades e a necessidade urgente de generalizá-la para toda a nação, a fim de regenerar o Brasil.

13. *Ibidem*, p.1, c.2.

14. *Loc. cit.*

O SIGNIFICADO

Warren Dean, analisando a realidade brasileira da República Velha, disse que os imigrantes "trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil".¹⁵ Nosso meio sócio-cultural se caracterizava por uma relativa inoperância e até impotência perante as exigências empresariais do mundo moderno.

Oberacker, observou que, por causa da pressão econômica, mantida durante séculos, "estavam extintas as tendências empreendedoras nas populações brasileiras e eram inexistentes quaisquer modernos conhecimentos técnicos".¹⁶ Faz sentido, portanto, diante disso, a afirmação de Warren quando explicou que "a importação desse acúmulo de capital humano, constitui um golpe mais valioso do que as reservas de ouro ou mesmo do que a maquinária".¹⁷

Era também o que pensava Crispim. "A riqueza da terra, argumentou, por muito que represente, a pouco ficará reduzida, se lhe falta a atuação do homem".¹⁸ Não se referiu, porém, a um simples estar ali, imóvel, estéril. Mira procurou insinuar uma presença atuante e transformadora do elemento humano como a própria fonte de valoração das coisas.

15. W. DEAN. *A indústria durante a República Velha*. In: FAUSTO Boris. *História geral da civilização brasileira*. (...) *Estrutura de poder e economia. 1889-1930* (...) t.3, v.1, cap.2, p.252.

16. C.H. OBERACHER. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1968. p.228.

17. W. DEAN, *Loc. cit.*

18. C. MIRA. *Terra Catarinense*, p.89.

Quando, por exemplo, procurou explicar o significado do desenvolvimento de Joinville, o representou como um progresso global, de toda a população, independentemente do nível social dos indivíduos. Estabeleceu então, um contraste vivo com o fenômeno observado nas outras cidades brasileiras, onde a evolução estava gerando privilegiados e vítimas. É que concebera o progresso da sua terra como o resultado da "atuação do homem";

como uma conquista global que devia ser atribuída "a ordem, ao método, à perseverança dos alemães, na fecundidade gloriosa do solo brasileiro".¹⁹

É digna de nota a característica desta reflexão: Crispim não se deteve na análise das "habilidades manuais e técnicas", embora imprescindíveis para o progresso humano. Dirigiu suas considerações com especificidade para as "tendências", quer dizer, não se fixou na superfície do "ser". Mergulhou, porém, nas profundezas do espírito para ali encontrar as fontes de onde promanava a motivação que determinava o agir do homem.

Não observou o colono alemão pelo prisma do "ter" e do "fazer" meramente externos, mas, o admirou pela ótica do "ser". Foi, de fato, a "regeneração" do homem que ele intentou promover com o exemplo concreto do trabalho. Foi o impulso interior para a ação, para a operosidade consciente, que constituiu a essência do seu projeto de vida e da sua vocação jornalística.

Foi exatamente neste aspecto que o ambiente sócio-cultural teuto-brasileiro de Joinville se tornou necessário para a estruturação da concepção moral que permeou o seu pensamento, enquanto era do interior deste contexto que brotavam os valo

19. (C. MIRA). *Uma cidade maravilhosa. Gazeta Catharinense*, Florianópolis, 5 jul. 1909. p.1, c.2.

res que faziam do teuto-brasileiro o modelo ético do "homem do trabalho", como tipo ético do ser, como homem que trazia impresso na alma o ímpeto para a ação, a vontade para o agir, o amor para com o trabalho, e não como simples tipo ético do fazer.

A "ordem", o "método" e a "perseverança" que ele decantou nos alemães, eram qualidades do espírito que se originavam num centro motivador mais profundo do que as meras "habilidades manuais e técnicas", que podiam se manifestar na periferia.

Foi precisamente isto que Crispim encontrou em Joinville : um clima, uma atmosfera moral, propícios ao desenvolvimento e ã generalização de uma concepção ética particular, impulso pa ra uma conduta social e individual tendente ao privilegiamento prático dos valores relativos ao universo do trabalho e da operosidade.

Neste sentido, não foi o aspecto físico mas, as "habilidades" espirituais, que ele procurou exaltar na sua cidade natal. Joinville, na obra do Crispim Mira, resplandeceu e reduziu, mas, sempre sob o prisma ético do trabalho.

A EXCEÇÃO

Na verdade, Joinville representou, embora não seja o único exemplo disponível, uma verdadeira exceção, no contexto das cidades brasileiras. Em primeiro lugar, por não ter surgido e se desenvolvido dentro da regra geral com que se procura interpretar o ciclo vital do quadro urbano do país. Em outras palavras, não foi envolvida na tela dos compromissos e das interdependências da "dinâmica do sistema agro-exportador". Por isso, de uma forma bastante expressiva, tornou-se mais resistente ã

dominação do coronelismo predominante nas outras regiões tipicamente luso-brasileiras.

Em segundo lugar, podemos considerá-la também uma exceção, porque soube equilibrar, em consequência do seu desenvolvimento político peculiar e da estrutura de poder que nela se estabeleceu, "agrarismo" e "industrialismo". Convém observar que Willems não percebeu com clareza o real significado da fundação da Comuna, em Joinville, quando a descreveu como uma consequência das dificuldades em entender o mecanismo partidário brasileiro.²⁰

Era uma cidade diferente dentro do país e as duas esferas econômicas puderam coexistir e progredir harmoniosamente, independentemente do antagonismo reinante entre estes pólos durante o primeiro período republicano, nas regiões onde vigorava o sistema do monopólio agro-exportador. É que os alemães introduziram, nas regiões onde se fixaram, um padrão econômico que haveria de influir decisivamente sobre a cultura do Brasil Meridional: "a pequena propriedade agrícola, trabalhada exclusivamente pelos componentes da família".²¹

Ficaram, assim, prejudicadas as condições ideais para o aparecimento do latifúndio monoprodutor, fato que se tornou relevante em suas consequências políticas imediatas, agindo igualmente no sentido de criar uma mentalidade aberta para todo o universo das possibilidades empresariais no campo da economia.

Além disso, a inexistência da escravidão nas áreas coloniais foi outro fator impeditivo do surgimento da monocultura destinada à exportação. Gerou, em contrapartida, o

20. F. WILLEMS. *Aculturação dos alemães no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1980. p.336.

21. *Ibidem*, p.243.

surgimento de um padrão de trabalho intra-familiar, que envolvia todos os membros disponíveis, distribuindo-os entre as várias atividades abertas pelo sistema da policultura, envolvendo, além do mais, com intensidade, o trabalho infantil.²²

Por outro lado, como observou Oberacker, as colônias alemães tornaram-se, se bem que em proporções modestas, "centros de uma incipiente indústria e de artesanato".²³ Por esta razão passaram a representar para as regiões vizinhas luso-brasileiras, o exemplo concreto do trabalho, estimulando-as à imitação em todos os campos da atividade humana.

AS INOVAÇÕES TÉCNICAS

I - AGRICULTURA

Os colonos alemães introduziram, juntamente com o sistema da pequena propriedade, uma série de inovações técnicas que, por um lado, corroboraram suas convicções morais em relação ao trabalho e, por outro, se tornaram fatores inconfundíveis do êxito alcançado na agricultura, na indústria e mesmo no comércio.

Foi notória a capacidade demonstrada por eles em todas as atividades em que aplicaram seu esforço e perseverança. Gilberto Freire, afirmou que a presença alemã deu à população e à cultura brasileira, valores e estilos de comportamentos que acrescentaram "um vigor, uma dinâmica, um afã progressivo que o colonizador ibérico (...) não trouxe para o Brasil".²⁴

Wagemann, pôs em evidência, como uma das características mais apreciáveis deste colono, a sua capacidade em ultrapassar,

22. *Idem*, p.343

23. C.H. OBERACKER, *op. cit.* p.229

24. *Apud idem*, p.13.

no seu trabalho, a média necessária para suprir as próprias necessidades vitais. Disse ele que "até o colono mais relaxado (...) ainda é mais assíduo e trabalhador, do que a média da população rural nativa".²⁵ Willems, acrescentou que eles conservaram e mesmo aumentaram esta capacidade de trabalho,²⁶ o que já tinha sido notado também por Avé-Lallemant que percebera nas gerações teuto-brasileiras mais jovens "uma auto-consciência mais pronunciada do que na Alemanha".²⁷

Transplantaram estas virtudes operativas, bem como os conhecimentos técnicos que possuíam, para as várias atividades a que vieram se dedicar. Na agricultura introduziram inovações "até então quase desconhecidas".²⁸ Aplicaram-se por exemplo, ao plantio de muitas culturas novas e deram especial atenção à horticultura, à pomicultura, à avicultura e mesmo à pecuária.

Manuel Duarte descreveu com detalhes, no seu surpreendente relato de viagem pelo **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro, as condições da colonização alemã em Santa Catarina. Falou na casa do colono, rodeada pela horta e "afogada em verduras", enriquecida pelo "cercado dos suínos", pela "mangedoura dos cavalos e das vacas" e sombreada por "árvores frutíferas". Afirmou que em todas as casas do interior podia ser encontrado "quintal povoado de criação", "vaca leiteira", "forno para cozer o pão" e "pomar".²⁹

25 Apud E. WILLEMS, *op. cit.* p.244.

26 *Loc. cit.*

27 *Ibidem*, p.245.

28 C.H. OBERACKER, *op. cit.* p.227.

29 M. DUARTE. *Os alemães em Santa Catarina. Nota de um excursionista. O Dia, Florianópolis, 2 jun. 1917.*
p.1, c.2.

Mira pintou o cenário com cores ainda mais vivas. Cada imigrante, disse ele, está instalado numa confortável casa de tijolos, erguida em meio de árvores frutíferas e mesmo trata dos jardins, não lhe faltando nunca a boa carroça, cavalos, algum gado vacum e suino, além da grande quantidade de aves que lhe povoam e alegam o quintal".³⁰

Mais tarde, em *Os Alemães no Brasil*, falou na casa "rasgada de janelas envidraçadas" que tinha ao lado "o estábulo", o "celeiro", o "depósito das lenhas", a "cocheira", a "máquina de cortar capim", a "fila dos chiqueiros", os "ranchos dos aparelhos agrários".³¹

Oberacker atribuiu-lhes a introdução do arado, da grade, da carroça de quatro rodas, como também de novidades técnicas, como a agricultura planejada e racional, a aclimação de espécies e a importação de implementos agrícolas.³²

Heráclito Ribeiro, referindo-se à Joinville, disse que os colonos "aram com desvelo os terrenos; tratam com carinho da cultura; empregam cuidados com a criação",³³ o que evidencia as inovações técnicas introduzidas na agricultura da região. Crispim observou, por outro lado que, apesar desta não ser "muito notável", era, pelo contrário, "muito aperfeiçoada". "Excepcionalmente, afirmou, encontrar-se-á um colono que não disponha de aparelhos agrários para seu trabalho",³⁴ ou mesmo que

30. C. MIRA. *Prodígios da imigração*. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 jan. 1913. p.1, c.2.

31. C. MIRA. *Os Alemães no Brasil*, p.12

32. C.H. OBERACKER, *Loc. cit.*

33. H. RIBEIRO. *Memória sobre o Município de Joinville*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina Florianópolis, 7(2):abr./jun.1918. p.243.

34. C. MIRA. *Prodígios da Imigração*. *Loc. cit.*

siga a "velha rotina das derrubadas, aceiros e queimadas".³⁵

Estas descrições nos dão a imagem viva da abundância, do bem-estar, da felicidade que o trabalho incansável e cotidiano produzia. E esta atmosfera de fartura que podia ser advertida em toda parte, não se restringia apenas aos centros urbaniza dos, mas, continuava sendo a mesma quando se penetrava pelo interior do município.³⁶

Crispim nos deu um exemplo sensível desta felicidade e bem-estar, proporcionados pelo trabalho e pelas inovações téc nicas utilizadas pelo colonizador: a imagem da mesa farta. "A abundância das mesas é um assombro, exclamou entusiasmado. "Ba tatas fumegantes, repolhos, rabanetes, ervilhas, vagem, ovos, galinhas, carne, manteiga fresca, pães de meio metro, mel de abelha, café com leite, um dilúvio de coisas saborosas".³⁷ Re presentavam, obviamente, o resultado concreto da vinculação dos conhecimentos técnicos ao trabalho constante e que, como tal, não chegavam, geralmente, à mesa do brasileiro nativo.

Eram também um símbolo da fartura material, mas, eram igual mente um sinal da abastança cultural e a expressão concreta das vivências morais e dos valores éticos mais profundos que, na realidade, eram os impulsos motivadores da ação e a garan tia da perpetuidade e da esperança no trabalho.

II - INDÚSTRIA

Os colonos alemães, por outro lado, trouxeram para o Bra

35. C. MIRA. Município de Joinville, Joinville, Schwartz, 1907. p.26.

36. C. MIRA. Prodígios da imigração. op. cit. p.1, c.1.

37. C. MIRA. Os Alemães no Brasil. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1916. p.12.

sil, habilidades profissionais nos mais variados ramos da técnica. Willems, referindo-se à primeira leva de imigrantes que chegou à recém fundada Colônia Dona Francisca, em 1851, pôs em relevo a estrutura profissional. Afirmou que era portadora de conhecimentos em trinta e nove ramos do saber.³⁸ Compunha um grupo no qual se encontravam trabalhadores especializados e artífices, formando um amplo leque de atividades, o que demonstra bem o desenvolvimento profissional da região de origem, no século XIX.

Destacou ainda duas características essenciais nesta estrutura profissional: de um lado o alto grau de "diferenciação" e de outro, a "mudança". À medida em que a industrialização avançava, exigia maior grau de especialização profissional, desencadeando paralelamente, um acelerado processo de mudança no interior da sociedade. A proletarização se tornara uma ameaça inevitável, para expressivo contingente destes artífices e pequenos comerciantes.

Assim, para muitos deles, a migração representou uma fuga para a liberdade. Por causa destas circunstâncias,

os colonos que se dirigiram para Joinville, eram possuidores de conhecimentos e habilidades técnicas que propiciaram o desenvolvimento das iniciativas industriais. Os impulsos nesta direção, de fato, começaram a aparecer desde os primeiros momentos da nova Colônia.

Já em 1884, trinta e três anos, portanto, após a fundação, O Globo, descreveu a cidade como "esse mimoso jardim Sul-americano, onde a vida industrial existe já em boa escala, onde também a inteligência sente amor pelos incentivos e para as

38. E. WILLEMS, *op. cit.* p.234.

conquistas do progresso"³⁹

Referiu-se, portanto, à existência de um clima favorável às manifestações da mudança e do progresso, testemunhou que se havia desenvolvido, desde os primórdios, um "espírito empresarial" acentuado, responsável pela incipiente "vida industrial", que já podia ser notada pela cidade inteira.

Em 1907, Crispim descreveu sua terra natal, como uma cidade dinâmica, infatigável, cheia de vida e de "fábricas por toda parte".⁴⁰ A indústria, afirmou nesta ocasião, "é considerável, surpreendente para uma cidade cuja existência apenas data de alguns anos".⁴¹ Mas, não se limitou a analtecer os aspectos quantitativos deste fenômeno singular. Celebrou, além do mais, a alta qualidade dos produtos ali fabricados.

Pode-se mesmo estabelecer uma simetria entre o sistema da pequena propriedade, introduzido na agricultura e a origem artesanal e familiar que caracterizou os primeiros impulsos da atividade industrial que fez de Joinville uma cidade peculiar no concerto do progresso que estava se operando em algumas cidades do país.

Mira insistiu na tese de que, no tocante ao seu desenvolvimento, Joinville "não se parece em nada com as cidades brasileiras que mais têm progredido".⁴² Observou que, enquanto as outras, à medida que o progresso ia se acentuando, cobriam-se de um certo "caráter aristocrático" e geravam, "com a seleção das classes sociais, o distanciamento entre os que trabalham ,

39 *O Globo*. O Globo, Joinville, 9 mar. 1884. p.1, c.1.

40 C. MIRA. Município de Joinville, p.4.

41 *Ibidem*, p.22.

42 (C.MIRA). *Uma cidade maravilhosa*, op.cit.p.1, c.1.

os que padecem e os que vivem unicamente para gozar". Joinville, segundo ele, progredia "de baixo para cima, do pequeno para o grande e, na harmonia de um desenvolvimento que se (manifestava) pelo bem estar de todos os seus habitantes".⁴³

Pretendeu configurar uma sociedade equilibrada, fundada mais nos princípios da fraternidade do que na realidade avassaladora dos apetites capitalistas. É óbvio, portanto que, na ânsia de celebrar as grandezas de um modelo cujos valores possibilitaram criar um exemplo dinâmico de trabalho e de progresso, no seio de uma República dominada pelo burocratismo e pela politicagem, alimentasse as esperanças do mito.

É certo, porém, que se deixou, às vezes, iludir por uma percepção romântica da realidade social da sua terra. Porque o fenômeno que observava em Joinville e do qual colhia apenas as manifestações exteriores, correspondia ao desdobramento do mesmo capitalismo expoliador, que já presenciara em outras partes do país.

A interpretação do progresso que desabrochava numa intensa "vida industrial", através da exageração mítica da origem familiar e artesanal, é que lhe inspirava, de alguma forma esta falaciosa atmosfera de paz, de harmonia e de fraternidade. Na verdade o processo de acumulação capitalista que presidiu o verdadeiro desenvolvimento do sistema industrial de Joinville, tão orgulhosamente decantado por ele, seguira

caminhos de exploração, de exploração e de opressão, semelhantes aos das outras partes, sem prejuízo da forma peculiar com que despertara o espírito empresarial da cidade.

43. *Loc. cit.*

Não lhe passara totalmente despercebida esta realidade. Em vários textos, de fato, aludiu à existência de sinais claros desta percepção.

Assinalou, por exemplo, as excepcionais condições da cidade para o desenvolvimento industrial, que além dos grandes recursos técnicos e humanos de que dispunha, era beneficiada ainda "pela barateza do serviço operário".⁴⁴

A *Folha do Comércio*, em 1914, se referiu à evasão de "operários e criadas alemães" que, em procura de "melhores ordenados", se retiravam para Santos, São Paulo e Rio, deixando suas vagas para as "moças brasileiras" que vinham de Itajaí e de outros pontos do Estado "e que trabalhavam por preço insignificante".⁴⁵

A *Gazeta de Joinville* em 1907, denunciou que, em quanto os operários da Estrada de Ferro, subordinados à Administração Federal, recebiam de três a quatro mil réis diários de salário, os trabalhadores da indústria ervateira, "em vivo contraste", ganhavam apenas de dois mil a dois mil e oitocentos réis.⁴⁶ E isto sem contar que, como descreveu Crispim, dentro dos engenhos se formava uma densa nuvem de pó que se depositava por toda parte e se embebia "pelas narinas, pelos olhos, pelas cabeças dos trabalhadores, dando-lhes um aspecto hediondamente verde".⁴⁷

"Demasiado trabalho(...) com mesquinha remuneração"⁴⁸ era

44 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.25.

45 JOINVILLE. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 17 jan. 1914. p.2, c.3.

46 GAZETA de Joinville, Joinville, 29 jun, 1907.p.2,c.1.

47 C. MIRA. *Terra Catarinense*, p.110.

48 PELO operariado. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 14 set. 1907. p.1, c.1.

a característica da exploração operária em Joinville. A Gazeta tentava conclamar os operários à união para protestar contra as onze horas diárias de trabalho nas fábricas e nas oficinas, em troca de uma "miserável diária (...) um atentado contra todos os princípios de direito, de higiene e de liberdade".⁴⁹ No começo do século o trabalho iniciava às seis horas da manhã e terminava às seis horas da tarde, com apenas uma hora para o almoço.

E este regime resistiu ao tempo, até que foi adotado, após 1930, o sistema das oito horas. Ainda em 1916, Manuel Duarte dizia que os "três mil operários", empregados nas cento e quinze indústrias de Joinville, trabalhavam das seis às seis, com duas horas de folga ao meio dia, único instante em que a cidade se enchia de movimento. Desde às seis horas "até às 11, afirmou, não há ninguém pelas ruas". Então, de repente, a vida renasce, "e o bulício da população é extraordinário até 1 hora, quando de novo recomeça o trabalho até às 6 horas da tarde".⁵⁰

Bastaria, sem dúvida, recordar a grande greve de 1917, coordenada por Carlos e Plácido Gomes, para testemunhar as reais condições da vida operária em Joinville. Como atestou o próprio Crispim, dois fatores promoveram grandemente o desenvolvimento industrial da região: "o espírito de operosidade da população e a modicidade do trabalho operário".⁵¹ Portanto, de um lado os valores sócio-culturais trazidos pela colonização germânica, no interior dos quais se configurava uma concepção

49. *Loc. cit.*

50. M. DUARTE. *Os alemães em Santa Catarina (...)* O Dia, Florianópolis, 31 maio 1917. p.3, c.1.

51. C. MIRA. Terra Catarinense, p.199.

ética do trabalho e, do outro, o sistema de opressão e de exploração capitalista.

Esta nota coloca em cheque a observação superficial de Manuel Duarte, (bem como todo o mito que se prolongou no tempo, sendo perceptível até hoje em Joinville, nas convicções do senso comum e, infelizmente, em pretensas interpretações históricas), segundo a qual taxativamente, as indústrias de Joinville e de Blumenau "surgiram do nada, de pequenas manufaturas caseiras que o esforço, a tenacidade e a inteligência dos seus iniciadores desenvolveram e transformaram nos prósperos estabelimentos que são hoje".⁵² Não podemos negar que algumas dentre elas tenham de fato, se desenvolvido a partir de "pequenas manufaturas caseiras". Sem generalizar, porém, porque insinuar uma continuidade entre esta presumível origem familiar e artesanal e a transformação posterior,

é incorrer nas malhas da contradição.

Não passa de uma "idéia utópica".

"Pretender a evidência da filiação entre o artesanato e a indústria é recorrer a um postulado".⁵³ A realidade, segundo nos consta, foi totalmente outra.

III - COMÉRCIO

Há íntimas relações de causa e efeito, entre o tipo de comércio que prosperou nas colônias alemães e os primórdios do desenvolvimento industrial. Não podemos aceitar, pois uma interpretação que nos induz a ver na industrialização atual destas cidades o simples resultado de um processo natural que

52. M. DUARTE. *Loc. cit.*

53. Giralda SEYFERFH. A colonização alemã no vale do Ita jaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. p.124.

partiu das habilidades artesanais e que prosperou, em seguida, tão somente graças ao trabalho familiar, perseverante e inteli gente do imigrante.

Por outra parte, não podemos ignorar o fato histórico que está na base da formação do espírito empresarial que se observa neste meio sócio-cultural. Mas, aceitar pura e simplesmente a explicação que nos foi transmitida nesta "fórmula" é perpe tuar a ideologia da "inocência original" da indústria de Joinville ou de Blumenau, quando, na verdade, cumpre-nos buscar explicações mais abrangentes que nos dêem conta das fontes de onde proveio o capital primitivo que as possibilitou. As ofici nas "de fundo de quintal", apesar do trabalho familiar e das habilidades técnicas que envolviam, sem o afluxo de capital, ou teriam permanecido até nossos dias como tais ou, na hipótese mais provável, teriam desaparecido por inanição, apesar de todo o esforço e perseverança no trabalho.

Em outras palavras, não podemos aceitar a idéia ingênu a de que as indústrias "surgiram do nada" ou que representaram basicamente um mero desenvolvimento de atividades de "fundo de quintal".

Necessariamente o ca minho que poderia conduzir da pequena oficina artesanal e fami liar ao estabelecimento do tipo industrial, passa por um pro cesso inicial de acumulação de capital.

Foi imprescindível, portanto, que se desenvolvessem meca nismos de acumulação prévia sobre a pequena produção local e regional e que estes, aos poucos, se transformassem num siste ma automático de poupança até que os recursos acumulados permi tissem as inversões necessárias ao surgimento da indústria.

Ora, o mecanismo que se transformou no instrumento deste processo, foi a "venda". A "venda", como expressão característica do comércio colonial, tornou-se a instância privilegiada da captação das rendas da população, jogando um papel preponderante na estrutura de acumulação capitalista: o crédito e o comércio que ela envolvia, foram os instrumentos que possibilitaram a concentração sistemática das economias dos colonos e o controle sobre a produção e o mercado.⁵⁴

Mira falou também no hábito das "eternas contas correntes",⁵⁵ como um costume muito comum em Joinville e nas outras localidades de colonização alemã. Afirmou que as "rendas" dos colonos, não eram guardadas em casa, mas sim, "colocadas sempre em boas casas comerciais (...) sem que um só vintém vá para a caixa econômica".⁵⁶

As "boas casas comerciais", funcionavam como verdadeiros bancos onde o colono depositava suas economias, pagando para que seu dinheiro fosse custodiado.⁵⁷ Essas "rendas" permaneciam nas "casas comerciais" sem ônus para o comerciante que usufruía além do mais, do capital assim acumulado para suas necessidades particulares de expansão, para empréstimos aos próprios

54 G. SEYFERTH, *op. cit.* p.129.

55 C. MIRA. *Os alemães no Brasil*, p.19.

56 C. MIRA. *Prodígios da imigração*. *loc. cit.*

57 Um exemplo ilustrativo deste fenômeno é o representado pela "Casa" Stein, de Joinville, que, a partir desta estrutura de confiabilidade moral do crédito, chegou a atingir o status de verdadeira Instituição Bancária.

colonos sob cobrança de juros e como arma de controle sobre o mercado consumidor e mesmo sobre o colono depositante.

Era, dentro das suas proporções, um grande e rendoso negócio que permitiu as inversões necessárias ao desenvolvimento industrial propriamente dito. A indústria, de fato, "só poderia se manter a partir da exploração da mão-de-obra ao máximo, pagando um mínimo e pela própria continuidade do processo de comércio, através da venda".⁵⁸

Foi este um dos canais de ingresso dos recursos primitivos fundamentais aos impulsos da expansão industrial. A "venda" firmou-se como instrumento de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, fonte de controle para a perpetuação do seu fluxo. O proprietário da fábrica, na qualidade de ser também comerciante, desenvolvia uma verdadeira corrente de dependência, de tal modo que, o próprio operário do seu estabelecimento industrial era induzido a gastar seus poucos salários na "venda" do patrão, enquanto a clientela ficava atrelada ao sistema das "contas correntes" e, portanto, aos interesses da empresa. "Os colonos se comprometiam com os vendedores, acrescentou Seyferth, e ficavam sujeitos às suas decisões".⁵⁹

Em síntese, fechava-se o controle sobre a produção, o mercado e a mão-de-obra, além de proporcionar as vantagens oriundas da intermediação de todo o processo de comercialização, desde a compra e exportação dos produtos coloniais, até à importação e distribuição dos suprimentos necessários à região.

Esse sistema, logicamente, repousava sobre as bases bem definidas da confiabilidade moral do crédito. Como tal exigia um comportamento ético adequado, como garantia do funcionamento das regras do jogo tácitamente estabelecidas pelo costume.

58. G. SEYFERTH, *loc. cit.*

59. *Ibidem*, p.111.

E isto só era possível porque, como ~~assegurou Crispim~~ "cada indivíduo, naqueles prodigiosos centros de trabalho, encarna o tipo de honradez".⁶⁰

O sistema das "contas correntes" que proporcionou as condições prévias da acumulação do capital primitivo, através da concentração das "rendas" pelas "casas comerciais", repousava sobre os princípios da ética do capitalismo que impunha as condições da "honradez", para a aceitabilidade do crédito.

AS INOVAÇÕES ÉTICAS

Quando Sílvio Romero, como já dissemos, apontou distinções fundamentais entre os "alemães e os nacionais", enumerando neste rol, "língua", "religião", "costumes", "hábitos", "tradições", "anelos", "sistemas de trabalho" e "ideais", além de estar demarcando os limites do contraste entre os dois contextos sócio-culturais, estava ao mesmo tempo, descrevendo o universo espiritual que conferia o significado e o alcance aos impulsos vitais manifestados por eles.

A marca mais característica que ficou realçada nesta anotação, era constituída pelos valores da cultura espiritual. Eram as qualidades internas que forneciam a tônica às exteriorizações da cultura material. A oposição, portanto, que se instaurou entre o contexto sócio-cultural teuto-brasileiro e seu correspondente luso-brasileiro, não se localizava primeiramente na esfera das realizações materiais, mas sim, de maneira clara, nos valores da alma, nos sentimentos, nas aspirações, no projeto de vida. O contraste residia nas concepções divergentes do mundo, que estavam em jogo, nas maneiras inconciliáveis de encarar a realidade da existência, na postu

60. C. MIRA. Os alemães no Brasil, p.14.

ra moral diante do problema da responsabilidade pessoal, da co participação social, da liberdade e, de um modo todo caracte rístico, nos ideais de praticidade, nas tendências utilitaris tas é na concepção ética do trabalho.

Podemos mesmo afirmar que os alemães trouxeram para o Bra sil, muito mais do que meras inovações técnicas, como as habi lidades artesanais, industriais e comerciais. Introduziram um contingente humano e, com ele, verdadeiras "inovações éticas"; representadas na sua estrutura cultural como marcas indelêveis da sua identidade.

As inovações éticas que eles nos legaram estavam cunhadas no conjunto dos valores que alicerçavam as concepções ilustra tivas do trabalho e nos princípios que alimentavam a conduta social e a percepção da corresponsabilidade pessoal.

As inovações éticas trazidas ao Brasil, despertaram os anseios de liberdade e autodeterminação fundados no trabalho fonte da regeneração social e uma tendência para o progresso que jamais esteve tão marcadamente presente no substrato cultu ral do legado português.

A REALIDADE LUSO-BRASILEIRA

Mesmo para uma indagação despretenciosa como esta, sobre o significado da herança cultural luso-brasileira, o legado português de uma parte, se revela como uma estrutura riquíssima em tradições, manifestações e valores teóricos e práticos de tipo religioso, ético, jurídico, estético, sócio-político que caracterizam a criatividade e a originalidade das expressões **vivenci** **ais**

da alma brasileira, de outra, contudo, se apresenta como um quadro relativamente debilitado em suas reservas e tendências para com a vida prática, para com as virtudes que compõem o acervo da operosidade.

Os observadores que se detiveram na descrição dos caracteres gerais do luso-brasileiro concordaram em apontar as qualidades morais que lhes eram peculiares. Crispim, enalteceu a "perspicácia", a "delicadeza dos sentimentos afetivos e intelectuais", a "prática da caridade", a "virtude do perdão", a "elegância e a sobriedade".⁶¹

O Arcipreste Paiva, em 1873, relatando sobre a Província de Santa Catarina, dizia que seus habitantes eram "afáveis, hospitaleiros e religiosos; sinceros e delicados no trato social; bravos e resignados nas vicissitudes, pacíficos e respeitadores da autoridade pública, porém, zelosos dos seus direitos".⁶²

Graça Aranha, indicou a "imaginação", como o "traço característico coletivo" do povo brasileiro, conceituando-a como "estado de magia em que a realidade se esvai e se transforma em imagem".⁶³

James Bryce também percebera esta particularidade nos homens mais representativos do nosso saber. Apontou-lhes a tendência a se deixarem mistificar "por frases e parecerem preferir palavras a fatos (...). A exuberante imaginação, afirmou, toma as suas esperanças ou predições como realidades e acham nas nuvens da fantasia, uma base para edificar políticas práticas".⁶⁴ Mesmo notando neles uma viva susceptibilidade

61. C. MIRA. *Município de Joinville*, p.13-4.

62. A.J.G. PAIVA. *Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro, Tipografia de Regeneração, 1873.p.34.*

63. W. MARTINS. *História da inteligência brasileira. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 1978. v.6, p.232.*

64. *Ibidem*, v.6, p.6.

para as idéias, comparável à dos "franceses e russos," reⁱⁿcrimi^{nou}-lhes a incapacidade prática para contribu^írem com as con^{qu}istas da ciência, em seus diversos ramos.

Clayton S. Cooper, afirmou que, por natureza e por educa^{ção} os brasileiros são "excelentes oradores, cultuados debate^{do}res de idéias, teóricos e idealistas (...), mas que recebe^{ram} como herança dos seus progenitores, a idéia de que 'aristo^{cracia}' não quer dizer trabalho".⁶⁵

Estas características marcam os primeiros contornos nítidos do contraste teuto-luso: o preconceito para com o trabalho que faz com que, este, seja concebido na esfera psico-social do "status", em detrimento da sua realidade prática, como mera fonte de produtividade e de utilidade.

Quem conhece nossas colônias, recordava Crispim, "sabe que todos os serviços mais grosseiros são irrazoavelmente repeli^{dos} pelo nacional".⁶⁶ Golovnin Vassili já assinalara em 1808 que, apesar da relativa fartura de cavalos na Ilha de Santa Catarina, estes eram utilizados "mais para equitação do que (...), para o trabalho".⁶⁷

Von Langsdorff, admirou-se de que as pessoas mais abastadas usavam unhas compridas no polegar como "sendo um adorno". E acrescentou, "isso parece ser um sinal de opulência, pois, desta forma, mostram que fazem pouco ou não precisam fazer nenhum trabalho manual".⁶⁸

65. Apud *ibidem*, v.6, p.97.

66 (C.MIRA). *O colono nos eleva*, loc. cit.

67 Apud *Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, Assembleia Legislativa, 1979. cap.2, p.216.

68 Apud *ibidem*, p.179.

Embora estas apreciações representem generalizações fundadas em observações parciais e estejam, além do mais, normalmente impregnadas de formas de preconceito, não podendo, assim, ser aceitas como a expressão de uma realidade efetiva, as acolhemos como meras indicadores de valores mais ou menos difundidos e que aparecem como contraste diante da decantada operosidade do teuto-brasileiro.

Assim, podemos dizer que havia se desenvolvido uma certa tendência à hierarquização entre as várias modalidades de trabalho, umas que nobilitavam, outras que desdouravam o prestígio social. José Veríssimo dizia, exagerando, porém, o tema que descrevia, ser "o desprezo pelo trabalho um dos aspectos mais patentes do caráter brasileiro".⁶⁹

O próprio Crispim mostrou que mesmo quando este menoscaso inexistia e se tornava então possível encontrar um exemplo de luso-brasileiro dedicado "ao trabalho fatigante de sol a sol", este o fazia "atabalhoadamente, sem horas de repouso e indiferente à chuva".⁷⁰ Ainda neste caso, se tratava, de algum modo, de um ser pouco racional na produção, porque carecia da noção do método, do equilíbrio e da medida das coisas.

E foi precisamente isto que Duperrey percebeu no Desterro, em 1822, no tocante à exploração das florestas. Os trabalhos realizados "com pouco discernimento", disse, deixou vastas áreas a descoberto. E sublinhou ainda a falta total de critério e de racionalização no trabalho quando observou que os "cimos dos morros" estavam "arrazados".⁷¹

69J. VERÍSSIMO. A Educação Nacional. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906. p.58.

70. C. MIRA. Município de Joinville, p.26

71. Apud, A Ilha de Santa Catarina. Relatos (...), p.277

Romero, diante do panorama cultural brasileiro, de certa forma, procurou isentar de culpa ao colonizador português que, segundo seu parecer, possuía "uma cultura adiantada". As causas da degenerescência, afirmou, devem ser atribuídas "à índole do caboclo refratário à cultura e à imperícia do Governo da Metrôpole",⁷² o que não escondia seus pensamentos de fundo racista e mesmo seu distanciamento da realidade social brasileira.

A verdade, todavia, é que Portugal, com seu comércio monopolista, impediu que prosperasse no Brasil o espírito de iniciativa. Observou o próprio Duperrey "que o Governo português não tem em nada negligenciado para manter os brasileiros nos limites estreitos das necessidades naturais".⁷³ Langsdorff, apontou para a estrutura governamental opressiva, "cuja inteligência, assinalou, consiste em não esclarecer os súbditos" para que estes não se revoltem, afastando de si o "pesado jugo".⁷⁴

Portugal proibia todas as atividades de artesanato e de indústria para preservar o mercado lucrativo e sem concorrentes que mantinha no Brasil. A Carta Régia de 1785, vetava a organização de estabelecimentos manufatureiros e determinava o desmantelamento dos que já existiam.⁷⁵

Apesar das tentativas de desenvolver a Colônia os portugueses asfixiaram a vida econômica do país. O mercado externo era monopólio da Metrôpole; o mercado interno era dominado pelos reinóis; o próprio sistema de divisão e distribuição das

72. S. ROMERO. *História da literatura brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953. p.279.

73. Apud, *Ilha de Santa Catarina* (...) p.279

74. Apud *ibidem*, p.198.

75. C.H. OBERACKER, *op. cit.* p.223.

terras, iniciado com as Capitânicas Hereditárias e as concessões de Sesmarias, impedira à maioria do povo o acesso à propriedade fundiária e gerara uma estrutura agrária injusta e ineficiente em termos de produtividade, fez crescer uma população sem devotamento ou esperanças no trabalho, embora dotada de intenso brio. La Perouse percebeu que os habitantes do Brasil não passavam de "meros expectadores" das riquezas que não lhes traziam o menor proveito.⁷⁶

Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, se afirmou que, em 1618, apesar da terra abundante, "havia carestia das coisas de maior necessidade, por negligência e pouca indústria dos moradores".⁷⁷ "Só cultivam o indispensável, relembra Odilon Matos, e desde que a subsistência da família esteja assegurada "a alegria manifesta-se naquelas redondezas".⁷⁸ Esta perspectiva se coloca como um contraste vivo em relação às concepções aceitas e vividas pelo colono germânico, para o qual o trabalho apenas se constituía fonte da alegria e da felicidade.

Almeida Coelho atribuiu, em 1877, o desaparecimento dos tão decantados laranjais que faziam da Ilha de Santa Catarina o paraíso dos navegadores dos Mares do Sul, à mesma "negligência e desmazelo"⁷⁹ de que falavam *Os Diálogos* em relação à mentalidade dos que tinham "por tempo perdido" o que se gastava "em plantar uma árvore" que houvesse de lhes dar frutos "em dois ou três anos, por lhes parecer muita demora".⁸⁰

76 Apud, *A Ilha de Santa Catarina. Relatos (...)*, p.122.

77 J. VERÍSSIMO. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Brasília, UNB, 1963. p.24.

78 O. MATOS. Movimento colonizador em Santa Catarina. *Notícia Bibliográfica e Histórica, Capinas*, 9(80) mar./abr. 1977. p.104.

79 M. de A. COELHO. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. 2.ed. Desterro, Tipografia JJ.Lopes, 1877. p.100.

80. J. VERÍSSIMO, *op. cit.* p.23.

As gerações luso-brasileiras apenas usufruíram do trabalho realizado pelos primeiros grupos de colonizadores, até que, por um processo natural de esgotamento, o espécime desapareceu da Ilha. Como disse o mesmo Almeida Coelho, "quanto há de árvores frutíferas é velho e plantado, não por nossos pais, mas, por nossos avós; quando ainda moços".⁸¹

O legado português trouxe, dentro de si, uma certa prevenção contra o trabalho, no mesmo instante em que hierarquizou as atividades, privilegiando umas em detrimento das outras, acentuando mais a fruição do adquirido com o trabalho do que os valores éticos da laboriosidade. Desta maneira, colocou o "status social" na razão inversa do "espírito do trabalho" e o conceito de "aristocracia" distanciado das noções de esforço, perseverança e produtividade.

Cerceado nos seus impulsos vitais de liberdade, criatividade e laboriosidade, expoliado nos seus direitos à terra, à instrução, à participação cívica, condenado às endemias, à miséria e ao fatalismo, o homem luso-brasileiro tornou-se impotente diante dos desafios do século, pela falta de iniciativa, de vontade e de aspirações. Se deixou ficar, como seu protótipo o "Jeca Tatu", assistindo 'de côcoras' "o desfilar dramático da nossa história".⁸²

Veríssimo, não ponderando toda a abrangência da realidade que descrevia, assegurou que nos documentos do primeiro e mesmo no segundo século, não há referência ou alusão a "qualquer forma de atividade mental (...) a existência de um livro, de

81. M. de A. COELHO, *loc. cit.*

82. W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.15.

um estudioso (...).⁸³ É certo que Portugal se manteve, em geral, distanciado das preocupações relativas ao desenvolvimento mental do povo e, preocupado mais em assegurar o seu predomínio, impôs rígido controle sobre o teor das pu blicações que para cá remetia.

De outra parte, no que se refere a Santa Catarina, luta va-se contra todo tipo de precariedade, até mesmo dos meios mais indispensáveis para o trabalho e para enfrentar as agru ras da floresta.⁸⁴ Langsdorff, por exemplo, observou que as ferramentas, instrumentos mecânicos e aparelhos do serviço de caça e do campo eram "imperfeitos e de má qualidade".⁸⁵

A população, por causa de inúmeras contingências, vivia em estado de carência.⁸⁶ Eram escassos mesmo os artigos mais imediatamente necessários e que poderiam "ser manufaturados aqui em grande quantidade", tais como sabão, alcatrão e ou tros.⁸⁷

Krusenstern atribuiu este estado de coisas à responsabili dade do sistema monopolista da Metrôpole que ao mesmo tempo em que impedia a exportação, desestimulava a produção e relegava o comércio à "mais miserável das condições" quando, "com um mínimo de espírito empreendedor, não importando quão pequeno fosse o capital inicial"⁸⁸, o êxito estaria garantido, caso houvesse liberdade de comércio.

Inúmeros observadores se detiveram ainda em apontar carac

83 J. VERÍSSIMO, *op. cit.* p.21.

84 G. SHELVOCKE. *Apud Ilha de Santa Catarina(...)* cap.6, p.46.

85 *Apud Ibidem*, p.189.

86 A.F. FRÉZIER, *Apud ibidem*, p.20.

87 A.J. Von Krusenstern, *apud ibidem*, p.151.

88 *Loc. cit.*

terísticas morais, testemunhas da ausência deste impulso para o trabalho constante e perseverante. Alguns falaram na "indolência" como fonte geradora de "pobreza", de falta de criatividade e de técnica.⁸⁹

Outros colocaram em relevo um acervo de belas qualidades, mas, descreveram a população como "gente supersticiosa, preguiçosa e pobre".⁹⁰ Houve quem falasse na "conhecida preguiça e negligência brasileira",⁹¹ como a responsável pelo atraso que podia ser visto por toda parte.

Pernitty percebeu a "grande ociosidade" em que viviam homens e mulheres, que preferiam deixar a cargo dos escravos "o pouco trabalho" que se fazia na região⁹², preferindo ficar "num singular estado de inércia".⁹³

Semple Lisle observou que tão grande era a preguiça dos habitantes de Santa Catarina, "que muito pouco ou nada é feito por eles".⁹⁴

Não significa, porém, que, com estas anotações, estivessem interpretando com justeza a realidade global que pretendiam explicar. Há sempre um ponto de vista, um prisma, um ângulo, quando não preconceitos e parcialidades no julgamento feito pelos homens. Como afirma Raymond Aron "a apreciação do superior e do inferior, em matéria de realizações humanas, nunca chega a atingir a certeza das proposições científicas".⁹⁵

Mas, não precisaríamos buscar tão longe a opinião de observadores estrangeiros para chegarmos a uma síntese mais ampla, embora parcial, sobre as características do homem luso-bra

89 J. MAWE. Apud *ibidem*, p.207.

90 V. GOLOVNIN. Apud *ibidem*, p.217.

91 C.F.G. SEIDLER. Apud *ibidem*, p.320.

92 Apud *ibidem*, p.89.

93 *Ibidem*, p.92

94 *Loc. cit.*

95 Raymond ARON. Paz e guerra entre as nações. Brasília, UNB, 1979. p.558.

sileiro, no que tange a esfera da ação. Sílvio Romero, por exemplo, dizia que "o povo brasileiro, considerado em geral como tipo sociológico é apático, sem iniciativa, desanimado, propenso a esperar a iniciativa do poder, para imitar tudo".⁹⁶

Atribuiu estas características, baseando-se evidentemente em teorias pseudo-científicas e nas condições presumivelmente adversas do clima e do meio físico, que provocavam aquilo que ele chamou de "desarranjos epáticos" e outras influências na "fisiologia".⁹⁷ Assim, a falta de energia e a inércia típicas do brasileiro, teriam causas extra culturais o que, de certa forma, isentaria de responsabilidade o colonizador lusitano.

A verdade porém, é que, interpretações fundadas em semelhantes pressupostos, serviram também para a propaganda estrangeira contrária, ou como lastro teórico para descrições desairosas como as de Ubaldo Moriconi no seu **Nel Paese dei Macchi**, em 1897, onde afirmou que "L'ambiente brasiliano è viziato sotto ogni rapporto; malsano é il clima, immonde le case del popolo, corrotte le abitudini, l'educazione e la disciplina morale".⁹⁸

Parece-nos, contudo, ser possível, em base ao significado dos relatos e descrições analisados acima, concluir que a formação do substrato sócio-cultural luso-brasileiro obedeceu à influência de determinantes sociais, políticos, econômicos e jurídicos de certo modo, impeditivos do surgimento de uma concepção favorável aos valores práticos que conformam o "espírito do trabalho" como um hábito, como uma vocação.

⁹⁶ S. ROMERO, *op. cit.* p.166.

⁹⁷ *Ibidem*, p.313-14.

⁹⁸ *Apud*, W. MARTINS, *op. cit.* v.5, p.18.

A REALIDADE TEUTO-BRASILEIRA

É óbvio que deste contexto não poderiam surgir, como por encanto, as linhas mestras do pensamento de Crispim Mira. A estrutura da sua concepção ética do trabalho, que iremos estudar, deve provir, portanto, de outra fonte mais complexa, geradora de impulsos culturais mais favoráveis à ação e à produtividade, que pressupomos ser o contexto colonial teuto-brasileiro de Joinville.

Foi, de fato, ali que Crispim conviveu com os valores básicos da vida ativa e operativa que impregnavam o ambiente físico, social e moral da sua terra. E queremos mesmo crer que não teria sido, quiçá, viável uma assimilação tão profunda desta escala de valores que ele professou na vida e na obra, fora de uma situação tipicamente germânica como aquela da qual fazia parte.

Não quer dizer, todavia, como pensavam Curvelo de Mendonça e S. Brazil, que ele se tenha convertido literalmente num teuto-brasileiro. Não. Mira só adquire significado se o compreendermos como um autêntico luso-brasileiro, com todo o acervo das virtudes e dos defeitos da sua ascendência cultural, mas que, apesar disso, pelo processo de aculturação, superou a herança recebida, naqueles aspectos lacunosos que ela continha, transformando-se na expressão mais elaborada e viva do tipo ético "regenerado", possível apenas através do contato fecundo com esta nova cultura que trazia dentro de si aquelas motivações para o trabalho, inexistentes no legado tradicional.

Foi ali que se forjaram suas convicções, seu caráter, sua visão do mundo e a fé inabalável nas possibilidades concretas de "regeneração" do homem. No contexto sócio-cultural teuto-

brasileiro de Joinville, o ambiente estava impregnado por incentivos à ação, por sinais sensíveis que, constantemente, no lar ou fora dele, provocavam o despertar da alma para o sentido da vida operosa e produtiva e para os benefícios que só o trabalho perseverante podia proporcionar.

Havia, de um lado, ensinamentos morais que apontavam para uma existência honrada, imersa no esforço e no labor. Havia, de outro, exemplos concretos da atividade constante e criativa que conduzia ao bem-estar e à felicidade.

Eram comuns nos lares, por exemplo, como recorda Manuel Duarte, os "quadros de parede" e os "pannaux"⁹⁹ em que se podiam ler dísticos de exaltação aos valores culturais germânicos e cuja função era claramente formativa, enquanto procuravam perpetuar as tradições morais da comunidade.

Mira também falou nestes costumes, na **Terra Catarinense**. Disse que era "clássica a tradição dos quadros e pannaux, com legendas em letras a cores, contendo exortações, conselhos ou advertências".¹⁰⁰ Transcreveu algumas destas frases que testemunham as convicções e a fé daquelas populações: "Deus está nesta casa"; "O amigo de Deus vive alegre",¹⁰¹ etc.

No hotel Krelling, de Corupã, próximo a Joinville, segundo depoimento de Rolando Schrauth, podia se ler, num destes "pannaux", afixado à moldura de um porta-toalhas, que servia de ornamento na cozinha, uma legenda incisiva de exortação ao trabalho: "Arbeit macht das leben süß. Faulheit sterkt die glieder".¹⁰² A historiógrafa Joinvillense Ely Herkenhoff, gen

99 M. DUARTE, *op. cit.* p.1, c.1.

100 C. MIRA. Terra Catarinense, p.70.

101 *loc. cit.*

102 "O trabalho torna a vida doce. A preguiça fortalece os membros".

tilmente ditou-nos, entre outras, uma frase que dizia: "Berguesse froh den morgen, der mühe und arbeit gibt, es ist so schoen zu sorgen, fuer menschen die man liebt".¹⁰³

Ora, este pequeno detalhe, dentre inúmeros outros, típico da tradição familiar teuto-brasileira, demonstra com evidência a preocupação que se tinha em manter vivo e atuante o "espírito do trabalho" que fazia parte da estrutura cultural germânica. Tem ele uma perspectiva acentuadamente pedagógica, como, por outro lado, de forma idêntica, o tinha o próprio ambiente social e físico.

Duarte, impressionado com a calma reinante na cidade "deserta", nas primeiras horas da manhã, perguntou: "ainda dorme o povo"? Não, lhe respondeu Heráclito Ribeiro, "Trabalha".¹⁰⁴ Parece que tudo em Joinville, a vida familiar, a vida social, o próprio ambiente enfim, servia de estímulo constante para uma existência produtiva e operosa. Havia, afirmou Crispim, incentivo para "o aproveitamento de todas as forças e a realidade de de um progresso incessante".¹⁰⁵

Os que, de alguma forma se detiveram em analisar ou em comentar Joinville nestes anos áureos de formação e de sedimentação, foram unânimes em descrevê-la como uma cidade de trabalho, habitada por uma população surpreendentemente operosa e criativa, empenhada em fazer da ação perseverante e metódica, a própria razão do seu existir.

Duarte a descreveu como verdadeira "escola de operosidade, de ordem, de respeito à lei".¹⁰⁶ Heráclito a viu como um

103 "Sauda alegremente a manhã que traz trabalho o esforço. É tão belo cuidar de pessoas que se ama".

104 M. DUARTE, *op. cit.* p.3, c.2.

105 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.8.

106 M. DUARTE. *op. cit.* p.1, c.2.

templo onde se cultuava "religiosamente o trabalho" e onde imperava "disciplina nas oficinas, no lar, na vida social".¹⁰⁷ Disse que as razões básicas que a tornaram um centro de progresso e bem estar, foram a "economia", a "ordem" e o "trabalho" dos seus habitantes.

Mira falou da sua terra natal como jamais ninguém falou. No **Município de Joinville** afirmou que nela "o trabalho é infatigável e ordeiro",¹⁰⁸ e que a mais "restrita ordem no trabalho constitui seu código inviolável".¹⁰⁹ Estava empenhado ou trossim, em glorificar "o amor à ordem e ao trabalho",¹¹⁰ como a característica primordial da cidade, onde um verdadeiro "rigor da ordem", imperava em todos os quadrantes da vida social e particular, se constituindo no sinal exterior mais indicativo de outra realidade ainda mais profunda que atingia o reino da vida íntima.

Ele a concebeu como "uma cidade lendária, sempre disciplinada e grandiosa na intensidade do trabalho, da paz, da confraternização social".¹¹¹ Na *Gazeta Catarinense* a enalteceu como "cidade de trabalho intenso e fecundo, porém, metódico e, por isso, suave", onde se podia perceber "a harmonia da disciplina e o cuidado na perfeição da obra", quer na atividade das fábricas ou na agitação das oficinas; quer na vida comercial ou agrícola, ou qualquer trabalho de ordem pública ou privada que demandasse atenção ou fosse simplesmente manual.¹¹²

107 H. RIBEIRO, *op. cit.* p.242.

108 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.4.

109 *Ibidem*, p.8.

110 *Ibidem*, p.13.

111 (C. MIRA). *Uma cidade maravilhosa*, *op. cit.* p.1.c.2.

112 C. MIRA. Respondo ao apelo. *Gazeta Catharinense*, Florianópolis, ago. 1908. p.1, c.1.

Quando comparamos estes testemunhos com as descrições sobre a vida luso-brasileira que recapitulamos acima, nos deparamos com o contraste vivo que se estabelece entre os dois contextos sôcio-culturais da nossa análise. Percebe-se então, como o sangue novo, fornecido pelos valores morais do germanismo, foi a verdadeira fonte de onde brotou a concepção ética do trabalho de Crispim Mira, fora da qual, não teria, possivelmente, encontrado o ambiente propício para germinar.

CAPÍTULO II

A PERSPECTIVA BIOGRÁFICA E CRÍTICA

A ARMADILHA DA RECORRÊNCIA

Havia no pensamento de Crispim Mira uma formulação relativamente orgânica de um conceito de trabalho, reproduzida pelas várias idéias que lhe determinavam, de uma parte, os ângulos da significação e, de outra, os pressupostos básicos sobre os quais repousava.

Estes se configuravam como um enunciado conceitual ético, cujos valores, orientados para os aspectos ativos e construtivos da vida, estruturavam a concepção ética do trabalho na sua obra.

Mas esta expressão ética não foi, em geral, posta à consideração, nem pelos biógrafos apologéticos, nem pelos críticos adversos. Eles não se detiveram na análise de que tudo no personagem, vida e obra, constituía uma exaltação do trabalho como valor moral.

As informações biográficas e críticas referidas a esta perspectiva, ou que, de alguma forma evidenciavam estes pressupostos, foram insignificantes se as compararmos com os relatos de cunho geral que enumeraram outras qualidades psicoló-

gicas e morais do nosso autor.

Isto quer significar que, tanto a tradição biográfica quanto a tradição crítica, se ativeram preferencialmente ao estudo de aspectos parciais, positivos ou negativos, não dando a ênfase necessária à perspectiva central deste pensamento. Faltou-lhes, na verdade, a visão do distanciamento do objeto pesquisado e a percepção global da obra.

A temática enunciada por elas, permaneceu, assim, ao nível da experiência vivencial e da reminiscência de eventos históricos co-participados. Não se alinhou, no verdadeiro sentido, a uma reflexão metódica sobre a representatividade da vida ou o significado da obra, sobre o alcance do pensamento ou a teia de valores que ela envolvia.

Procurou basear-se preferencialmente nos arquivos da memória, repletos das sensações da convivência e das experiências vitais compartilhadas, para evocar o acervo das informações necessárias à interpretação do tema. Com isso, porém anulou as relações de tempo e espaço e abriu as portas a um raciocínio fundado no sentimento que, não raro, induziu ao ofuscamento do próprio objeto.

O resultado deste procedimento, pelo viés a que se expôs, foi a descrição de um personagem distanciado do seu tempo e do seu espaço e mesmo desfigurado na sua individualidade mais representativa e no papel desempenhado no movimento da existência e das idéias.

Por estas razões, nos parece que, nem os biógrafos e nem os críticos, chegaram à reconstituição, ou sequer, à compreensão histórica de um Crispim Mira real, identificado nos seus valores mais salientes, nas suas virtudes e nos seus defeitos.

E quer nos parecer que nem descobriram tão pouco, o homem, impregnado de um significado profundo, no contexto do seu tempo e do seu espaço, como na realidade ele foi.

Os primeiros deixaram-se levar mais de uma vez, pelas ciladas de um mecanismo inconsciente de repetição ou de recorrência, tornando-se presa fácil de idéias sugestivas, carregadas de **evocações** emotivas ou poéticas, acabando assim, por elaborar o mito do herói.

Os outros, desgastados pelos embates constantes das pugnas, sempre desiguais, travadas contra Crispim na procura de argumentos capazes de embargar-lhe a voz, apelaram para um jornalismo inescrupuloso de ataque à vida íntima e, da mesma forma, motivados por análogo mecanismo, conscientemente porém, enveredaram para uma retomada cíclica de conceitos **que procuraram comprometer a sua moral** elaborando, em consequência, o mito do vilão.

Esta construção incompleta do objeto em foco, seja pelo cunho emotivo em que foi delineada, seja pelo caráter parcial e contraditório das perspectivas que assumiu, determinou o **silenciamento** e o ostracismo completos de Crispim Mira. E os dois modelos antagônicos da análise acabaram, na prática, por se anularem mutuamente como razão argumentativa e levaram de roldão o personagem.

Por este motivo, apesar do valor incontestável que ele representou para a cultura catarinense, foi relegado a um esquecimento que não mereceu e do qual tornou-se necessário resgatá-lo.

A questão
hermenêutica

I. AS ORIGENS
DA ATIVIDADE

Esta recapitulação inconsciente e, por isso mesmo acríti-
ca, que manteve atuantes imagens vindas do passado pelo fenô-
meno da recorrência, foi, de fato, encontrada em inúmeras pas-
sagens do relato biográfico, gerando e perpetuando problemas
de complicada solução.

Devemos, por exemplo, a Hostílio Ratton, as informações
mais remotas sobre o início das atividades jornalísticas de
Crispim. Afirmou ele, na revista Cock-tail, em 1926, na edição
especial comemorativa ao 75º aniversário da fundação da cidade
de Joinville, que o jovem Mira "redigiu aos 19 anos a Gazeta
de Joinville e o Jornal do Povo".¹

O informe parecia conseqüente e, como tal, foi acei-
to pelos biógrafos posteriores sem que procedessem
a uma avaliação crítica sobre seu conteúdo e significado re-
ais, quando o próprio Ratton, na seqüência do texto, afirmava
claramente que seu homenageado nascera em 1880.

Ora, ao confirmar a data natalícia, estabeleceu uma con-
tradição com o que dissera. A Gazeta de Joinville teve,
como data de fundação, o ano de 1905 e não podia, por outro la-
do ser confundida com jornal homônimo de outra fase, já que o
próprio autor a atribuiu à propriedade de Eduardo Schwartz.

Sendo assim, Crispim não poderia aos dezenove anos ter
iniciado sua vida jornalística pelas colunas desta Gazeta de
Joinville, porque na época contava já com vinte e cinco anos.
Torna-se óbvio, portanto, que o seu ingresso nas lides jorna-
lísticas deve se ter dado por outra "Folha" que, infelizmente,

1. H. RATTON. *Suprema covardia. A Notícia, Joinville, 9 mar. 1927.*
p.3, c.2. Reproduz aqui parte do artigo de 1926.

permaneceu no anonimato.

O fenômeno que incidiu na estrutura desta aceitação abertamente contraditória encobriu as relações que se travavam no interior do relato, transformando-o, de imediato, dada sua aparência enganosa e, às vezes, agradável, numa verdade pronta, já plenamente estabelecida, impedindo, assim, um processo de observação mais acurado e mesmo, ludibriando os procedimentos da atenção.

Outra questão levantada pelo texto refere-se ao Jornal do Povo, do qual praticamente não nos restaram vestígios. A repetição pura e simples das informações impossibilitou um adequado esclarecimento do problema.

Contudo, podemos assegurar, desde o início, que o Jornal do Povo não foi contemporâneo da Gazeta de Joinville, como insinuaram as várias fontes. Foi anterior, tendo mesmo, ao que parece, deixado de ser impresso pouco antes ou pouco depois do aparecimento desta. Ele foi fundado e redatoriado pelo próprio Crispim, merecendo, deste modo, reparos a anotação por todos reprisada de que o jornal era propriedade de Afonso Doin, sem outras considerações.

Para procedermos a uma investigação mais cuidadosa sobre esta questão somos induzidos a nos propor uma revisão sintética da historiografia jornalística de Joinville do período que interferiu no esclarecimento que perseguimos.

Assim, podemos iniciar pelos vários jornais intitulados

Gazeta de Joinville, que encontramos elencados na história jornalística da Região. O mais antigo dentre eles e, ao mesmo tempo, o primeiro jornal escrito em língua portuguesa na cidade, foi editado em 1877, permanecendo ativo até 1883. Não encontrou, como era óbvio, numa comunidade predominantemente teuta, clima propício para se desenvolver e se abrir um caminho seguro em direção a uma existência longa e promissora.

A importância que ele teve, ligou -se a existência já naqueles tempos, de um espírito aberto para as coisas brasileiras, no seio de uma comunidade predominantemente germânica e marcou a fase de um relacionamento teuto-luso mais amadurecido, enquanto era testemunho da afluência relevante do elemento nacional no interior da sede colonial.

Em 1891, veio a lume outra **Gazeta de Joinville**, que, com várias intermitências, perdurou até 1893. Trazia ela um programa que relembrava os princípios que mais tarde norteariam a postura jornalística de Crispim: defesa dos oprimidos e "intemeridade na estigmatização dos maus governantes", dos atos governamentais e dos "abusos" de autoridade. Era exatamente uma prefiguração daquilo que seria depois a linha mestra da conduta de Crispim.

Não se pode afirmar porém, que tenha esta Folha exercido qualquer influência sobre seu espírito juvenil. A menos que, como hipótese, interpretemos os impulsos deste programa como a expressão de uma tradição espiritual de Joinville que, não tendo se desenvolvido plenamente naquele momento, reviveu depois, com profusão, na obra jornalística do seu filho, como executor de um incentivo que vinha das origens da colonização.

Em 1905, finalmente, surgiu a terceira **Gazeta de Joinville**. Nesta efetivamente Crispim foi o redator-chefe por vários

anos. Mas, a rigor, não há indícios de continuidade entre este jornal e os que o procederam, já que haviam mudado os proprietários, os programas e mesmo os redatores.

Todavia, o período compreendido entre 1877 e 1905 foi bem mais fértil em iniciativas jornalísticas do que ficou explícito neste resumo, apesar da efemeridade característica da maioria dos periódicos então vindos à luz.

Apenas o *Kolonie Zeitung*, que provinha da segunda década da colonização, percorreu toda esta época, testemunhando as vicissitudes dos seus pares, nascimento e morte, lutas e vitórias, promessas e frustrações, até que sossobrou, da mesma forma, ao sopro dos vendavais da Segunda Guerra Mundial, vítima do anti-germanismo que se havia propagado pelo país.

Foi ele quem assistiu, em 1883 o nascimento do *Die Leschale*, fugás como tantos outros, e, no ano seguinte, ao aparecimento de vários periódicos em língua portuguesa, como o *Globo* que depois se transformou no *Democrata*; *A União*, que também sonhava mudar de nome para se chamar *O Monitor*, desejo que jamais pôde realizar, o *Balão Correio*, que, como os demais, teve existência efêmera.

De 1885 a 86 o *Kolonie* viu o *Constitucional* tentando se impor, num ambiente de poucos leitores para um jornal em língua portuguesa, enquanto, de outro lado, assistiu ao nascimento do *Neue Kolonie Zeitung*, que em 1887 mudou de nome para se tornar o *Reform* o qual, apesar de concorrente seu na disputa da mesma platéia teuto-brasileira, resistiu até 1890.

O *Kolonie Zeitung* presenciou ainda o aparecimento de jornais excepcionalmente belos como o *Terra Livre*, que trazia, em 1887, por algum tempo, a bandeira das letras luso-brasileiras

em Joinville. E de Folhas utilitárias como o **Der Süd—Brasilische Land-Wirt**, de 1888; Do efêmero **Sul**, de 1889, até que, como vimos, presidiu ao surgimento da **Gazeta de Joinville**, em 1891.

Depois foi a vez de testemunhar a chegada do **Volk Staat**, também de 1891, de quem se originou uma Folha em língua portuguesa, o **Estado do Povo**, os quais persistiram nas lides informativas, até 1894. Já em 1895 o **Kolonie Zeitung** abriu seus braços para receber um grande concorrente, o **Joinvillenser Zeitung** de Eduardo Schwartz, e cujo futuro seria longo e alvissareiro, até 1918.

Na verdade, foi precisamente o período que começou aqui, a etapa mais importante para esclarecer os objetivos que nos trouxeram a este discurso. Contudo, encontrou-se pontilhado de pequenas publicações, que não esclarecem em nada nossas expectativas. Os periódicos que então circulavam pela cidade eram Folhas de formato reduzido, escritas em alemão e, geralmente, de caráter religioso, além de trazerem as marcas da inconstância.

Foram desta época jornais como o **Korrespondenz Blat der Apostolisch Christianischen Gemeinde in Brasilien Nord America und Deutschland**, o **Sonntagsblatt**, o **Lichtstrahlen des Heiligen Geistes Oderhesttönender Posaunenschahgottlichen Gnaden und Wahrheit** e, finalmente o **Der Adventist**, impresso em 1896 - 1897.

Por este motivo, a informação biográfica de Hostílio Ratton, que falou sobre os primórdios da vocação jornalística de Crispim, ao invés de esclarecer, gerou impasses hermenêuticos de solução difícil, já que não foram encontrados jornais em língua portuguesa, registrados nesta época, em que se teriam dado seus primeiros ensaios.

É verdade que, em 1900, foi publicado o **Comércio de Joinville**, mas este não resistiu ao terceiro mês de atividade. E o espaço permaneceria vazio em termos de periodismo luso-brasileiro. Isso pelo menos, na historiografia sobre a imprensa daquela cidade, embora em idioma alemão, em 1904, somava-se ainda a voz do **Evangelisch Lutherisches Gemeindeblatt**. É que a pesquisa histórica do jornalismo joinvillense ainda não atingiu um estágio adequado, capaz de esclarecer lacunas como as que estamos observando.

Por exemplo, enquanto de uma parte a maioria dos biógrafos anotaram a presença do **Jornal do Povo** ao lado da **Gazeta de Joinville**, da outra, em nenhuma resenha histórica do jornalismo local, mereceu **ele** qualquer referência ou lugar.

A partir de 1905 então, primeiro veio à luz a citada **Gazeta de Joinville** e, logo após, o **Comércio de Joinville**, que formariam o palco de memoráveis polêmicas, constituindo, no período que vai até 1907, sem dúvida, o momento mais rico e dinâmico do jornalismo luso-joinvillense.

Nossa síntese despretenciosa, entretanto, tentou apenas mostrar o volume das dificuldades geradas pela informação de Hostílio Ratton, a qual se cristalizou como verdade, passando assim, para a posteridade sem que alguém se detivesse a indagar sobre a veracidade dos dados ou mesmo sobre as implicações que subsistiam no próprio contexto da explicação.

Assim foi que esta notícia se repetiu e persistiu como fórmula acabada. O **Álbum Histórico do Centenário de Joinville** em 1951, por exemplo, acolheu a tradição como a recebeu do passado e a utilizou como dado biográfico aceitável, reproduzindo a mesma informação de que Crispim, "aos 19 anos redigiu a **Ga-**

zeta de Joinville de E. Schwartz e o *Jornal do Povo* de H. Doin".³ Idêntica referência pode ser observada na nota 268 do livro Hercílio Luz, *Governador Inconfundível*.⁴

Por outro lado, Anésia Crespo, que tão belos e, ao mesmo tempo, corretos episódios concatenou para nos legar uma imagem resumida, porém substancial da vida e da obra do jornalista,

recorreu a esta mesma fonte e não hesitou em dizer que Crispim "aos 19 anos iniciara-se no jornalismo. Redigiu a *Gazeta de Joinville* de E. Schwartz e o *Jornal do Povo* de A. Doin".⁵ Manteve, contudo, habilmente uma separação entre os dois momentos biográficos.

Jamundá, ao apresentar breve notícia biográfica sobre Crispim, manteve intacta esta mesma tradição.⁶

A revista *Vida Nova*, acrescentou que Mira "começou cedo, escrevendo na *Gazeta de Joinville* e *Jornal do Povo*".⁷ E, noutra passagem afirmou que, "aos 18 anos já atraía a atenção; escrevendo em jornais".⁸

Como se pode observar a forma explicativa de Ratton, resistiu ao tempo, como dado biográfico coerente. O próprio Carlos Gomes, que por um instante parece ter-se apercebido das ciladas, corrigindo mesmo várias distorções, não conseguiu romper o circuito da verdade *ilusória* que por seu turno desenvolvia mecanismos de auto-sustentação. Iniciou-se, afirmou, "muito moço ainda nas lides da imprensa (...). Começou em

3. SOCIEDADE amigos de Joinville. *Album histórico do centenário de Joinville*, p.57.

4. Evaldo PAULI. *Hercílio Luz, governador inconfundível*. Florianópolis, IOESC, 1976. p.278.

5. Anésia CRESPO. *Vultos catarinenses*. 1955. p.15.

6. T. C. JAMUNDÁ, *História de Santa Catarina*, p.14.

7. CRISPIM Mira. *Vida Nova, Joinville*, 4(28-30):69. 1950-1.

8. loc. cit.

sua terra em 1907, redatorando a **Gazeta de Joinville**".⁹ Contudo, 1907 era a data que Crispim deixava a **Gazeta** para tentar, no Rio, um lugar na imprensa da capital da República.

Muito tempo antes, porém, o **Jornal de Joinville** tentara uma explicação autônoma sobre a questão. Mas acabou sendo envolvido num equívoco criticável, quando afirmou que "aqui ensaiou ele as primeiras armas no jornalismo, tendo sido, em 1902, redator da **Gazeta de Joinville** que mais tarde tomou o nome de **Jornal de Joinville**".¹⁰

Esta versão foi lamentável em dois sentidos. Primeiro porque, contrariando a verdade dos fatos, alterou a data da fundação da **Gazeta de Joinville**. Segundo, porque perturbou a história das próprias origens, enquanto não foi sucessor desta **Gazeta**, mas sim da **Gazeta do Comércio** e de alguma forma, continuador do **Joinvillenser Zeitung**.

Foi por causa do desfibramento da **Gazeta de Joinville**, que após a saída de Crispim, em 1907, perdeu o ímpeto que a caracterizara e aos poucos se deixou envolver pelos atrativos da política dominante na região, antes acerbamente combatida, que se anulou a rivalidade existente entre ela e o **Comércio de Joinville**, a tal ponto que se confundiram como órgãos ideológicos opostos que eram, portadores dos interesses políticos do Norte de Santa Catarina.

Em 1914, fundiram-se na **Gazeta do Comércio**, que assim, passou a exercer a função de intérprete dos interesses políticos de Abdon Batista, até que, em 1918, transformou-se no

9. C. G. de OLIVEIRA. O autor. Associação Catarinense de Medicina, Florianópolis, 3(1): 3-7. mar. 1978.

10. CRISPIM Mira. Jornal de Joinville, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.1.

Jornal de Joinville, que veio a lume em princípios de 1919, mantendo a mesma conduta de apoio ao grupo político dominante que começava agora uma fase de transição e de renovação, com a presença de Hercílio Luz no governo do Estado.

Em 1927, porém, o jornal **O Estado**, de Florianópolis, trouxe uma contribuição autônoma para a explicação das origens do jornalismo de Crispim. Afirmou que "cedo manifestou vocação de plumitivo, redigindo pequenos jornais de existência transitória, mas em cujas páginas se vislumbravam cintilações da capacidade do jovem periodista".¹¹ Esta explicação libertou-se, de um lado, da interpretação tradicional que estava firmada, e de outro, retratou o acontecer real.

Deixou, é verdade, a questão em aberto, mas se conformou aos fatos.

Do referido podemos depreender algumas lições esclarecedoras: o mecanismo de recorrência que frequentemente se instaurou na interpretação, perturbou o acolhimento do objeto em estudo, impediu sua compreensão e dimensão efetivas

e a ausência de uma postura crítica e reflexiva, acarretou dificuldades na reconstrução futura dos eventos.

Apesar disso, devemos aceitar como verdadeiras as informações que afirmam ter Crispim iniciado seu jornalismo em Joinville aos dezenove anos e que redatoriou o **Jornal do Povo**.

11. CONSPECTO de uma vida. O Estado, Florianópolis, 5 mar. 1927. p.1, c.1.

O próprio Crispim em 1919, projetou um raio de luz sobre esta questão. "Faz dez para doze anos que no **Jornal do Povo** por mim fundado em Joinville, especialmente para pugnar pelos interesses do povo, eu dizia..."¹² Esta preciosíssima informação, contudo, não esclarece sobre a localização adequada do Jornal no tempo, mas, confirma sua existência, tornando-o merecedor, a partir de agora, de um espaço honroso na história jornalística de Joinville. No mesmo instante, esclarece a linha diretriz que lhe plasmara o fundador.

Porém, no que concerne às origens da vocação do nosso personagem, somos levados a formular a hipótese de que esta não começou a se manifestar pelas páginas do **Jornal do Povo**, mas sim pelas colunas de alguma Folha anterior que teria sido a verdadeira testemunha dos seus primeiros ensaios na imprensa local.

Há uma informação significativa que, além de esclarecer sobre as particularidades do fenômeno, nos induz ainda mais a confiar nesta hipótese: "quem foi que disse a Eduardo Schwartz, relatava a **Gazeta de Joinville**, que mandava dar uma sova em Crispim, naquele tempo redator do **Jornal do Povo**, desta cidade, se continuasse a escrever no mesmo tom que escrevia".¹³

O texto coloca o **Jornal do Povo** exatamente no espaço em branco que aparece nos relatos históricos do jornalismo de Joinville, entre 1900 e 1905. Portanto, foi anterior à fundação da **Gazeta de Joinville** e do **Comércio de Joinville** que surgiram ambos em 1905.

12. C. MIRA. *A questão operária*. República, Florianópolis, 27 maio 1919. p.2, c.1.

13. E. Schwartz. *Carta aberta*. Gazeta de Joinville, Joinville, 13 abr. 1907. p.1, c.3.

De outra parte, pelo que se observa, seguia uma linha de "arrojado destemor", possivelmente análoga a que constatamos nas páginas da **Gazeta de Joinville**, no período compreendido entre 1905 e 1907 e posteriormente na **Gazeta Catharinense**, na **Folha do Comércio** enfim, em todos os jornais, onde, diante da opressão ou do abuso de poder o ímpeto da sua alma assumia "a fúria de um libertador",¹⁴ a qual o levaria à morte violenta.

Não podemos indicar com precisão o curso da existência do **Jornal do Povo** e nem se atingiu plenamente os seus objetivos. Mas, parece ter merecido a aceitação popular correspondente às suas necessidades, bem como o repúdio da política dominante. É isto, em parte, o que nos sugere **A Pátria** de São Francisco do Sul ao comunicar "aos antigos assinantes do **Jornal do Povo** que se publicava em Joinville" que seria remetida pontualmente "a nova 'Folha' em continuação da assinatura tomada".¹⁵

A Pátria, surgira também em 1905, como propriedade de Afonso de Oliveira, provavelmente Doin, poucos meses depois do aparecimento da **Gazeta de Joinville**. Assim, o **Jornal do Povo**, que era então propriedade de Afonso Doin, deve ter deixado de circular em Joinville no início daquele ano, para ressurgir em seguida na cidade de São Francisco do Sul.

É certo, todavia, que Crispim não começou pelo **Jornal do Povo**. O que podemos afirmar, com toda certeza, é que em 1901, portanto quando ele tinha vinte e um anos, escreveu realmente em jornais de prestígio. Por esta época estava no Rio e de lá remeteu uma série de artigos críticos, que foram publicados em Florianópolis pelo **Estado**, sob o título de **Cartas ao Sr. Gover-**

14. Theodolindo Lima. *A Folha do Comércio*. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 out. 1914. p.1, c.3.

15. DECLARAÇÃO. A Pátria, S. F. do Sul, 13 ago. 1905. p.2, c.2.

nador, nas quais revelou muitas das marcas que com toda nitidez o distinguiriam no futuro, dentre os jornalistas do seu tempo. Entretanto, estes escritos denunciam sinais de imaturidade e erudição que não serão percebidas depois. Apesar disso, eram já obra de alguém suficientemente iniciado nas lides da imprensa.

Em conclusão, podemos afirmar que Crispim debutou no jornalismo antes de 1901 e que o fez em Joinville, mas, infelizmente, pelas colunas de um jornal que permaneceu oculto e que só através de acurado estudo sobre o jornalismo local e com o auxílio das informações contidas no *Kolonie Zeitung*, no *Joinvillenser Zeitung* ou em outros órgãos em língua alemã, poder-se-á quem sabe, revelar.

II. O DOM QUIXOTE

Um segundo exemplo, surpreendentemente ilustrativo deste mesmo fenômeno que consistia em recorrer ao auxílio de textos insinuantes como amparo para a interpretação do objeto em estudo, encontramos em Anésia Crespo, onde Crispim apareceu como uma figura já plenamente elaborada, mas, não como um autêntico "homem do trabalho" e sim como o Quixote de Cervantes. A recorrência aqui, a uma série de textos que, aos poucos, somados, terminaram produzindo esta forma definitiva, foi evidente.

O primeiro elo do encadeamento, de algum modo, pode ser encontrado na saudação que Tibúrcio, redator do *Novidades* de Itajaí, fez, em 1907, ao receber Crispim que transitava pela cidade. Ao se referir às grandes polêmicas que ele sustentara pela *Gazeta de Joinville*, contra o chefe político do Nor-

te catarinense, Ábdon Batista e contra a "fusão dos partidos", reconheceu nele "os curiosos aspectos de seu talento de iconoclasta e frondeur".¹⁶

De início era, logicamente, apenas a exaltação de uma virtude combativa, mas que Rupp Junior, redator do **Dia**, órgão oficial do governo Gustavo Richard, de forma incisiva reproduziu em 1908, quando acusou seu adversário da **Gazeta Catharinense** de estar preparando dias amargos para a política do Estado. Dizia ele; "com mão iconoclasta procura a todo transe forjar inimizades".¹⁷

Em 1914, um texto de Theodolindo Lima, ao louvar a atuação de Crispim na imprensa catarinense, reelaborou um pouco mais a idéia, dizendo que "o seu aparecimento (...) foi igual ao de um libertador temível (...) que restitui a cada qual a sua liberdade, com sua pena temível e perfurante".¹⁸ O "iconoclasta", assim, se transformava num "libertador temível" determinado a recompor uma ordem aviltada pela opressão, com as armas cortantes de que estava munido.

Anos depois A **Notícia** retomou este pensamento, recorrendo à imagem cáustica de "uma aresta de fogo".¹⁹ Estavam constituídas, deste modo, as armas do lutador que também já fora investido nas suas funções de combatente, pelo **República**, quando afirmou que as lutas enfrentadas por ele serviam para "lhe fazer ressaltar as qualidades cavalherescas".²⁰

16. GAZETA de Joinville, Joinville, 1 jun. 1907. p.3, c.2.

17. RUPP JUNIOR. Basta. O Dia, Florianópolis, 29 maio 1908. p.1, c.1.

18. T. LIMA. A Folha do Comércio. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 out. 1914. p.1, c.3.

19. O ATENTADO de Florianópolis. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.1.

20. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 2 out. 1919. p.2, c.3.

A *Folha Nova* o descreveria mais tarde, como um "jornalista de espírito combativo, terçando armas no campo da luta (...) com a coragem despreendida".²¹

Plácido Gomes acolheu toda esta tradição, na sua oração fúnebre proferida em 1927: "O rasto luminoso do teu caminho, aberto e desbravado pelos teus próprios braços e pela energia e coragem, ficará juncado dos esforços das tuas lutas cavalheirescas, que eram brados de vencidos a te seguirem a sombra de guerreiro andante".²²

Estava, pois, elaborada a configuração de Crispim. Anésia Crespo a recolheu já como conceito carregado de significação e sugestividade, a reordenou, melhorando-lhe a representatividade conceitual, deu-lhe um retoque final e a reproduziu como figura autêntica de um Dom Quixote, afirmando que "Mira foi um cavaleiro andante do ideal".²³

A tradição Biográfica Apologética

Na tradição biográfica, bem como na crítica encontramos sempre uma motivação central. Na primeira procurou-se perpetuar a memória de Crispim, enquanto na segunda tentou-se abalar-lhe o prestígio moral. Contudo, praticamente em momento algum estas tradições se propuseram avaliar o significado do pensamento ou a estrutura dos valores do seu espírito.

Por isso, uma, a duras penas, conseguiu manter-lhe pálida

21. A AÇÃO da justiça. *Folha Nova*, Florianópolis, 22 fev. 1929. p.1, c.1.

22. CONSUMMATUM est. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1927. p.1, c.6.

23. A. CRESPO, *Vultos catarinenses*, p.15.

lembrança, enquanto a outra, calou-lhe efetivamente a voz e mesmo a vez, como afirmou *A Notícia*, silenciou "a pena inspirada do jornalista conscio da sua elevada missão social".²⁴

Na biografia, por exemplo, houve a tentativa de glorificar-lhe as qualidades mais preclaras como jornalista, a fim de situá-lo adequadamente no contexto da imprensa nacional, cedendo-lhe, desta forma, um lugar de destaque no conceito do futuro. Na crítica, houve uma tentação constante de minar-lhe a resistência interior e denegrir-lhe a reputação, pela publicidade de fatos reais ou imaginários, relacionados com a condutata íntima.

As expressões glorificadoras não podem ser encaradas como meras exaltações emotivas, provocadas pelas circunstâncias do momento histórico. Elas encerram verdade, e, como tal, não devem ser vistas como fórmulas mistificadoras, porque não são puras abstrações, mas, brotam da observação concreta. Prova disto é o fato de que mesmo o adversário que lhe escalpela a honra na véspera, não conseguiu deixar de exaltar-lhe as virtudes depois.

Um caso significativo a este respeito foi a atitude demonstrada pelo *Jornal de Joinville*, que após havê-lo hostilizado por vários anos, terminou por descrevê-lo como "um jornalista vibrante. (...) Incontestavelmente um brilhantíssimo espírito".²⁵

É certo, contudo, que antes de chegar ao rompimento, aliara-lhe as simpatias. Em 1919, ao anunciar a visita de Crispim a Joinville, se prontificou a louvar o "seu talento",

24. A RONDA sinistra das hienas. *A Notícia*, Joinville, 4 abr. 1928. p.1, c.3.

25. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.1.

dizendo que este "o tem imposto ao jornalismo brasileiro, sendo por consagração unânime, o príncipe dos jornalistas catarinenses".²⁶

Idêntica foi a conclusão da **Folha do Comércio**. Festejando o natalício do seu fundador, o apresentou como "talento de escol, espírito afeito às lides da imprensa. E acrescentou: "é geralmente considerado um jornalista completo, tantas tem sido as provas exibidas na imprensa patrícia, nos grandes órgãos da Capital Federal e nos outros Estados e que dele tem feito um escritor sempre apreciado com muito interesse e merecidos louvores".²⁷

Arnaldo Santiago o chamou de "ardente lidador do jornalismo",²⁸ e a **Folha do Comércio**, em outra ocasião, o celebrou como "jornalista de peso, de grande valor".²⁹ A **Gazeta Catharinense** o considerou um "talentoso jornalista",³⁰ e o **República** disse que ele era "uma força notável na imprensa do país (...) um valor real".³¹

A **Notícia**, por sua vez, o qualificou de "expoente máximo do jornalismo Barriga-verde".³² A **Folha Nova** o deu como "a mais legítima e a mais viva das glórias"³³ do jornalismo catarinense e prosseguiu afirmando que "somente ele, em Santa Catarina, fez do jornalismo a razão de ser da sua vida, uma pro-

26. LOCAIS. *Jornal de Joinville*, Joinville, 17 abr. 1919. p.1, c.5.

27. CRISPIM MIRA. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 13 set. 1913. p.1, c.1.

28. Arnaldo SANTIAGO. *História da literatura catarinense*. Rio de Janeiro, 1957. p.450.

29. CRISPIM MIRA. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 12 set. 1914. p.1, c.6.

30. DECLARAÇÃO. *Gazeta Catharinense*, Florianópolis, 23 jul. 1909. p.1, c.1.

31. CRISPIM MIRA. *República*, Florianópolis, 6 mar. 1927. p.1, c.1.

32. FOLHA Nova. *A Notícia*, Joinville, 23 nov. 1927. p.6, c.6.

33. TOMBA Afinal o glorioso lutador. *Folha Nova*, Florianópolis, 5 mar. 1927. p.1, c.1.

fissão sagrada pelo fervor do seu apostolado".³⁴

Foi, sem dúvida, por todas estas razões que **A Notícia** o consagrou como "jornalista mártir", como "um mártir do dever".³⁵ A **Folha Nova** enalteceu-lhe ainda a atuação em geral, exercida no jornalismo, onde deixou "um exemplo de civismo e de dedicação à causa pública",³⁶ incomparáveis. Louvou-lhe ainda o valor moral que representara como "homem de caráter" que não recuava diante das dificuldades que se antepunham ao desempenho da sua missão.

Advertia esta folha, que "o jornalista que pretende lutar pela moralização da política e da desastrosa administração, se não terá o mesmo fim trágico de Crispim Mira, será pelo menos preso, perseguido, punido como subversivo".³⁷

Disse Sílvio Prodöhl ao considerá-lo "o maior jornalista da história de Santa Catarina" e um autêntico guardião do bem comum: "vivesse ainda hoje, ceus! Onde poderia publicar Crispim Mira seus artigos flamejantes"?³⁸

A bem da verdade, porém, mesmo naquela época, não era coisa fácil agir como ele agia.³⁹ E apenas uma determinação segura, uma força de vontade e um caráter franco e destemido como aquele que manifestou possuir, teria a energia necessária para permanecer independente e livre na própria conduta, ori-

34. *Ibidem*, loc. cit.

35. *Consummatum est*. op. cit. p.1, c.1.

36. JUSTIÇA senhores, justiça. *Folha Nova*, Florianópolis, 19 fev. 1927. p.1, c.1.

37. SAUDAÇÃO calorosa no club 15 de outubro. *Folha Nova*, Florianópolis, 18 nov. 1927. p.1, c.1.

38. A. S. PRODÖHL. *Vultos da minha terra: Crispim Mira*. *A Notícia*, Joinville, 14 maio, 1963.

39. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, loc. cit.

entando-se por uma linha ética sem contemporizações, sem vacilações ou venalidades e mesmo sem trêguas, ainda quando a maioria, como em todos os tempos, capitulava ao sabor das injunções dos interesses particulares e mesquinhos da política-gem.

Mira lutou sempre em "campo aberto" e, neste sentido foi realmente um "estóico raro".⁴⁰ O foi, porque, se de um lado publicava seus "artigos flamejantes", do outro, na impossibilidade de deter-lhe o ímpeto das denúncias, o adversário apelava sem escrúpulos, para a intimidação moral, para a retaliação da vida íntima e para o aceno à utilização da força bruta, a fim de calar-lhe a voz. Mesmo assim, porém, esta retornava a ecoar com mais vigor no dia seguinte.

A tradição crítica adversa

É nesta encruzilhada que se firma a tradição crítica, cuja "verdade", pela audácia e emotividade em que aparece traduzida, requer avaliação cuidadosa capaz de eliminar os resíduos de revanchismo, os preconceitos, os resquícios de exaltação afetiva, já que é o fruto das refregas de cunho político, das frustrações, ou mesmo do simples desejo de vingança. A tradição crítica constitui, por assim dizer, os "brados de vencidos" a rastejar, seguindo-lhe "a sombra de guerreiro andante", como afirmara Plácido Gomes.⁴¹

Com estas precauções, por exemplo, é que devemos ler os argumentos do *Jornal de Joinville*, a partir do final de 1921,

40. O Dr. Plácido para a *Notícia*, sobre o covarde atentado. *A Notícia*, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.3. "É um homem de verdade, e como disse o médico que o operou sem cloroformio, um estóico raro".

41. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.6.

por ocasião da acirrada polêmica surgida entre este órgão e Crispim Mira, em torno da intervenção de Ulisses Costa, juiz da Comarca, nos destinos políticos do Norte Catarinense.

"O Sr. Mira, afirmava o Jornal, está fazendo obra de ódio de despeito e de intriga".⁴² A revolta de Crispim, bem como a de Plácido e Carlos Gomes, contra a situação criada pela ingerência de um magistrado na condução da política local era interpretada como uma vilania e o próprio Crispim, aparecia então, como o vilão principal da história.

Este, dizia o Jornal, revela um "estado mórbido de alma". É como um "filho pródigo" que tenta reencontrar a confiança. Evocava, deste modo, problemas reais ou fictícios da vida do adversário, manipulando-os como argumentação ofensiva. "Mira está sentindo o vácuo em torno de si", proclamava. "É que veio pregar em uma freguesia onde toda gente conhece a qualidade do frade que S.S. é".⁴³

A argumentação do Jornal de Joinville, passou por esta linha, desvelando constantemente recordações a fatos passados. E quando trouxe à memória **estas lembranças**, sabia muito bem que estava evocando angustiosos momentos da vida de Crispim, pretendendo com isso, minar-lhe a resistência moral e mesmo o apreço que gozava na comunidade.

"Não se orgulhe com o seu papel de jornalista", afirmou em certa ocasião o mesmo órgão. "A sua pena tem sido um instrumento de agressões, pelo sistema de Palma Cavalão".⁴⁴ "Join-

42 . CAMINHO errado. Jornal de Joinville, Joinville, 9 mar. 1921. p.1, c.2.

43 . loc. cit.

44 . Como se é canalha. Jornal de Joinville, Joinville, 7 jan. 1922. p.1, c.1.

ville não lhe será a Califórnia dos seus sonhos", ⁴⁵ advertia. Poderia mesmo ser o remanso tranquilo da sua vida, acrescentou, se tivesse feito o que afirmava que viria fazer, quando chegou, isto é, trabalhar e viver em paz e não permitir que os outros fizessem política em seu nome. Na verdade, porém, era precisamente participação na política, que o jornal esperava de Crispim. Por assim dizer, passou quase todo o ano de 1921, tentando aliciá-lo com elogios e galanteios, para suas colunas e, obviamente, para o apoio à facção dominante, da qual era órgão ideológico.

Mas, de repente, uma polêmica surgida entre Plácido Gomes e a referida "Folha", em torno de uma carta de Hercílio Luz, mediante a qual investia Ulisses Costa na função de chefe da política local, trouxe Crispim de volta ao campo, com todas as suas armas, pelas páginas do Correio de Joinville.

A controvérsia se desenrolou por vários meses até que o **Jornal de Joinville** se retirou da arena, jurando que o nome do adversário jamais voltaria a ser grafado em suas páginas. E cumpriu a promessa.

Só mais tarde, em 1927, diante da trágica morte de Crispim, que golpeou a consciência jornalística de Santa Catarina, motivada pela violência física contra um direito de liberdade de pensamento e um dever de fiscalização do bem comum, seu nome voltou a ser novamente considerado.

O pomo da discórdia era sem dúvida a disputa pela hegemonia do partido Republicano Catarinense em Joinville. O Jornal, que dava cobertura às pretensões de Ulisses Costa, acusava Crispim de ser o causador da inútil desavença.

⁴⁵ . CAMINHO errado. loc. cit.,

"A culpa não foi nossa, explicava, o Juiz de Direito de Joinville não se intrometeu oficiosamente na política municipal".⁴⁶ Obedecia, logicamente a um plano de recomposição das forças políticas, traçado por Hercílio Luz. Era, portanto, uma intromissão oficial e, como tal, não necessitava da "licença de Crispim", em quem o juiz não reconhecia nem autoridade, nem capacidade para criticar seus atos.

Segundo a versão do Jornal, o movente da questão era um plano concebido por Mira, originado "nas suas ambições e no seu orgulho".⁴⁷ "Estava jogando uma cartada, acrescentava. Poderia assim conseguir a retirada do Juiz e o seu futuro material e político, estaria garantido em Joinville".⁴⁸

A força desta argumentação repousava na ameaça constante de revolvimento dos escândalos passados. "Não pense que o povo de Joinville, dizia o Jornal, é composto de desmemoriados. Pudesse o Sr. Mira transformar-se em alguma personagem encantada e ouvir incógnito tudo o que por aí se diz da sua pessoa (...). Debaixo do hábito do hermitão toda gente está vendo satanás em carne e osso".⁴⁹ Foi, deste modo, transformado no vilão da cena, como um "homem invulnerável aos escândalos mais escabrosos".⁵⁰

Quando o Jornal de Joinville apelava para a "memória do povo" e para os "escândalos mais escabrosos", tentava reviver fatos desairosos da vida do jornalista, e as monumentais disputas, travadas entre Rupp Junior e Crispim, quando este, proveniente do Rio de Janeiro, passou a redigir a **Gazeta Cathari-**

46 .loc. cit.

47 .loc. cit.

48 .COMO se é canalha. op. cit. p.1, c.2.

49 .CAMINHO errado. op. cit. p.1, c.2.

50 .COMO se é canalha. op. cit. p.1, c.1.

nense de Hercílio Luz, chefe da facção dissidente do Partido Republicano, em litígio contra o Governador Gustavo Richard, por causa da liderança da agremiação. Nesta ocasião o acirramento de ânimo entre os dois redatores, atingiu o ponto crítico e por pouco não os conduziu ao confronto fatal.

Rupp, redator-chefe do **Dia**, órgão oficial que defendia os interesses do governo, assacou, na oportunidade, contra Crispim todas as mazelas que conseguiu arquitetar e vasculhar, na tentativa de barrar a avalanche desencadeada por ele contra o comportamento político do Governador.

Estava ainda na intenção do **Jornal de Joinville**, trazer à lembrança toda a desairosa polêmica empreendida por **Alpha**, pseudônimo de Altino Flores, sob o pretexto de que Mira cometia erros gramaticais e para satisfazer o desejo de vingança de amigos.

Mas a réplica inesperada contraposta pela vítima foi de tal monta e tão bem fundamentada, que o Alpha, não encontrando outra saída, apelou para as ofensas morais.

A fonte mais caudalosa desta tradição que o **Jornal de Joinville** intentava revolver, encontramos na carta de João Mariano dos Santos, publicada em 1908 pelo **Dia**, num momento de grande tensão. Por este motivo seu conteúdo serviu de alimento para sustentar as investidas de Rupp Junior contra Crispim, naquele momento e, mais tarde para encorajar as escaramuças do Alpha. Este conjunto de manifestações se constituiu naquilo que Plácido Gomes chamou de "ingratidões e dissabores" que ele sofreu.⁵¹

A carta é um documento precioso. Mas, pelo caráter emo

51. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.5.

tivo e revanchista em que foi escrita exige acurado exame crítico. Ela estrutura intencionalmente o mito do vilão.

Em síntese, Mira foi apresentado como um homem dado a "lábias e falsidades", "produto degenerado do alcoolismo", "caluniador", "monstro moral" e "degenerado"; Como um tipo capaz de "monstruosas gabolices", por um lado "pervertido" e "desnaturado", por outro "malvado" e "covarde", "farsante" e "vagabundo", "caluniador" e "ingrato" e ainda mais, "devasso", "desleal" e "falsificador",⁵² e muitas outras qualificações que sua conduta boêmia despertou, e que se transformaram, numa iguaria suculenta, na mesa dos seus inúmeros adversários.

Mas, faz-se necessário advertir, para a correta interpretação da personalidade de Crispim, que não são apenas as virtudes que conformam e constroem a dimensão moral do homem e sua verdadeira estatura espiritual, pois, como afirmava Spranger, "o humano não quer ser compreendido apenas a partir da coerência e da concordância, mas também a partir de contrastes, pois a vida é sempre movimento".⁵³

Apesar do abalo profundo que deve ter atingido sua alma, Crispim, como nas outras ocasiões, perante semelhantes argumentos, "não se acolheu jamais à sombra acomodatória do jornalismo sem escrúpulos".⁵⁴ Nunca lançou mão de análogo expediente, como o fizeram com facilidade Rupp Junior, pela imprensa oficial e Alpha ao simples pedido de amigos.

A herança que coube a Crispim, destes embates, nos quais,

52. J.M. dos SANTOS. Joinville: aos pais de família. *O Dia*, Florianópolis, 17 maio, 1908. p.2, c.3-6; p.3, c.1.

53. Eduardo SPRANGER. *Formas de vida: psicologia entendida como ciência do espírito e ética da personalidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p.400.

54. *Consummatum est. op. cit.* p.1, c.6.

em lugar da lógica predominaram, na argumentação os impulsos da intriga e do ódio, foi a formação de imagens que se instalaram na memória coletiva como preconceitos identificáveis até hoje e que puseram em xeque o significado da obra moralizadora encetada por ele ao fazer do jornalismo o veículo promotor dos valores éticos do trabalho, regeneradores da nação.

AS QUALIDADES DO HOMEM

I. O destemor

A qualidade mais sublinhada na biografia de Crispim, foi o seu destemor diante das dificuldades de todo gênero que o acometiam no seu caminho. Por isso, em geral, o descreveram como um homem intemorato.

O Novidades o qualificou de "impetuoso jornalista catariense"⁵⁵ enquanto Plácido Gomes, reforçando ainda mais a idéia, disse que "as páginas históricas do jornalismo catariense estão cheias desse arrobo (...). Não vacilava colocar-se sempre ao lado das coisas mais difíceis, por onde enveredava ardoroso e temerário (...), ferido frequentemente, mas, nunca abatido e nem abalado das refregas".⁵⁶

O próprio *Jornal de Joinville* assinalou esta qualidade, ao chamá-lo ironicamente de "super-homem": "Tem o direito de dizer o que quer e julgar-se mesmo um super-homem, disse, pela inteligência e pela nobreza".⁵⁷

Theodolindo Lima afirmou que Mira "venceu todos os obstáculos que se lhe antepunham (...) com denodo e altivez".⁵⁸ Plácido acrescentou que não media conseqüências, quando entrava

55. *GAZETA de Joinville*, Joinville, 1 jun. 1907. p.3, c.2.

56. *O Dr. Plácido fala no Conselho Municipal sobre Crispim Mira. A Notícia*, Joinville, 7 jan. 1922. p.1, c.1.

57. *COMO se é canalha*. op. cit. p.1, c.1.

58. Theodolindo LIMA. op. cit. p.1, c.3.

numa luta e ainda que "a defesa da justiça ao toque de chamada, encontrava-o sempre a postos; armado de ponto em braço, bravo, ardoroso e sem medir as conseqüências pessoais dos seus atos".⁵⁹

Este destemor atingia seu nível extremo quando Crispim descobria atentados à liberdade pública ou privada, abuso de poder cometido por autoridade que se excedia nas suas atribuições e diante da opressão aos indefesos. Então, "se levantavam dentro do seu peito generosos assomos de furor sagrado".⁶⁰

Toda a controvérsia que já apontamos, surgida entre Crispim e o Juiz da Comarca de Joinville, Ulisses Costa, se inscrevia neste âmbito. Para ele o Juiz havia atentado contra a liberdade, havia abusado do seu poder. Como Juiz, não podia controlar a política local. Este era o sentido da sua luta, e, não parece suficientemente fundamentada a idéia de que nutrisse pretensões de orientar a política joinvillense, como o acusara o *Jornal de Joinville*.⁶¹

Por outro lado o famoso libelo *A Situação Financeira e Política de Santa Catarina*, foi o epílogo desta campanha de moralização da vida pública local. Foi neste trabalho, escrito contra Ulisses Costa, que seu espírito atingiu o mais alto grau de indignação, perante a ingratidão do Juiz para com a memória de Hercílio Luz, e contra os atos perpetrados discricionariamente pelo magistrado, que ultrapassavam os limites do bom senso.

Para outros, contudo, isso não consistia numa virtude apreciável. Viam no seu destemor uma fatalidade. Foi assim,

59. *CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.5.*

60. *loc. cit.*

61. *COMO se é canalha. op. cit. p.1, c.2.*

por exemplo, que o *Jornal de Joinville* concebeu a questão ao dizer que fora "a fatalidade deste temperamento que provocou a situação dolorosa que todos lamentamos".⁶² Santiago, comungou em certo grau desta opinião. Falou em "alusões (...) imponderadas" como se o destemor de Crispim fosse o resultado de "impulsos de orgulho que o levaram a situações intoleráveis".⁶³ Reafirmou a idéia de que Mira não media as conseqüências pessoais dos seus atos.

A revista *Vida Nova*, lançou uma hipótese complementar. Disse que Crispim era "excessivamente confiado no próprio valor".⁶⁴ Esta seria, então, a razão do seu comportamento intemorato, quando entrava numa campanha pelas páginas do jornal que o acolhia naquele momento, como colaborador ou redator. Portanto, segundo esta opinião ele hauria, em última instância, a motivação dos seus atos, nos impulsos de orgulho.

Nem todos, porém, participavam de semelhante maneira de pensar. No *Álbum Histórico do Centenário de Joinville*, lemos que Crispim se distinguiu por apresentar dois predicados culminantes: "muito talento e despreocupado arrojo na exposição de suas idéias",⁶⁵ o que representava uma clara exaltação do destemor como virtude.

Carlos Gomes, também aceitou este ponto de vista. Segundo ele, foi precisamente por ter "talento" e "despreocupado arrojo" que Crispim se dispôs a enfrentar "todos os perigos para dizer o que lhe parecesse bom e justo".⁶⁶

Hostílio, ao abordar esta problemática, colocou a questão

62. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, loc. cit.

63. A. SANTIAGO. op. cit. p.450.

64. CRISPIM Mira. *Vida Nova*, loc. cit.

65. SOCIEDADE Amigos de Joinville, op. cit. p.58.

66. C. GOMES. A obra. *ACM*, p.5.

num nível mais elevado. No seu entender Crispim exerceu o jornalismo como uma missão. Assim, o seu destemor, não derivava do "orgulho" ou da irresponsabilidade, mas sim resultava da consciência de que o exercício do seu mister, era um dever. Portanto o destemor foi visto como uma virtude. Por esta razão apresentou-o como um "padrão de heroísmo, independência e altivez, mártir que foi do seu dever nas lides jornalísticas, sacrificando a sua preciosa existência pela moralização dos nossos costumes".⁶⁷

Assinalou deste modo, com muita propriedade, o aspecto fundamental do pensamento que descrevia ou seja, a concepção ética do trabalho e anotou, ao mesmo tempo, a existência de uma ética do dever e de uma ética pedagógica do exemplo, tendentes à moralização e à "regeneração" dos costumes. Percebeu os valores de Crispim com mais nitidez. Ao Considerá-lo "mártir do dever", o consagrou igualmente como mártir do trabalho.

Por outro lado, a idéia do jornalismo como dever, aliada ao conceito de "sacrifício" da própria vida fez com que toda a obra deste jornalista se transformasse num desvelamento do conceito ético de trabalho.

Carlos Gomes observou que, possivelmente por causa desta marca, por conceber o jornalismo como um dever, como uma missão ou como um trabalho "o seu temperamento de lutador intemorato o levaria para o lado da oposição".⁶⁸ Esta foi na verdade uma das notas mais características da sua vida: sempre esteve na oposição, mesmo quando Hercílio Luz chegou ao poder. Apesar da colaboração significativa que havia prestado à causa hercílita, apenas empossado, Crispim se afastou, sem

67. H. RATTON. *Suprema covardia. op. cit. p.3, c.2.*

68. C. GOMES, *op. cit. p.5.*

atrito aparente, por discentir da orientação do novo governo.⁶⁹

II. A combatividade

Foi como homem de oposição que desenvolveu como ninguém uma rara capacidade para as lutas jornalísticas e os pendores de polemista imbatível. Plácido o decantou como "o mais denodado polemista do Sul do Brasil",⁷⁰ que diante da prepotência dos fortes se revoltava com furor, imprimindo "ã voz torrentes de abjurgatórias formidáveis e transmitindo ã pena vibrações agudas de indignação e censura".⁷¹

O **República** o chamou de "polemista consciente",⁷² porque não descambava ao linguajar tão ao gosto da mediocridade fértil na criação de um vocabulário capaz de acobertar a pobreza da mente. Nem mesmo nos momentos da maior tensão, quando os adversários se arremetiam pelo caminho do jornalismo desabusado, fez ele apelo a semelhantes medidas. "Não louvava discricionariamente, sem dar razão dos seus louvores, nem atingia ou metia em censura homens ou fatos que não procurasse justificar os motivos da sua crítica".⁷³ Em contrapartida legou-nos páginas memoráveis de inteligente ironia, do mais fino humor, que liquidavam o adversário pelo ridículo inofensivo.

Crispim obedecia a uma "crítica sã",⁷⁴ recordou ainda o **República**. Não se divorciava do ideal prefixado, que era o de servir ao progresso da sua terra que ansiava ver forte e num desenvolvimento constante. Era nisto que residia o sentido das lutas empreendidas na sua carreira de publicista e mesmo

69 . C. MIRA, A situação política e financeira de Santa Catarina, p.1 e p.7.

70 . O Dr. Plácido para a Notícia (...) op. cit. p.1, c.4.

71 . CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.5.

72 . CRISPIM Mira. República, op. cit. p.1, c.1.

73 . CRISPIM Mira. Vida Nova, loc. cit.

74 . CRISPIM Mira. Republica, loc. cit.

e explicação da "tumultuária atitude"⁷⁵ que ele assumia, no dizer do Jornal de Joinville, diante das situações que julgasse merecedoras de algum debate.

Por esse motivo "se viu envolvido em tremendas polêmicas",⁷⁶ sustentadas com firmeza, em quase todos os jornais em que labutou.

Mas, como disse em 1927 a mesma "Folha", não havia clima adequado em Santa Catarina "para a imprensa sensacional",⁷⁷ nos moldes concebidos por ele que não tolerava o menor cerceamento à liberdade de dizer e de fiscalizar.

Por isso o advertira anos antes que se continuasse na marcha em que estava, "com sua mania de grandeza e seus sonhos bizarros" acabaria inquilino do novo "hospício de alienados".⁷⁸

No caso das tendências para as habilidades da polêmica, os críticos e os biógrafos ressaltaram efetivamente uma virtude em que ele sobressaía de modo exemplar, chegando mesmo a representá-lo como um homem "sempre inclinado aos debates sociais ou políticos".⁷⁹

75. CAMINHO errado. *op. cit.* p.1, c.2.

76. H. RATTON. *Suprema covardia. op. cit.* p.3, c.2.

77. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville, op. cit.* p.1, c.1.

78. COMO se é canalha. *op. cit.* p.1, c.1.

79. CRISPIM Mira. *Vida Nova, loc. cit.*

III. A Oratória

Destacaram ainda os biógrafos e os críticos a capacidade manifestada por Crispim no campo da oratória. Anésia relatou, no seu *Vultos Catarinenses* que ele "fazia-se ouvir em público, muitas vezes de improviso".⁸⁰ Plácido disse que discursava "em público de improviso e com surpreendente elegância e fascínio".⁸¹

O *Jornal de Joinville*, apesar da intenção **contrária** do seu discurso, nos possibilitou observar qualidades que projetaram nosso jornalista sobremaneira na arte oratória, ao afirmar que ele "canta bem quando discursa, tem boa voz, boa garganta, boa dicção. Faz um jogo artificioso de palavras, mas, não diz coisa com coisa".⁸²

Hostílio o descreveu como sendo um "orador fluente e arrebatado (...) manejador emérito da frase. A sua palestra tinha sempre cintilações inéditas e prendia a atenção dos que o ouviam."⁸³

Sabia, além do mais, elaborar conceitos, criar "imagens peregrinas" de rara beleza e, acrescentou o autor, "em qualquer lugar". Disto se conclui que possuía um apreciável domínio nesta arte, embora não nos restem argumentos para confirmar, por exemplo, a afirmação do *Jornal de Joinville*, que lhe contestou o conteúdo.⁸⁴

Mas este fato não altera nem invalida a importância que esta habilidade teve no contexto de sua vida de publicitário. Em todo caso o próprio jornal, em outra ocasião, contradi-

80. A. CRESPO, *loc. cit.*

81. CRISPIM Mira. *Vida Nova, loc. cit.*

82. COMO se é canalha. *op. cit.* p.1, c.2.

83. H. RATTON. *Suprema covardia. op. cit.* p.3, c.1.

84. COMO se é canalha. *loc. cit.*

zendo o que dissera, o qualificou de "orador fluente e imaginoso",⁸⁵ que cintilava na palestra, no torneio da frase e na beleza dos conceitos.

Plácido viu na oratória de Crispim, um dom natural, inato. "A arte da palavra, afirmou, teve-a de graça, porque nasceu com ela".⁸⁶ Aliando esta prerrogativa à viva inteligência de que era dotado, conseguiu desenvolver a capacidade de extasiar as pessoas, pela lógica e pela graciosidade com que sabia tecer firmemente os seus pensamentos.⁸⁷

O **República** ao relatar uma longa e amistosa visita de Crispim à sua redação, reforçou esta idéia. "Trouxe-nos o supremo encanto de sua palestra",⁸⁸ disse. E o próprio **Jornal de Joinville**, já havia acenado para esta particularidade, quando afirmara que "em toda parte onde se achasse, a sua individualidade prendia os circunstantes".⁸⁹ Estes dois textos realçam um aspecto novo nesta questão, enquanto o significado por eles traduzido, nos leva a imaginar que a virtude do "encantar" e do "prender a atenção", não se restringia aos atributos estreitamente ligados à oratória, mas fazia parte dos seus caracteres habituais de simpatia. E o testemunho deste **Jornal** tem sem dúvida, um valor todo especial, como adversário irreduzível que lhe fora, nos últimos anos. Por isso tinha razão Inácio Bastos de afirmar que, em relação a Crispim, "mesmo os inimigos o aplaudiam".⁹⁰

A verdade é que a oratória lhe possibilitou abertura de portas que o conduziram a gloriosas conquistas e o colocaram na

85. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, loc. cit.

86. CRISPIM Mira. *Vida Nova*, loc. cit.

87. SOCIEDADE amigos de Joinville, loc. cit.

88. CRISPIM Mira. *República*, Florianópolis, 2 out. 1919. p.2, c.3.

89. CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, loc. cit.

90. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.2.

ribalta de cenários jamais imaginados por ele. Chegou mesmo a se tornar um "conferencista dos mais fluentes, de uma imaginação arrebatadora".⁹¹ Teve por exemplo, a honra de ser escolhido como orador oficial do 6º Congresso de Geografia realizado em 1919, na cidade de Belo Horizonte. Foi esta, possivelmente, a maior consagração obtida, como orador. Seu discurso, pela beleza dos conceitos, pela importância dos temas discutidos e pelo arroubo da oratória foi a tal ponto comemorado que repercutiu pelo país. Mereceu ser estampado, em três colunas, como editorial do **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro.

Santiago destacou também o papel desempenhado por este do-
te, na atividade advocatícia, desenvolvida no Forum de Joinville. Descreveu-o como um "possante lidador da tribuna judiciária, onde terçava armas com superioridade intelectual e argumentação notável".⁹²

Crispim foi, acima de tudo, um homem do seu tempo e que se construiu com as ferramentas que sua época lhe emprestara. Portanto, deve ser analisado como tal, para se obter uma compreensão verossímil ao seu significado real. Foi no contexto histórico das primeiras décadas do século XX, que a arte oratória assumiu um novo e destacado papel social e cultural.

Na verdade o gosto pelas "palestras", discursos e conferências, começou a fazer parte do estilo social da Primeira República, desde os anos iniciais do século. Wilson Martins tratou deste fenômeno com abundância de material. Tornara-se um hábito social, inicialmente no Rio, concorrer às "palestras" pronunciadas por escritores conhecidos, como Afonso Celso, Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, João do Rio e mui-

⁹¹ . NOTAS biográficas. *República, Florianópolis*, 6 mar. 1927. p.1, c.3.
⁹² . A. SANTIAGO, *loc. cit.*

tos outros.

A moda fora importada da França pelo próprio Medeiros, em 1906, tendo sido Afonso Celso o primeiro conferencista deste ciclo que estava principiando. O êxito da iniciativa não se fez esperar. "Quem haveria de dizer há cinco anos", comentava estupefato João do Rio, em 1911 na sua **Psicologia Urbana**, "que esse mal incipiente se tornaria uma tão espantosa epidemia?"⁹³ E a "epidemia" se alastrou, ultrapassando todas as expectativas.

Pronunciavam-se, naquele momento, conferências sobre os mais disparatados assuntos e sob títulos os mais inesperados. Mas, sempre com intensa afluência de ouvintes. Temas como: "O cume dos Andes", "Virtudes da Ginástica". "Coimbra do Meu Tempo" "O beijo", "Cidade Nova", "Evolução do açúcar", "A ausência de música" e muitos outros, faziam a delícia do espírito daquela sociedade ávida por emoções fâtuas.

Para se aquilatar o êxito desta iniciativa e sua aceitação pública basta se observar que, já em 1906 Olavo Bilac publicava o seu primeiro volume de conferências literárias sob o sugestivo título de "A Tristeza dos Poetas Brasileiros", que foi reeditado em 1911. Neste mesmo ano, João do Rio publicou a **Psicologia Urbana** e Medeiros e Albuquerque deu ao prelo o seu **Silêncio é de Ouro**, ambas coletâneas de conferências.

Estes poucos exemplos mostram como se havia criado um espaço para semelhante tipo de manifestação cultural, em que temas como "O pé e a mão", "Os mortos", "Como se sonda o futuro", etc., publicados no livro *Em Alta Voz*, por Medeiros e Albuquerque podia atingir em 1913 a terceira edição.

Predominavam inicialmente nestas palestras, temas literá-

93. Apud W. MARTINS, *História da inteligência brasileira*, São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1978. v.5, p.312.

rios frívolos. Mais tarde a tendência se alterou, quando, no dizer de Martins "homens que sabiam sentir e pensar, também faziam conferências e nem todos se compraziam em temas mundanos e frívolos, como "O beijo", "O leque" etc."⁹⁴

Por volta de 1912 começou a se estabelecer esta segunda fase. A temática predominante se dirigiu então para os temas da vida nacional. Foi a fase das conferências nacionalistas, onde José Veríssimo falaria sobre "A Nossa Evolução Literária", Afonso Celso, abordaria *O Meio Social Brasileiro*, Hélio Lobo discorreria sobre *O Brasil no Concerto das Nações* e Oliveira Lima discursaria sobre *Os Nossos Diplomatas*.

Os temas dominantes nesta época, foram influenciados pela famosa "Liga de Defesa Nacional", fundada em 1915 e dirigida pelo poeta Olavo Bilac, corifeu do nativismo romântico que impregnava a campanha nacional pelo serviço militar obrigatório. Assuntos como: "A idéia de Pátria", "A idéia de Justiça", "A evolução Nacional", "A instrução Profissional", "O Culto do Heroísmo Militar e Cívico", "A Nação e o Exército" "O Serviço Militar", serviriam de repasto para aqueles espíritos êbrios de patriotismo e que ansiavam, na sua ingenuidade, pela chegada da "regeneração nacional".

Edgar Carone disse a este respeito que a ação da Liga de Defesa Nacional se restringia inicialmente ao tema nacionalismo e serviço militar e que "as conferências, os debates e a direção do movimento" eram em grande parte "obra ideológica de elementos da burguesia".⁹⁵ Foi com estes sentimentos que Bilac percorreu o país, promovendo a representação ideoló-

94. *Ibidem*, v.5, p.490.

95. Edgar CARONE. *A república velha; instituições e classes sociais. 1889-1930*. 4. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1978. p.169.

gica do "cidadão soldado", através de conferências e manifestações cívicas, em cujo contexto a idéia do serviço militar obrigatório iria aparecer como a tábua da "salvação" e da "regeneração" do Brasil.

A oratória de Crispim também esteve a serviço deste movimento. Ele que sempre pregara a "regeneração nacional pelo trabalho e pela vida ativa e participativa da comunidade, mediante atos concretos de ação, agora se engajava na campanha, pronunciando no Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis, em 1918, uma conferência cívico militar intitulada, **O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações**, na qual, contudo, deixou nítidas, como veremos, as marcas da sua concepção ética do trabalho, tendo, deste modo contribuído com um enfoque novo e adicional à obra "moralizadora" comandada pelo ardoroso poeta.

Mas, na verdade, não se poderia esperar outro comportamento da sua parte, porque o próprio ambiente estava impregnado de expectativa e de um nacionalismo impaciente. A manifestação de Sá Viana pelo jornal *A Noite*, do Rio, nos pinta com perfeição o estado de alma, gerador dos impulsos patrióticos daqueles tempos: "Cada dia que despontava eu esperava ansioso a chegada do 'Batista' que viesse pregar a regeneração e exultamos todos, quando foi sabido vagamente que o príncipe dos poetas empreendera a missão de regenerar o caráter nacional e a unidade da nossa nacionalidade".⁹⁶

Era exatamente o que afirmara também Crispim na conferência: "O cidadão soldado (...) pela virtude da disciplina e como elemento representativo do civismo, tem que ser o ponto de partida da grande campanha da regeneração".⁹⁷

96. *UMA RESPOSTA ao apelo de Bilac. Folha do Comércio, Florianópolis, 25 nov. 1915. p.1, c.1.*

97. C. MIRA, *O soldado brasileiro (...)* p.8.

Mas, a contribuição efetiva que ele prestou a este projeto, foi ter colocado o prisma ético do trabalho em relação direta com a ânsia de renovação que exalava da representação ideológica do "cidadão soldado". Colocou, de fato, em evidência os valores éticos do trabalho, ao enaltecer o serviço militar como um autêntico trabalho em prol da nacionalidade.

Ainda em 1918, por ocasião do Jubileu Nacional em homenagem a Rui Barbosa, proferiria Crispim, em Florianópolis, uma conferência muito aplaudida em que enalteceu as virtudes do grande brasileiro. Não deixou, entretanto, esta manifestação de ser, em parte, contraditória, pois na figura de Rui Barbosa, exaltava precisamente os valores da "saúde civil", em contraposição à tendência militarista que já estava asfixiando a República.

Eliseu Guilherme, que estivera presente às homenagens, descreveu a palestra como uma "magnífica oração". E acrescentou, "não há como recusar-lhe um espontâneo testemunho de admiração, pelo êxito alcançado".⁹⁸

Em 1921 iremos encontrá-lo, desta feita em Joinville, exercitando seus pendores no Teatro Nicodemus, onde traçou o perfil que nortearia sua conduta como cidadão atento à defesa do bem comum.⁹⁹

Em fevereiro de 1922, a convite da população de Mafra e Rio Negro, fez conferências públicas de caráter político, em apoio à candidatura presidencial Nilo-Seabra.¹⁰⁰ Alguns dias mais tarde, com a mesma finalidade, se deslocou para São Fran-

98 . Eliseu GUILHERME. *Crispim Mira. Terra Livre, Florianópolis, 14 set. 1918. p.2, c.2.*

99 . *Jornal de Joinville, Joinville, 21 maio 1921. p.2, c.1.*

100 . *HOSPEDES e viajantes. Correio de Joinville, Joinville, 11 fev. 1922. p.3, c.4.*

cisco do Sul, onde também proferiu acalorado discurso, enaltecendo a liberdade do povo e o direito à palavra.¹⁰¹

O ano de 1922 possibilitou-lhe abundante exercício da oratória. Em maio no "Club Joinville", esteve novamente envolvido numa programação em que lhe coube o desempenho de uma conferência de cunho literário, análoga às que estavam em moda nos primeiros anos do século, intitulada "Quando a Gente Está Envelhecendo", graciosamente articulada e repleta de citações poéticas.¹⁰²

Em que pese a quase total ausência de textos originais destas manifestações, ficou suficientemente testemunhado pelos biógrafos e mesmo pelos críticos, a capacidade de Crispim, demonstrada pelo domínio e perfeito manejo da palavra, o que ficou especialmente comprovado no 6º Congresso de Geografia.

Em junho prestou sua colaboração à campanha dirigida por um sacerdote que arrecadava ajuda para os pobres da Áustria e da Alemanha. Proferiu um discurso no teatro Nicodemus, para motivar o povo à generosidade.¹⁰³

IV. A Inteligência

Mira possuía também uma inteligência admirável. Hostílio afirmou que "era dotado de uma inteligência completa e privi-

¹⁰¹. CORREIO de Joinville, Joinville, 18 fev. 1922. p.2, c.4.

¹⁰². LÓCAIS. Correio de Joinville, Joinville, 27 maio 1922. p.3, c.1.

¹⁰³. CORREIO de Joinville, Joinville, 3 jun. 1922. p.1, c.2.

legiada".¹⁰⁴ Santiago disse que deixara "profunda impressão no espírito de todos os que o conheceram, pelo fulgor da sua inteligência",¹⁰⁵ porque tinha a capacidade de compreender com rapidez o assunto que lhe interessasse e mesmo que um "simples lançar de olhos o esclarecia, mercê da sua natural intuição e ajuda da inteligência".¹⁰⁶

Carlos Gomes acrescentou que "aprendia fácil",¹⁰⁷ e Prodhhl, aludiu ao "fervilhar das suas idéias"¹⁰⁸ para se referir à criatividade constante do seu espírito. É verdade, ponderou ainda, que ele não era homem que trabalhasse fechado "em seu gabinete" e que tivesse condição de se igualar aos profissionais de cultura especializada, mas que, pela inteligência, poderia tê-lo conseguido, se para isso "se submetesse a vivacidade irrequieta de seu gênio".¹⁰⁹

Inácio Bastos também já havia dito algo semelhante sobre Crispim em 1927, quando assinalou que, mesmo lhe faltando uma formação acadêmica mais acurada "tão brilhante era seu talento, que conseguiu triunfar".¹¹⁰

Em 1914 a **Folha do Comércio** apontava para a caminhada deste triunfo ao observar que, por ser "dotado de fino espírito intelectual (...) vinha se impondo cada vez mais à admiração dos seus patrícios".¹¹¹ O **Jornal de Joinville**, anunciando uma visita de Crispim à cidade, disse que "o seu formoso talento (...) o tem imposto ao jornalismo brasileiro".¹¹²

104. H. RATTON, *loc. cit.*

105. A. SANTIAGO, *loc. cit.*

106. CRISPIM Mira. *Vida Nova*, *loc. cit.*

107. C. GOMES. *op. cit.* p.3.

108. A.S. PRODUHL, *loc. cit.*

109. *Ibidem*, *loc. cit.* Mas, na verdade, trata-se da transcrição de um texto de Plácido Gomes, publicado pela *Vida Nova*.

110. CONSUMMATUM *est. op. cit.* p.1, c.2.

111. CRISPIM Mira. *Folha do Comércio*, *op. cit.* p.1, c.6.

112. Locais. *Jornal de Joinville*, Joinville, 17 abr. 1919. p.1, c.5.

Mas, ninguém melhor do que Carlos Gomes de Oliveira nos pode falar sobre esta qualidade que tanto enobrecera seu amigo e companheiro de ideal. Nas homenagens póstumas prestadas em 1927, em Joinville, discursando ao lado de Plácido Gomes e Inácio Bastos, dizia que "ã justiça da história não passarão despercebidos os méritos desse joinvillense que há de dar relevo às tradições de nossa terra com a inteligência que ele fez cintilar, como astro que fora do pensamento, com a capacidade de trabalho, com o esforço, a vontade, que, argamassados, o impunham como individualidade robusta e saliente no meio onde vivia".¹¹³

V. A insubordinação

Mas, há outro sinal da personalidade intimamente vinculado com esta síntese, que não foi relacionado neste texto de Carlos Gomes. A *Vida Nova* o destacou, referindo-se à formação intelectual de Crispim : a insubordinação. Falou em

"insubordinação a métodos didáticos rígidos",¹¹⁴ que lhe teria prejudicado o andamento nos estudos. Noutra texto, contudo, o próprio Carlos Gomes retificou a informação, quando disse que Crispim "era indócil e de difícil acomodação"¹¹⁵ e mais adiante ao caracterizá-lo como "indócil jornalista".¹¹⁶

Prodöhl se referiu ao "gênio" vivaz e irrequieto do nosso autor, o qual não se submetia a esquemas premoldados e fixos.¹¹⁷ A *Vida Nova* o descreveu como "gênio de manifesta independência",¹¹⁸ que jamais se comprometeu com nenhum partido político

¹¹³. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.4.

¹¹⁴. CRISPIM Mira. *Vida Nova*, loc. cit.

¹¹⁵. C. GOMES. op. cit. p.3.

¹¹⁶. Ibidem, p.5.

¹¹⁷. A.S. PRODÖHL, loc. cit.

¹¹⁸. CRISPIM Mira. *Vida Nova*, loc. cit.

co, porque amava demais a sua liberdade. Hostílio recordou a mesma qualidade ao falar na "independência do seu caráter ativo e insubmisso".¹¹⁹

Como se observa, há uma simetria perfeita nestas descrições que mostram um Crispim dotado de alma independente e insubmissa, em cada um dos momentos da sua existência: nos bancos escolares, na vida profissional, nos instantes de maior gravidade, na atuação política ou mesmo na conduta da vida particular.

Quem, por exemplo, se detivesse na análise da **Gazeta de Joinville**, no período compreendido entre 1905 e 1907, que coincidiu com a atuação de Crispim em sua redação, notaria imediatamente esta marca do seu caráter. Quem se dispusesse a reler a **Gazeta Catharinense**, pressentiria a mesma sensação e observaria além do mais, neste jornal, o mesmo fenômeno que ocorreu com a **Gazeta de Joinville** após 1907. Com o afastamento de Crispim perderam ambas o ânimo ardente e a tonalidade, porque tornaram-se carentes do espírito inovador, insubmisso e arrojado daquele redator que lhes demarcava os rumos.

Não seria exagerado, de outra parte afirmar-se que os melhores momentos da **Terra Livre** e do **República**, para não se falar na **Folha do Comércio** e muito menos na **Folha Nova**, coincidiram exatamente com o período em que Mira delineou e desenvolveu seus conteúdos programáticos.

Em todos os jornais por onde transitou seu gênio sobranceiro, as marcas da independência, da liberdade de pensamento e da inteligência da sua mente ficaram impressas indelevelmente. Bastaria uma leitura superficial no **Estado** de 1901, onde encontramos os textos mais antigos de sua lavra, para termos a

119. H. RATTON, op.cit. p.3.

impressão viva de que, embora não apresentem eles o mesmo grau de maturidade dos escritos posteriores, careceria o jornal de um pouco de vida, sem a **sua presença.**

Mas esta independência e insubmissão características da sua personalidade lhe grangearam inimizades e lhe trouxeram problemas ao mesmo tempo em que o transformaram num objeto de intrigas e de inveja. Como ele próprio atestou pela **Gazeta de Joinville**, quando reassumiu a redação que havia deixado por outros afazeres, nunca discrepou da promessa de imparcialidade que fizera, "apesar dos desafetos que a nossa independência ia criando com a sua franqueza de dizer todas as verdades e repisar fatos arbitrários que as conveniências políticas mandavam calar". 120

O texto evidencia também as vigas mestras da concepção jornalística do autor, assentadas sobre bases firmes como a "franqueza de dizer", a audácia em "repisar fatos" até que estivessem convenientemente esclarecidos, a incansabilidade em lutar contra as "arbitrariedades" e as "conveniências políticas". Este texto revela o acervo completo dos valores éticos que norteavam o seu projeto de jornalista livre.

Foi como guardião do bem público e como defensor dos fracos e oprimidos contra as "arbitrariedades" dos poderosos que iria se destacar o seu temperamento insubmisso e, ao mesmo tempo, corajoso e firme. Enfrentaria sozinho o chefe político da Região, Abdon Batista, com o desassombro de quem nada lhe devia e de quem nada esperava obter em troca de favores. "Vós não tendes em vossas mãos a nossa liberdade, como vos parece", dizia contra as ameaças do líder. "Vós não nos

120. C. MIRA. *O nosso rumo. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 mar. 1907. p.1, c.1.*

escravisais (...). Quem escreve estas linhas desafia a vossa cólera, rindo do vosso ódio pequenino".¹²¹

Se realmente o estilo é o homem, como queria Buffon, então ali está Crispim Mira inteiro, de corpo e alma, idêntico a si mesmo.

A campanha empreendida por ele nesta época, através da *Gazeta de Joinville*, contra o *Comércio de Joinville*, Folha obediente à política dominante no Norte de Santa Catarina, seguia esta direção, sem desvios e sem trêguas. Diante das ameaças de Ábdon Batista, irrompia em carga redobrada: "Nós enfrentaremos sem medo todas as ameaças ridículas com que nos pretendem acabrunhar, e de dia para dia iremos demonstrando ao público, lá de fora, que a população joinvillense não é um bando de escravos, curvados ao chicote de um feitor exigente".¹²²

Por esta razão, transparece tenuamente na biografia, alguma insinuação de que o comportamento por ele assumido, expressaria certo grau de irresponsabilidade. Foi assim que o próprio Plácido afirmou que Crispim não media "as consequências pessoais do seu gesto".¹²³ Evaldo Pauli, meditando sobre as memoráveis e tempestuosas polêmicas, travadas pelas páginas da *Gazeta Catharinense*, o qualificou de "afoito".¹²⁴ E de fato ele o foi.

Contudo, não resta a menor dúvida de que ele tinha a noção clara dos perigos e adversidades que a qualquer momento poderiam se abater com violência sobre sua cabeça. Apenas não

121. C. MIRA. *Cala-te ou morres*. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 6 abr. 1907. p.1, c.1.

122. C. MIRA. *Estamos processados*. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 13 abr. 1907. p.1, c.1.

123. *CONSUMMATUM est. op. cit.* p.1, c.5.

124. E. PAULI, *op. cit.* p.281.

se prostrou acovardado diante das perspectivas que elas apontavam. Por isso, se o analisássemos apenas através das manifestações exteriores da conduta, poderíamos quicá, percebê-lo como um homem irresponsável. Mas, a realidade da sua alma estava escondida muito além das aparências.

Na verdade ele não vacilou um único instante. "Tive mesmo de lutar, dizia, com os desgostos que meus escritos (...) provocavam no meu próprio lar e só eu sei a dose de energia de que careci para não ter fraquejado um momento sequer. Encastelei-me na justiça da minha causa e não vacilei".¹²⁵

É que "trazia dentro de si o lustre do seu temperamento ardente e nobre que em vez de se abater, mais se pronunciava em face das ingratidões e dissabores que sofreu".¹²⁶

Carlos Gomes observou que não apenas Mira resistiu impassível diante das dificuldades, mas, que ainda se adiantou a elas, já que "enfrentaria todos os perigos para dizer o que lhe parecesse bom e justo".¹²⁷ A Pátria reconheceu na "força de vontade"¹²⁸ o fogo que lhe ardia no peito e lhe proporcionava o alento necessário para manter viva a esperança e a fé no seu destino.

VI. O jornalismo escrupuloso

A Folha Nova testemunhou que Crispim Mira "nunca enodou sua folha de serviços à coletividade, pelo interesse

125. C. MIRA. *A política joinvillense*. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 8 out. 1908. p.1, c.1.

126. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.6.

127. C. GOMES, op. cit. p.5.

128. GAZETA de Joinville. A Pátria, S.F. do Sul, 8 abr. 1907. p.2, c.3.

subalterno".¹²⁹ A Notícia reforçou esta idéia, afirmando que "jamais se bateu, em toda sua vida, por aluguel da pena".¹³⁰

Como jornalista porém, ele esteve de algum modo, ligado ao serviço subalterno, na época em que atuou como redator da Gazeta Catharinense, defendendo os interesses da política hercílita. Contudo, foi exatamente neste período que se manifestou como nunca a sua independência.

"Julgo-me bastante forte, ponderou nesta ocasião, para colocar-me ao serviço de interesses subalternos e declaro que deixaria de ser redator desta Folha, no dia em que ela tivesse acaso de adular os elevados sentimentos de seu patriótico programa".¹³¹

O texto distingue um tipo de legítima subalternança de outra apenas aparente. Mira ligou-se, é verdade, à campanha de Hercílio Luz: em primeiro lugar porém, revelou uma consciência crítica sobre o papel que estava desempenhando e, em segundo lugar, resguardou a sua liberdade e, logicamente seus princípios morais de ação.

É que as vinculações do seu jornalismo se davam ao nível do "programa", e não ao nível do homem. Tratava-se, portanto, de uma submissão às idéias diretrizes, enquanto elas não fossem adulteradas. A questão, dizia, "é que não me prendo, que não me submeto simplesmente ao homem, mas, ao homem conforme suas idéias. Se estas se modificam para o bem, acompanho-as alegre, se para o mal, renuncio-as francamente".¹³²

129. A AÇÃO da Justiça. Folha Nova, Florianópolis, 22 fev. 1927. p.1, c.1.

130. CONSUMMATUM est. loc. cit.

131. C. MIRA. Respondo ao apelo. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 ago. 1908. p.1, c.1.

132. C. MIRA. A política Joinvillense. op. cit. p.1, c.2.

Sua participação no projeto político de Hercílio Luz, não podia, desta forma, ser considerado como um trabalho "subalterno", no seu significado vulgar, porque o desdobramento e a orientação ideológica da Gazeta Catharinense era obra exclusiva do seu próprio entendimento. Afirmara estar servindo a uma causa que era sua, mas que, com certeza, era "a causa do povo catarinense".¹³³

Assim, quando Pauli, relatando estes acontecimentos, disse que Hercílio Luz contratara Crispim "por elevada soma",¹³⁴ não estava por certo, insinuando a subserviência deste aos interesses políticos particulares do grande líder republicano. Pelo contrário, se dermos crédito ao que nos relatou o próprio Crispim na Gazeta de Joinville, esta interpretação se tornará inverossímil, porque afirmara ali que colocava "o verdadeiro mister da imprensa acima de quaisquer considerações pessoais".¹³⁵

Isto revela a existência de uma concepção ética bem definida em relação ao papel da imprensa e no sentido de que, como ação real, como trabalho, devia esta atividade ser colocada acima do capricho pessoal. Assim, a fidelidade ao "programa" e a resistência contra o oportunismo, bem como o desprezo pelo "aluguel da pena" e pela subserviência aos interesses particulares, se constituíam em princípios fundamentais da ética jornalística que ele professava a qual, na sua essência, fazia parte integrante da concepção ética do trabalho.

133 . C. MIRA. *Respondendo ao apelo. loc. cit.*

134 . E. PAULI, *op. cit.* p.277.

135 . C. MIRA. *Nosso Rumo. loc. cit.*

Quando em novembro de 1926 Crispim fundou em Florianópolis a *Folha Nova*, recordou, no editorial, a orientação que imprimira à *Folha do Comércio* e à *Terra Livre* em épocas passadas. E a partir destas considerações, traçou o programa do novo jornal, afirmando ter sempre procurado "quanto em si estava, fazer obra de polidez e justiça, de inteligência e patriotismo".¹³⁶

Colocou desta maneira em debate a questão do assim chamado "jornalismo sem escrúpulos". Todavia objetivou também nos mostrar uma imagem da sua atividade jornalística, na qual, mesmo no auge das polêmicas em que se metera, "não agrediu nunca, nunca ataçainou, nunca teve a intenção de ferir, nunca falseou as causas a cujo serviço se colocou, não sacrificou a justiça das questões, pelo temor das conseqüências e tão pouco verberou para satisfazer caprichos pessoais".¹³⁷ O texto desenha a estatura moral do homem e, de outra parte, transcreve o código da sua ética jornalística. Na verdade, porém, este não foi apenas o "programa" do seu último jornal, mas, a orientação de todas as "Folhas" que fundou ou que redatoriou no decorrer dos seus vinte e sete ou mais anos de atividade.

Assim, ao relembrar as polêmicas sustentadas nos áureos tempos da *Gazeta de Joinville*, contra Ábdon Batista, e que lhe valeram dissabores, represálias e ameaças de violência física, pôde afirmar nunca ter sido injusto, ou mesmo ter avançado jamais "qualquer juízo temerário a respeito da pessoa combatida".¹³⁸

136 . C. MIRA. *O que já fizemos e o que pretendemos fazer*. *Folha Nova*, Florianópolis, 18 nov. 1926. p.1, c.1.

137 . *Ibidem*, loc. cit.

138 . C. MIRA. *A política joinvillense*. op. cit. p.1, c.1.

Na Gazeta Catharinense, mostrou que não precisava descer às ofensas pessoais para combater eficazmente o Governo de Gustavo Richard, apesar das revelações escandalosas, assacadas com desprezo contra sua pessoa por Rupp Junior.¹³⁹

Exemplo semelhante já havia oferecido na Gazeta de Joinville, quando, em 1907, o capitão Lobo veio lhe avisar que alguns políticos, em represália pelas atitudes críticas com que analisava seus atos, estavam se preparando para agir contra ele a qualquer momento. "Até agora, respondeu ao capitão, não nos desviamos de um escrever leal e criterioso, ventilando com justiça todos os fatos de que nos ocupamos, sem jamais descer às invectivas pessoais".¹⁴⁰ Por esta razão o República o descreveu como um homem sempre "elegante nas lutas, pela superioridade com que combatia".¹⁴¹

Utilizou-se abundantemente e com muita inteligência da ironia, como arma letal, que punha o adversário no ridículo. Combateu com violência e até ferocidade instituições, procedimentos e irresponsabilidades, mas jamais a pessoa singular.

Por isso mesmo, como relembrou a Folha Nova, Crispim "como todo valor viu, em torno de si, vicejar a planta corrosiva da inve-

139. (C. MIRA). Veio muito zangado. *Gazeta Catharinense*, Florianópolis, 29 maio 1908. p.1, c.1.

140. C. MIRA. *Cala-te ou morres*. op. cit. p.1, c.1.

141. CRISPIM Mira. *República*, Florianópolis, 6 mar. 1927. p.1, c.1.

ja e da calúnia".¹⁴² Como afirmou também Gil Costa, "a inveja dispersou urzes pelo seu caminho de homem valor".¹⁴³

Plácido traçou-lhe, como síntese, o perfil da vida: "tinhas os olhos demais mergulhados na luz dos sóis, quando a teus pés corriam de rojo, revoltas na mesma onda de inveja e ódio todas as maldades humanas que não perdoam quem tem independência de caráter, quem tem valor e talento".¹⁴⁴

A malediscência, a inveja e a calúnia, foram-lhe como a própria sombra, o caudal inseparável dos seus passos. Ele mesmo se queixava pelo *Correio de Joinville*: "falam, cochicham, envenenam mas, não articulam fatos".¹⁴⁵ É que o *Jornal de Joinville*, classificara seus artigos de "mentirosos e de uma baixeza moral nauseante",¹⁴⁶ tentando insinuar a permanência de um passado desairoso, que, logicamente, lhe convinha recordar.

O mesmo tentara fazer, com insistência, em 1919, *Alpha*, depois de propositalmente ter distorcido o significado do termo "idiotismo", utilizado por Crispim, procurando insinuar que **ele** o confundira com o conceito "idiota". Descarregou sobre esta manipulação, sem que houvesse o menor fundamento, a não ser a inveja provocada pela ampla discussão que Crispim vinha fazendo, há tempos, sobre questões educacionais e, basicamente para "satisfazer caprichos pessoais", suas mágoas e seus preconceitos. Afirmou naquela ocasião que era "com semelhantes cincadas, que de um dia para outro se evapora a fama trovejante dos indivíduos que da pose e do charlatanismo se

142. A VOZ da razão. *Folha Nova*, Florianópolis, 1 out. 1927. p.2, c.1.

143. loc. cit.

144. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.6.

145. C. MIRA. O cachinguelê escafedeu-se. *Correio de Joinville*, Joinville, 14 jan. 1922. p.1, c.1.

146. COMO se é canalha. op. cit. p.1, c.2.

valem para vencer na vida".¹⁴⁷

Da mesma forma teve este sentido a investida de Rupp júnior, que provocou a quase tragédia de 20 de agosto de 1908, não fosse a intervenção de amigos mútuos.

Rupp e mesmo Alpha, com o recurso que fizeram ao jornalismo inescrupuloso, acabaram emaltecendo a "elegância e a superioridade" com que Mira os combatia.

VII. O altruísmo

Gil Costa, advogando a causa de Crispim no julgamento ao atentado de 1927, reivindicou-lhe "a fama de justo e bom",¹⁴⁸ já proclamada anteriormente pela Folha do Comércio em 1914, como uma das qualidades que o impuseram à admiração dos coevos, ao descrevê-lo como um espírito possuidor de inteligência "a par de um coração sincero, leal e bom".¹⁴⁹

Esta bondade de coração aparece repetidamente nos relatos biográficos, sob a forma de uma disponibilidade em direção ao outro. É neste sentido por exemplo, que a Liga dos operários e Classes Anexas de Joinville, recordou aos associados a memória de Crispim, como sendo "nosso patrono a quem devemos a organização jurídica da Liga e muitos outros serviços espontâneos e gratuitos".¹⁵⁰

O texto ressalta esta capacidade para as ações "espontâneas e gratuitas", atributos específicos de uma alma solidária e aberta. A característica de uma ação "espontânea" é, de

147 . ALPHA. *Crispim Mira gramático*. O Estado, Florianópolis, 14 mar. 1919. p.1, c.1.

148 . A VOZ da razão. loc. cit.

149 . CRISPIM Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 set. 1914. p.1, c.6.

150 . A LIGA dos operários e classes anexas de Joinville. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.6.

moção ou mesmo de encobertamento de interesses secundários. Foi como um trabalho ao qual se consagrou com "interesse" e "dedicação", pondo-se "espontaneamente" ao serviço dos outros, numa autêntica missão.

Mas, não se reduziu a um comportamento ocasional. Foi uma opção consciente desde os primeiros momentos da sua carreira jornalística até o final. Crispim desenvolvera as virtudes da constância e da fidelidade aos compromissos que livremente assumira.

A *Pátria*, já em 1907, testemunhara a presença destes valores altruísticos, reconhecendo a vocação da "sua livre, independente e aparada pena, para defender os interesses do povo".¹⁵⁴ Em 1928 *A Notícia* enaltecer-lhe-ia mais uma vez esta marca do caráter, chamando-o de "grande paladino dos direitos do povo",¹⁵⁵ ratificando, de alguma forma o que já dissera anteriormente quando o classificara como "o mais brilhante paladino de nossas liberdades públicas".¹⁵⁶

Theodolindo Lima, descobriu em Crispim a figura de um "libertador temível". Disse que ele "veio por-se ante as fileiras dos fracos, combatendo por eles com denodo e altivez". E acrescentou que "ele quando veio, trouxe a rigorosa atitude de batalhador sincero e leal das partes fracas e oprimidas".¹⁵⁷ A defesa dos humildes não se resumia apenas ao ataque contra os opressores. Foi muito mais significativa, construtiva e nobre.

154. GAZETA DE Joinville. *A Pátria*, op. cit. p.2, c.3.

155. A RONDA sinistra das hienas. op. cit. p.1, c.3.

156. CONSUMMATUM est. op. cit. p.1, c.4.

157. Theodolindo LIMA. op. cit. p.1, c.3.

No dizer de Ildefonso Juvenal Crispim foi (...) "uma muralha e um abrigo a cuja sombra e fortaleza benfeitoras, os neófitos da arte encontravam um abrigo salutar".¹⁵⁸

Enquanto muitos outros apenas sabiam apedrejar, dizia ainda Juvenal, Mira estimulava e amparava" os novos rebentos intelectuais", porque previa "sabidamente em cada pequenina e insignificante semente a árvore colossal e os sazoados frutos de amanhã".¹⁵⁹

Esta particularidade do seu caráter, foi atestada por outras fontes como o **República** que viu nele "uma invulgar faculdade de distinguir destinos".¹⁶⁰ Mira exerceu uma espécie de mecenatismo moral, de grande importância como agente de estímulo e orientação de novos valores, o que ressaltou ainda mais a real dimensão da sua "espontaneidade" e "gratuidade", exercida no campo social e cultural.

Por outra parte atribuiu credibilidade à sua profissão de fé nos valores que defendera com ciúme e com coragem a vida inteira e que foi pronunciada nos últimos instantes da vida: "propugnei sempre pela verdade e pela justiça, não importa que morra!"¹⁶¹

"Verdade" e "justiça", representam aqui a opção inarredável desta defesa dos interesses gerais, elevada a seu último degrau. A **Folha Nova** declarou a este respeito, que ele "não vacilou sacrificar a própria vida na defesa dos sagrados interesses do povo".¹⁶² E, alguns dias após, retomando a mesma ima-

158 . I. JUVENAL. *Terra catarinense*. República, Florianópolis, 30 abr. 1920. p.2, c.2.

159 . *Ibidem*, loc. cit.

160 . CRISPIM Mira. República, op. cit. p.1, c.1.

161 . PELA verdade e pela justiça. Folha Nova, Florianópolis, 7 mar. 1927. p.1, c.6.

162 . O mártir da liberdade de imprensa. Folha Nova, Florianópolis, 21 fev. 1927. p.1, c.5.

gem do holocausto, disse que fora "imolado pela causa do povo".¹⁶³

Tanto as fontes biográficas, quanto a própria obra, se referem ora à defesa dos fracos e oprimidos, ora à defesa do povo, ou dos "interesses gerais do povo". É que os vários conceitos constituem uma única configuração no seu pensamento. Se de um lado estes apareciam como valores, do outro, desfilavam os antivalores desta visão ética do trabalho: as "arbitrariedades e as conveniências políticas", os "interesses subalternos".

Durante a longa questão mantida, em 1922, em Joinville, contra o Juiz de Direito da Comarca, Ulisses Costa, Mira assumiu publicamente este papel de mediação ou de abertura para o outro, ao não permanecer indiferente diante da interferência do magistrado nos destinos da política local, postando-se prontamente, como afirmou, "ao lado dos fracos".¹⁶⁴ Na verdade jamais se entregaria aos artifícios da bajulação ou das alianças com o poder, porque a causa que ele defendia era sempre também a "causa do povo".¹⁶⁵

Podia mesmo afirmar com convicção que "a nossa campanha é a da verdade e da justiça e a luta em prol dos pobres e dos humildes".¹⁶⁶

163 . Tomba afinal o glorioso lutador. op. cit. p.1, c.1.

164 . C. MIRA. O cachinguelê escafedeu-se. op. cit. p.1, c.1.

165 . C. MIRA. Respondo ao apelo. op. cit. p.1, c.1.

166 . C. MIRA: Cala-te ou morres. op. cit. p.1, c.1.

Por isso seu pensamento político se construiu sobre os patamares da contradição povo-poder, ou seja, entre a "causa do povo" e a causa do poder ou dos poderosos. Assim, a defesa do "interesse geral" que fundamentava a "verdade" e a "justiça" da sua atividade como ação construtiva, se transformou necessariamente numa luta contra todas as formas de opressão, de dominação e de abuso do poder.

Esta dimensão pode ser constatada claramente quando, na **Gazeta de Joinville** ele enfrentou as pretensões dos poderosos, opondo-se corajosamente à exploração do grupo dominante em Joinville. "Vós quereis, bem o sabemos, oprimir os desafortunados, abusar das necessidades dos operários, dominar soberanamente, dispondo de todas as consciências e de todas as vontades, sem que ninguém vos contrarie".¹⁶⁷

É no contexto desta doação "espontânea" e "gratuita" que devemos entender o engajamento de Crispim na luta operária de Joinville. Com efeito tratava-se da defesa de um "interesse geral". Neste sentido Crispim foi uma das poucas vozes que se levantou em defesa dos trabalhadores, vitimados pela opressão e exploração do capital e da divisão do trabalho.¹⁶⁸

Todavia a tradição biográfica, apesar do respaldo inquestionável que encontra na obra, é contestada em vários aspectos pela tradição crítica. Especialmente João Mariano dos Santos, revelou "escandalosos fatos", que, interpretados como a cristalina expressão da verdade, empanariam grande parte da tradição que analisamos, porque atribuem a Crispim atitudes e

¹⁶⁷ . *Ibidem*, loc. cit.

¹⁶⁸ . Não, porém, sem uma certa contradição. Porque as principais vozes que neste período se levantavam em favor dos operários, ou seja, Crispim, Plácido e Carlos Gomes, tinham, de alguma forma, ligações com um dos principais grupos industriais, responsável por grande parcela da exploração a que o operariado era submetido.

comportamentos morais, contraditórios com a ética social que defendia, em certa escala opostos à própria defesa que fazia dos "fracos" e "oprimidos".¹⁶⁹

É necessário refletir sobre o significado destes "escândalos", para se proceder a uma avaliação adequada do relato. Eles se referem a um fato episódico. A descrição, não há dúvida, possui um fundo autêntico que o próprio Crispim não contestou em momento algum. Porém a linguagem utilizada na tessitura do conteúdo, revela a presença de uma profunda frustração e representa a exteriorização de de um mecanismo de compensação como forma de vingança, por danos morais recebidos.

Mas, a verdade é que a carta de João Mariano, tenha ela a veracidade que tiver, deixou marcas profundas, porque alimentou todas as demais intrigas de que Crispim se tornou vítima daí para frente, como as provocadas por Rupp Junior, por Alpha e pelo **Jornal de Joinville**.

Este último, por exemplo, a partir destes conceitos, lançou dúvidas sobre a lisura moral profissional de Crispim, no exercício da advocacia, comparando o seu consultório ao "Inferno de Dante": "quem ali penetrar, perca toda a esperança",¹⁷⁰ disse, insinuando que era uma armadilha pronta a se fechar para sempre sobre os incautos.

Acusou-o também de ter-se aproveitado da ingenuidade de

169 . J.M. dos SANTOS. *op. cit.* p.2, c.3-6; p.3, c.1.

170 . JORNAL de Joinville, Joinville, 4 jan. 1922. p.1, c.5.

Vicente Cidral, o qual, por causa de um desentendimento com Orestes Guimarães, durante uma inspeção escolar no Cubatão, fora trazido a Joinville sob custódia policial. Mira então, segundo o Jornal, teria maximizado o problema, intimidando Cidral, com o intuito de lhe prestar assistência jurídica desnecessária.

O jornal de Joinville tinha Crispim na conta de inimigo imbatível e se prontificava a utilizar de todos os meios para comprometer-lhe a reputação. Torna-se, portanto, difícil verificar a veracidade da acusação. É provável que se tratasse de uma interpretação de algum fato real mas, focalizado no aspecto que mais interessava ao jornal.

VIII. O espírito de vigilância moral

Encontramos no humanista renascentista Philipp Melancton um pensamento que nos possibilita agora ingressarmos no recinto deste tema. "O nosso fim último, dizia ele, não reside apenas na virtude isolada, mas no bem-estar público" ¹⁷¹

Relaciona de um lado a exigência de uma vida virtuosa na conduta individual e do outro, o bem-estar público. Aparecem, então, como dois elementos solidários de uma realidade espiritual única. A "eficiência social" reside na harmonização destes dois pólos complementares: e esfera do particular e a esfera do geral.

A concepção crispiniana de trabalho, induz necessariamente a esta mesma vinculação entre a "virtude isolada", cultivada pelo indivíduo e da qual resultará o "homem de caráter", dotado do "espírito do trabalho" e, conseqüentemente de uma

171. Hans NICHOLAS. Educação comparada. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1971. p.121.

consciência de si mesmo e de uma percepção clara do seu papel, e, o "bem-estar geral", ou seja, o interesse geral que se traduzirá na prática do zelo, da defesa e da fiscalização dos bens sócio-culturais e físicos da coletividade.

Contudo, Crispim não estava especificamente preocupado em desenvolver uma discussão sobre o tema do "bem-estar público". A sua proposta se colocava numa posição mais ampla. O problema em que ele se agitava, dizia respeito ao bem-público, que almejava situar acima dos interesses particulares, como um bem real, apesar de pertencer a todos. Por este motivo exigia de uns a defesa, de outros o respeito, e, logicamente de todos, proteção incondicional. O questionamento de Crispim, girava em torno da necessidade de se desenvolver uma mentalidade social favorável aos aspectos gerais da convivência comunitária em que a corresponsabilidade se tornaria o elemento catalizador dos impulsos gerados no interior da sociedade, direcionando-os para esta nova perspectiva de progresso e "bem-estar público", possível apenas numa atmosfera de respeito absoluto ao patrimônio público.

O fenômeno foi visualizado em dois níveis distintos de compreensão: primeiro fixou-se naquilo que ele chamou de "prejuízos de tradição", isto é, na omissão coletiva que já se firmara como uma característica cultural marcante, daquela comunidade que ele descrevia e cuja tradição consistia efetivamente em se omitir diante dos fatos, sem exigir dos que estavam no poder, respeito por aquele acervo de bens culturais sociais e físicos que deveria constituir o objeto do interesse público. A constatação deste comportamento dava margens à corrupção e aos abusos de poder, sem que ao menos se levantasse uma só voz em sinal de protesto.

Segundo, colocou o conceito de "descanso", que, por sua vez, também dizia respeito a um tipo de omissão, representado pelo descuido dos que estavam nos postos de comando, em zelar pelo bem geral, permitindo, além do mais, que este se transformasse em presa fácil das "aves de rapina".¹⁷²

Para Crispim não havia a menor dúvida de que estes dois aspectos estavam na raiz do problema nacional: de uma parte havia esta falta de uma tradição participativa do povo nas decisões da República. Da outra a existência de uma tradição política que confundia o setor público com a esfera privada gerando, em consequência, a politicagem mais desenfreada e a delapidação dos bens públicos, para a satisfação de interesses particulares. Como afirmou Werneck Sodré, "não havia a rigor, povo, coisa pública, interesse público. A ordem privada dominava com poder incontestável".¹⁷³

Assim, mediante o conceito de prejuízo de tradição, Crispim interpretou o comportamento cívico de uma comunidade que estava por demais envolvida nas telas da mesma politicagem da elite oligárquica que transformara a "ordem pública", numa simples "ordem privada".

No primeiro caso esta "tradição" impediu, pelos mecanismos do falso respeito, que se chamasse os detentores do poder à responsabilidade.¹⁷⁴ No segundo, o predomínio das formas oligárquicas de poder, impossibilitou a seriedade administrativa. Crispim apelou para um modelo de administração que fugia à regra geral e ao mesmo tempo servia de exemplo ao país: a prática administrativa de Joinville. Nela

172. C. MIRA. *O nosso porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 11 ago. 1910. p.1, c.2.*

173. Nelson Werneck SODRÉ. *História da literatura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. p.60.*

174. A longa série "O nosso porto" é um exemplo desta maneira de encarar as relações entre povo e poder.

o Brasil podia constatar que já se havia criado na consciência de alguns administradores "a noção tanto quanto possível exata, do cumprimento dos seus deveres em relação aos interesses públicos".¹⁷⁵

Neste caso a idéia de "interesse público" adquiria uma conotação concreta, porque representava o trabalho real, expresso pelo zelo para com os problemas da comunidade: os transportes, as estradas, as preocupações em relação ao ensino público e o esforço inteligente relativo ao povoamento.

Crispim falava estas coisas pensando na realidade que presenciara no Nordeste em 1913. Assim, tencionava, ao trazer à memória a experiência de Joinville, fornecer, um modelo administrativo concreto, para servir de contraposição à práxis existente na República. Porque, dizia, "somos um país essencialmente politiqueiro, sem a atenuante de aliarmos a essa enfermidade, a compreensão e o zelo do interesse público".¹⁷⁶ Deste modo se representava a imagem que fazia do Brasil daqueles tempos.

Por "politiqueiro" figurava a própria essência do caráter político dominante, um emaranhado interminável de relações escusas, em cujas bases germinava o servilismo político-partidário mais abjecto. Era precisamente isto que ele combatia com veemência: "tivemos por escopo condenar as arbitrariedades e o servilismo dos politiqueiros atuais",¹⁷⁷ afirmara já nos primórdios da sua carreira jornalística.

E se pode afirmar que também para Crispim o Brasil era

175 . C. MIRA. Aspectos do Norte. O Dia, Florianópolis, 30 mar. 1916. p.2, c.4.

176 . C. MIRA. Notas Cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 14 dez. 1914. p.1, c.1.

177 . C. MIRA. Cala-te ou morres. op. cit. p.1, c.1.

visto como um "imenso hospital"; só que a enfermidade que ele denunciava era muito mais grave do que poderia ter imaginado Miguel Pereira, porque se tratava da generalização do servilismo político.¹⁷⁸

Era, portanto, uma doença de característica moral, corrosiva, que se havia cimentado numa conduta política acentuadamente marcada pela "arbitrariedade" e pelo "servilismo", nas esferas do poder. Ao mesmo tempo se havia ramificado em tradições culturais e se impregnado na própria conduta social, podendo ser notada concretamente no estado geral de ânimo avesso à preservação do bem público. O patrimônio geral, por esta razão, era tratado pelas oligarquias, como um prolongamento da "ordem privada", o que a sociedade tácitamente consentia, em nome das conveniências.

Criara-se desta forma, o ciclo anti-ético da omissão, caracterizado como uma tradição tendente à inércia e à negligência, à indulgência conivente e às considerações de ordem pessoal de todo gênero, que transformaram a nação em mera expectadora da cena política, deixando os donos do poder na impunidade.* Crispim representou uma inversão diante desta conduta: não se deixou corromper jamais, nem silenciar. Foi uma "voz clamando no deserto", é verdade, mas que testemunhou através do exemplo, pois nunca se calou, nem se omitiu.

Carlos Gomes colheu com muito acerto a característica desta personalidade e a aplicou à Folha Nova, quando disse que ela "seria um fiscal da coisa pública, como há de ser um jor-

178. W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.114-33. Enquanto Miguel Pereira achava que "fora do Rio e de São Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas outras cidades em que a Providência superentende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital", para Crispim, era exatamente nestas cidades que a doença era mais grave, porque falava da enfermidade política.

nal independente".¹⁷⁹

Viu nela o modelo exato do espírito do fundador, jornalista realmente independente e, por isso, autêntico fiscal do patrimônio público, sem concessões.

Hostílio, da mesma forma, enalteceu esta preocupação constante de Crispim. Ao narrar a participação que ele tivera na "conferência de Limites", em que foram definidas as divisas entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, louvou a atitude firme que ele demonstrou em defesa do patrimônio do Estado. Quando o Governador Dr. Carlos Maximiliano, de acordo com o ponto de vista de Borges de Medeiros, pretendia avançar a linha limítrofe, anexando grande extensão do território catarinense e tendo já Hercílio Luz se pronunciado favorável, dando instruções para que fossem acatadas tais sugestões, Mira resistiu prontamente e não obedeceu: "achando que tal linha mutilaria em grande área os municípios de Araranguá e São Joaquim, replicou, aduzindo argumentos históricos contrários, não tendo assim, vingado a pretensão do Rio Grande".¹⁸⁰

Para ele o bem público estava acima de tudo, e não admitia concessões na sua defesa. Em **A Situação Financeira e Política de Santa Catarina**, ele mesmo narrou este episódio em que avultou sobremaneira seu compromisso com uma atitude política participativa, em nome da qual exigiu respeito incondicional ao patrimônio público, que não podia se tornar objeto de barganha, por causa de conveniências políticas. "Achamos que ainda deveríamos resistir e de fato resistimos",¹⁸¹ afirmou ao se lembrar deste acontecimento.

São episódios como este que explicam porque o **República**

179 . C. GOMES, *op. cit.* p.4.

180 . H. RATTON. *Suprema covardia. op. cit.* p.3, c.3.

181 . C. MIRA, *A situação financeira e política de Santa Catarina*, p.5.

o descreveu como alguém que "não se divorciava do ideal profi-xado, procurando pôr seus serviços a favor do engrandecimento da terra que ansiava ver forte".¹⁸²

Outro fato que demonstrou claramente a dimensão desta entrega à causa pública, foi o exemplo dado em 1912, pela **Folha do Comércio**, quando contrariando frontalmente as expectativas regionalistas dos catarinenses, propôs a idéia de um "acordo" como alvitre final para resolver a velha questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Sofreu na ocasião os dissabores desta ousadia, motivada por seu zelo e amor às causas públicas. Embora a glória que lhe coube como idealizador da única fórmula que conduziria pacificamente à solução da grande pendência, em 1916, jamais alguém lhe poderá negar.

A **Folha Nova**, de outro lado, ressaltou o patriotismo que ele demonstrou no decorrer da vida, que o fez merecedor da estima e da admiração de todos, "pela sinceridade de suas atitudes (...) e muito especialmente pelo seu patriotismo, (...) desmascarando com altivez aqueles que, dizendo-se beneméritos e patriotas, não passavam de miseráveis delapidadores do herário público".¹⁸³

O texto evidencia os três aspectos da sua defesa dos interesses gerais: a "sinceridade" do agir que o levou a colocar a força da sua pena ao serviço coletivo, pena esta que não temia "em dizer verdades".¹⁸⁴ O "patriotismo" com que defendeu o patrimônio público e a vigilância constante contra os abusos de poder e a corrupção administrativa.

182 . CRISPIM Mira. *Republica*, op. cit. p.1, c.1.

183 . SAUDAÇÃO calorosa no Club 15 de outubro. op. cit. p.1, c.1.

184 . C. MIRA. *Cala-te ou morres*. op. cit. p.1, c.1.

Carlos Gomes recordou precisamente estes valores, quando afirmou que Crispim "sempre se revoltou contra os delapidadores dos dinheiros públicos e os poderosos, defendendo os direitos do povo".¹⁸⁵ foi esta a razão pela qual a *Folha Nova* o considerou "um exemplo de civismo e de dedicação à causa pública".¹⁸⁶

Mas, há outra tradição que vê neste comportamento um simples mecanismo de auto-promoção, motivado por razões de "orgulho" e amor próprio. *O Jornal de Joinville*, foi um dos que desenvolveram esta versão, interpretando a luta que Mira estava promovendo na ocasião, como o resultado de uma idéia fixa. "O Sr. Mira está cuspidando para o ar", afirmou ironicamente o *Jornal*. "Está ridículo na sua obsessão. No fim de tudo ele é que vai ficar emporcalhado e mais uma vez desiludido nas suas ambições e no seu orgulho".¹⁸⁷

Reduziu, como podemos observar, a questão inteira a um mero problema de "desilusão" pessoal, de "ambições" frustradas, ou mesmo de simples orgulho, desviando-a assim, do seu significado real, que seria a luta em torno da hegemonia política local, que estava sendo assumida pelo Juiz da Comarca.

Esta ironia denuncia a presunção tácita de que, para os autores do texto, defensores dos interesses situacionistas, existia um direito natural ao comando do partido Republicano, em Joinville. Qualquer contestação seria combatida como inoportuna, imoral, ou como algo pelo menos ridículo, como pura "mania de grandeza e (...) sonhos bizarros",¹⁸⁸ ou ainda

185 . MANIFESTAÇÃO de protesto. *Jornal de Joinville*, Joinville, 26 fev. 1927. p.2, c.2.

186 . JUSTIÇA senhores, justiça. op. cit. p.1, c.1.

187 . CAMINHO errado. op. cit. p.1, c.2.

188 . COMO se é canalha. op. cit. p.1, c.2.

como um "caso alarmante de megalomania".¹⁸⁹

Arnaldo Santiago ao delinear o perfil de Crispim na sua História da Literatura Catarinense, se referiu aos "impulsos de orgulho que o levaram a situações intoleráveis".¹⁹⁰ Descreveu, assim, um dos aspectos mais importantes do personagem, o seu espírito de vigilância e de defesa dos interesses públicos, como um "impulso de orgulho". Este, porém, é um julgamento pelo menos injusto diante da verdade dos fatos. Não pode ser aceita esta afirmação, segundo a qual, se não fossem estes impulsos ele "poderia ter dado muito do seu erigido saber ao Estado natal".¹⁹¹

Não há qualquer razão para se ignorar os significativos serviços prestados por Crispim, quer à sua cidade, quer a seu Estado.

A Vida Nova também, de certa forma, atribuiu algum valor a este modo de pensar. Disse que nele "ânimo de desprendida franqueza se confundia com orgulho",¹⁹² e que, semelhante fenômeno, possivelmente, o teria levado a prevenções injustas, manifestadas através da ironia com que encarava e retratava os adversários. Enfatizou ainda mais este aspecto, ao acrescentar que era "excessivamente confiado no próprio valor".¹⁹³

Outros porém, negaram esta interpretação. Prodhhl, por exemplo, contestou-a, declarando que Mira era "altaneiro, sem ser orgulhoso".¹⁹⁴ O Estado também mencionou o "orgulho", mas o fez com um sentido diferente. Falou no "orgulho da sua

189 . *Ibidem*, p.1, c.1.

190 . A. SANTIAGO, *loc. cit.*

191 . *Ibidem*, *loc. cit.*

192 . CRISPIM Mira. *Vida Nova*, *loc. cit.*

193 . *loc. cit.*

194 . A.S. PRODHHL. *loc. cit.*

profissão", como uma qualidade moral que o levou a fazer do jornalismo uma arma capaz de "cicatrizando com o ferro em brasa de sua pena causticante a pústula cangrenosa (...) que a consciência lhe ditava (...) estar (...) prejudicando os altos interesses nacionais".¹⁹⁵

A doação de si como forma de vida

Spranger ensinou que "em todo ato espiritual, vigora a totalidade do espírito".¹⁹⁶ O espírito humano se revela no seu todo, em cada ato que contenha sentido e, portanto, ao ser indagado sobre o significado de uma manifestação do "impulso vital", desvela a totalidade dos comportamentos. A significação não reside naquilo que por primeiro aparece, mas está sempre no ato vital predominante.

Não perceberam, entretanto, nem os críticos, nem os biógrafos, que na origem das formas da manifestação espiritual de Crispim, havia constantemente um fator "social" e, neste, uma dimensão ética e pedagógica que era o aspecto que configurava o "ímpeto vital predominante", como princípio organizador da vida espiritual total.

A própria conceituação ética do trabalho que revela uma constante tendência para o utilitarismo, não se esgota no prisma meramente utilitário, mas abrange outros níveis da organização interior, de onde brota o impulso dominante.

Apenas nesta perspectiva podemos atingir a compreensão de um Crispim análogo ao que realmente existiu no tempo e no

195 . TRAGÉDIA suprema. Missão cumprida. *O Estado*, Florianópolis, 21 fev. 1927. p.1, c.5.

196 . E. SPRANGER, *op. cit.* p.56.

espaço, fora dos quais perderia ele qualquer significação real.

Como advertiu o próprio Spranger, "cada um de nós carrega dentro de si um pedaço de uma teoria da vida, solidificada como um dote do seu tempo e de seu meio".¹⁹⁷

Quando Crispim explicou o comportamento que tivera na **Gazeta de Joinville** durante sua longa campanha contra Ábdon Batista, disse: "lamentei sempre o ter sido impelido para aquela atitude, exigida pela veemência do meu brio".¹⁹⁸ Confirmou assim, a presença deste "impulso vital predominante", na orientação da sua conduta, carregado das marcas da sua concepção ética do trabalho mas, também envolvido numa intenção docente, doadora de valores.

É, portanto, difícil aceitar a explicação que tenta basear num mero impulso de orgulho a motivação que o impeliu para a ação. A correta interpretação histórica exige mais do que a simples evocação dos fatos. Há na expressão de Crispim um princípio organizador profundo que denuncia sua forma de vida.

Estava radicado num projeto de vida que, na sua própria essência era um plano pedagógico de "regeneração nacional", por meio da promoção dos valores éticos do trabalho, através de exemplos e de modelos concretos do labor.

Por outro lado, não foi, de maneira alguma, o impulso de orgulho que transpareceu na crítica que ele dirigiu a decantada "plataforma política" de Altino Arantes, pretendente à sucessão de Rodrigues Alves, no governo de São Paulo em 1916,

197 . E. SPRANGER, *op. cit.* p.153.

198 . C. MIRA. *A política joinvillense. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 8 out. 1908. p.1, c.1.*

mas um ato vital mais significativo. "Não é possível, afirmou, que eu não possa compreender uma coisa que todo mundo compreende e enaltece. (...) Por mais atenciosamente que eu houvesse lido e relido (...) não pude descobrir onde se ocultam as admiráveis revelações que estavam sendo motivo da geral estupefação".¹⁹⁹

O ato doador de sentido, aqui, como em inúmeros outros textos, não estava em algum fenômeno aparente, mas sim, num "impulso vital predominante" que surgia do espírito e que conduzia a um "ato de amor", à "doação de valores", a implantar valores na alma do outro, dando lições de vida sob a forma de uma denúncia mordaz do servilismo e da arte bajulatória que dominava os jornalistas do seu tempo, os quais se deixavam ofuscar por alguns dados estatísticos que nada tinham em comum com o personagem, esquecendo-se de exigir provas da sua idoneidade real e da sua competência para o exercício do cargo que postulava.

"Era tarde demais para desistir da minha campanha", assinalou em relação à polêmica que sustentara contra Ábdon Batista. Eu a sustentei até o fim com consciência, com pesar, firmemente, esclarecidamente. (...) Não vacilei diante das contrariedades".²⁰⁰

Seu jornalismo teve um sentido de denúncia e de abertura de novos caminhos, de novos valores. Era esta a motivação que o impelia a persistir nos debates: para "condenar as arbitrariedades e o servilismo dos politiqueiros atuais".²⁰¹ Queria proporcionar exemplos concretos de participação nos

199 . C. MIRA. *Plataforma Arantes*. *O Dia*, Florianópolis, 13 fev. 1916. p.1, c.1.

200 . C. MIRA. *A política joinvillense*. op. cit. p.1, c.1.

201 . C. MIRA. *Cala-te ou morres*. op. cit. p.1, c.1.

nos destinos da vida comunitária e ensinar lições de participação.

Este foi o impulso vital predominante, o valor prevalente e constante que doou o sentido global ao ato espiritual maior que representou sua obra e, em consequência, determinou-lhe a "forma de vida".

CAPÍTULO III

ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA DE CRISPIM MIRA

A UNIDADE INTERNA

A produção intelectual de Crispim Mira se constitui numa obra jornalística rara, porque é homogênea no seu conjunto. Se a devêssemos conceituar como tal, não duvidaríamos em defini-la como um projeto de "regeneração nacional" pela promoção dos valores atinentes ao universo do trabalho. Neste aspecto ela foi a representação gráfica de uma estrutura ideológica típica da Primeira República mas, alentada por uma perspectiva ética inovadora no concerto das linhas mestras do pensamento daquele período.

Se apresenta como um quadro ideológico bem delineado em termos de aspirações, prefigurações e projetos em cujo interior domina a ideologia da "regeneração nacional". Este contexto se desdobra em mil visões, mitos, utopias, crenças e decepções, que colaboram na estruturação do universo conceitual básico do seu pensamento.

É nos alicerces deste quadro ético geral que se radica o verdadeiro sentido da "regeneração" perseguida por ele, co-

mo um projeto intencional de transformação, interpretado através de uma expressão ético-pedagógica do exemplo concreto do trabalho que põe em destaque os aspectos mais sensíveis da operosidade, da perseverança e da produtividade utilitária. Apregoava a "regeneração" mediante a emulação do exemplo real.

Os escritos de Crispim formam, no seu todo, uma única obra que se externa por meio de várias expressões cíclicas, acompanhando a maturação do espírito ao compasso da práxis da vida real.

Preside-a constantemente uma intenção doutrinária formativa, que se conforma a uma expectativa ético-pedagógica do exemplo e cuja meta é o desenvolvimento do "espírito do trabalho" como conjunto de virtudes operativas e construtivas da ação e da harmonia social: a perseverança, o esforço, a responsabilidade, a laboriosidade, o fazer por si, a poupança.

Para compreendê-la cumpre-nos considerar, em primeiro lugar, a persistência atuante de uma decepção em relação ao modelo republicano vigente. Em segundo lugar, a permanência da idéia de que o mal nacional reside especialmente nas instituições e que, portanto, estas precisariam ser regeneradas. Em terceiro lugar, a existência de uma concepção geral pouco dinâmica das mudanças sociais, onde prevalece o império da vontade.

Por isso, insistir numa apresentação dos escritos de Crispim, como simples sucessão cronológica de títulos, seria romper-lhe a conexão interna que confere o significado e a dimensão exata.

Transformaríamos seu esforço intelectual numa simples produção desconexa, incapaz de evocar o significado do seu espírito e da sua época. Não podemos, é certo pretender colocá-lo nas melhores posições da galeria privilegiada das letras catarinenses. Mas, como obra jornalística merece ser realçada por sua unidade interna e pela perspectiva ética. É este aspecto que a transforma numa obra única.

AS DIMENSÕES DA OBRA

A partir destas observações gerais, cumpre-nos estabelecer agora, categorias que possibilitem aglutinar os vários momentos desta produção intelectual sem, todavia, romper-lhe o vínculo substancial da significação, pela percepção de que existe uma temática preferencial e geral, variando no interior da obra, de acordo com as mudanças do acontecer histórico-social e cultural, sem que, entretanto, se desvie a intenção regeneradora fundamental e o prisma ético sobre o qual está firmada.

Assim, podemos agrupar em cinco momentos ou dimensões principais que demarcam as cinco manifestações mais expressivas da atividade intelectual de Crispim: a dimensão jurídica, a dimensão germanista- a dimensão republicana, a dimensão herciliista, e a dimensão regeneracionista.

ANO	PRODUÇÃO	DIMENSÃO
1901	" <u>Cartas ao Sr. Governador</u> "- <u>O Estado</u>	Republicana.
-	<u>Jornal do Povo.</u>	Germanista- Republicana.
1905-7	<u>Gazeta de Joinville.</u>	Germanista.
1907	<u>Ação de Manutenção.</u>	Jurídica.
1907	<u>Município de Joinville.</u>	Germanista.
1907	<u>Para Aprender o Português.</u>	Germanista.
1908-9	<u>Gazeta Catharinense.</u>	Hercilista.
1909-15	<u>Folha do Comércio.</u>	Republicano- Germanista.
1911	<u>O Perigo Alemão.</u>	Germanista.
1914	<u>Deputado Irineu Machado versus Ale- manha.</u>	Germanista.
1914	<u>Santa Catarina-Paraná. Impostos inter-estaduais.</u>	Jurídico- Republicana.
1914	<u>Impostos Inter-Estaduais.</u>	Jurídico- Republicana.
1915	<u>Santa Catarina-Paraná. A Mediação do Presidente.</u>	Republicana.
1916	<u>Os Alemães no Brasil.</u>	Germanista.
1916	<u>O Dia.</u>	Regeneracionista.
1916	<u>Para Vencer.</u>	Regeneracionista.
1917	<u>Crimes e Aventuras dos Irmãos Broca- to.</u>	Jurídica.
1918	<u>Confraternização Republicana.</u>	Republicana.
1918-19	<u>Terra Livre.</u>	Hercilista- Regeneracionista.
1918	<u>Agro-Pecuária.</u>	Hercilista.
1919-20	<u>República.</u>	Hercilista- Regeneracionista.

ANO	PRODUÇÃO	DIMENSÃO
1919	<u>O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações.</u>	Regeneracionista.
1919	<u>Acorda Brasil.</u>	Regeneracionista.
1919	<u>Estado de Santa Catarina. Informações.</u>	Hercilista.
1919	<u>Estado de Santa Catarina. Exposição de Cereais.</u>	Hercilista.
1920	<u>Terra Catarinense.</u>	Hercilista.
1921	<u>Ação de Manutenção.</u>	Jurídica.
1923	<u>Suspeição.</u>	Jurídica.
1923	<u>Habeas Corpus.</u>	Jurídica.
1924	<u>A situação Financeira e Política de Santa Catarina.</u>	Hercilista
1925	<u>Episódios.</u>	-
1926	<u>Folha Nova.</u>	-

A dimensão **Jurídica** compreende os escritos relacionados com o exercício da advocacia e, como tal, não compõe o núcleo mais importante nesta análise que estamos empreendendo. Contudo, as produções de 1914 a 1917 formam um quadro à parte porque interferem com aspectos mais amplos do seu pensamento. A característica do tema está no ponto de vista que preside a direção da análise.

A dimensão **Germanista** se caracteriza pela atitude em defesa do colono alemão e da colonização em geral. Marca a tentativa de promover o teuto-brasileiro a modelo-ético do "espírito do trabalho".

A dimensão **Republicana** compõe uma categoria ampla, em

que predominam as preocupações políticas e a tentativa de regeneração das instituições Republicanas.

A dimensão Hercilista engloba as produções que correspondem ao período de vinculação entre Crispim Mira e Hercílio Luz, e que, deste modo foram realizadas às sombras desta amizade. Trata-se, portanto, de um conjunto de temas interrelacionados.

A dimensão Regeneracionista abarca o núcleo central da ideologia da "regeneração" e se envolve na luta em prol da educação e do serviço militar obrigatório, projetos, em parte, atrelados à pregação da Liga de Defesa Nacional, orientada por Olavo Bilac.

O quadro sinótico que apresentamos acima, nos revela inúmeros aspectos preliminares da obra. Mostra especialmente a existência de uma unidade ideológica e ética entre os vários momentos de que ela se compõe, e estabelece o aspecto mais conclusivo desta abordagem introdutória: Mostra como o conjunto destes momentos produtivos já estava plenamente realizado por volta de 1925 e que Crispim já havia completado um ciclo inteiro de realizações, no seu papel de jornalista e de cidadão politicamente responsável. Dai para frente começaria a surgir um mundo novo, mas que não pode desabrochar. Por isso quando ele retornou ao jornalismo em 1926, fundando a Folha Nova, em Florianópolis, após longo afastamento durante o qual se dedicara à advocacia, foi um novo Crispim que retornou, iniciando uma nova vida, mas sobre cujo futuro não nos é lícito vaticinar.

1. A DIMENSÃO JURÍDICA

A obra de Crispim não se resumiu apenas na atividade jornalística. Esta, não restam dúvidas, foi-lhe a alma e o coração, mas, em algumas etapas da vida o jogo das circunstâncias ou das conveniências do momento, como disse a Folha do Comércio, o levaram a exercer atividades "noutro campo mais remunerador".¹

A advocacia provisionada foi, desta maneira, a outra ocupação a que se dedicou com certa intermitência desde os tempos da Gazeta de Joinville. Aumentava seus ingressos e tinha a vantagem de possibilitar o exercício da atividade jornalística, de quem não conseguia se afastar.

A propensão para as atividades do mundo jurídico, segundo Carlos Gomes, iniciou ainda na juventude, quando ele teria sido enviado ao Rio de Janeiro para fazer "preparatórios", a fim de ingressar na Academia de Direito.²

I

Em 1911 porém, apesar de dirigir a Folha do Comércio, jornal de sua propriedade, aceitou o cargo de agente geral da Companhia Sul América de Seguros de Vida,³ para o Estado de Santa Catarina. Passou daí por diante, a dividir as duas

1 CRISPIM Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 jul. 1912, p.1., c.2.

2 C.GOMES. O Autor. ACM Florianópolis, 3(1):4, mar. 1978.

3 NOTÍCIAS Locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 25 mar. 1911. p.2., c.2.

funções, a de securitário e a de jornalista, mas, com dificuldades, porque a nova incumbência lhe exigia constantes viagens de serviço às várias regiões sob sua jurisdição.⁴

O êxito alcançado no desempenho deste encargo parece ter sido considerável. A *Gazeta de Joinville*, relatando uma viagem de negócios ao Norte do Estado, afirmou que ele "tem sido muito procurado para novos seguros de vida nesta cidade, sendo já regular o número das pessoas que se seguraram".⁵

A capacidade de trabalho e a eficiência profissional, demonstradas neste período, lhe valeram a investidura, no Rio, em 1912, nas funções de Inspetor Geral da Companhia.⁶

Este fato provocou profundas modificações na sua vida jornalística, porque logo em seguida partiria em longa missão para o Norte e Nordeste do Brasil, a fim de inspecionar os trabalhos da Companhia na Região. Deixou, então, a direção do *Jornal a Martinho Calado* e, "de longe", continuou mantendo contatos por correspondência.⁷

O trabalho que desempenhava no "Norte", não lhe permitia residência fixa. Mesmo assim, o sinete indelével que trazia na alma, a marca do jornalista nato, não lhe concedia o descanso da pena. Assim, enviava, regularmente, contribuições a *Florianópolis*, bem como colaborava com jornais da Região. No Recife escreveu pelo *Jornal Pequeno*, onde desenvolveu importante dis

4 NOTÍCIAS Locais. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 14 out. 1911. p.3., c.1.

5 NOTÍCIAS Locais. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 18 nov. 1911. p.2., c.4.

6 NOTAS. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 26 jun. 1912. p.l., c.1.

7 C. MIRA. De Longe. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 18 abr. 1913. p.2, c.3.

cussão sobre o tema da colonização.

Em meados de 1913, terminada a missão, retornou ao Rio, onde a Companhia o nomeou "Superintendente da Produção" no Distrito Federal, cargo, como disse a **Folha do Comércio**, que "sempre fora acupado apenas por funcionários antigos da firma, com competência confirmada e inabalável confiança".⁸ Tal fato confirmou a eficiência da ação exercida como Inspetor Geral. O Jornal acrescentou tempos depois, que o novo cargo fora "conquistado rapidamente pela sua superioridade de ação e inteligência".⁹

Até 1917 fixou residência na Capital Federal, onde exerceu também intensa atividade jornalística, nos principais órgãos da imprensa carioca. O núcleo mais representativo desta produção, versou sobre as questões republicanas do acordo entre Santa Catarina e Paraná, na velha pendência do Contestado e a defesa incondicional do colono alemão.

A copiosa colaboração que enviou para a **Folha do Comércio**, em Florianópolis, neste período, enquanto ela continuou de sua propriedade, pode ser avaliada pelo significado e assiduidade da coluna "Notas Cariocas".

Em 1915, acrescentou ao rol das suas ocupações, uma aventura no campo comercial. Nestes anos todos havia desenvolvido uma visão ampla das possibilidades que o Rio oferecia, em relação à atividade comercial. Numa entrevista à **Folha do Comércio**, em 1914, afirmara, neste particular, acreditar "que o nosso maior movimento terá de ser dentro do país, mas há produtos de exportação para a Europa, que poderão ser especulados e de

⁸ CRISPIM Mira. *Folha do Comércio*, loc. cit.

⁹ CRISPIM Mira. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 13 set. 1913. p.1., c.3.

envolvidos com êxito".¹⁰

Sérgio Pinheiro, afirmou, de fato, que o Rio "reunia as características de ser o entreposto comercial mais importante do país"¹¹ e isto propiciava, logicamente, certo desenvolvimento de escritórios comerciais.

Embora nosso interesse aqui não resida na descrição das atividades comerciais de Crispim, fica patenteado, porém, que ele não apenas promoveu o trabalho por meio de pregações teóricas, mas demonstrou-o também pela prática, dando o próprio exemplo de dedicação e de operosidade.

Foi assim que a **Gazeta do Comércio**, de Joinville, publicou, em 1915, uma circular enviada por Crispim, anunciando os serviços da nova firma MIRA & RABE, aos produtores da Região. "Temos o prazer de comunicar a Vs., dizia a mensagem, que acabamos de nos estabelecer nesta Capital, com escritório de consignações e representações".¹² Disse estar convenientemente aparelhada para colocar com "urgência e lisura" todo tipo de produtos de que fosse encarregada, nas principais praças do país.

II

O Estado, ao publicar as "Cartas ao Sr. Governador",

10 A FOLHA ouviu seu diretor. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 nov. 1914. p.1., c.3.

11 S. PINHEIRO, Classes médias urbanas. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira (...) t.3, v.2, cap.1., p.19.

12 NOTÍCIAS Locais. Gazeta do Comércio, Joinville, 12 jun. 1915. p.2., c.3.

em 1901, as atribui ao "Acadêmico de Medicina" e não ao Acadêmico de Direito. Por outra parte João Mariano dos Santos, confirmando que Crispim fora estudar no Rio de Janeiro, disse que lá, apenas enganou os parentes protetores.¹³

A verdade é que jamais ele chegaria a se formar numa Academia e, se os biógrafos tiverem razão, nem mesmo conseguiria completar os estudos "preparatórios".

Apesar disso, em 1907, já exercia a advocacia em Joinville. Nas sessões do Júri do primeiro trimestre daquele ano, apareceu como advogado numa causa em que obteve a absolvição do réu por unanimidade.¹⁴

Em maio daquele mesmo ano a Gazeta noticiava nova vitória e, desta vez, o "despronunciamento" numa acusação de crime por incêndio, em que defendeu o réu "por escrito".¹⁵

Em agosto obteve, pelo Supremo Tribunal do Estado, reforma de sentença condenatória e, cuja defesa por escrito, foi depois publicada, constituindo-se na sua primeira produção jurídica.

Mas, apesar desta habilidade, só em 1920 é que iria prestar exames de "suficiência", em Florianópolis, ocasião em que tirou "provisão" para advogar no Estado.¹⁶

A partir desta data fixou residência em Joinville, onde instalou "sua tenda de trabalho" à Rua do Príncipe, n. 56. "Da proficiência com que exerceu esta profissão, afirmou Carlos Go

13 J.M. SANTOS. Joinville. Aos pais de família. O Dia, Florianópolis, 17 maio, 1908. p.3., c.1.

14 NOTÍCIAS Locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 16 mar. 1907. p.3., c.2.

15 GAZETA de Joinville, Joinville, 27 maio, 1907. p.3, c.4.

16 CRISPIM Mira. Republica, Florianópolis, 15 set. 1920. p.1., c.2.

mes, poderão dizer os arquivos forenses daquela Comarca, se não bastasse o testemunho de quem escreve estas linhas, que ali também advogou nesta época".¹⁷

De fato, o Arquivo Forense de Joinville, guarda ainda hoje, a memória da atividade advocatícia de Crispim Mira. No arquivo de um dos Cartórios, encontramos amplos testemunhos do seu desempenho advocatício.¹⁸

É lógico, que a eficiência profissional de Crispim não pode ser medida por estas simples amostras, seja porque elas representam apenas uma parte de sua produção como advogado, seja

17 C. GOMES, *loc. cit.*

FONTE: Arquivo Forense de Joinville.

- 18 28.05.1921 - Ação de Embargo,
 28.06.1921 - Ação Ordinária.
 28.06.1921 - Ação Ordinária.
 30.06.1921 - Ação Executiva.
 25.07.1921 - Ação Ordinária.
 30.07.1921 - Ação Ordinária.
 01.10.1921 - Ação Ordinária.
 01.10.1921 - Ação Ordinária.
 07.10.1921 - Ação Ordinária.
 03.02.1922 - Ação de entrega de menor.
 03.03.1922 - Ação Executiva.
 08.03.1922 - Ação Ordinária.
 10.03.1922 - Ação Decendária.
 29.03.1922 - Ação Decendária.
 29.04.1922 - Ação Ordinária.
 23.05.1922 - Ação de Justificação.
 19.06.1922 - Ação Ordinária.
 10.08.1922 - Ação Executiva.
 22.08.1922 - Ação Ordinária.
 04.12.1922 - Ação de Execução de Sentença.
 08.12.1922 - Ação de Execução Cambial.
 12.01.1923 - Ação de Reintegração de Posse.
 04.05.1923 - Ação Executiva Bancária.
 04.10.1923 - Ação Ordinária.
 20.11.1923 - Ação Ordinária.
 29.11.1923 - Ação Decendária.
 02.12.1923 - Ação Sumária.
 05.12.1923 - Ação Ordinária.
 23.01.1925 - Ação Notificação.
 12.05.1925 - Ação Ordinária.
 05.11.1925 - Ação Renovação de Procuração.
 25.03.1926 - Ação de Interdicto Proibitório.
 27.02.1926 - Ação de Desquite.
 06.05.1926 - Ação Sumária.
 17.05.1926 - Ação Executiva

porque não nos propusemos analisar o nível do conteúdo que pode ser encontrado nelas.

As publicações deste período, como Ação de Indenização, Suspeição e Habeas Corpus, corresponderam todas à publicação de defesas realizadas por escrito.

Na Ação de Indenização, por exemplo, podemos observar uma capacidade significativa de aplicação, estudo e interpretação. É uma peça toda entremeada de citações adequadas e com clareza lógica em que procura demonstrar que a acusação de roubo e assalto, imputada por Antônio Pedro de Mira, contra José Serrapião de Carvalho, constituía calúnia e por isso deveria ser reparada.

Mas, as três composições mais representativas do momento jurídico, foram: Impostos Inter-Estaduais, Santa Catarina-Paraná: Impostos Inter-Estaduais, e Crimes e Aventuras dos Irmãos Brocato.

1.1. IMPOSTOS INTER-ESTADUAIS

Um dos textos mais importantes do tema é, sem dúvida, Impostos Inter-Estaduais. Além de apresentar e documentar um escrito jurídico, se insere este trabalho no contexto da ideologia da "regeneração nacional". É uma interpretação jurídica de um problema institucional da República, constituído pela multiplicidade de impostos desagregadores da unidade nacional que criava atritos entre as várias receitas tributárias. Daí sua intenção "regeneradora" das institui -

ções republicanas.

O objetivo de Crispim foi estudar e tentar uma solução para um problema prático que, por um lado, era de interesse vital para a indústria ervateira de Joinville e, por outro, era de suma importância para a pacífica convivência entre o Paraná e Santa Catarina, imersos ainda no pleito interminável do Contestado: a cobrança de impostos de exportação pelo Paraná, sobre a erva mate destinada às indústrias de Joinville.

Mira se propôs demonstrar a improcedência deste imposto. O argumento central que aduziu foi que a ilegalidade se prendia ao fato de que tal cobrança, que na verdade era de exportação, incidia sobre uma mercadoria "in natura", não destinada, como tal, à exportação, mas sim, à transformação manufatureira para a posterior exportação.

Para isso lançou mão da "tese" da "perfeita identidade", ou seja, da idéia de que o imposto inter-estadual de exportação só seria legal, no caso em que a mercadoria com destino à exterior e, em trânsito por outro Estado, mantivesse sua "perfeita identidade". E este não era o caso da cobrança feita pelo Paraná.

O interesse de Crispim pelo tema não se esgotou neste exemplo. Atingiu projeções mais extensas na problemática republicana, onde irá aperecer ainda relacionado com as questões de limites, com as teses do 6º Congresso Geográfico de Belo Horizonte e com as utopias do Brasil do futuro.

1.2. SANTA CATARINA-PARANÁ: IMPOSTOS INTER-ESTADUAIS

Santa Catarina-Paraná: Impostos Inter-Estaduais, é outro texto jurídico que incide sobre uma questão, relacionada com tema republicano. Aborda também, como o anterior, a questão dos impostos inter-estaduais cobrados pelo Paraná sobre a erva mate procedente do seu território ou mesmo da região contestada, destinada à indústria ervateira de Santa Catarina, instalada às margens da estrada Dona Francisca e em Joinville.

É, antes de tudo, uma tese de direito tributário que tem por motivo uma ação impetrada por industriais de Joinville em que exigem a devolução dos impostos cobrados por Santa Catarina sobre a exportação do mate, sob alegação de que estes já haviam sido pagos ao Paraná.¹⁹

Mira partiu do princípio de que a devolução não deveria ser feita por Santa Catarina, na realidade o único Estado em condições de cobrar tais impostos. Seu ponto de vista era que competia ao Supremo Tribunal Federal **condenar** o Paraná a restituir os direitos de importação e exportação, ilegalmente arrecadados sobre erva-mate e outras mercadorias que passavam para Santa Catarina.

Os impetrantes se baseavam no artigo 9, § 2º da Constituição Federal que vetava a cobrança de qualquer ônus sobre "mercadoria em trânsito, devidamente tributada no Estado de

19 C. MIRA. *Santa Catarina-Paraná: impostos inter-estaduais*, Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1914.p.9.

origem".²⁰ A questão era controvertida, porque a lei se referia à isenção de impostos no Estado por onde transitava a mercadoria destinada à exportação, procedente de outro Estado. Com a erva-mate, porém, não se verificava a mesma coincidência.

A questão central debatida por Crispim pretendia mostrar que a erva procedente do Paraná, para Santa Catarina, não estava em trânsito por este Estado, em direção ao estrangeiro, mas se destinava ao mesmo, "incorporando-se ao movimento geral da sua indústria",²¹ e, portanto, lhe caberia o direito de cobrar os impostos contestados.

A presente tese é, da mesma forma, um escrito que se insere na órbita da perspectiva "regeneradora" da República. De fato, nela Mira procurou realçar "o laço de causalidade entre a tributação inter-estadual e a desagregação política".²² Colocou a questão em termos da unidade nacional, porque a multiplicidade de impostos feria este princípio e fazia com que não fôssemos mais um país "mas, vinte e um países".²³

Este fator desagregador estava sendo promovido pelo Paraná intencionalmente, especialmente de 1909 em diante, com a instalação de barreiras alfandegárias, por todo o Contestado, nas quais arrecadava "sem se preocupar com as leis, (...)

impostos de importação e exportação" sobre tudo quanto procedesse de Santa Catarina, "ou se destinasse àquele Estado".²⁴

O texto traz ainda anotações sobre as várias tentativas

20 *Loc. cit.*

21 *Ibidem*, p. 33.

22 *Ibidem*, p. 5.

23 *Ibidem*, p. 7.

24 *Ibidem*, p. 94.

de alteração dos limites entre os dois Estados, que não constam nem de Santa Catarina-Paraná: a mediação do Presidente e nem da Confraternização Republicana.

1.3. CRIMES E AVENTURAS DOS IRMÃOS BROCATO

Crimes e Aventuras dos Irmãos Brocato, pode se enquadrar, apesar da sua qualidade de romance histórico-policial, no tema jurídico, pelos pressupostos teóricos que encerra.

Foi publicado inicialmente como folhetim diário, na **Folha do Comércio**, tendo sido iniciado em junho de 1910. Em 1917 foi editado em Laguna pela tipografia Pátria dos irmãos Baí_u nha. Finalmente, em 1978 a Edição Cultural dos Arquivos Catari_u nenses de Medicina, na sua terceira edição, o apresentou ao público juntamente com excelente estudo introdutório de Carlos Gomes de Oliveira.

Do ponto de vista criminológico representou uma tentativa de descrever uma tipologia patológica com caracteres de predisposição para o crime. Estudou, neste sentido, o resultado da liderança mórbida exercida por Tomaz, irmão mais velho, sobre Domingos, que se tornou incapaz de pensar com os próprios recursos. Assim, aos poucos, reduziu-se a um tipo submisso, atrelado incondicionalmente ao cérebro do irmão, sem idéias próprias, mas, repleto de impulsos e instintos, apenas controlados pela presença de Tomaz.

"Bastava assoviar para que Domingos (...) deixasse tudo

para atender ao irmão",²⁵ diz a descrição, caracterizando a personalidade de Domingos. Aos poucos foi se desenvolvendo entre os dois, um duplo e fortíssimo afeto de irmãos e amigos, até o limite de, praticamente, esgotar neste circuito fraterno, o universo das relações sociais de Domingos. Tomaz tornara-se o seu único elo de ligação com o mundo da sociedade real.

Carlos Gomes disse que Crispim "não andava ao acaso na conceituação do tipo de criminoso que vira no irmão do Dr. Brocato, porque revela a convivência com toda a gama de criminalistas italianos, os Garofalos, os Ferris, os Tardes e o mais famoso deles, Cesare Lombroso, o criador da escola positiva".²⁶

Tomaz foi representado como um homem calculista, frio, mas, cujas tendências criminosas, estavam convenientemente sublimadas, através do estudo perseverante e do exercício da medicina, já que habilmente lograra se fazer passar por médico.

Domingos, porém, não tivera meios de escoar a fogueira que avultava no seu interior. Mira o descreveu com as características psicológicas do tipo lombrosiano, mas, como anotou Carlos Gomes, não se deteve em caracterizar o tipo somático. De outra parte, contudo, pode-se dizer, que lhe atribuiu um determinismo inato para o crime.

Sob este aspecto o trabalho de Crispim partiu de pressupostos diferentes das convicções científicas aceitas por espíritos como Sílvio Romero ou Euclides da Cunha, que aceitavam uma explicação racista para o crime e para o criminoso.

25 C. MIRA, *Crimes e Aventuras dos Irmãos Brocato*. ACM, Florianópolis, 3(1): 16 mar. 1978.

26 C. GOMES, *op. cit.* p.9.

A composição de forças entre a raça inferior e a raça superior daria, como resultante, um indivíduo dotado de um sentimento moral extremamente débil, por causa da influência da raça negra e uma inteligência atilada, como contribuição da raça branca.²⁷

Crispim, logicamente, com a história dos Crimes e Aventuras dos Irmãos Brocato, superou o determinismo biológico, mas, aceitou, quicá por influências do positivismo jurídico italiano a idéia de outro determinismo para o crime e para a periculosidade social, o do "estado periculoso". Acreditava, de fato, que a circunstância predisponha ou predeterminava para o crime. E isso nos mostra um dos aspectos fundamentais da sua formação intelectual.

2. A DIMENSÃO GERMANISTA

A dimensão germanista engloba a grande batalha em prol da colonização germânica, sustentada por Crispim, durante praticamente todo o período da sua atividade jornalística.

Dois grandes acontecimentos o levaram a entrar nesta luta: de um lado a campanha anti-germanista de Sílvio Romero e, do outro, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, com o conseqüente acirramento dos espíritos contra a Alemanha e tudo que se referisse à colonização alemã do Sul do País.

Contudo, a motivação que lhe forneceu a coragem para perdurar neste esforço por tanto tempo, situava-se num plano espiritual superior: a convicção de que era no exemplo de laborio

27 W. MARTINS. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 1978. v.5., p.66.

sidade do colono alemão que se poderia encontrar o modelo para solucionar os problemas sociais e econômicos que afligiam a República e, desta forma, regenerá-la. Assim, a questão germanista no seu todo, estava centrada na perspectiva da "regeneração nacional".

O temor diante da presença alemã no Brasil, que tomara novas feições agora, no início do século, na verdade, vinha de muito tempo antes. Desde 1830, relata Willems, se formara a "opinião de que a colonização alemã constituía um perigo para o Brasil".²⁸ Temia-se o crescimento da população teuta na Colônia São Leopoldo e, para contorná-lo, pensou-se em criar pequenos núcleos coloniais e, ao mesmo tempo, impedir a concentração populacional. Com esta dispersão seriam prevenidas dificuldades futuras para o Império. A preocupação retornou depois, mais no final do século, com o desenvolvimento da imigração germânica.

No artigo "O nativismo e Santa Catarina caluniada" Crispim disse que "Sílvio Romero foi o mentor espiritual desse movimento, principalmente contra os alemães".²⁹ Romero, como se sabe, induzido pelo seu nacionalismo e por considerações etnográficas enganosas alimentou a crença do perigo iminente de uma invasão alemã ao território brasileiro. Impregnado como estava por teorias evolucionistas e racistas, comuns naquele tempo, temia que a nação brasileira, formada por "raças" inferiores, fosse dominada pelos germânicos, que supunha serem uma "raça" superior.

Diante desta convicção, movido por seu patriotismo a nati

28 E. WILLELMS: *A oculturação dos alemães no Brasil*, 2.ed. São Paulo, Nacional, 1980. p.46.

29 C. MIRA. *O nativismo e Santa Catarina caluniada. O Dia Florianópolis*, 6 maio, 1917, p.1., c.1.

vismo extremados, não perdeu ocasião de levantar suspeitas e de alarmar a opinião pública contra esta "realidade" que se aproximava do desfeixo fatal.

Neste afã, foram se avolumando, ou melhor se repetindo os escritos antigermânicos. Em 1906, escreveu *O alemanismo no Brasil*. No mesmo ano publicou mais dois volumes: *A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça* e *A América Latina*. Depois editou *Provocações e Debates*, onde foi repetindo as mesmas argumentações, quando não os mesmos textos. Na *Pátria Portuguesa*, afirmou que "os nossos teutos respondendo aos projetos de expansão, alimentados pelos políticos e publicistas alemães, aspiravam à formação de um novo Estado".³⁰

Apenas duas dificuldades protelavam a concretização imediata deste plano: por algum tempo ainda, a escassez da população e, depois, a impossibilidade imediata de ligarem-se entre si, os principais núcleos coloniais. Afirmou: "logo que os de Santa Catarina tiverem (...) arredondado terras com os do Rio Grande, e isto não está longe de acontecer, o brado de separação será dado".³¹

Lógico, numa época em que a sensibilidade nativista pairava à flor da pele, o espírito alarmista de Romero iria encontrar resposta em nomes famosos como os de Medeiros e Albuquerque, Maurício Lacerda, Irineu Machado e outros.

Difícilmente se poderia encontrar, escreveu Crispim, ao criticar uma conferência de Medeiros e Albuquerque, "quem com maior habilidade e elegância conseguisse provocar mais

30 W. MARTINS, *op. cit.* v.5, p.296.

31 *Ibidem*, p.300.

ódio contra a Alemanha e despertar maior simpatia em favor da França".³²

A imprensa carioca se transformara assim, no grande foro do debate germanista. Mas, como advertiu Crispim, "por um doloroso desconhecimento das coisas dos Estados," iria enveredar para o sensacionalismo de "uma ridícula e odiosa campanha".³³

Em 1915, queixar-se-ia ainda de que a imprensa do Rio "age de má fé",³⁴ especialmente a *Gazeta de Notícias*. Para ele ficou perfeitamente alinhavada esta certeza quando, em 1917 Afonso Pena visitou a cidade de Joinville.

Os jornalistas do séquito tiveram oportunidade de observar in loco, a veracidade ou não das informações. "A despeito disso, lamentou, nenhum dos que acompanha ram o Dr. Afonso Pena naquela excursão, tem julgado seu dever sair a campo para contestar as muitas inverdades que se escrevem".³⁵

Durante todo este período mais crucial do anti-germanismo (1913-1917) Mira residiu no Rio de Janeiro, experimentando de perto o clima de animosidade reinante na imprensa e na arena política, relativo a questão. Disso decorre o significado das acusações que ele faz à imprensa carioca, qualificando-a de omissa, por não ter julgado seu dever contestar as acusações feitas contra os colonos alemães.

Temos de assinalar, contudo, o desenvolvimento neste pe

32 C. MIRA. A última conferência de Medeiros e Albuquerque. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 8 mar. 1915. p.1., c.2.

33 C. MIRA. O imperialismo alemão em Santa Catarina. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 15 mar. 1913. p.1., c.2.

34 C. MIRA. Os alemães do Sul. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 29 jun. 1915. p.1., c.1.

35 C. MIRA. O nativismo (...) op. cit. p.1., c.2.

ríodo também de um espírito anti-lusitano, que fazia logicamente parte do quadro geral das aspirações nacionalistas e do nativismo que procurava desenhar o perfil de um "Brasil futuro". Desta maneira, o anti-lusitanismo e o anti-germanismo, bem como o próprio filo-germanismo, podem estar radicados à mesma base ideológica.

José Veríssimo, em carta dirigida a Crispim, comentava a campanha anti-germanista, que reputava improcedente e assinalava a necessidade de se abolir "tanta coisa ruim que herdamos dos portugueses".³⁶

Contudo, é em Pedro do Couto que encontramos a mais clara expressão deste sentimento antilusitano. Ele não perdoava nem à família e nem ao destino, sua condição étnica. "Sabei que descendo de portugueses, dizia, que coisa pavorosa! É a maior tristeza da minha vida; Mas enfim, o fato é este e não vô-lo devo ocultar, mesmo porque ele servirá de desculpa a alguma inferioridade que em meus trabalhos encontreis".³⁷

Esconde-se sempre algum sentimento de inferioridade em todas estas manifestações a favor ou contra determinada valoração étnica. Mesmo no caso da comparação teuto-lusa. Ai então o teuto aparece como a solução dos problemas causados pela herança cultural deixada pelo "gênio português". Crispim dizia a este respeito que "o futuro jamais perdoaria aos homens de hoje, a calamidade que pudesse resultar da sua imprevidência",³⁸ ou seja, a manutenção do legado português.

36 C. MIRA. *O imperialismo alemão em Santa Catarina*. op. cit. p.1, c.3.

37 Apud W. MARTINS, op. cit. v.5, p.558.

38 C. MIRA. *Confraternização republicana*, Rio de Janeiro, 1918. p.243.

Avé-Lallement, em 1858, já havia feito esta observação. O dilon de Matos, ao apresentá-lo, se referiu ao relatório de um Oficial da Marinha que, ao inspecionar o interior da Província de São Paulo, impressionado com o contraste violento entre a colonização alemã e o que ia pelo Brasil luso-brasileiro, desabafou dizendo que o alemão era o "único povo que (...) nos poderá libertar das péssimas idéias e costumes que nos legaram os portugueses, causa primária de tudo quanto de mau nos tem sucedido como nação e como indivíduos".³⁹ Não há dúvida, por traz desta manifestação se esconde um forte acento nacionalista. É, ao mesmo tempo, um mecanismo de defesa, contra o generalizado sentimento de impotência diante do confronto entre aquilo que estava acontecendo de fato e o nível da aspiração nacionalista.

Mira, por seu turno, acreditou incondicionalmente no caráter "regenerador" do exemplo dado pelo colono teuto. E é possível se observar, na gênese desta convicção, o contraste teuto-luso que dirigiu seu pensamento. Não se tratou, contudo, de uma rejeição pura e simples, como a encontramos em Pedro do Couto. Mira se preocupou, antes de mais nada, em promover o teuto-brasileiro como lenitivo e cura dos nossos males de origem.

Na verdade considerava que não seria justo desdenhar o legado português e que não o poderíamos fazer, sem nos desonrarmos. Mas, acrescentava, "isso não quer dizer que conservemos os seus hábitos menos úteis e não aceitemos aqueles que podem cooperar para nosso adiantamento".⁴⁰

39 ODILON M. de Matos. *Movimento colonizador em Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e histórica*, Campinas, 9(80): 112, mar. abr. 1977.

40 M. DUARTE. *Os alemães em Santa Catarina. O Dia*, Florianópolis, 5 jun. 1917- p.1, c.1.

Enquanto alguns colocavam toda a discussão da germanização do Sul, sob o prisma meramente nacionalista, evidenciando os possíveis danos que poderia acarretar, como a descaracterização étnica luso brasileira e a aspiração de autonomia política, Mira se empenhou em realçar e projetar o "espírito do trabalho" como a contribuição por excelência que o colono nos poderia oferecer.

Manuel Duarte, após demorada visita de observação a Joinville, em 1917, desmistificou pelo **Jornal do Comércio** do Rio, o mito do "perigo alemão". Mas, ao mesmo tempo, advertiu para a existência de "agentes" vivificadores da germanização, como forças dinâmicas de reciclagem, pregação e perpetuação dos valores teutos, atuantes dentro da "colônia": o padre, o jornalista e o professor. Eram estes, para ele, os responsáveis pela morosidade do processo de aculturação e fazia-se urgente modificá-los.⁴¹

Ora, Crispim, de certa forma, valorizou exatamente esta tendência de perpetuação dos valores teutos. Denunciou os perigos do **contato** e a conseqüente assimilação, pelo germânico, dos "nossos costumes" que o avalassavam, resultando na sua degenerescência cultural, a qual, afirmava, "chega mesmo a ser radical e descamba, de ordinário, para (...) a anarquia".⁴² O acaboclamento do teuto-brasileiro tornara-se um fato constatável e foi assinalado com espanto por ele, embora tal atitude revele antes de tudo, resquícios do **pensamento dominante no seu tempo**, do qual não deixou de todo de se contaminar.

41 M. DUARTE. *Os alemães em Santa Catarina. O Dia, Florianópolis*, 5 jun. 1917. p.1, c.1.

42 (C.MIRA). *O colono nos eleva. Gazeta Catharinense, Florianópolis*, 6 mar. 1909. p.1, c.2.

Conhecedor do Brasil luso-brasileiro do qual provinha e do Brasil teuto-brasileiro no qual tivera suas primeiras e mais duradouras impressões vivenciais, era testemunho da benéfica influência que este exercera sobre aquele. Não bastasse a observação prática, encontrava ainda o resultado da emulação, dentro do exemplo da própria família, os Gomes de Oliveira da primeira geração, os quais como poucos, souberam assimilar os exemplos da operosidade e do amor ao trabalho perseverante, pelo convívio com estes colonos operosos. ⁴³

Portanto, podemos afirmar que o germanismo defendido por Crispim, tinha suas raízes num projeto consciente que almejava atingir a "regeneração nacional" pelo trabalho.

A partir da experiência vivida no contexto sócio-cultural onde se formou, anteviu no trabalho a grande solução para o problema do país. E esta, necessariamente passava pela divulgação do exemplo de produtividade do teuto-brasileiro.

Mira se colocou a imagem de dois Brasis contraditórios: o Brasil luso-brasileiro onde "tudo está por fazer". ⁴⁴ e o Brasil teuto-brasileiro, onde estava surgindo uma nova realidade, toda feita de trabalho e de alegria.

Era nisto que residia a motivação do germanismo defendido por ele. Na Terra Catarinense, combateu o nacionalismo de Romero e dos que pensavam como ele, os quais persistiam alertando para o "perigo alemão", no tocante à colonização germânica. Contrapôs esta preocupação à idéia de que "poderíamos pelo trabalho e pela inteligência (...) se não suplantá-la, pelo menos igualá-la". ⁴⁵ E propôs a adoção de uma atitude que

⁴³ (C. MIRA). *O colono nos eleva, loc. cit.*

⁴⁴ C. MIRA. *O imperialismo alemão (...)*. *op. cit.* p.1, c.2.

⁴⁵ C. MIRA. *Terra Catarinense, Florianópolis, Moderna, 1920.* p.11.

"ao invês do medo que humilha" promovesse "a coragem que estimule a virilização da existência nacional".⁴⁶ Acrescentou: se não nos fizermos fortes economicamente, serão "inúteis as exibições patrióticas".⁴⁷

Foi precisamente isto que pretendeu significar quando comparou "nossos hábitos" com "sua ordem, método, perseverança e previdência, esforço e iniciativa".⁴⁸ "Nem a ascensão portuguesa, afirmou na República, a despeito de laboriosa, nem a contribuição francesa, orientadora máxima da mentalidade brasileira, prepararam no passado, a legítima compreensão do trabalho".⁴⁹ E acrescentou; só o alemão nos deu esta compreensão exata pelo exemplo concreto. Por esta razão, concluiu, "a convivência com o imigrante alemão tem sido consideravelmente proveitosa ao luso-brasileiro".⁵⁰

Mira colocou a emulação do exemplo em primeiro plano no seu projeto. Foi através dela que se transmitiram muitas das qualidades próprias da cultura teuta, antes que essa se deixasse, em parte, identificar com os "nossos costumes".

Propugnava explicitamente pela persistência dos valores éticos do germanismo, aspecto que era combatido pelos anti-germanistas, como danoso à nacionalidade. Foi este o aspecto proveitoso, porque, afirmava, "é precisamente dessa circunstância que advirão grandes virtudes para o futuro e definitivo tipo nacional".⁵¹

Neste sentido contestou a teoria étnica romeriana, em-

46 *Loc. cit.*

47 *Loc. cit.*

48 C. MIRA. *O imperialismo alemão (...)* *loc. cit.*

49 C. MIRA. *O Brasil do Futuro. Unidade (...)*. *República*, Florianópolis, 22 out. 1919. p.2, c.2.

50 C. MIRA. *Um grande núcleo de trabalho. Folha do Comércio*, Florianópolis, 13 dez. 1913. p.1, c.2.

51 *Ibidem*, p.1. c.3.

bora na conferência *O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações*, tenha reafirmado a mesma tese. Como bem observou Oberacker, também os imigrantes contribuíram significativamente e de forma decisiva, para a formação da nação brasileira,⁵² tanto no aspecto cultural, econômico e social, quanto no aspecto étnico.

2.1. MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Carlos Gomes ao comentar este trabalho de Crispim, afirmou que a intenção do autor ao escrevê-lo, foi exaltar "o espírito de ordem, disciplina e trabalho"⁵³ que animava a população da cidade em que nascera.

Sem dúvida, interpretou-lhe com exatidão o significado, ao situá-lo no conjunto do tema germanista. De fato, apesar de ser uma publicação "modesta", como disse o autor, é de uma riqueza informativa apreciável, como subsídio histórico, enquanto fornece abundantes elementos para a compreensão do contexto sócio-cultural teuto-brasileiro de Joinville.

É um trabalho de divulgação que se constitui, no dizer do *Novidades*, na "melhor e mais inteligente propaganda que se podia fazer em prol de Joinville".⁵⁴

O próprio Crispim manifestou sua intenção promocional ao expor os objetivos que se prefixara: "desejo tornar conhecido o município de que sou filho".⁵⁵ Esse desejo, na verdade, se tornaria habitual. Mira não perderia ocasião de enaltecer e de promover a sua cidade, como ele mesmo disse na *Gazeta Catarinense*: não "esqueci jamais, o nome e os interesses da mi-

52 C.H. OBERACKER. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1968. p.34.

53 C. GOMES. *op. cit.* p.6.

54 *GAZETA DE JOINVILLE*, Joinville, 23 fev. 1907. p.3, c.1.

55 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.1.

nha terra e por ela, na medida de minhas forças, hei feito tu do quanto me tem sido possível".⁵⁶

por isso, logrou tão grande êxito com a publicação deste pequeno estudo, que despertou interesse na imprensa carioca, onde foi comentado em vários órgãos importantes, como o Jornal do Commércio.

L'Etoile du Sud, Folha editada em língua francesa, no Rio, teceu-lhe lisongeiras referências. Afirmou, entre outras coisas, que "quando desejamos quaisquer informações a respeito de uma região ou cidade do Brasil (...) é geralmente muito difícil obtê-las, devido à falta completa de Monografias descrittivas".⁵⁷ Publicou juntamente um resumo do conteúdo, afirmando ser "destinado a um verdadeiro sucesso".⁵⁸

João Ribeiro também, transplantou para o Almanack Garnier, do qual era diretor, uma bela apreciação feita por Curvelo de Mendonça. Aliás, foi o próprio Curvelo quem por primeiro tomou conhecimento do livreto e se propôs a divulgá-lo pela imprensa da Capital Federal. É que este tipo de produção preenchia as aspirações do sentimento patriótico daquela época. A preocupação comum dos escritores de então, era o "problema nacional" e tinham a convicção de que era preciso mostrar o Brasil aos brasileiros.

Mira havia preenchido este anseio, ao mostrar uma realidade até certo ponto diferente, uma comunidade distinta da

⁵⁶ C. MIRA. Respondo ao apelo. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 ago. 1908. p.1, c.1.

⁵⁷ GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 14 jul. 1907. p.1, c.3.

⁵⁸ Ibidem, p.2, c.1.

observada nas cidades brasileiras daqueles tempos, sem mendigos, sem ociosos, sem crianças abandonadas e, sobretudo onde "a mais restrita ordem no trabalho" constituía "seu código inviolável, como o progredir incessantemente constituía a sua preocupação".⁵⁹

A bem da verdade, **Município de Joinville** é um hino de glorificação à sua cidade de origem e à operosidade do teuto-brasileiro. É, antes de tudo, uma homenagem ao trabalho perseverante e uma exaltação das conseqüências de que era capaz de produzir, traduzindo-se em progresso, bem-estar e felicidade.

Por isso, é que Curvelo se interessou pelo livreto e o enalteceu, colaborando para sua divulgação mais ampla. De alguma forma, despertara, no seu espírito de Socialista Utópico, a ânsia tolstoiana da "revolução pelo amor e só pelo amor".⁶⁰

Não foi esta, porém, a impressão que sentiu o contraditório M. Cercal que, por se chamar também Thimóteo de Paula, fora apelidado por Crispim, de "o homem comum de dois".⁶¹ Disse ele: "quem lê tal folheto e a custo entende o que nele está escrito, sem gramática, sem clareza e harmonia, num estilo pesado e duro, fica com pena do jovem propagandista".⁶²

Há, sem dúvida, uma ponta de maldade neste relato, mas, nem por isso deixa de ter razão, quanto aos aspectos gramaticais e estilísticos. Entretanto, Cercal não chegou a entender que o **opúsculo representava uma resposta ao anti-germanismo**

59 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.8.

60 W. MARTINS. *op. cit.* v.5, p.358.

61 (C. MIRA). Joinville. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 9 mar. 1907. p.2, c.1.

62 *Loc. cit.*

que já levantara há tempos suas bandeiras. Neste aspecto era uma fonte preciosa de informações sobre costumes, hábitos e manifestações de várias ordens, do teuto-brasileiro. E não percebeu nele, por outro lado, a intenção de oferecer um modelo ético, acabado, pronto, capaz de despertar motivações para a regeneração do Brasil luso-brasileiro e, por outro, de mostrar até que ponto um grupo de luso-brasileiros se transformara radicalmente mediante a assimilação do exemplo recebido.

2.2. PARA APRENDER O PORTUGUÊS

Na sua base, a obra de Crispim, mantinha uma perspectiva pedagógica. O que ele tencionava fazer a cada passo, era proporcionar princípios, ensinamentos, que conduzissem à meta prefixada, a "regeneração" a ser atingida pela divulgação dos valores éticos do trabalho. Esta perspectiva era constante em todos os ângulos em que se manifestava seu projeto.

O cultivo e a defesa dos valores germânicos, estavam intrinsecamente relacionados com esta visão: era, de fato, deste conjunto de virtudes que saíam os modelos éticos exemplares que serviriam de moventes para despertar o amor ao trabalho.

Para Aprender o Português, situava-se neste contexto e almejava remover o principal foco das críticas e das suscetibilidades do anti-germanismo: a preponderância absoluta do idioma alemão.

Contudo não obtivemos confirmação efetiva sobre a publicação deste livro de caráter escolar.

Disse a Gazeta de Joinville que deveria sair logo a publicada de "um pequeno livro sob o título "Para Aprender o Português".⁶³

Tratava-se de um trabalho feito **em parceria** com Vítor Müller, secretário municipal e se destinava às escolas frequentadas por crianças de origem alemã. Segundo a Gazeta "os seus autores procuraram dar-lhe a maior feição prática possível, com o propósito de tornar fácil o conhecimento da língua portuguesa".⁶⁴ Pelo que se deduz, o livro já estava pronto.

Mas o que nos interessa evidenciar aqui não é esta questão e sim o significado que ele representa para a interpretação ideológica e ética do pensamento de Crispim Mira.

Não podemos esquecer que José Veríssimo, em **A Educação Nacional**, (1906) denunciava o estado de abandono da nossa educação. "Os livros utilizados, dizia, são traduções de estrangeiros, ou são feitos em Portugal". Propugnava então por um livro de leitura brasileiro que se preocupasse em ensinar coisas relacionadas com a nossa realidade e não com a da Europa.⁶⁵

Para Aprender o Português foi assim, uma resposta efetiva ao estado de abandono em que **se encontrava o idioma pátrio** numa região que não poderia, em hipótese alguma, ser incriminada **pelo culto à língua** trazida pelos primeiros colonizadores.

Na realidade a questão do idioma, não era tarefa de fácil solução. Como testemunhou o próprio Crispim em 1910, conhece

63 NOTÍCIAS Locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 22 jun. 1907. p.2, c.3.

64 *Loc. cit.*

65 J. VERÍSSIMO. A Educação Nacional, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906. p.6.

dor que era de "todas as escolas públicas" municipais das ex-colônias alemãs em Santa Catarina, "o que sabemos a respeito do ensino que se ministra aos meninos, é que o português é barbaramente mutilado, num curso obrigatório de 2 ou 3 lições à semana".⁶⁶

2.3. O PERIGO ALEMÃO

A obra de Crispim é eminentemente uma obra jornalística. Várias das suas publicações avulsas se constituíram a partir da reunião de artigos publicados anteriormente em órgãos da imprensa. O *Perigo Alemão* foi um destes casos. Formou-se pela reunião de uma série de artigos publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 5 a 24 de junho de 1911, nos quais refutou, disse o *Comércio de Joinville*, "com vantagem, o pretense perigo alemão".⁶⁷

O trabalho prendeu-se à campanha desencadeada por Sílvio Romero que, através do mesmo jornal, alertava mais uma vez contra a expansão do germanismo no Sul do Brasil e, de modo especial em Santa Catarina.⁶⁸ Mira tentou demonstrar "a sem razão daqueles que acreditam na possibilidade de uma conquista territorial de uma região do Sul do Brasil, por parte da poderosa Alemanha".⁶⁹

O tema, contudo, superava amplamente, no contexto geral do germanismo cultivado por Crispim, os limites contidos nesta

⁶⁶ C. MIRA. *O perigo alemão. Folha do Comércio, Florianópolis, 2 jul. 1910. p.1, c.2.*

⁶⁷ PERIGO alemão. *Comércio de Joinville, Joinville, 28 nov. 1911. p.2, c.2.*

⁶⁸ NOTÍCIAS locais. *Gazeta de Joinville, Joinville, 25 nov. 1911. p.2, c.4.*

⁶⁹ PERIGO alemão. *Loc. cit.*

publicação. A questão do "perigo alemão", estava vinculada, como já vimos, a um verdadeiro esquema de propaganda "sensacionalista", baseado "em falsas informações",⁷⁰ partidas de relatos superficiais sobre a conduta do teuto-brasileiro e que, como disse na Terra Catarinense, "o tornavam suspeito à justa suscetibilidade do nacional".⁷¹

Após 1914, com o advento da Primeira Grande Guerra e o conseqüente acirramento da divisão entre "aliadófilos" e "germanófilos", a propaganda assumiu um caráter de agressividade contra a Alemanha e, logicamente, atingiu os descendentes teutões do Sul do país, que passaram a ser vistos como um atentado "à soberania nacional".⁷²

Havia, contudo, os que não justificavam este tipo de nativismo. A Revista Brasileira, por exemplo, de cunho nacionalista mas, anti-lusitano, conclamava em 1917 os brasileiros a se libertarem da "pesada ditadura lusitana". Por este motivo interpretava o fenômeno do perigo alemão de maneira diferente. "Para o Brasil, dizia, não há, nunca houve o perigo americano, ou alemão (...). Tais perigos são forjados de encomenda pela imprensa portuguesa do Rio de Janeiro".⁷³

Tocava assim, num aspecto sensível do nacionalismo diretamente entrelaçado às aspirações de grandeza do "Brasil do Futuro". "Só temos um perigo real, acrescentava a Revista, porque está bem próximo de nós e anda nos hábitos e costumes, nas tradições e nos livros: o culto exagerado do intelectualismo português, dos he

70 C. MIRA. *O imperialismo alemão (...)*, op. cit. p.1, c.2.

71 C. MIRA. *Terra Catarinense*, p.11.

72 C. MIRA. *Os Alemães no Brasil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1916. p.28.

73 W. MARTINS, op. cit. v.6, p.73

róis portugueses, do braço português".⁷⁴

Mira também, de certa forma, desenvolveu um raciocínio semelhante, pugnou pela introdução dos hábitos teutos do trabalho afim de superar o "verbalismo estéril" herdado do descobridor. Mas, as posturas extremadas que observamos, tanto do anti-germanismo, quanto do anti-lusitanismo eram as expressões de um espírito nacionalista ingênuo, impregnadas de sentimentalismo romântico e de brio ferido.

Como muito acertadamente observou Pierre Denis, que viajara pelo Brasil no início do século, deixando anotações interessantes sobre questões imigratórias relativas aos Estados do Sul, foi o isolamento em que foram relegados os colonos que "os tornou fiéis aos seus costumes nacionais e suas línguas, que, em circunstâncias diferentes teriam, de boa vontade, esquecido".⁷⁵

As observações que ele fez, contrastam com as denúncias alarmistas de Sílvio Romero e de outros representantes de um nativismo mal informado. "Os colonos estrangeiros, acrescentou Denis, foram mandados para regiões até então desertas, onde as correntes comerciais não se puderam estabelecer, onde a vida econômica permaneceu nula".⁷⁶ Desta maneira foram entregues à própria sorte, sem vizinhos, sem clientes e concluiu, afirmando que "a origem política artificial das colônias, condenou-os ao isolamento".⁷⁷

Para Euclides da Cunha, contudo, todos os projetos de conquista do Brasil, não passavam de "inofensivas fantasias polí

74 *Loc. cit.*

75 *Ibidem*, v.5, p.407

76 *Loc. cit.*

77 *Loc. cit.*

ticas", sem qualquer possibilidade de realização. Assim, o pe-
 rigo alemão, que atormentava Romero, parecia-lhe "o fantasma
 de um imperialismo platônico".⁷⁸

Emílio Willems afirmou que "o capitalismo alemão nunca
 se empenhou em transformar o Brasil meridional em espaço colo-
 nial".⁷⁹

Mira argumentou que se a Alemanha pretendesse efetuar con-
 quistas no Sul do Brasil, "não teria deixado por tanto tempo
 em vigor o decreto Heydt que proibia o aliciamento de imigran-
 tes alemães para o nosso país".⁸⁰ Fez referência também à lei
 que determinava a perda da nacionalidade a todo imigrante que
 não renovasse de dez em dez anos a sua inscrição consular. Mas
 isso, "não é obedecido pelos colonos",⁸¹ acrescentou, mostrando
 assim, a improcedência das acusações.

No **Município de Joinville**, aludindo à ofensiva anti-germa-
 nista, atribuiu aos "melindrados sentimentos pátrios",⁸² a
 exaltação dos espíritos, contra um "perigo" imaginário, origi-
 nado no desconhecimento das reais condições da colonização no
 Sul.

A mesma coisa diria em 1917 Lebon Regis, ao defender as
 colônias alemães, na Câmara Federal. Assegurou que, a germaniza-
 ção de Santa Catarina era "um mito, uma invenção como tantas
 outras" que existiam pelo país a fora.⁸³

A batalha que então se travou no legislativo da República

78 *Ibidem*, v.5, p.330.

79 E. WILLELMS, *op. cit.* p.260.

80 C. MIRA. *Os alemães no Brasil*, p.22.

81 *Loc. cit.*

82 C. MIRA. *Município de Joinville*, p.10

83 L. REGIS. *O perigo alemão e o problema do ensino em San-
 ta Catarina*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1917.
 p.18.

mostrou com perfeição o acirramento dos ânimos entre as duas facções que debatiam o tema da germanização nas ex-colônias. Entre os anti-germanistas, sobressaía a figura de Maurício de Lacerda que, debatendo em plenário com Celso Bayma, se mostrou irreduzível na opinião de que, com a imigração, o "Jeca Tatu" fora despojado, para ceder lugar aos alemães.⁸⁴ Encarou a questão toda por este prisma, como se a colonização representasse um "despojamento" uma "expoliação", cujo resultado consistia no empobrecimento do "nacional", "O colono enriqueceu, empobrecendo o país",⁸⁵ insistia, sem conseguir elaborar uma concepção mais abrangente sobre o assunto.

Romero considerou "fantasistas"⁸⁶ os defensores do alemão e propôs a adoção de um sistema global de imigração, que batizou com o nome de "colonização integral e progressiva".⁸⁷

propôs a disseminação dos estrangeiros por todo o país impedindo, desta maneira, que permanecessem aglomerados "às dezenas e centenas de milhares de uma só raça, nas quatro províncias do Sul".⁸⁸

Esta proposição, não representava avanço algum, em relação às recomendações que vinham desde 1831, assinaladas por Willems. Romero tentou demonstrar que este fora o modelo adotado pelos Estados Unidos. Mira, contudo, lhe opôs uma série de artigos, em que estudou este problema em detalhes, mostrando que, pelo contrário, o fenômeno da concentração étnica era mais acentuado na América do Norte do que no Brasil, sem que, com isso, se tivesse desenvolvido tendência separatista.

84 C. BAYMA. *Colonização alemã em Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Norte, 1919. p.4.

85 *Ibidem*, p.25.

86 S. ROMERO. *História da literatura brasileira*, 5.ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953. p.1737.

87 *Ibidem*, p.993.

88 *Ibidem*, p.45.

Romero apelava para uma colonização que trilhasse "sob a direção de idéias justas e científicas".⁸⁹ Propunha: primeiro, que se levasse em consideração que a colonização portuguesa havia sido "lacunosa no Norte e no Oeste do País"; segundo, que se atentasse para o fato de que a influência portuguesa estava em franco declínio no Sul e no Leste; terceiro, que fosse considerado, que para fortalecer o país, se teria necessidade de outra orientação; quarto, que se deixasse de pensar só no Sul; quinto, que era necessário acabar com o mito do clima; sexto, que não se fizessem discriminações, já que todo europeu era bom para imigração, contanto que fosse espalhado pelo país todo e, finalmente, que não se poderia desprezar o elemento nacional, no processo de colonização geral.

Mas, o que o afligia, parece não ser o fato em si da presença teuta no Brasil, mas sim, numa escala muito superior, os pressupostos ideológicos que embasavam seu pensamento. O que o perturbava, no fundo, era o "racismo" de que estava impregnado e as teorias mesológicas que aceitara, mesmo que aparentemente estivesse propondo acabar com o "mito do clima".

Só assim poderemos entender as mágoas que subsistiam nas suas lamentações contraditórias, quando, por exemplo, lastimava que, no Brasil, se tivesse começado por "desacreditar o clima de todo o Norte e declarar apta para a colonização, somente as quatro províncias do extremo Sul".⁹⁰

Além disso, na base de toda esta argumentação, repousava

⁸⁹ *Ibidem*, p. 992.

⁹⁰ *Loc. cit.*

um sentimento "racista", porque, na verdade Romero estava preocupado, não propriamente com o problema germânico, mas, com o futuro da "raça" lusitana. "O futuro deste elemento, no Brasil, afirmava desolado, depende da solução que tiver entre nós o problema da colonização e da imigração".⁹¹

Era irremediável, na sua opinião, que a "raça" portuguesa, no Sul, seria "submergida pela onda estrangeira"; no Norte, de finharia, "morrendo de marasmo, desfibrada e abatida, sob o afluxo superabundante do sangue das raças inferiores".⁹²

Nisto parece residir a motivação geral da longa campanha anti-germanista por ele encabeçada: a hegemonia racial. Concentrando a imigração nos Estados do Sul, por um lado perderia o Brasil a possibilidade de eliminar a concorrência soberana das raças inferiores e, por outro, se exporia ao risco fatal da separação ou mesmo da conquista, porque as levas que ainda viriam, pensava ele, alastrariam "o país e suavemente" o engoliriam.⁹³

Não restam dúvidas de que a polêmica por ele sustentada, repousava sobre um patriotismo a toda prova, mas, estava assentada numa visão distorcida da realidade, por causa das concepções teóricas que alimentava. Por isso temia que o "velho Brasil do Norte", pudesse se transformar num novo "São Domingos" ou seja, numa "raça" inferior. Portanto, considerava como Veríssimo, que era um desperdício deixar a "raça" superior, "gente incomparavelmente mais forte",⁹⁴ reunida toda no Sul, impedindo, assim, a melhoria racial brasileira.

91 *Ibidem*, p.673.

92 *Loc. cit.*

93 *Loc. cit.*

94 J. VERÍSSIMO, *op. cit.* p.86.

Convém salientar que, de certo modo, o germanismo de Crispim, apresentava simetria com este pensamento. Não estava ele é bem verdade, interessado na transformação racial do luso-brasileiro, através da fusão genética, mas sim, profundamente envolvido com o mundo do trabalho e da operosidade. De tal maneira Crispim estava engajado neste afã, que podemos, em síntese, concluir que, enquanto Romero lutava em prol de uma ilusória "eugenia", Crispim aspirava ardentemente a "euthia".

2.4. O DEPUTADO IRINEU MACHADO VERSUS ALEMANHA

João do Rio afirmou que, logo no início da Primeira Grande Guerra, o Rio de Janeiro se dividiu entre "germanófilos" e "aliadófilos". O governo, porém, se manteve na neutralidade. Mas, se isso acontecia na esfera do executivo "o poder legislativo, o judiciário e as classes de destaque, entravam em excessos amorosos".⁹⁵

precisamente neste momento o anti-germanismo ficou mais aguerrido e todo pretexto se tornava adequado para, juntamente com a expressão de apoio aos aliados, despertar suspeitas e prevenções contra os descendentes dos colonos alemães.

Quando em 1914 o Deputado Irineu Machado subiu à tribuna para pronunciar, como disse S. Brazil, "um brado de justa e sincera indignação arrancada à sua alma em espontânea e digna revolta, pelo barbarismo dos soldados de Guilherme II, apunhalando fria e desapiadadamente a civilização com a destruição selvagem de Louvain",⁹⁶ Mira saiu novamente ao campo de batalha, em defesa dos valores que há muito estava defendendo.

⁹⁵ Apud W. MARTINS, *op. cit.* V.5, p.554.

⁹⁶ S. BRAZIL, *Brasil versus Alemanha (...)* Florianópolis, *Aprendizes Artífices*, 1914. p.3.

No discurso, Irineu atacara com veemência o povo alemão que havia ferido os princípios da neutralidade e um dos símbolos da cultura ocidental. Por isso o opúsculo *O Deputado Irineu Machado versus Alemanha* que se constituiu pela reunião de uma série de artigos publicados na imprensa do Rio em 1914, foi a contestação veemente do pronunciamento agressivo do parlamentar.

A *Folha do Comércio* ao transcrevê-lo, informou que "conhecedor da índole, dos costumes, da vida, enfim, do alemão do nosso país, o Sr. Mira descreve, com o brilhantismo de sempre, fatos e coisas do germânico, apresentando provas dos seus relevantes serviços ao país".⁹⁷

O objetivo de Crispim com este trabalho, foi mostrar a expressiva contribuição recebida pelo Brasil, da Alemanha e dos colonos alemães, em contraste com a quase nula participação oferecida pela França e pela Inglaterra, e que, por isso, não se justificavam as ofensas atiradas pelo Deputado.

No opúsculo que estamos analisando, primeiramente Crispim evidenciou as qualidades da "disciplina" e "de um trabalho inédito", como valores característicos do alemão. Depois mostrou que as causas da conflagração mundial, deviam-se à razões de hegemonia comercial: "a Alemanha está na Guerra, porque a sua prosperidade causa apreensões aos interesses ingleses e porque o francês aguarda há muitos anos o momento da vingança".⁹⁸

Interpretou as causas do conflito do ponto de vista exclu

⁹⁷ *Folha do Comércio, Florianópolis, 16 set. 1914. p.1, c.1.*

⁹⁸ C. MIRA. *O deputado Irineu Machado versus Alemanha, Folha do Comércio, Florianópolis, 16 set. 1914. p.1, c.1-4.*

sivamente econômico e sob este prisma também considerou o apoio da Inglaterra ao lado dos aliados, "tão somente para não ver o comércio do mundo arrebatado pela Alemanha".⁹⁹

Em terceiro lugar, embora enaltecendo as qualidades do teuto-brasileiro, reconheceu, porém, que ele tinha uma fama que "impressionava mal a toda gente" e que "só a convivência" podia destruí-la. Mas, era "uma criatura sob todos os pontos de vista, grandemente estimável" e o que lhe faltava "em expansão" sobrava-lhe "em lealdade".¹⁰⁰ Enumerou extensa lista de qualidades que lhe definiam "o caráter másculo" de um homem que vivia antes de tudo, "para o trabalho e tranquilidade do lar".¹⁰¹

Em quarto lugar demonstrou que, enquanto a Alemanha estava colaborando concretamente para o engrandecimento do Brasil, através de estudos científicos e pelo trabalho do imigrante no Sul, a França e a Inglaterra, nada podiam apresentar de semelhante.

Finalmente, desmentiu a acusação de "insolência dos alemães sediados em Santa Catarina", contida numa carta publicada pelo Imparcial de Rio Negro, no Paraná, e transcrita pela Época do Rio, segundo a qual, o Juiz de Direito de Joinville teria sido desacatado pelo Consul Alemão Ottomar Kaiser. Lamentou que Irineu Machado não tenha tido dúvidas "em levar para a Câmara, sem nenhuma prova, as versões que os jornais, aliás, sem lhes assumir a paternidade, deram há poucos dias".¹⁰²

S. Brazil, porém, saiu em defesa do Deputado e contestou a atitude polêmica de Crispim. Afirmou que o pronunciamento

⁹⁹ *Loc. cit.*

¹⁰⁰ *Loc. cit.*

¹⁰¹ *Loc. cit.*

¹⁰² *Loc. cit.*

"apenas traduziu, em frases candentes e cheias de justa indignação os sentimentos mal contidos em todos os corações, na alma de todos os que pensam".¹⁰³

Segundo ele, Crispim apenas se aproveitou do acontecimento, para "fazer diversão", "com o evidente propósito de melhor agradar e dar certa envergadura à defesa de suas recentes simpatias, só agora tão açodadamente postas em foco".¹⁰⁴

Insinuou a existência de segundas intenções neste comportamento em defesa dos interesses germânicos. Falou no "seu já amadurecido sonho que, por certo, lhe fará colher larga messe de merecidos aplausos e entusiásticos agradecimentos, prometedores do apetitoso fruto".¹⁰⁵ E o qualificou de "voluntário defensor dos brasileiros alemães".¹⁰⁶

Depois observou que os colonos não eram exatamente como Crispim os apresentava. Disse mesmo que Mira o sabia por experiência própria. Referiu-se então a fatos ocorridos em Joinville, provavelmente por volta de 1897 - 1899, "onde, sem desculpas à sua pouca idade, houve revolta a atos que praticara, com a leviandade dos seus dezoito anos, se o obrigando, por intimação formal e ameaçadora, a abandonar a cidade onde residia".¹⁰⁷

Mostrou desta forma que o fogoso jovem teria sido vítima de "atos de irritante autoritarismo", aspecto este que procurou realçar contra as argumentações aduzidas. Disse ainda que diante da "brutal" intimação dos alemães, Crispim teve de sujei

103 S. BRAZIL, *op. cit.* p.4.

104 *Loc. cit.*

105 *Op. cit.* p.28.

106 *Op. cit.* p.13.

107 *Loc. cit.*

tar-se, não lhe valendo nem mesmo a intervenção de amigos e até de autoridades do lugar.

S. Brazil insistiu na idéia de que não se podia analisar o alemão **apenas pelas suas virtudes**, sob cujo aspecto "ele é, sem contestação, muito respeitável e suas qualidades, dignas de admiração".¹⁰⁸ Era necessário encará-lo no global, porque ai então sobressairia "no seu feitio natural, o exclusivismo(...) que mal encobre o egoismo e orgulho da separação e esse quase desprezo por tudo que é nosso",¹⁰⁹ assinalando a existência de uma "cruza do desprezo" mesmo por parte do "alemão brasileiro".¹¹⁰

O raciocínio de S. Brazil estava fundado provavelmente, na experiência de quem convivera com os teuto-brasileiros, pois aludiu ao "sentimento de dolorosa impressão de ser estrangeiro na própria pátria"¹¹¹ que se percebia ao entrar em contato com o ambiente onde eles viviam. Mesmo assim, o ponto de vista pelo qual se norteava, filiava-se à pregação anti-germanista de Sílvio Romero.

2.5. OS ALEMÃES NO BRASIL

Em 1919 o jornal *República*, ao anunciar o recebimento de um exemplar de *Os Alemães no Brasil*, afirmou que se tratava de "um excelente trabalho de divulgação da operosidade da colonização alemã".¹¹²

108 *Op. cit.* p.5.

109 *Loc. cit.*

110 *Op. cit.* p.9.

111 *Op. cit.* p.12.

112 *Os alemães no Brasil. República, Florianópolis, 29 out. 1919. p.1, c.1.*

Estariamos, contudo, encobrimdo a real significância deste texto, se o reduzíssemos a esta **expressão**. Na realidade ele encerra um conteúdo informativo muito rico, como fonte de análise da problemática teuto-brasileira, porque ao lado do tema central que é a defesa da colonização germânica no Brasil, encontramos uma série de indicações, sobre aspectos relevantes da vida, das manifestações culturais, dos hábitos sociais e das predisposições econômicas do imigrante e dos seus descendentes imediatos.

Pode-se afirmar que o objetivo de Crispim era lançar mais um alerta em defesa do teuto-brasileiro que continuava sendo vítima de calúnias por parte da imprensa carioca. Negou a veracidade das acusações, que há muito vinham sendo repetidas, como se os alemães constituíssem um atentado à "integridade nacional".¹¹³

Outra questão levantada pelo texto, foi o problema do acaboclamento cultural do teuto-brasileiro.

Mostrou como em alguns casos, vinha ocorrendo uma absorção profunda dos traços culturais luso-brasileiros, incluindo folclore e mesmo hábitos sertanejos,¹¹⁴ fato que, na maioria dos casos conduzia a perda total dos valores referentes à esfera ética do trabalho.

Willems tratou deste fenômeno no seu estudo sobre a aculturação dos alemães. Disse que "as perdas culturais reduzem paulatinamente a distância que separa os teutos, da cultura cabocla".¹¹⁵ Explicou que o acaboclamento era um fato regis

113 C. MIRA. *Os alemães no Brasil*, p.8.

114 *Op. cit.* p. 8-9.

115 E. WILLELMS, *op. cit.* p.144.

trado por toda parte, onde se fixaram imigrantes alemães e, aduzia como causa o "desnivelamento cultural". "As perdas que o patrimônio cultural dos imigrantes alemães sofreu no Brasil impressionaram não poucos observadores".¹¹⁶

Em *Os Alemães no Brasil*, Mira entoou a cada passo, a glorificação do trabalho, como princípio criador da ordem presente. Na descrição do nascimento de uma nova colônia, por exemplo, pode-se observar como o labor se tornara a constante geradora da transformação que se operava desde a derrubada da primeira árvore até o desabrochar triunfante da cidade.¹¹⁷

Este esforço foi decantado como "formidável trabalho",¹¹⁸ como "magnificiência",¹¹⁹ como uma verdadeira "epopéia",¹²⁰

como uma façanha heróica, possibilitada pelo "acervo de trabalho",¹²¹ realizado por "homens do trabalho".¹²²

Neste texto o conceito de trabalho vem sempre acompanhado pela idéia de ordem. Assim, não se tratava apenas do trabalho, mas, do trabalho e da ordem, o que o fazia transparecer como um "encanto de ordem",¹²³ seja no seu aspecto físico, relativo ao mundo exterior, seja na configuração moral do indivíduo.

Finalmente, descreveu os costumes e os hábitos sociais, desde as preocupações para com os cuidados do lar, ao amor pelas flores e jardins que faziam com que em Joinville, pela cidade toda, houvesse "uma escandalosa tirania de flores",¹²⁴

116 *Op. cit.* p.180.

117 C. MIRA. *Os alemães no Brasil*, p.11.

118 *Op. cit.* p.10.

119 *Op. cit.* p.11.

120 *Op. cit.* p.10.

121 *Op. cit.* p.31.

122 *Op. cit.* p.18.

123 *Op. cit.* p.12.

124 *Op. cit.* p.13.

até a predileção pelas festas e bailes dominicais. Onde houvessem dois alemães, afirmou, existiriam "três sociedades: Uma de dança, outra de tiro e a terceira de ginástica" e em todas três se poderia encontrar "a cerveja" que era "o elemento in dispensável".¹²⁵

Neste texto Mira definiu o teuto-brasileiro como o tipo ético privilegiado do seu projeto de "regeneração nacional", enquanto o introduziu como o exemplo mais representativo do amor ao trabalho e da operosidade. Acreditou sem vacilação que haveria de ser "com as lições desse povo" que se conseguiria transformar o país "numa potência forte e respeitada entre as outras nações".¹²⁶

3. A DIMENSÃO HERCILISTA

A influência de Hercílio Luz sobre a atividade jornalística de Crispim Mira, foi maior do que pode parecer à primeira vista. Não se tratou, porém, de um influxo ao nível ideológico, porque a estrutura mental de Crispim superava o circuito restrito das expectativas do líder republicano. A ascendência deu-se no campo das oportunidades, enquanto lhe foram abertas as portas dos principais palcos, onde se debatiam os interesses políticos das oligarquias dominantes em Santa Catarina tanto na esfera estadual, quanto na federal.

Hercílio Luz possibilitou-lhe a abertura de canais por onde pode escoar soberanamente, não propriamente os interesses particulares do Senador, mas sim a tessitu

125 *Op. cit.* p.20.

126 *Op. cit.* p.37.

ra mais ampla engendrada pelo seu projeto "regenerador".

Na verdade esta vinculação já estava delineada muito antes do seu aparecimento na imprensa de Florianópolis, em 1908. A aproximação se consumara em outras épocas, no Rio de Janeiro. O jornal oficial *O Dia*, no início daquele ano lamentava "a chegada aqui de quem, sem conhecer o Estado e seu pessoal, referindo-se a Crispim, nos atacava no Rio, traiçoeiramente, por instigações do Diretor da Gazeta".¹²⁷

O significado deste relacionamento prendia-se a existência de fissuras no interior do sistema de dominação política do Estado, onde a luta pela hegemonia do Partido Republicano Catarinense, especialmente durante o governo de Gustavo Richard, tornara-se evidente. Estava em andamento uma recomposição de forças entre os vários grupos instalados no poder, cujo predomínio envolvia necessariamente, um novo sistema de alianças e de acomodações.

Sabemos que era nestes momentos de crise na cúpula do sistema dominante, que as classes médias podiam jogar uma importante cartada, como mediadoras dos interesses políticos conflitantes no seio do grupo instalado no poder. Sérgio Pinheiro afirmou a existência de "laços de dependência atrelando as classes médias às perspectivas da classe dominante".¹²⁸

Na ausência de horizontes políticos autônomos, elementos oriundos destes **setores** se tornavam a chave da recomposição do equilíbrio no interior do bloco detentor do poder.

Este foi, sem dúvida, em parte, o significado da atuação

¹²⁷ NA DEFENSIVA. *O Dia*, Florianópolis, 9 fev. 1908. p.1,

^{c.1.}
¹²⁸ S. PINHEIRO, *op. cit.* v.2. p.35.

de Crispim ao lado de Hercílio Luz, nos anos que vão de 1908 a 1924, quando então, termina a reciprocidade, com a morte de Hercílio e a publicação, em defesa de sua memória, do violento libelo **A Situação Financeira e Política de Santa Catarina: o Secretário do Interior e Justiça**. Por outro lado, este também foi o sentido da presença de Rupp Júnior no campo de luta, defendendo os interesses ideológicos de Gustavo Richard.

Tão importante foi o enlace operado entre Crispim e Hercílio, que podemos mesmo afirmar que, sem ele, Crispim não teria sido o que foi, em relação à amplitude e significado da sua obra, e nem, possivelmente Hercílio teria alcançado o êxito que obteve, na sua tentativa de estabelecer, de um lado, um novo sistema de alianças no interior do Partido Republicano Catarinense, quando sua liderança começou a ser posta em dúvida, e de outro, o seu projeto desenvolvimentista.

Hercílio fora configurado por Mira como o tipo ético-político exemplar do trabalho, e este fato explica o seu engajamento na campanha hercilista. Foram precisamente os valores do universo produtivo que ele ressaltou ao analisá-lo a atuação como Governador: Sua conduta "justifica as esperanças do povo catarinense" afirmou. E nela sobressai "o aproveitamento de todas as capacidades de construção".¹²⁹

Se referia, deste modo, a um programa de Governo, todo voltado para a construtividade. E concluía que se fosse preciso defini-lo, em sua individualidade política, diria que Hercílio Luz se caracterizava "por uma ampla perspectiva de trabalho, justiça e liberdade", aos quais se aliavam "a presteza da

129 O Sr. C. MIRA nos concede uma entrevista. Jornal de Joinville, Joinville, 15 abr. 1919. p.1, c.1.

ação, o ilimitado da generosidade e o cavalherismo da tolerância".¹³⁰

3.1. A ORIENTAÇÃO DA GAZETA CATARINENSE

Em 1908 Mira retornou do Rio para assumir, em Florianópolis, a redação da Gazeta Catarinense, órgão ligado aos interesses partidários do Senador Hercílio Luz. Aquele momento se revestia de extrema importância para as aspirações hercilistas porque, de um lado, estava sendo posto em jogo o seu prestígio de líder e, do outro, com o afastamento, por parte de Gustavo Richard, dos antigos federalistas da disputa aos cargos eletivos, tramava-se o fortalecimento político do governador, mediante o preenchimento das vagas, com o nome de jovens da sua inteira confiança como Rupp Júnior e o próprio filho.¹³¹

Hercílio habilmente se colocou ao lado dos federalistas com o intuito de somar forças, apesar do Dia ter apontado para "a impossibilidade de um traço de união" entre ele "e o partido Federalista, isto é, entre o verdugo e a vítima"¹³² de outros tempos.

Era, então, preciso encontrar alguém com coragem e inteligência, capaz de por termo a esta tendência que vinha provocando cisões no Partido Republicano Catarinense e estava corroendo as bases da projeção e liderança de Hercílio.

Foi neste clima de tensão que Crispim assumiu a redação da Gazeta Catharinense, decidido a promover a "regeneração" po

¹³⁰ Loc. cit.

¹³¹ AMEAÇA aos federalistas. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 28 maio 1908. p.1, c.2.

¹³² FERRO em brasa. O Dia, Florianópolis, 8 jul. 1908. p.1, c.1.

lítica do Estado. Enveredou, assim, imediatamente e com corajosa veemência para a luta, a campo aberto, contra a política que emanava do palácio Cruz e Souza, porque, dizia, "as concessões feitas aos governos fracos, os fortalece pouco a pouco e o mandrião de há instantes, reveste-se, não raro, da petulância de um valentão de feira".¹³³ Esta atitude firme despertou a reação do órgão oficial *O Dia*.

Crispim, na verdade, não assumira esta empreitada como mero ato em defesa dos interesses políticos de Hercílio Luz. Ele aspirava também, desenvolvendo o seu jornalismo crítico, atingir um status de prestígio.

Rupp Júnior, redator do *Dia*, porém, o enfrentou resolutamente e passou a revolver-lhe aquilo que chamava de "as páginas negras da sua vida", taxando-o de "miserável sedutor" de "jornalista barato sem idéias e sem princípios" e que para o bem da comunidade fazia-se mister "enxotá-lo como medida de saneamento".¹³⁴

A verdadeira razão destas manifestações, expressão de um jornalismo pouco sadio, decorria da estratégia

desenvolvida pela argumentação de Crispim, o qual, por meio de um artifício de omissão, lhe atingia frontalmente o brio, sem que transpirasse ofensa pessoal.

É que ignorava a responsabilidade de Rupp Júnior como autor do que se dizia pela *Folha* governnista. Atribuía a autoria de tudo o que se escrevia pelas colunas do jornal, ao

¹³³ Ameaca aos federalistas, loc. cit.

¹³⁴ O JULGAMENTO de amanhã. *O Dia*, Florianópolis, 29 maio 1908. p.2, c.4.

próprio Governador.

Os contendores da polêmica não eram Crispim e Rupp, mas sim o redator da Gazeta e o Governador do Estado. Todas as ofensas e retaliações morais assacadas pelo Dia, por obra de Rupp Júnior, eram interpretadas como manifestações de "baixesas", procedentes da lavra do executivo estadual.

Ora, o redator do órgão oficial sentia-se ferido no seu brio, vendo-se dominado e ignorado por alguém que não possuía formação acadêmica qualquer.

Por isso O Dia serviu de guarida a todo tipo de calúnia e de revelações escandalosas da vida íntima de Crispim. O próprio Rupp delas se utilizou para tecer seus comentários sarcásticos, tentando atingir moralmente a reputação do adversário.

É deste período, por exemplo, a publicação da carta de João Mariano dos Santos que se constituiu numa verdadeira devassa da vida de Crispim Mira e que foi, depois, utilizada "usque ad satietatem", como arma de demolição da sua resistência moral.

O epílogo das tensões que foram geradas por causa destas investidas, deu-se aos vinte de agosto de 1908, quando Mira, pela Gazeta Catharinense, resolveu reagir com violência, que só não os conduziu a uma tragédia, por causa da intervenção oportuna de amigos.

O artigo que então fora dirigido contra Rupp, intitulado "O Infame", não foi estampado na manhã seguinte. Apenas uma nota informava que ele só poderia ser respondido à bala. E uma coluna em branco, encimada pelo título, permanece até nos dias como testemunho histórico deste momento sombrio do jornalismo catarinense.

3.2. AGRO-PECUÁRIA

Crispim Mira concebia o Brasil como um país predestinado às atividades agrícolas. Ele nutria uma predileção acentuada e significativa pela agricultura. Via nela a fonte mais segura do nosso progresso e do nosso destino como nação forte e desenvolvida.

Dedicou ao tema boa parte da sua obra. Figurou como um incentivador incansável das lides agro-pecuárias e, especialmente, como um batalhador pela introdução do ensino agrícola nas escolas primárias e pela fundação de escolas especializadas em agricultura e pecuária.

Neste contexto desenvolveu a concepção utópica de um Brasil grandioso, o "Brasil do Futuro", cujas bases se assentariam, preferencialmente, no trabalho da terra.

A configuração que ele idealizara, deixava inalterada a estrutura da dominação político-social, no mesmo instante em que não impunha a necessidade de mudanças na base da sustentação econômica do sistema. Ela permanecia alicerçada no predomínio das mesmas oligarquias de base agrária "regeneradas" e fortalecidas no poder político, enquanto detentoras do poder econômico, representado pelo monopólio agro-exportador.

Por esta razão o agrarismo que Crispim Mira desenvolveu em seu pensamento, pressupõe uma interpretação ideológica das potencialidades do país, concebido como uma terra da pro

missão, como uma "Canaã promissora",¹³⁵ cujo destino repousava no desenvolvimento da produtividade da terra, mais do que num processo de industrialização.

Dissera ele de fato, alguns anos antes, que "o segredo da nossa prosperidade está na lavoura",¹³⁶ e o repetiria depois, em 1919, convencido ainda de que "é na agricultura e na pecuária que assenta o nosso futuro".¹³⁷ Afirmava que "o primeiro e verdadeiro caminho entre nós é o da lavoura e da criação"¹³⁸ e se aventurou a afirmar que a "lavoura" e a "criação" podiam se transformar num "manancial transbordante de alegria".¹³⁹

Nesta manifestação se encontra um compromisso ideológico, apesar de denotar uma ânsia de renovação das elites.

O opúsculo *Agro-Pecuária*, expressa exatamente este anseio e esta vinculação ideológica. O próprio Crispim afirmou ter sido elaborado após um debate com o Governador Hercílio Luz, quando este, entusiasmado com a proposta, lhe teria feito um "cavalheresco convite, para que reduzisse estas idéias a escrito".¹⁴⁰

Diante disso, Mira não se julgou "no direito de fugir à ordem recebida".¹⁴¹

Neste trabalho correspondeu aos interesses do poder e seu objetivo era aconselhar o executivo estadual para que

135 (C. MIRA). *Propaganda agrícola. Terra Livre*, Florianópolis, 13 dez. 1918. p.1, c.2.

136 A FOLHA ouve seu diretor. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 9 nov. 1914. p.1, c.3.

137 C. MIRA. *Secretaria da agricultura. República*, Florianópolis, 26 jun. 1919. p.2, c.1.

138 C. MIRA. *O verdadeiro caminho. República*, Florianópolis, 20 jun. 1919. p.1, c.2.

139 *Loc. cit.*

140 C. MIRA. *Agro-pecuária*, Florianópolis, Moderna, 1919, p.3.

141 *Loc. cit.*

atingisse "o interesse do ritmo e da eficiência governativa",¹⁴² mediante a criação de uma Secretaria de Estado da Agricultura.

Mira desenvolveu seu raciocínio mostrando, como sempre, exemplos do que se fazia em outros países e mesmo do que já estava se fazendo em outros Estados, e analisou as possibilidades de Santa Catarina quanto à melhoria do seu desempenho econômico. Para isso aconselhou a criação de organismos apropriados, como uma "Diretoria de Agricultura", já que a Constituição impedia o estabelecimento de mais do que duas Secretarias de Estado.

Comprova-se uma tendência tecnocrática no seu pensamento que, seguramente, correspondia a semelhante perspectiva na esfera do poder que naquele instante dirigia os destinos do Estado.

Preocupado acima de tudo, com a "eficiência governamental" apontava, de um lado para a aplicação do "critério industrial" de descentralização e de independência das atribuições na administração das coisas agrícolas, bem como a introdução do sistema da "divisão do trabalho", especializando os trabalhadores.¹⁴³ Pregava também a adoção de um ponto de vista "totalmente comercial",¹⁴⁴ como critério administrativo estadual.

De outro lado, exigia que o Estado se prontificasse a dar exemplo concreto daquilo que se propunha alcançar. O primeiro passo preconizado no seu projeto agro-pecuário, era o cultivo, por parte do Governo, de vastas áreas com trigo e ou-

142 *Ibidem*, p.14.

143 *Loc. cit.*

144 *Ibidem*, p.16.

tros produtos em São Bento do Sul, de tal modo que o sistema se tornasse auto-suficiente pela geração dos próprios recursos que deveriam servir ainda para aumentar as rendas do Estado.¹⁴⁵

Do ponto de vista assistencial, previa a orientação dos produtores, visando a melhoria genética da criação e dos espécimes cultivados. Insistia também na introdução de um sistema de mecanização a preço de custo e no incentivo à prática do cooperativismo.

Além do seu espírito tecnocrático, Crispim Mira era partidário do intervencionismo estatal na economia.

Há muito se convencera de que "não era possível dispensar a intervenção do Estado".¹⁴⁶ Por esta razão procurava mostrar que ao Governo competia o trabalho prioritário de propiciar as condições básicas e necessárias ao desenvolvimento econômico, porque, dizia, "tudo depende de uma orientação segura".¹⁴⁷

Com este fim propôs a criação de "Secretaria" ou "Departamento de Agricultura, como "um Departamento inteligentemente organizado, estudando o consumo das várias praças e orientando os produtores a respeito".¹⁴⁸

3.3. ESTADO DE SANTA CATARINA

No início de 1919, Mira publicou um trabalho de cunho propagandístico, escrito por solicitação de Hercílio Luz, com a finalidade de divulgar Santa Catarina na exposição agro-industrial de Montevidéu: Estado de Santa Catarina; algumas infor

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.15.

¹⁴⁶ A FOLHA ouve seu diretor. *op. cit.* p.1, c.3.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.1, c.2.

¹⁴⁸ *Loc. cit.*

mações de interesse econômico . Nele estudou as condições econômicas e financeiras do Estado, procurando realçar seu desenvolvimento material, através de dados estatísticos e de ilustrações sugestivas. O escreveu movido por um objetivo eminentemente político: a promoção do Estado de Santa Catarina e da política do Governador Hercílio Luz que se preparava para suas grandes realizações e precisava do apoio financeiro do exterior.

A República afirmou que Crispim "bordou de sensatas considerações o interessante assunto, de sorte a despertar lá fora, o interesse pelas coisas catarinenses".¹⁴⁹ De fato, sua intenção, era anunciar as capacidades e as necessidades do Estado, para despertar o interesse do capital estrangeiro.

Por isso citou, entre as maiores premências daquele momento, a eletrificação das linhas de bondes de Florianópolis, a ferrovia Estreito-Lages, e a ligação Ilha-Continente, que estava sendo cogitada, ou por meio de uma ponte pênsil, ou então, pelo sistema de "ferry-boat", por Hercílio Luz.

O jornal considerou as informações contidas no folheto, como "preciosíssimas",¹⁵⁰ por seus dados sobre aspectos econômicos, financeiros e administrativos do Estado.

3.4. A EXPOSIÇÃO DE CEREAIS

Ainda em 1919, Crispim representou, como delegado do Governo, em companhia de Arno Konder e Diniz Júnior, o Esta-

¹⁴⁹ UM trabalho útil. República, Florianópolis, 13 mar. 1919, p.1, c.3.

¹⁵⁰ Loc. cit.

do de Santa Catarina na Primeira Exposição de Cereais, realizada no Rio de Janeiro.

Hercílio o encarregou de organizar um "completo trabalho informativo" sobre o desenvolvimento econômico e financeiro do Estado, incumbindo-o ainda da coleta e da classificação do material para amostra,¹⁵¹ bem como o planejamento do pavilhão catarinense.¹⁵²

Partiu imediatamente para o interior do Estado em "excursão aos municípios", a fim de entrar em contato com os produtores e com as prefeituras já telegraficamente informadas pelo Governador. Apesar do tempo exíguo à sua disposição, Mira percorreu grande parte do Estado, para arrecadar uma amostragem significativa daquilo que se produzia em Santa Catarina, desde cereais propriamente ditos, a queijos, manteiga, vinhos, fumo, tubérculos e plantas forrageiras.

O Jornal de Joinville anunciou que tinha chegado ao Norte do Estado "a fim de conseguir o concurso dos nossos produtores".¹⁵³ No início de julho viajou para o Rio, levando as amostras de produtos da Ilha de Santa Catarina e das ex-colônias.¹⁵⁴ Tudo fora devidamente classificado e preparadas as informações necessárias para a identificação do produtor, as condições de preço e as possibilidades de remessa aos compradores eventuais.

Imediatamente procedeu à instalação do pavilhão, de comum acordo com os outros membros da delegação, podendo afir-

151 EXPOSIÇÃO de cereais. A representação de Santa Catarina. *República*, Florianópolis, 30 maio 1919. p.2, c.2.

152 C. MIRA. A primeira exposição de cereais no Rio de Janeiro. *República*, Florianópolis, 14 ago. 1919. p.1, c.2.

153 CRISPIM Mira. *Jornal de Joinville*, Joinville, 3 jun. 1919, p.2, c.2.

154 CRISPIM Mira. *República*, Florianópolis, 25 jun. 1919, p.2, c.5.

mar que na manhã de doze de julho, Santa Catarina e São Paulo foram os dois únicos Estados prontos.¹⁵⁵

Este episódio marca sobremaneira o espírito de laboriosidade e de determinação que animava Crispim, contrastando com a imprevidência e a incompetência de outros. Deu um exemplo de responsabilidade e de pontualidade. A representação do Rio de Janeiro só conseguiu inaugurar seu pavilhão, seis dias após a abertura do conclave, a delegação de Minas, só dez dias após, enquanto a representação do Paraná, apenas o completou três dias antes do encerramento da exposição.¹⁵⁶

As notícias vindas do Rio, confirmaram plenamente as virtudes de laboriosidade e eficiência de Crispim, revelando que Santa Catarina, "pela variedade dos produtos expostos, bem rotulados, arrumados com muita ordem, dispondo de delegados que instruem os visitantes, com todas as informações necessárias, tem despertado a curiosidade de todos".¹⁵⁷

O Rio Jornal afirmou que "Santa Catarina expos a maior e mais variada e a melhor produção".¹⁵⁸ Elogios análogos vieram do Jornal do Comércio, do Imparcial e de muitos outros.

Um aspecto ligado ao desempenho desta missão, foi a consciência que Crispim manifestou em relação à importância do papel destinado à propaganda. Há mais de um ano vinha já alertando, pela Terra Livre, a excelente ocasião que se entreabria para o Estado promover os seus produtos e suas possibilidades de progresso. Se renunciava "uma ótima oportu-

155 C. MIRA. *A primeira exposição de cereais (...)* Loc. cit.

156 Loc. cit.

157 *Exposição de cereais. República, Florianópolis, 17 jul. 1919. p.1, c.1.*

158 *O RIO Jornal tece elogios a Santa Catarina. República, Florianópolis, 19 jul. 1919. p.1, c.1.*

tunidade, dizia, para propaganda (...) quer da nossa produção agrícola (...) quer da capacidade produtiva das nossas terras".¹⁵⁹ Foi o que ele fez. Procurou "encaminhar contratos de vários importadores, com produtores catarinenses".¹⁶⁰ "Nós precisamos fazer-nos conhecidos, dizia também, porque não há nenhuma outra forma de despertar a atenção do capital e de o atrair, senão a que se nos depara na divulgação das várias possibilidades (...) para sua conveniente aplicação".¹⁶¹

O República o apresentou "animado da melhor boa vontade de aproveitar esta oportunidade para fazer intensa propaganda",¹⁶² e o Jornal do Comércio informou que por sua iniciativa Santa Catarina "teve a feliz idéia" de distribuir folhetos explicativos e detalhados, sobre o desenvolvimento agrícola e sobre os produtos exportados.¹⁶³

Este folheto, intitulado Estado de Santa Catarina: Exposição de cereais e adicionamento de horticultura e indústrias derivadas, que se compõe de pouco mais de uma dezena de páginas, cumpriu sua finalidade eminentemente comercial e promocional, divulgando o que Santa Catarina tinha e quem possuía os produtos para exportação. O autor modestamente o apresentou como simples folheto "com a estatística da exportação do Estado".¹⁶⁴ Cumpre-nos destacar, porém, em que pese a sua boa vontade, que os dados contidos não inspiram a necessária confiabilidade.

O seu ponto de partida se ressentia do ufanismo naciona-

159 (C. MIRA). *Propaganda agrícola. op. cit. p.1, c.1.*

160 C. MIRA. *A primeira exposição (...) loc. cit.*

161 (C. MIRA). *Propaganda agrícola, loc. cit.*

162 CRISPIM Mira. *República, loc. cit.*

163 REPÚBLICA, *Florianópolis, 22 jul. 1919, p.1, c.4.*

164 C. MIRA. *A primeira exposição (...) loc. cit.*

lista da República Velha. Como muitos outros autores do seu tempo, Mira também estava convencido de que era preciso mostrar o Brasil aos brasileiros para que o conhecessem, mostrando tudo aquilo que o Estado produzia ou era capaz de produzir "os preços das terras, (...) as vias de comunicação, (...) as distâncias dos portos, (...) salários, produtividade das terras e possibilidades energéticas".¹⁶⁵

Este trabalho deve ser compreendido no âmbito do clima nacionalista típico desta fase, caracterizada pelo sentimentalismo mativista que antecedeu as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Ao lado da tendência tecnocrática e desenvolvimentista que pode ser observada nas produções que ele nos deixou neste período, esta é a atmosfera que pervade, como uma das dominantes, os escritos de 1918 a 1920.

3.5. TERRA CATARINENSE I

Os anos finais da segunda década do século, (1918 a 1920) formam o período mais rico em realizações significativas, de toda a vida de Crispim. As ligações amistosas que mantinha com Hercílio Luz e, especialmente o acervo de conhecimentos acumulados nos anos anteriores vividos no Rio, lhe abriram as portas para que atingisse a realização plena como homem defensor de um ideal bem definido, voltado ao serviço das causas gerais. Por estas razões coube-lhe a prerrogativa de atuar em comissões oficiais, como representante de Santa Catarina em diversos certames culturais e diplomáticos, nos quais se desta-

165 (C. MIRA). *Propaganda agrícola. op. cit. p.1, c.2.*

cou sua inteligência e sua capacidade de argumentação e convencimento.

Cumpre-nos citar sua participação ao 6º Congresso Geográfico de Belo Horizonte, que coincidiu com o ponto mais alto e fecundo da sua existência. Juntamente com José Boiteux e Virgílio Várzea, teve a honra de compor, como disse o Jornal de Joinville, "o que de mais distinto no meio intelectual os Estados da Federação puderam aproveitar".¹⁶⁶

Sua participação neste Congresso foi decisiva para o encaminhamento das discussões, figurando as teses por ele levantadas, entre as conclusões do certame. Participou do grupo encarregado de estudar a questão econômica, política e social da mudança da Capital Federal para o Planalto Central de Goiás. Apresentou moções que foram unanimemente aprovadas, sobre o problema dos impostos inter-estaduais, o exagero das tarifas protecionistas e quanto à necessidade de se construir o "Brasil do Futuro" por meio de escolas profissionais e agro-pecuárias.¹⁶⁷

Foi relator da comissão que planejou o esboço da programação do Centenário da Independência, a qual estabeleceu criar comissões permanentes nos Estados, pedir a votação de verba especial, destinada à publicação de grande trabalho histórico-geográfico com fatos da vida nacional em todas as dimensões, cantar o Hino da independência em todas as escolas do país no dia sete de setembro de 1922, ao meio dia, organizar uma grande exposição nacional e congressos, para

166 O CONGRESSO de geografia. Jornal de Joinville, Joinville, 7 out. 1919. p.1, c.3.

167 O CONGRESSO de geografia, República, Florianópolis, 20 set. 1919. p.1, c.3.

tratar de problemas imediatos, como questões jurídicas, pedagógicas e econômicas, inaugurar no dia sete de setembro de 1922 o maior número de escolas por todo o país e erigir, no Rio ou em Lisboa, um obelisco alusivo à data.¹⁶⁸

Mas, a distinção maior foi ter sido escolhido para orador oficial do Congresso. Seu discurso de encerramento, foi publicado como editorial, pelo *Jornal do Comércio*.¹⁶⁹ Era um axaltação das suas teses defendidas durante o conclave.

Combateu os impostos inter-estaduais porque formavam um aparelho compressor do comércio interno, onerando e desestimulando o produtor, além de gerar descontentamento no povo e comprometer a harmonia nacional. Considerou-os deste modo, "um lamentável erro do critério financista, que tributou o trabalho ao invés do capital morto na terra, imobilizado em latifúndios".¹⁷⁰ Propôs substituí-los pelo imposto sobre o capital e pelo imposto de renda. Tratou igualmente das tarifas protecionistas exageradas, que recaíam sobre a importação: "protegeu-se até à loucura, afirmou, a indústria incompleta, embora auspiciosa que possuímos, deixando os nossos portos (...) livres para a entrada de cereais, tubérculos (...) que estamos em condição de produzir com vantagem".¹⁷¹ Finalmente conclamou para que as iniciativas particulares e o próprio Estado, se voltassem para a criação de escolas "em que ao invés de ministrarem simplesmente o ensino da

168 69 CONGRESSO de Geografia. *República, Florianópolis*, 19 set. 1919. p.1, c.3.

169 CONGRESSO de Geografia. *República, Florianópolis*, 8 out. 1919. p.2, c.1.

170 C. MIRA. *O Brasil do Futuro. Unidade nacional e possibilidades econômicas. República, Florianópolis*, 22 out. 1919. p.1, c.5.

171 *Ibidem*, p.2, c.1.

leitura e da escrita preparassem homens de caráter, encaminhados pelos estabelecimentos profissionais, para o trabalho da terra e das fábricas".¹⁷²

3.6. TERRA CATARINENSE II

Apresentou ainda, durante o Congresso, um estudo intitulado **Descrição de Santa Catarina. Aspectos Geográficos e econômicos**, que depois foi complementado com outros tópicos, dando origem à **Terra Catarinense**. Alguns autores se referem também à publicação de outro trabalho nesta ocasião: "escreveu então o **Brasil do Futuro**" dizem eles. **Não foi-nos possível comprovar**

esta informação e parece-nos mesmo tratar-se do discurso pronunciado no encerramento do Congresso.

A gênese mais remota da Terra Catarinense, e que na verdade lhe confere o significado mais profundo, prende-se a um telegrama do Ministro da Justiça a Hercílio Luz, solicitando-lhe, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, empenhado em preparar o primeiro volume de introdução geral ao **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, o envio de informações sobre o Estado. **O objetivo era coletar dados em todo o país para estimular "iniciativas de maior fôlego" sobre as comemorações da Independência.**

Deviam abranger temas como História política, militar, administrativa, judiciária e religiosa, literária, científica e artística. De outro lado, apresentar o histórico dos homens notáveis, informações geográficas, populacionais, hidrográficas e climáticas, além de se referirem à fauna, à flora

¹⁷² *Ibidem*, p.2, c.2.

e aos minerais, à indústria, comércio e agricultura, bem como relatar sobre a população e os municípios.

Pela exigüidade do tempo concedido para realização desta tarefa, menos de dois meses, pois, todas as informações deveriam ser entregues até o dia sete de setembro daquele ano, pôde-se avaliar o índice de imprevidência e irresponsabilidade que vigorava nos órgãos públicos do país. Tanto assim que, no dia seguinte, novo telegrama, e desta vez, da própria Comissão encarregada pelo Instituto, pedia ao Governador para que distribuisse o tema entre vários colaboradores, sugerindo uma nova divisão do conteúdo para facilitar a empreitada.¹⁷³

Terra Catarinense, deste modo, pode ser considerada como a resposta de Santa Catarina, a este pedido de colaboração. De fato, Mira utilizou praticamente a mesma distribuição dos temas, tendo sido posteriormente acrescentados, como afirmou, aspectos relativos "a costumes, coisas e folclore"¹⁷⁴ de Santa Catarina.

Trata-se de um livro preciosíssimo na sua feição informativa, mesmo não possuindo uma unidade interna adequada. É, na realidade, uma fonte imprescindível para a análise histórica, sociológica e antropológica da nossa cultura.

Nele o homem constantemente surge vinculado ao meio geográfico, transparecendo, numa simbiose com a natureza, o "pescador", o "tropeiro", a "rendeira". Ora, aparece caracterizado como homem de "beira-mar", ora, como homem do "planalto". São as tradições do luso-brasileiro aqui, contrastando

¹⁷³ O TRABALHO do 6º Congresso de Geografia. República, Florianópolis, 9 jul. 1919. p.1, c.2.

¹⁷⁴ C. MIRA, Terra Catarinense, p.III.

com as do teuto-brasileiro acolá. As festas religiosas, as "procissões", as "promessas", a devoção ao "Senhor dos Passos"... às "festas do Natal", os festejos de fim-de-ano, as comemorações pascais, com seus ovos coloridos e alegres.

De um lado, aparecem os traços culturais do caboclo litorâneo, do outro os do caboclo do planalto, do outro os do colono europeu. E, por todos os recantos, a terra onde eles vivem em harmonia, onde eles constroem suas vidas, se aculturando e produzindo, pelo trabalho, um futuro comum.

Depois, é um grupo de tangarás, tornando-se merecedores de uma das páginas imortais da literatura catarinense, que o próprio Monteiro Lobato, não hesitou em transcrever no seu livro *Onda Verde*, tal a beleza da descrição, o dinamismo e a sugestividade da imagem que provoca no espírito; é o chopim das matas de Campo Alegre, sendo redimido das taras que o destino lhe aplicou; é a caninana inofensiva, a mula, o tigre, a fantasia de poeta, a vida, enfim, que levaram Edmundo Luz a exclamar: "Que lindas páginas de ficção, meu caro Mira, o contista que é você, inclui inesperadamente, num livro de informações".¹⁷⁵

Terra Catarinense tornou-se um repositório, onde a memória do folclore regional repousa silenciosa para as gerações futuras. E não se deu por simples acaso. Crispim advertira que as tradições populares estavam desaparecendo rapidamente no âmbito nacional e seria de lastimar que isso acontecesse, porque "elas são o espírito da raça e a poesia agreste da bondade desataviada da vida familiar".¹⁷⁶ Escor-

¹⁷⁵ TERRA Catarinense. *República*, Florianópolis, 9 jul. 1920. p.2, c.2.

¹⁷⁶ C. MIRA. *Terra Catarinense*, p.145.

re pelas suas páginas a história político-administrativa do Estado, avultam informações geográficas, impregnadas de sentimentalismo patriótico e, em tudo, está presente o homem, com sua cultura, com seus hábitos, com suas crenças e com seus ideais de trabalho.

Por isso, este livro foi a consagração de Crispim Mira, apesar das incorreções que nele podemos encontrar. Correspondeu às ansiedades do seu tempo. Por este motivo foi louvado e decantado. O País, do Rio de Janeiro, afirmou que "é de trabalhos deste quilate que o Brasil precisa para o conhecimento da sua riqueza, do labor humano e capacidade de espírito dos seus intelectuais".¹⁷⁷

João Ribeiro almejou "para cada Estado, monografias tão formosas e tão interessantes".¹⁷⁸ Viriato Correia, destacou "o traço admirável de patriotismo e de sentimentalismo brasileiro",¹⁷⁹ que pode perceber nas suas páginas.

Lobato, pelo Correio da Manhã, disse que Crispim tinha "a visão eclética das coisas"¹⁸⁰ e enalteceu, pelo Rio Jornal, "a medida da cultura, do esforço e do processo do distinto homem de letras".¹⁸¹ Viriato acrescentou que o autor da Terra Catarinense, "é um dos lindos talentos da moderna geração dos homens de estudo".¹⁸² Enquanto João Ribeiro apontou para a "destreza literária que empresta ao livro um caráter de perpetua amenidade".¹⁸³

177 O PAIZ elogia a Terra Catarinense do Sr. C.MIRA. República, Florianópolis, 25 maio, 1920. p.1, c.3.

178 TERRA Catarinense. República, op. cit. p.2, c.1.

179 FATOS e informações. Jornal de Joinville, Joinville, 5 mar. 1921. p.1, c.5.

180 TERRA Catarinense. República, loc. cit.

181 Loc. cit.

182 FATOS e informações. Jornal de Joinville, loc. cit.

183 TERRA Catarinense. República, loc. cit.

Na verdade, Terra Catarinense tinha aquilo que Monteiro Lobato louvava em Ricardo Gonçalves: "a cor local", tão ansiosamente procurada pelos futuros modernistas: "o aroma dos nossos campos, o hálito da terra (...) o sabor das frutas do mato, o esvoaçar dos passarinhos. (...) Não é o rouxinol nem o pardal de importação (...) é o tangará (...) é a terra, enfim, é o homem (...),¹⁸⁴ que nela transparecem a todo instante.

Na sua origem lateja o movimento nacionalista que vai de semboçar no modernismo de 22. Mira também foi um modernista, **não quanto ao estilo, quanto ao tema**. Wilson Martins, colocou a Terra Catarinense, entre os textos que apontavam para o futuro e cuja intenção "era liberta-nos da imitação estrangeira (...) e afirmar a nossa personalidade nacional",¹⁸⁵ e lhe deu um lugar na sua galeria da **História da Inteligência Brasileira**, onde raros foram os catarinenses que mereceram acolhida, classificando-a num conjunto que ele chamou de "Biblioteca dos estudos brasileiros".¹⁸⁶

3.7. A SITUAÇÃO FINANCEIRA E POLÍTICA DE SANTA CATARINA: O SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

A partir de 1920 o relacionamento entre Crispim e Hercílio Luz começou a entrar paulatinamente, em colapso. Não significará, em momento algum, um rompimento propriamente dito, mas, alguns aspectos da atmosfera que os **unia** entraram em declínio. Aos poucos, silenciosamente, Mira se afastou do convi

¹⁸⁴ Apud W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.168-9.

¹⁸⁵ *Ibidem*, v.6, p.168.

¹⁸⁶ *Ibidem*, v.6, p.175.

vio de outras eras, abandonou as atividades jornalísticas que desempenhava em Florianópolis e retornou a Joinville, onde passou a exercer a advocacia.

Ele próprio nos relatou que "no tempo da adversidade, figurou entre os mais íntimos correligionários de Hercílio Luz (...) tendo posteriormente dissentido da sua orientação".¹⁸⁷

Quais teriam sido as razões desta mudança? Mira nos informa que antes de Hercílio ter novamente atingido o poder, em 1918, propugnara a seu lado para tal finalidade (...) "a sonhar amáveis sonhos de trabalho".¹⁸⁸ Meses depois de eleito, continuava ainda a acreditar que "a única grande preocupação de Hercílio Luz era promover a grandeza de Santa Catarina".¹⁸⁹

Se observarmos atentamente seu desempenho nas várias missões que Hercílio, como Governador, lhe confiara, notaremos que sobressaiu nelas, de maneira clara, a intenção efetiva de realizar estes sonhos de trabalho e a constante preocupação de servir aos interesses maiores do seu Estado.

Porém, na discussão sobre os limites com o Rio Grande do Sul, se daria uma colisão, entre a conduta ética de Crispim e as orientações, calcadas em conveniências políticas, ditadas pelo Governador, que eram lesivas aos interesses catarinenses. Mira as afrontaria, impondo seu parecer, fundado em provas históricas.

Hercílio, uma vez no poder, preocupou-se mais com seus projetos políticos e, por isso, preferiu não "desagradar" os segmentos da sociedade de onde lhe poderiam advir dividen -

187 C. MIRA. *A situação política e financeira de Santa Catarina, Joinville, Otto Coch, 1924. p.1.*

188 *Ibidem, p.4.*

189 *O Sr. Mira nos concede uma entrevista. Jornal de Joinville, Joinville, 15 abr. 1919. p.1, c.1.*

dos políticos. Agia "para agradar",¹⁹⁰ pois alentava sonhos de grandeza. Havia encontrado uma situação financeira invejável, ao assumir o Governo do Estado. Mira afirmou que o Tesouro, contava com quatrocentos contos de réis em caixa, sendo que a receita triplicara nos anos seguintes.¹⁹¹ Então Hercílio, numa cartada eminentemente política, visando atrair recursos para seus ambiciosos projetos desenvolvimentistas, mandou depositar no Banco do Comércio "com antecedência de um ano, a quantia necessária ao pagamento do 'coupon' da (...) dívida externa, a vencer em dezembro de 1919,¹⁹² demonstrando assim, a solvência internacional do tesouro do Estado, para impressionar os meios financeiros estrangeiros.

Engenheiro e tecnocrata, programara obras monumentais que demandavam recursos muito além das reais condições do herário público: a ampliação da rede de abastecimento de água para Florianópolis, a melhoria do seu sistema de esgotos. Planejara, além do mais, estradas como, a de Lages a Rio do Sul e a de Laguna ao Estreito. Projetara a colonização da Ilha, a construção de escolas, e o seu maior sonho, a construção da ponte, "a maravilhosa loucura do Governador",¹⁹³ como a definiu Crispim.

Neste contexto de euforia entraram em cena os políticos correligionários, que não apenas evitavam contrariá-lo, mas, ainda, através de elogios e da bajulação mais estonteante "extorquiam favores que o comprometiam"¹⁹⁴ cada vez mais.

190 C. MIRA. A situação financeira e política (...), p.4.

191 *Ibidem*, p.2.

192 A. SITUAÇÃO financeira de Santa Catarina. República, Florianópolis, 26 abr. 1919. p.2, c.1.

193 C. MIRA, A situação financeira e política (...) p.34.

194 *Ibidem*, p.6.

A verdade é que, quando em 1924 Hercílio morreu, a situação financeira real do Estado, agora com dívidas em atraso, com amortizações a vencer, emergiu repentinamente, desencadeando um processo de críticas à sua memória.

Neste momento Crispim saiu novamente ao campo de luta, para defender aquele que, segundo afirmou, não fora o único culpado e portanto não poderia ser incriminado pelos que estiveram a seu lado, e dele se tinham aproveitado. Na Situação Financeira e Política de Santa Catarina, Crispim defendeu a memória de Hercílio Luz e denunciou violentamente Ulisses Costa, asseverando que, como ex-colaborador do extinto Governador não podia agora tecer-lhe críticas e reparos.

Contudo, este texto representa mais do que isto. Carlos Gomes disse que mostra "uma fase da vida administrativa do Estado".¹⁹⁵ No seu significado mais profundo, revela a tensão de um momento decisivo em que está em jogo a transferência do poder, das mãos de um grupo oligárquico em desarticulação mas, com pretensões suficientes ainda para lutar pela liderança política em Joinville - o dos Gomes de Oliveira - para outro grupo em formação que se estrutura nas bases do novo sistema de alianças, inaugurado com a ascensão de Hercílio Luz ao Governo, interessado na recomposição das suas forças regionais de sustentação.

3.8. EPISÓDIOS

Hóstilio Ratton nos informou, pela Notícia, de Joinville, referindo-se a um trabalho que escrevera em comemo

195 C. GOMES, *op. cit.* p.4.

ração ao 75º aniversário da fundação da cidade, que Crispim "breve espera fazer editar o seu livro *Episódios*".¹⁹⁶

Testemunhamos aqui, tão somente a presença do relato, que reputamos fidedigno.

4. A DIMENSÃO REGENERACIONISTA

Pretendemos sob este título, agrupar toda aquela produção intelectual de Crispim, na qual despontaram as linhas mestras da sua concepção pedagógica, que alimentou o seu projeto de "regeneração nacional", pela pregação dos valores éticos do trabalho.

Constitui-se no núcleo mais representativo da obra, en quanto introduz o problema ético-pedagógico do pensamento do autor e denota a dimensão ideológica, influenciada pelas configurações desenvolvidas nas campanhas cívicas de Olavo Bilac.

Os grandes mananciais onde podemos encontrar este conteúdo, são os jornais *Terra Livre* e *República*. Mas é possível situá-lo ainda, esparso, por todos os momentos da obra, desde as primeiras manifestações estampadas nas páginas do *Estado*, até a derradeira, transcrita pela *Folha Nova*.

A perspectiva pedagógica deste projeto de "regeneração" estava já presente e atuante na *Gazeta de Joinville*, cresceu na *Gazeta Catharinense*, foi surpreendentemente expressiva na *Folha do Comércio*. Podia ainda ser detectada no *Município de Joinville*, bem como em *Os Alemães no Brasil*, na *Terra Catari nense*, como em todos os trabalhos de sua lavra, porque constituía o substrato básico do seu universo ético.

¹⁹⁶ H. RATTON. *Suprema covardia*. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1927. p.3, c.3.

A temática fundamental desenvolvida, girou em torno do problema educação. Mas a obra de Crispim, observada no seu conjunto global, quando vista à distância, se manifesta como um projeto pedagógico bem delineado e consciente. Toda ela, se superarmos o angusto significado circunstancial e singular, transparecerá, no seu todo, como uma grande tentativa intencional, cujo objetivo é promover a "regeneração" do homem e das instituições republicanas, por meio da projeção de modelos éticos sensíveis, capazes, portanto, de despertar o espírito de emulação, o qual conduzirá à assimilação dos valores morais do mundo operativo.

Assim, Crispim Mira, como Olavo Bilac, apesar de desenvolver um conteúdo programático autônomo, **propunha** a educação, como a fonte suprema da "salvação nacional".

As principais manifestações desta fase são: **Para Vencer** ou **Porque Estou Estudando? O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações**, **Acorda Brasil** e ainda por grande parte da atividade jornalística dispersa por todos os jornais, mas, especialmente por **Terra Livre** e **República**.

4.1. PARA VENCER

O interesse de Crispim pela educação, mantinha relações com o seu ideal ético e com as influências ideológicas, assimiladas a partir da mentalidade e do nacionalismo próprios do seu tempo. A euforia nativista das primeiras décadas do século, transformara a educação, numa espécie de mito redentor da nacionalidade.

Esta, de fato, é a expressão que vamos encontrar nos seus primeiros ensaios jornalísticos. Ali a educação está configu

rada como o fator "regenerador" por excelência, da nação. E ele mesmo estará envolvido num projeto de "salvação" da língua portuguesa, desgastada pela absorção incompleta que estava ocorrendo nos meios teuto-brasileiros. Propôs, para evitar este fenômeno, a publicação de um livro escolar, destinado às crianças de origem alemã, e cujo título era **Para Aprender o Português.**

Mas a própria glorificação que ele promovia dos valores culturais do colono germânico, tinha também esta perspectiva acentuadamente pedagógica, pela introdução do estímulo ao trabalho, conforme o exemplo de eficiência dos alemães da sua terra.

Por isso planejava escrever um livro que pudesse servir de base para a construção de uma consciência do trabalho, na criança, desde os primeiros anos escolares. Conhecemos dois capítulos deste livro, que em 1916, foram publicados pelo *Dia*: - "Para Vencer, leitura infantil", e - "Porque estou estudando".¹⁹⁷ O texto completo já se encontrava "em vias de dar ao prelo" e Crispim apenas aguardava, para publicação, "entre outras coisas, a opinião, a respeito, dos competentes no assunto".¹⁹⁸

O conteúdo destes dois capítulos é marcadamente moral. Neles os valores éticos do mundo do trabalho, formam uma verdadeira constelação de virtudes que encerram os aspectos formativos que ele pretendia inculcar, para despertar na alma da criança "os sentimentos do trabalho", da "energia" e da "obediência".¹⁹⁹

¹⁹⁷ C. MIRA. A escola. *O Dia*, Florianópolis, 17 mar. 1916. p.1, c.1-2.

¹⁹⁸ Loc. cit.

¹⁹⁹ Loc. cit.

Sua intenção, portanto, era formar o caráter, mediante a introdução da prática do trabalho, para desenvolver a capacidade de agir por si e fortalecer a vontade, a fim de que pudesse tornar-se útil à sociedade.

Neste aspecto o texto era significativo, porque o personagem, um menino em idade escolar, refletia consigo mesmo sobre a conveniência de assimilar as virtudes da operosidade, da auto-determinação, da força de vontade, para chegar a ser um homem de valor. Percebia, assim, na sua meditação, que precisaria desenvolver o sentido da própria dignidade, o espírito de decisão, a credibilidade perante os demais e a diligência. Mas, que ainda seria muito importante desenvolver a responsabilidade pessoal, sem esquecer os hábitos da convivência, como a amizade, a cordialidade e o respeito para com todos.

Mira, na verdade, propôs uma reflexão sobre os valores operativos que propiciavam o desenvolvimento interior, o caráter, e abriam as possibilidades de uma vida melhor. Em síntese, o texto procurou despertar a construção do "espírito do trabalho", a partir de dentro do próprio indivíduo, como uma estrada que conduzia à felicidade.

Então, o personagem acabava descobrindo que a dureza e a seriedade exigidas pelo trabalho, a força de vontade que ele pedia e as energias que envolvia com todos os sacrifícios que obrigava suportar, no fundo, eram simplesmente vida e vida feliz, onde a alegria e a felicidade superavam em muito, todos os esforços despendidos. Desta maneira o próprio estudo, se transformava em trabalho, mas, num trabalho agradável, que produzia e conduzia à alegria, porque procurava incutir a idéia de que "os livros" seriam "os melhores companhei

ros" que poderia ter.²⁰⁰

4.2. ACORDA BRASIL

O opúsculo *Acorda Brasil*, como outras publicações anteriores, foi o resultado da reunião de uma série de artigos em que analisava o problema do atraso do povo brasileiro, tema predileto do nacionalismo bilaqueano, e apontava a educação, como remédio salutar para todos os males.²⁰¹

Neste trabalho aparece toda a dimensão que Crispim desenvolvera em relação ao "homem brasileiro", cuja inferioridade e incapacidade para o desenvolvimento, entendia, não deveriam ser vistas como resultantes do problema étnico-racial. Com uma educação apropriada, que desenvolvesse habilidades próprias para o trabalho, o brasileiro poderia se "soerguer" e competir de igual para igual com todos os outros povos.

Assim, *Acorda Brasil*, foi um grito de alerta, contra o abandono em que jazia a nação, e, como tal, a "regeneração" tornou-se o tema central. Eduardo Horn afirmou que em suas páginas, Crispim "escalpela os nossos defeitos e nossas fraquezas" e, ao mesmo tempo, "entoa hinos à nossa regeneração e ao nosso civismo".²⁰²

Os influxos do pensamento bilaqueano e o envolvimento ideológico com o nacionalismo impaciente que caracterizava a-

200 C. MIRA. *Porque estou estudando? O Dia*, Florianópolis, 25 mar. 1916. p.1, c.2.

201 C. GOMES, *op. cit.* p.5.

202 E. HORN. *Acorda Brasil. República*, Florianópolis, 24 dez. 1919. p.1, c.3.

quele momento da República, coincidiram, neste trabalho, com uma profissão de fé nos valores regeneradores da educação, em que se revelou o "evangelho de trabalho e patriotismo"²⁰³ que animava o seu espírito combativo.

4.3. O SOLDADO BRASILEIRO

O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações, foi o título de uma conferência cívico-militar, proferida por Crispim, em Florianópolis, no teatro Alvaro de Carvalho, em 1918. vivia-se, naquele instante, o momento mais efervescente da campanha nacionalista que estava sendo conduzida pela Liga de Defesa Nacional, em prol do serviço militar obrigatório. Mas não deve ser interpretado como mero indício de tendência militarista no seu pensamento.

Em 1916, quando da Conspiração dos Cabos e Sargentos, Crispim que prezava a ordem e a disciplina, condenou-os com veemência, porque, dizia, desse tipo de conduta "tudo há que temer. Eles podem, de fato, esquecidos dos seus deveres disciplinares subverter, com as armas da própria nação, o estado normal das coisas".²⁰⁴

Na primeira República, as Forças Armadas, apresentavam sérias deficiências internas, que repercutiam no seu comportamento exterior. Murilo Carvalho²⁰⁵ apontou pelo menos três fatores para esta situação: em primeiro lugar, o sistema de recrutamento, que acabava conduzindo para as fileiras

²⁰³ Loc. cit.

²⁰⁴ C. MIRA. Os telegramas de solidariedade. *O Dia*, Florianópolis, 9 mar. 1916. p.1, c.1.

²⁰⁵ J.M. de CARVALHO. As Forças Armadas na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira* (...). t.3, v.2, cap.5, p.179-234.

do exército os elementos menos qualificados da sociedade: em segundo lugar, a concorrência da Guarda Nacional que fazia seu recrutamento pelo critério da renda, fato que provocava um "fosso" entre o exército e as classes dominantes; e, finalmente, a orientação de cunho positivista dada nas escolas militares que não formavam propriamente homens "voltados para a guerra", mas propiciavam o desenvolvimento da doutrina do "soldado cidadão".

A verdade é que se por um lado Crispim, diante dos fatos concretos, se pronunciava temeroso e contrário à indisciplina dizendo que diante dela "não é possível facilitar",²⁰⁶ por outro, quando apenas idealizava a questão militar, chegava a considerar o exército como "a essência máxima da nação",²⁰⁷ precisamente como lhe sugeria o mito bilaqueano.

Contudo, é lógico, nem todos se deixavam influenciar pelas idéias de Bilac. Assim, José S. Soares, se mantinha numa posição de crítica. Acusava, em 1925 as Forças Armadas, de terem impedido "com os levantes revolucionários, o progresso do país".²⁰⁸ Denunciava o fato de nunca se terem elas postado ao lado do povo, mas que, pelo contrário, em todas as vezes que recorreram às armas, apenas defenderam seus próprios interesses, ou o fizeram para abafar as mais legítimas aspirações democráticas da nação.

Esta maneira de encarar o fenômeno não foi tão pouco descartada por Crispim. Dizia ele convicto, em certo momento, que "um Newton (...) ou um Pasteur, um Herlich, um Marconi, ou qualquer dos grandes apóstolos da ciência, valem mais, pelos serviços prestados à humanidade, do que todos os generais do mun

206 C. MIRA. *Os telegramas (...)* loc. cit.

207 Loc. cit.

208 Apud W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.359.

do". 209

Soares combatia ainda a doutrina do "cidadão-fardado" a qual encontrava também em Oliveira Viana, outro ferrenho opositor. Porém, havia os que se engajavam em pregações e campanhas e saíam à luta, para anunciar a regeneração do país, através da militarização de todos os cidadãos.

Bilac, marcado pela experiência de duas guerras que lhe foram contemporâneas, a Guerra do Paraguai e a Primeira Guerra Mundial, iniciara em 1915, uma ampla campanha para acabar com aquilo que imaginara ser um "divórcio monstruoso" que separava as Forças Armadas e o povo.²¹⁰ Em sua pregação falava num "exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seria o próprio povo e a própria essência da nacionalidade".²¹¹

Mas, na verdade, o que ele almejava era que o exército se tornasse o povo e o povo o exército, para que cada indivíduo pudesse se ufanar do título de "cidadão-soldado". Em outros termos, pretendia chamar a atenção para a "gravidade da nossa situação moral"²¹² e ao mesmo tempo, apontar para o remédio: o serviço militar.

Era este o quadro geral em que se inseria a conferência pronunciada por Crispim. Tinha ele o mesmo ponto de partida, o mesmo sentimento de desilusão republicana e se orientava pelo caminho do retorno "à gloriosa tradição militarista, interrompida e desaproveitada na evolução histórico-social do

209 C. MIRA. *O acordo ou a luta? Folha do Comércio, Florianópolis*, 11 jul. 1912. p.1, c.1-2.

210 J. M. de CARVALHO, *op. cit.* p.193.

211 *Ibidem*, p.194.

212 J. NAGLE. *A educação na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira (...)*. t.3, v.2. cap.7, p.262.

país".²¹³ Mostrava que o nosso passado, desde as origens mais remotas, fora marcado pela presença do "civil forjado em soldado",²¹⁴ chegando mesmo a estabelecer o "cidadão soldado", como o tipo ético exemplar do trabalho, propondo-o como protótipo do homem "regenerado".

Mira foi buscar as raízes desta tradição na "epopéia de in~~ex~~edível barbarismo, o conjunto dos valores herdados do indígena, mas não conseguiu, neste texto, se libertar dos resquícios de racismo que impregnavam o pensamento do seu tempo.

5. A DIMENSÃO REPUBLICANA

Os sonhos republicanos de outrora se esvaíram, em parte, diante da marcha dos acontecimentos gerais. A reação pode ser percebida sob várias formas de manifestação, no pensamento do período, desde a mera expressão nacionalista, ao engajamento em movimentos "salvacionistas", ao empenho em estruturar as bases de uma ideologia autoritária de Estado.

Este mesmo fenômeno o percebemos em Crispim. Seu projeto pedagógico de "regeneração" do homem, pelo exemplo do trabalho está inserido, de uma ou de outra forma, no contexto deste **inconformismo** e não deixa de ser, por isso mesmo, também um projeto de "regeneração" das instituições e da própria República.

Com a categoria "dimensão republicana", pretendemos, portanto, abarcar o conjunto de escritos que, de algum modo, se caracterizaram pela desilusão diante dos problemas da República.

213 C. MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações, conferência cívica*. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, (548); 2, mar. 1920.

214 *Loc. cit.*

ca, ou que foram a manifestação desta tendência.

A idéia que norteia esta fase é o conceito de "Acordo", de "acomodação" e de "confraternização".

5.1. O ESPÍRITO DE CONCÓRDIA

É neste contexto de problemas e de aspirações que se desenvolve o tema republicano, na obra de Crispim. As idéias de "concórdia", de "coesão" e de "fraternidade", que subsistem no seu interior, projetam o autor, como um homem de paz. Denunciam, também, a existência de um impulso mais profundo na estrutura da sua motivação e da sua conduta. O fazem propagar por valores intimamente humanos que possibilitam a criação da convivência harmoniosa entre os homens, como garantia do progresso, do trabalho e da grandiosidade do futuro pátrio.²¹⁵

A grandeza do homem estava para ele, na capacidade de unir e de somar. Foram estes os valores decantados na Confraternização Republicana, onde a inteligência foi configurada "como um dom muito mais para o congrassamento do que para a destruição dos homens".²¹⁶

"Unir", "somar", portanto, nesta visão, era construir, era produzir e era sobretudo, perceber que "se temos a mesma tradição, a mesma história, a mesma raça, que se caldeia na doçura do mesmo clima (...), não poderemos ter como inimigos, por que somos irmãos".²¹⁷

²¹⁵ C. MIRA. *Unamo-nos mais e mais*. República, Florianópolis, 18 maio 1919. p.1, c.4-5.

²¹⁶ C. MIRA. Confraternização Republicana, p.33.

²¹⁷ *Ibidem*, p.222.

Mira estava empenhado no "ato excelso da confraternização e da paz"²¹⁸ da "concordia", do "acordo" e do diálogo entre os homens. Sua obra foi verdadeiramente um poema à confraternização, espargindo "imagens de trabalho e paz"²¹⁹ "Respeitemos a honra alheia, já pregava em 1907, para que a nossa seja respeitada e amando a vitória do trabalho sob a luz da paz, consagramo-nos na campanha do belo, da justiça e preguemos a virtude e o perdão".²²⁰

Assim, o espírito de concordia que dominou seu pensamento republicano, estabeleceu uma vinculação estreita, entre os hábitos do trabalho e a "paz", o "acordo" e o "perdão". Sem estes pressupostos básicos, não se daria o desenvolvimento do "espírito do trabalho".

5.2. O ACORDO

A velha Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catarina, resistia aos desafios do tempo. O Paraná, por um lado, firmara seus direitos de jurisdição sobre um imenso território que passou a ser conhecido como "O Contestado", apoiando-se na doutrina do "uti possidetis".

Os catarinenses, por outro lado, reivindicavam a soberania do mesmo espaço, fundamentando seus direitos em documentos históricos, como o termo de criação da "Ouvidoria de Santa Catarina", de 1749, cujos limites fixados então, foram pelos

218 C. MIRA. Alemanha e França. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 16 abr. 1907. p.2, c.1.

219 C. MIRA. O mestre-escola. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 8 mar. 1913. p.1, c.4.

220 (C. MIRA). Salve. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 1 jan. 1907. p.1, c.1.

rios São Francisco, Negro e Iguassu.

Vários atritos se deram, primeiro, com a Ouvidoria de São Paulo, que reivindicava a descoberta dos Campos de Palmas e, depois de 1853, com a Província do Paraná. Até que, em 1895, os representantes federais dos dois Estados, reunidos no Rio, decidiram recorrer à arbitragem, mas, com a condição de que fosse, o resultado, homologado posteriormente, pelo Supremo Tribunal Federal. Este, porém, alegou incompetência para referendar sentenças não judiciais, achando, todavia, que o pleito era daqueles que estavam na sua alçada processar e julgar.

Então, Santa Catarina encaminhou a questão ao judiciário, entregando a causa ao patrocínio do Conselheiro Manoel da Silva Mafra. Após quatro anos de pesquisas, discussões e alegações, foi proferido pelo tribunal, o primeiro acórdão favorável, sendo que até 1911, houve mais duas sentenças, dando ganho de causa aos catarinenses.

Apesar disso, porém, o Paraná não acatava as decisões da Justiça. Pelo contrário, se o ponto de partida inicial de suas contestações era constituído pelos Campos de Palmas, agora, a cada ano que passava, ia alargando o círculo das suas pretensões, formando uma nova região contestada, que já atingia terras do Itajaí do Norte, ao mesmo tempo em que instalava, em toda a região em litígio, barreiras alfandegárias que dificultavam a vida comercial do Estado de Santa Catarina.

Em 1912, para complicar ainda mais a situação, irrompeu a "Guerra do Contestado", que transformou a velha pendência, num problema nacional. Agora era a própria nação quem desejava o fim da contenda de Limites e da inútil conflagração. Mas, em 1915, fracassou uma primeira tentativa de Wenceslau Braz, no sentido de servir de mediador entre os dois Estados.

Só em 1916, após longos meses de consultas, propostas, reuniões e recuos, as partes envolvidas concordaram em estabelecer os princípios básicos de um acordo duradouro, que deu por finda a questão. Aos 20 de outubro de 1916 os Governadores dos respectivos Estados, diante de inúmeras testemunhas, entre as quais figurava o próprio Crispim, assinaram os termos deste "acordo" em que ficaram estabelecidos, definitivamente, os novos limites interestaduais, alterando, assim, a Carta de Criação da Capitania de Santa Catarina.

5.3. A IDÉIA DO ACORDO

Fora o próprio Crispim o idealizador do alvitre deste "acordo", quando ninguém o tinha ainda imaginado, e mesmo quando todos estavam dispostos, como realmente demonstraram estar, de rejeitá-lo como indigno à honra de Santa Catarina.

Em 1912, pela Folha do Comércio, propôs a solução da disputa pelo "acordo" direto entre as partes. Recordaria, mais tarde, O Paiz que "ele sozinho teve a coragem cívica de iniciar o movimento em favor do acordo".²²¹

Este jornal interpretou o fato como um ato de "coragem" e "civismo", porque naquela época a opinião pública se dividia entre duas correntes: uma entendia dever-se resolver a questão por arbitramento; outra, a mais numerosa, pensava que se deve se simplesmente mandar executar a sentença do Tribunal.²²²

221 C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.118.

222 ARBITRAMENTO ou acordo. *O Município*. S.F. do Sul, 8 dez. 1912. p.1, c.1.

Eram favoráveis ao arbitramento, Lauro Müller, Ab don Batista, Celso Bayma e Eliseu Guilherme, apenas para recordar os nomes mais representativos.²²³

Lauro já se havia interessado pela solução do problema durante o Governo Provisório, ao pedir, juntamente com Inocênciacio Serzedelo Correia, a nomeação de uma comissão para levantar a planta da zona litigiosa, a fim de apresentar as bases para determinar os limites que seriam posteriormente aprovados pelo Congresso.²²⁴

Questões deste tipo, preocupavam a República desde seus primeiros instantes. Diz-se mesmo que Bocaiúva, a 15 de novembro, "trazia no bolso (...) o decreto que dava ao Brasil Republicano uma nova divisão territorial".²²⁵

Eram favoráveis à execução imediata da sentença, o Governador do Estado, Vidal Ramos,²²⁶ e Felipe Schmidt.²²⁷ O próprio Crispim, apesar de ser o mentor da idéia do acordo, sem entre tanto descartá-la, em 1915, optou por esta decisão. Fundava-se, nesta data, no resultado de uma causa análoga, julgada entre Minas e o Espírito Santo. Neste episódio, o Tribunal Arbitral, não reconheceu os direitos do Espírito Santo que se apoiavam nos princípios do "uti possidetis". Alegara que estes não se poderiam verificar na prática, já que a ocupação em território nacional não poderia mais ocorrer desde 1534, pois, argumentava o Tribunal, a partir de então, deixou

223 SANTA Catarina-Paraná. O Município, S.F. do Sul, 8 dez. 1912. p.2, c.2.

224 C. MIRA. Confraternização Republicana, p.221.

225 *Loc. cit.*

226 C. MIRA. Questão de limites. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 out. 1913. p.1, c.2.

227 C. MIRA. A grande questão. O Dia, Florianópolis, 8 fev. 1916. p.1, c.1.

de existir a "res nullius"²²⁸ no Brasil.

Ficava assim, liquidado o "uti possidetis" nas questões internas e, pareceu-lhe, desta forma, dirimidas todas as dúvidas, quanto ao êxito da execução da sentença condenatória do Paraná.

Fora de Santa Catarina também eram discutidas estas questões. Foram apresentadas hipóteses como as de Sílvio Romero, Correia de Freitas e outros. Romero, pela *Época*, do Rio, propôs como único alvitre, a união dos dois Estados, cuja capital passaria a ser "Porto da União" e se chamaria de "Iguassu"; "Guaira", ou mesmo "Catarina-Paraná, à semelhança da Áustria-Hungria".²²⁹

Propostas como estas, mostram muito bem o nível da análise a que eram submetidos os problemas nacionais, na Primeira República. Na verdade os intelectuais estavam distanciados da realidade.

Assim, em 1912, despontava uma nova opção que, apesar de humilde, e de ter sido prontamente repelida pela opinião pública, trazia no seu cerne a solução definitiva da questão. Era simplesmente, como afirmou Crispim, "uma terceira corrente, mais fraca, e sem o prestígio de elementos políticos",²³⁰ o alvitre do "acordo".

Como proposta, não ignorava os direitos de Santa Catarina, consagrados no laudo judicial. Apenas estabelecia, como gesto de "abnegação (...) em nome da unidade",²³¹ uma disposi

228 C. MIRA. *Notas Cariocas. Folha do Comércio*, Florianópolis, 8 jan. 1915. p.1, c.2.

229 LIMITES. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 23 nov. 1912. p.2, c.4.

230 C. MIRA. *A grande questão*. op. cit. p.1, c.1.

231 C. MIRA. *Unamo-nos mais e mais*. op. cit. p.1, c.4.

ção de resolver a contenda por meio de um acordo direto com o Paraná. "Cumpre a todos que amam e cultivam o encanto vivificador da concórdia, dizia, levar-lhe com carinho a solidariedade de uma colaboração decidida".²³²

Aqui está o significado do gesto em favor da solução pelo "acordo". A proposta de Crispim ultrapassava a dimensão dos direitos estaduais, confirmados pela sentença judicial. Não estavam propriamente em jogo estes direitos, mas, sim, o próprio conceito de República, enquanto o seu republicanismo aspirava fundamentalmente à unidade com o justo respeito para com os Estados membros. Porém, temia "esse sistema de cada Estado com seu hino e sua bandeira, despertando a idéia de pequenas pátrias", porque não aproveitava "ao princípio da unidade Federal".²³³

Ao propor o acordo, de fato, advertia para este aspecto da unidade nacional. Não estavam em discussão os nossos direitos particulares, pensava, mas, a conclusão por via amistosa de uma pendência "que tanto nos tem dado que fazer",²³⁴ já que o Paraná não queria acatar pacificamente a sentença condenatória.

Mira, portanto, não se colocou prioritariamente a questão dos direitos catarinenses. Este era um caso consumado, afirmava, pois já "sabemos que o território litigioso é nosso".²³⁵ que ele discutia nos três artigos principais em que expôs seu pensamento sobre a questão do "acordo", era simplesmente uma opção generosa em prol de um bem maior, a paz. Isto é, a paz,

²³² Ibidem, p.1, c.5.

²³³ C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.243.

²³⁴ C. MIRA. *Questões de limites. O acordo. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 jul., p.1, c.1.*

²³⁵ *Loc. cit.*

em troca de um pedaço daquele território, como uma doação es pontânea e responsável: "façamos-lhe presente do que for possível e nos convier e fiquemos com a sua boa vontade".²³⁶

Desta forma estava estabelecido o caráter moral desta conduta, como sendo um ato de fraternidade, um "presente", uma "idéia generosa",²³⁷ em troca da amizade e da paz duradouras.

A "generosidade" expressa na formulação do "acordo", não pode ser confundida com mera retórica política. A verdade é que ela vinha do fundo da alma, porque muito ilustrativa se tornou a este respeito a manifestação de apoio que ele deu, em 1915, ao alvitre da liquidação da sentença judicial, motivado pelo exemplo de Minas e Espírito Santo. É que, como catarinense, também ele não se sentia disposto a ceder direitos consumados. Se o fazia, era em vista da paz.

Estava logicamente ancorado no juízo de mestres, como Vatel, que lhe sugeria "a acomodação ou o acordo (...) como um dos velhos meios que a lei natural recomenda".²³⁸ Ou como Lafayette Pereira, para quem o acordo era "o melhor meio para alcançar um objetivo inatingível, a não ser pelas armas".²³⁹ A divisa "tudo ou nada" opunha Crispim outra que não realçasse tanto o aspecto do egoísmo: "tudo pela razão e pela paz".²⁴⁰ Estava firmemente convencido de que se tratava de uma "obra de bom senso",²⁴¹ aquela que propunha à consideração dos dirigentes da sua terra.

²³⁶ Loc. cit.

²³⁷ C. MIRA. *Questões de limites. Folha do Comércio, Florianópolis*, 13 dez. 1912. p.1, c.1.

²³⁸ Apud C. MIRA. *O acordo. Folha do Comércio, Florianópolis*, 9 jul. 1912. p.1, c.1.

²³⁹ Loc. cit.

²⁴⁰ Loc. cit.

²⁴¹ C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.129.

Se por um lado, então, a considerava como uma "obra de bom senso", como um esforço em busca da confraternização, por outro a incluía no contexto ético do trabalho. A luta, a desunião, a disputa, no seu entendimento, não podiam ser configuradas como valores construtivos da vida.

No último artigo do "triptico" em que delineou a proposta do acordo, tornou-se evidente a interrelação que estabeleceu entre a solução da antiga pendência e o universo ético do trabalho. "A época do guerreiro já passou, explicava, e a em que estamos é a do homem capaz de produzir e de enriquecer a nação, zelando pela paz, pela liberdade e pela integridade de cada indivíduo".²⁴²

Implantou, desta maneira, um vínculo estreito entre o contexto da produtividade, da riqueza nacional e o cultivo da paz da defesa da liberdade e dos direitos do cidadão.

Este foi, na verdade, o significado da proposição feita, em 1912, pela *Folha do Comércio*. Porém, não foi compreendida assim pelos contemporâneos. Se, de uma parte, a imprensa carioca acolheu a proposição com simpatias, "com francos e gerais aplausos",²⁴³ colaborando decisivamente para sua divulgação, de outra, a sociedade catarinense a executou.

Em protesto pela publicação, desde o primeiro artigo em que expôs sua idéia do acordo, em Florianópolis falou-se em "fazer o enterro da *Folha do Comércio*".²⁴⁴ O alvitre do "acordo", representava aos olhos dos catarinenses a entrega de parte do seu território ao Paraná, o que comportaria a "desinte

²⁴² C. MIRA. *O acordo ou a luta? Folha do Comércio, Florianópolis, 11 jul. 1912, p.1, c.1.*
²⁴³ C. MIRA. *Confraternização Republicana, p.124.*
²⁴⁴ C. MIRA. *O acordo. op. cit. loc. cit.*

gração do Estado", afirmava o Município, de São Francisco do Sul. "O acordo pois, acrescentava, se nos afigura nada mais que a mutilação, o desmembramento do Estado".²⁴⁵

Santa Catarina tinha seus direitos assegurados por três acórdãos favoráveis. Era incompreensível, portanto, a idéia de que **deveria** ceder, abrir mãos **deles** para que só então, se pusesse um termo ao questionamento.

Por isso a proposta da **Folha do Comércio**, foi recebida como uma verdadeira ousadia, como um escândalo. Na **Confraternização Republicana**, Mira recordou os acontecimentos desta época, em que "estrepitosos boletins" o apontavam à execração da sociedade, "como catarinense degenerado e se concitava o público para protestos de desagrado".²⁴⁶

Houve até ameaças contra o "audacioso vespertino", em cujas colunas "se aventurara o criminoso alvitre".²⁴⁷ E, em decorrência disto, "sobre a cabeça do frágil jornalista, choveram apodos encarniçados".²⁴⁸

Mira, porém, não se acovardou, diante dos protestos gerais. Apesar "dessa tempestade em copo d'água", relembriaria depois, do longínquo Recife, "não vacilei em proseguir na propaganda da idéia generosa que eu acreditava e acredito dever me recer o apoio de todos quantos tenham o espírito formado pelo altruísmo dos sentimentos liberais".²⁴⁹

Apenas O Fiscal, de Tubarão e O Pharol, de Itajaí, apoiaram abertamente a proposição, em Santa Catarina. "Depois fez-

²⁴⁵ ARBITRAMENTO ou acordo, op. cit. p.1, c.2.

²⁴⁶ C. MIRA. Confraternização Republicana, p.129.

²⁴⁷ Loc. cit.

²⁴⁸ C. MIRA. *O que já fizemos e o que pretendemos fazer. Folha Nova, Florianópolis, 18 nov. 1926. p.1, c.2.*

²⁴⁹ C. MIRA. *Questões de limites. op. cit. loc. cit.*

se silêncio". 250

Estavam, porém, lançados os rudimentos de uma proposta, e, passados os vendavais dos primeiros meses, pode o próprio autor, perceber que "os políticos" começavam a tratar do assunto. Em 1914, teve a grande surpresa de ouvir do Governador Felipe Schmidt a confiança de que "não seria totalmente contrário a um acordo honroso e conveniente, em que se tomasse a referida sentença [o acórdão] por base". 251

Foi este o primeiro sinal de que a tese proposta em 1912, que no início não contava com o apoio de nenhum político, havia agora atingido a cúpula do poder estadual. Seria apenas uma questão de tempo e os frutos iriam sazonar para a glória do jornalista que soubera antever a história e para a paz republicana. Como ele mesmo afirmou, "os que estão e ficam com as idéias um dia triunfantes, são, de ordinário, mais esclarecidos ou melhor interpretadores do pensamento da sua época". 252

5.4. SANTA CATARINA-PARANÁ

Em 1915, Wenceslau Braz, reuniu na Capital da República, os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, para tentar uma solução amigável da questão secular que havia entre os dois Estados.

Após várias reuniões, a tentativa de mediação presidencial fracassou em razão do desencontro de opiniões, já que um

250 C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.129.

251 *Ibidem*, p.130.

252 C. MIRA. *A grande questão. O Dia, Florianópolis*, 18 fev. 1916. p.1, c.2.

Governador repeliu as propostas do outro.

Carlos Cavalcanti expos três alternativas aceitáveis por parte do Paraná: a primeira estabelecia a solução da pendência por meio de arbitramento, indicando como árbitro o próprio Presidente da República. A segunda propunha um plebiscito na área litigiosa, cabendo ao Presidente arbitrar em função do resultado. A terceira, pregava uma renúncia total, por parte de Santa Catarina, do território contestado, sendo que em troca o Paraná cederia, Lages, Curitibanos, Campos Novos e São Bento, áreas "a cujo respeito nunca houve litígio algum".²⁵³

Filipe Schmidt, afastou qualquer possibilidade de entendimento sobre semelhantes bases, claramente lesivas aos interesses catarinenses. Aceitaria apenas um acordo, mas, dentro do espírito da sentença do Supremo Tribunal Federal.

Mira "recolheu tudo o que foi dito e publicado", pela imprensa do Rio sobre este acontecimento e o editou sob o título **Santa Catarina-Paraná: a mediação do Presidente da República**, a fim de servir afirmou, "de subsídio para a história".²⁵⁴

5.5. CONFRATERNIZAÇÃO REPUBLICANA

Confraternização Republicana é um trabalho semelhante. Também se constitui a partir da reunião de farto material jornalístico, como análises, apreciações, comentários, notas oficiais, entrevistas, referentes à segunda mediação de Wenceslau Braz, entre os dois Estados litigantes.

²⁵³ C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.22.

²⁵⁴ LOCAIS. *Gazeta do Comércio*, Joinville, 14 out. 1916. p.2, c.4.

O Republica definiu-o como "uma excelente coletânea de ar
tigos seus e outros documentos e informações", ²⁵⁵ onde narrou
passo a passo, a trajetória final da velha questão. Era indis-
pensável, afirmou Crispim, que os documentos referentes à solu-
ção da grande disputa "fossem desde logo coligidos, de maneira
a que, de futuro, se pudesse manuseá-los com facilidade!" ²⁵⁶
Tinha, portanto, o intuito de reunir num só conjunto as infor
mações, destinando-as a servirem de "subsídio para a histó
ria". ²⁵⁷ Esta foi a perspectiva que orientou a preparação do
livro.

Iniciou descrevendo as causas históricas que deram origem
ao Contestado, para depois tratar, minuciosamente, de cada ins
tante dos encaminhamentos das discussões que levaram, finalmen-
te à assinatura do "acordo", quando Filipe Schmidt consumiu
"três longos dias, estudando, indagando, comparando, perlus
trando mapas, medindo, tirando linhas, calculando", para só en-
tão ter "a ventura (...) de aceitar, com uma penada, as condi
ções para um pacto de honra que restituiria a ordem e a justi
ça". ²⁵⁸

Há uma breve referência à Primeira Mediação de Wenceslau
Braz, para em seguida discorrer sobre as vicissitudes que en
volveram a Segunda Mediação, a qual, entre avanços e recuos,
promessas e apreensões, depois de meses consumidos em exausti
vas reuniões, consultas, discussões entre os representantes
dos dois Estados, conseguir aparar as arestas e restaurar a
paz.

²⁵⁵ PUBLICAÇÕES. Terra Livre, Florianópolis, 8 ago. 1918.
p.2, c.3.

²⁵⁶ C. MIRA. Confraternização Republicana, p.27.

²⁵⁷ Ibidem, p.15.

²⁵⁸ Ibidem, p.79.

Não se trata, logicamente de um texto definitivo, pronto. É mais um convite à reflexão, em que o próprio leitor é levado a reconstruir a seqüência dos acontecimentos, mas, que deixa transparecer vivamente a tensão e as expectativas, o esforço e a magnitude de intenções que acompanharam as negociações. Desvela ainda um sentimentalismo nacionalista, uma ânsia de renovação e de superação do "statu quo" e aquela consciência de que, às vésperas do centenário da Independência o Brasil estava "cansado de não ter feito nada",²⁵⁹ bem como se desprende do seu contexto, a expressão de um complexo de culpa, perante a realidade nacional, uma frustração diante dos ideais republicanos.

Felix Pacheco recordou que Crispim sempre se tinha "baptido por um Brasil de critério e trabalho".²⁶⁰ Neste sentido, a Confraternização Republicana representou a tentativa de espargir aos quatro ventos da República, um exemplo real de "regeneração", conquistada com a perseverança no trabalho e o entendimento entre os irmãos.

Compreende-se melhor este significado, quando se observa o comportamento de Crispim no 6º Congresso Geográfico de Belo Horizonte, onde as idéias de "concordia", de "paz" e de "trabalho", formaram os patamares centrais da sua argumentação e das propostas apresentadas.

Há, portanto, o predomínio de três conceitos básicos no seu republicanismo: a idéia de "concordia", expressa também

259 *Ibidem*, p.79.

260 *Ibidem*, p.v.

como "acordo", "generosidade", "confraternização"; a noção de "paz", de "harmonia", de "amizade"; o conceito de "trabalho". No conjunto formam a cosmovisão crispiniana, demarcam a estrutura fundamental da sua mente e presidem o "seu nobre apostolado": a "concordia" que gera a paz. A "paz e a concordia", que, uma vez estabelecidas, permitem o desenvolvimento dos valores próprios do universo produtivo, atinentes à esfera da concepção ética do trabalho.

Percebe-se esta dimensão no decorrer da leitura, como por exemplo, quando ele disse que a aceitação do acordo trouxe "o ressurgimento da paz e das garantias (...) ao invés do desperdício e das subversões, o aproveitamento das energias e da tranquilidade produtiva".²⁶¹

A Confraternização Republicana foi a expressão da esperança, em relação ao Brasil do Futuro; mas, de um futuro que devia ser iniciado já, pela demolição dos entraves que estavam encrustados no seio das tradições e heranças culturais que impediam o desabrochar da "aurora consoladora de outros dias e de outros ideais".²⁶²

Finalmente a "concordia" e a "paz" foram estabelecidas aos vinte de outubro de 1916, entrando, as deliberações, em vigor em Santa Catarina, com a lei n. 1146, de 6 de março de 1917, que fixou os seguintes limites:

No Litoral, entre o Oceano e o Rio Negro, permaneceu a linha divisória, reconhecida desde 1771. No interior, passou a ser estabelecida pelo Rio Negro, desde suas cabeceiras até a foz, no Iguaçu e, por este, até a ponte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; pelos eixos da ponte e da mesma Estrada

²⁶¹ *Ibidem*, p. 29.

²⁶² *Ibidem*, p. 246.

de Ferro, até sua intercepção com o eixo da Estrada de Rodagem até seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até suas cabeceiras e, daí, em linha reta, na direção do Meridiano, até sua intercepção com a linha divisória das águas dos Rios Iguasu e Uruguai e, por esta linha divisória das ditas águas, na direção geral do Oeste, até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperiguassu, na fronteira Argentina. ²⁶³

5.6. SÉRIES REPUBLICANAS

Cumpre-nos assinalar ainda, para completarmos a abrangência da dimensão republicana, as principais séries de artigos que focalizaram temas específicos da conjuntura político-administrativa da Primeira República e cujo objetivo teve um caráter eminentemente moral.

Em 1909, pela **Gazeta Catharinense**, encontramos a série intitulada, **O Responsável**, em que traçou o perfil moral do líder da Oligarquia Dominante em Santa Catarina, Lauro Müller, pondo em relevo a "esterilidade" de sua atuação como Governador, como Senador e como Ministro da República, no tocante aos interesses de nosso Estado.

Em 1910, focalizou, pela **Folha do Comércio**, outra série, intitulada **O Nosso Porto**, em que analisou o estado de abandono do Porto de Florianópolis, mostrando as implicações éticas deste fenômeno, como a "inoperância" e a "irresponsabilidade" da administração pública federal e o espírito de conivência da própria população, incapaz de reagir em face das delapidações

²⁶³ *Ibidem*, p.223.

do Patrimônio Público.

Em 1913, ainda pela **Folha do Comércio**, empenhou-se numa longa série de artigos, sob o título **Sigilo do Voto**, em que estudou a necessidade da introdução do voto secreto, como fator moralizador da vida política nacional. Abordou os problemas éticos oriundos do sistema em vigor, que abria as portas para todo tipo de pressão política, gerando o servilismo e a indignidade.

Estas séries, portanto, configuraram o perfil moral do Líder político, do administrador público, do homem público. E tiveram por objetivo induzir à "regeneração" do homem, das instituições e da própria República, pela compreensão de novos valores, atinentes ao universo do trabalho, como a "responsabilidade", a "justiça", a "ordem" e, acima de tudo, o respeito pelo bem geral.

CAPÍTULO IV

A CONCEPÇÃO ÉTICA DO TRABALHO

O CONCEITO

Ao nos debruçarmos criticamente sobre a obra jornalística de Crispim Mira advertimos, desde o início, a presença de um tema central, constante e ativo em todos os textos de que se compõe: *o tema do trabalho*.

Diante desta constatação nos indagamos sobre a estrutura interna que ele possui, já que deparamos com uma formulação relativamente orgânica de um conceito de trabalho, atuando como princípio da originalidade, da significância e da própria interpretação do pensamento que iniciamos a investigar.

Parece-nos assim evidente que o referido tema possa ser conceituado preferencialmente, através de sua expressão ética, ou seja, como uma determinada forma de conduta em que são cultuados e desenvolvidos os valores morais, relativos ao universo da vida prática, como a operosidade, a produtividade, a utilidade, o esforço e a perseverança.

Pressupomos, portanto, baseados nesta experiência, que o conceito de trabalho, em Crispim Mira, é um conceito ético, que não se situa na esfera descritiva das características próprias que definem este objeto em si mesmo, como simples fenômeno do mundo exterior e como causa também externa das transformações que nele se operam, mas, que se define a partir dos valores da interioridade do homem, expressos atra-

vês dos hábitos, das predisposições, das inclinações, da disponibilidade anímica e da vocação que são os princípios motivadores do impulso para a ação concreta.

Afirmamos que Crispim encara o trabalho pelo prisma interno, configurado na conduta individual ou coletiva, testemunha dos valores da vida ativa e operosa e não como fato exterior que se manifesta nas obras.

O trabalho não se reduz a um mero ato de aplicação das forças e das faculdades humanas em vista da obtenção de um fim, ou como uma atividade coordenada de caráter físico ou intelectual necessária à realização de qualquer tarefa, como é comum se encontrar conceituado nas obras gerais. Mas é representado como um impulso que vem de dentro, como resultado das vivências culturais enraizadas na alma e que impelem o homem ou a sociedade para a ação constante, perseverante, que requer esforço mas, que por outro lado, se converte numa fonte perene de realização e felicidade e de onde provém, em última análise, seu verdadeiro significado como ação humana livre e criativa.

Por isso, não estamos indo ao encontro de uma idéia estereotipada, ou à coleta de formas fixas, predeterminadas, prontas. Nos dirigimos mais para a busca de uma expressão móvel, viva e aberta, que, como tal, a cada passo poderá assumir conotações novas e conduzir a outros tantos níveis de compreensão.

Assim, a tarefa que estamos empreendendo é a de colher o conceito ético de trabalho no próprio contexto que lhe confere significado. **Objetivamos,** indagar sobre as formas que Crispim utiliza para representá-lo, e decifrar o papel que desempenha no encadeamento da obra.

Antes de tudo, porém, devemos observar que a nossa preo-

cupação relativa à conceituação ética do trabalho é um dado puramente metodológico que não representa as inquietações que absorviam a vida de Crispim. Ele, na verdade, não se dedicou a este problema. Não estava interessado, na obra, em conceituar o trabalho e nem ao menos, procurou dar-lhe uma conformação explícita. Limitou-se a utilizar os conceitos, a tecer as idéias relativas ao mundo ético do trabalho que o circundava, deixando em aberto esta **problemática**.

I - AS FORMAS DA REPRESENTAÇÃO

O trabalho como atividade

O conceito mais simples que traduz o problema aqui debatido, interpreta o trabalho como atividade. É assim que em alguns textos mais representativos, nesta acepção, se fala numa atividade coordenada mas, ainda com mero caráter físico, necessária contudo, à realização de tarefas **desbravadoras**.

No opúsculo *Os Alemães no Brasil* o tema foi representado em vários momentos como uma atividade física, individual ou coletiva, ou mesmo como um recurso dotado de certa coordenação, apto a produzir transformação no mundo exterior e, portanto, indispensável ao estabelecimento de uma nova colônia.

Crispim afirmou que era difícil se compreender o que significava "a construção, pouco a pouco, pela atividade produtora de cada um, de pequenas propriedades".¹ Evocou, assim, a imagem de uma atividade lenta e cheia de aspectos interessantes para esta nossa análise.

Sobressai a atuação da força física como a condição para

1. C. MIRA. *Os alemães no Brasil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1916. p.10.

que os objetos se **mudem** em coisas úteis e valiosas. **Mas ele** introduziu, logo após, a idéia de uma "atividade" compartilhada, como instrumento de construção das propriedades que formam o núcleo colonial. **Neste sentido** ela já encerrava um significado que **se distanciava da conotação** de mera força física. Compreendia, então, todas as operações do trabalho desbravador: desde a derrubada da mata até a abertura das estradas, a edificação das casas, dos povoados e, finalmente, da cidade.

Mesmo assim, não ia ainda muito além de uma atividade que exigia o empenho das forças e das faculdades humanas para realizar os fins a que se propunha. Contudo, o contexto a que estava vinculada esta descrição era mais extenso. Atingia, de um lado, a esfera econômica que se deixava captar em termos como "construção", "propriedades", revelando a dimensão produtiva do trabalho; De outro, a esfera social, porque, além da "atividade" do indivíduo, envolvia ainda uma atividade coletiva e comunitária e, finalmente, enquanto se destinava à obtenção de fins gerais, ela encerrava vinculações políticas e mesmo, os rudimentos de uma estrutura do poder.

O texto, porém, ao se referir ao trabalho como "atividade", o definiu também como objeto cultural e, nesta projeção, ele demarcou os traços de uma dimensão jurídica, já que pressupunha direitos sobre as propriedades, direitos individuais e normas coletivas de convivência. Ressaltou também os aspectos psicológicos inerentes ao próprio exercício da atividade e imprescindíveis para seu êxito, como a coragem, a confiança e a motivação, **geradores da perseverança no trabalho**

Entretanto, mesmo nessa visão, de certa forma incipien-

te, o texto referido abriu o caminho para as considerações éticas do trabalho, enquanto introduziu no conceito de atividade um apelo às relações de reciprocidade, de solidariedade entre os pares e lhe atribuiu, as características do esforço, da constância e da perseverança que o trabalho exigia.

Foi diante destes valores do caráter que o trabalho físico adquiriu tonalidade e sentido e que a própria "floresta" civilizou-se e a "cidade" resplandeceu triunfante.² O caos se transformou em "reino do homem" e em ambiente propício para o florescimento do caráter.

Na Terra Catarinense, Crispim retomou **a mesma idéia**

mas, como um exercício, como uma ocupação que reiniciava seu curso normal depois de vários dias de inatividade por causa das festas do Natal. Colocou o trabalho e o lazer como dois momentos de uma única realidade produtiva, impregnados ambos dos mesmos valores éticos e sujeitos a idênticas normas morais. A "atividade produtora" não sofria uma ruptura no confronto com o folguedo, a festa e a alegria.

Depois da festa, afirmou, "todos retornam a seus trabalhos".³ **Podemos** compreender melhor a unidade subjacente aos dois instantes do mesmo processo vital, porque o verbo "retornar" estabelece aqui, uma continuidade.

A paralização do trabalho, neste contexto, não quebrava propriamente a ação "produtora" já que a liberalidade dos festejos estava fundada nos mesmos princípios do método, da ordem e da disciplina que a determinavam também. E a própria rein-

2. *Ibidem*, p.11.

3. C. MIRA. *Terra Catarinense*. Florianópolis, Tipografia Livraria Moderna, 1920. p.147.

serção espontânea na rotina do trabalho se constituía numa norma obedecida com pontualidade por todos.

Festa e trabalho eram apenas instantes alternativos da mesma tradição sócio-cultural, cujos valores se complementavam naturalmente e traziam à luz os indícios mais evidentes da existência de uma concepção ética do trabalho, na base do pensamento de Crispim.

Ainda na **Terra Catarinense** nos deparamos com expressões como "a maioria dedicou-se aos trabalhos de agricultura",⁴ ou como "trabalho principal da lavoura",⁵ em que sobressai a idéia da dedicação ao trabalho e a presença de outras atividades ao lado de uma principal, evidenciando a intenção de dar realce às características do hábito do trabalho, do espírito de amor ao trabalho, peculiares às comunidades de imigrantes que ele descrevia.

O trabalho como serviço

Em inúmeros textos encontramos o conceito de trabalho representado pela idéia de serviço. Aparece, então, como algo normativo, quase obrigatório, próprio de quem está sob as ordens de outra pessoa ou de uma causa, ou simplesmente como uma incumbência ordenada e, possivelmente paga, ou ainda como uma obrigação moral expressa numa regra de ação.

Quando Crispim se referia à sua condição de redator remunerado da *Gazeta Catharinense*, órgão de promoção dos interesses políticos de Hercílio Luz, tornava-se evidente esta interpretação. "Julgo-me bastante forte", afirmava, "para colocar-me

4. *Ibidem*, p.230.

5. *Ibidem*, p.231.

ao serviço de interesses subalternos",⁶ ou para exercer a função de intérprete ideológico da facção dissidente do Partido Republicano Catarinense.

Neste caso a idéia de serviço envolvia uma conotação ética, seja no seu significado de ética do trabalho, como conjunto de regras da conduta ou da vida moral, mediadoras da ação concreta, seja numa acepção de ética profissional.

O mesmo significado podemos encontrar nas páginas do **Município de Joinville**, quando Crispim o considerou como "um modesto trabalho em prol da minha terra pátria".⁷ É que no seu entender **tornar conhecida** a própria terra era também uma forma de servi-la.

Esta idéia, pelas características de normatividade e, de certa forma, obrigatoriedade que envolvia, se convertia num importante veículo de expressão do seu pensamento ético em relação ao trabalho. Por outro lado, exercia uma importante função na obra, já que estava vinculado a todo o universo conceitual que ela abrangia.

Desde os primeiros escritos sua concepção de política apareceu unida à idéia de serviço. De fato, **ele percebeu** o exercício da vida pública como uma atividade penosa, gravosa, que comportava um esforço consciente em direção ao outro. E o pensava como um autêntico trabalho, como um serviço.

No seu entender, a política constituía mais do que uma simples atividade espontânea. A concebia como um verdadeiro serviço, como uma incumbência, como a prá-

6. C. MIRA. *Respondo ao apelo. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 ago. 1908. p.1, c.1.*

7. C. MIRA: *Município de Joinville. Joinville, Schwartz, 1907. p.1.*

tica de funções obrigatórias que arrolava valores morais específicos.

O político, afirmou naqueles primeiros escritos, "é o homem que (...) vai perguntar ao povo".⁸ Este conceito, determina uma ação de movimento para fora: é um sair-de-si para... E, neste sentido, é a descrição da atividade política como serviço.

O povo era, evidentemente, aceito como soberano e o político, como o homem que ia perguntar a este povo, que se curvava perante a soberania popular. Isto representava, obviamente, um sair-de-si, para servir, para executar um serviço.

A atividade política, desta forma; enquanto trabalho, devia ser compreendida na sua essência como uma prestação de serviço e portanto, como uma ação cujos valores mantinham simetria com os valores éticos do trabalho.

Na Confraternização Republicana encontramos uma colocação invertida: não era propriamente o "político" que ia "perguntar ao povo" mas "somos nós", isto é, o povo que, de algum modo ia-a-si-mesmo procurar um espaço para exercer um direito de participação e para praticar uma atividade política autêntica. "Somos nós, os homens da geração atual, escrevia em 1918, que devemos tomar a nossos ombros com energia e honestidade a benemérita construção".⁹

É um novo conceito de política que se manifesta aqui, como participação consciente e responsável de todos, perante os

8. C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 27 ago. 1901. p.1, c.2.*

9. C. MIRA. Confraternização Republicana. Rio de Janeiro, 1918. p.246.

destinos da nação. É também uma nova concepção da prática política. Os termos traduzem uma visão mais dinâmica e construtiva, em que o exercício da vida pública se converte num bem que deve ser conquistado e depois protegido por todos. "Tomar a nossos ombros", portanto, é assumir uma postura participativa e autenticamente política e é também servir.

Quando Mira dizia que o "político" era aquele que ia "perguntar ao povo" definia igualmente o seu conceito de política como uma ação mediadora, cujo caráter residia, primeiro, no auscultar e segundo no coordenar. Antes era preciso ouvir, para só depois, estabelecidas as condições do equilíbrio entre as forças, conciliar as aspirações das partes com as expectativas do todo. Só assim a política podia se transfigurar no trabalho como serviço e como algo que envolvia e desenvolvia valores morais.

Atribuía, portanto, ao homem público no exercício das suas funções, um papel mediador; coordenar os fatores que geravam a vitalidade da nação, especialmente na esfera econômica, isto é, "a capacidade de trabalho do nacional ou antes, a eficiência desta capacidade".¹⁰ Nesse aspecto, cumpria-lhe a missão de servir aos interesses gerais.

Demarcava o contraste entre o exemplo de trabalho e dedicação oferecido pelo imigrante europeu e a realidade brasileira. De um lado, situava a produtividade do colono alemão; do outro, a improdutividade do "nacional". Abria, assim, o caminho para uma atuação política mediadora, estabelecendo os limites do campo de atuação: a "regeneração do homem por meio do trabalho.

10. C. MIRA. *O verdadeiro caminho*. República, Florianópolis, 20 jun. 1919. p.1, c.2.

O texto envolve três aspectos principais: Primeiro, coloca o problema da "capacidade de trabalho do nacional", que é uma questão central do seu pensamento. Cria um confronto entre os dois contextos básicos da comparação: o contexto sócio-cultural teuto-brasileiro versus o contexto sócio-cultural luso-brasileiro, em que são relacionadas as duas concepções éticas do trabalho.

Segundo, discute a questão da "eficiência da capacidade no trabalho. Mira acreditava na possibilidade de "regeneração" do homem brasileiro, através de uma pedagogia do exemplo, que a partir dos estímulos oferecidos pelos resultados atingidos pelo colono germano, tendessem a despertar do "amor ao trabalho", dos "hábitos do trabalho" de onde resultaria a eficiência.

Terceiro, percebeu o "problema nacional" como uma questão essencialmente política e que portanto, comportava e exigia uma solução também política, enquanto implicava na omissão histórica **do povo e seus dirigentes para com as virtudes do trabalho** e para com a defesa dos bens públicos. Apelou para uma vontade decisória e construtiva capaz de promover as mudanças radicais e necessárias por meio de uma educação que implantasse uma nova mentalidade mais favorável ao trabalho.

Portanto, a eficiência da capacidade de trabalho, entendida como um verdadeiro despertar da nação para a operosidade, seria o resultado da ação política como serviço, embora **mediada por uma vontade soberana.**

Na realidade, Crispim reclamava a intervenção de uma vontade no processo histórico, capaz de alterar os destinos do país. Assim, subsiste uma ética do servir na conceituação básica do seu pensamento político.

Por isso, a trajetória dessa concepção, conduzia para o inevitável conflito com a prática política real da Primeira República. Eram duas posturas antagônicas: de um lado estava Crispim que desenvolvera um conceito de política como serviço, impregnado dos valores éticos do trabalho; Do outro havia uma prática política, cujos valores determinantes conviviam no estreito circuito dos interesses dos "coronéis" e dos "oligarcas".

Mira observava o cenário político do seu tempo, como alguém que o via pela ótica do trabalho, como alguém que, conhecedor dos resultados concretos obtidos pela constância e pelo esforço do colono teuto, em Joinville, exigia mudanças no estilo político-administrativo do país, onde imperavam "politicagem", "incompetência", "tribunais corruptíveis", "cortezania", "burocratismo" "parasitismo",¹¹ um universo de contravalores morais, porquanto impediam o desenvolvimento dos valores que orientavam a condução da vida pública para os interesses gerais. O papel de mediação que ele preconizava, ficava anulado pela intervenção dos interesses particulares na condução da vida pública. Por isso requeria a participação de "homens isentos de compromissos, livres para a obra de trabalho e justiça em que os intuitos patrióticos não seriam anulados pelas injunções da politicagem que infelicita e desgraça".¹²

Aqui estão expostos os critérios da eticidade da ação política como serviço, bem como o tipo ético do homem ideal para esta empresa, o "político" que "vai perguntar

11. C. MIRA. *O nativismo e Santa Catarina caluniada. O Dia, Florianópolis, 6 maio 1917. p.1, c.4.*

12. C. MIRA. *A situação financeira e política de Santa Catarina; o Secretário do interior e justiça. Joinville, Otto Coch, 1924. p.32.*

ao povo". Os dois textos se complementam. Dão-nos uma visão global do conflito entre o modelo e a realidade imperante, o trabalho e a politicagem, a produtividade e a improdutividade, o mal no qual se está e o bem a que se almeja.

Descrevem, desta forma, a moralidade do bem servir que pairava entre "o merecimento da produtividade e a glória dos caracteres imarcessíveis",¹³ que estava nas bases de um contexto econômico que encontrava nos valores éticos do trabalho formadores do caráter, sua própria sustentação.

No Jornal **O Dia**, Mira retomou este conceito de serviço para sublinhar o mesmo princípio de participação política. Era a Pátria agora, quem exigia esta moralidade do bem servir. "O que a Pátria quer (...) explicava, "o que ela tem o direito de esperar de todos nós, é que a façamos próspera pela eficácia do bom senso".¹⁴ Introduziu a idéia da "eficácia do bom senso", como expressão do conteúdo político, em contraposição ao conceito da "eficiência da capacidade de trabalho" que era a manifestação do conteúdo técnico.

Assim, a "eficácia do bom senso" representava neste contexto, o elemento mediador da ação "eficiente" e o impulso canalizador das energias direcionadas à prosperidade da Pátria. Configurou, deste modo, o duplo aspecto da conceituação do fenômeno político, seja como um sair-de-si, seja como um ir-a-si, enquanto entendia discutir o tema da corresponsabilidade.

Na **Folha do Comércio**, encontramos uma colocação análoga. Afirmou que era "do conselho útil, da orientação honesta e do trabalho real, divulgado pelos fatos e não pelo verbo inflama-

13. C. MIRA. *O nativismo (...) op. cit. p.1, c.4.*

14. *loc. cit.*

do das cortesarias que vivem a turiferar todos os governos"¹⁵ que resultaria uma convivência participativa, "eficaz" e "eficiente". O "conselho útil", a "orientação honesta" e o "trabalho real" eram os elementos estáveis desta participação, constitutivos da "eficácia do bom senso", enquanto corroboração da moralidade do bem servir. "Aconselhar", "orientar" e dar exemplos concretos de "trabalho" eram os valores que doavam forma a esta moralidade.

O texto, por outro lado, era também uma pintura da vida política da Primeira República: de uma parte, em tintas vivas foram colocadas as aspirações: "conselho", "orientação", "trabalho"; Da outra, na penumbra, foi posta a realidade: "palavras", "cortesania", incenso. Descrição fatal, porque os termos da composição traduziam apenas um significado de sugestão ornamental do vazio.

Mas, era esta a visão que Crispim mantinha do seu tempo, a República dos "coronéis", um verdadeiro "delírio de confusões, de desperdício, de procrastinação".¹⁶ Pela imagem do caos recolocava o tema do serviço. "Confusões", "desperdício", "procrastinação" eram os termos que recriavam, num retrato síntese, a realidade e ilustravam a efígie da desordem, enquanto pediam a intervenção de uma vontade regeneradora que apontasse para os valores éticos do trabalho. Para ele, o "problema nacional" residia na ausência de uma predisposição consciente para o trabalho.

Era isto que lamentava em 1919 pelas páginas da imprensa : que a administração pública não estivesse ainda pautada

15. C. MIRA. *O mestre escola. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 mar. 1913. p.1, c.4.*

16. C. MIRA. *Confraternização Republicana, p.245.*

na "verdadeira compreensão do trabalho que cria e aperfeiçoação".¹⁷ Propôs mesmo uma transformação no estilo administrativo da República. A lógica das "oligarquias" dominantes, contrapôs uma postura de serviço, atenta aos interesses gerais e que servisse como um "critério da qualidade sobre a quantidade" que haveria de dar "outro impulso ao país".¹⁸

Criticava desta forma, o burocratismo empreguista de massa que tinha na quantidade, uma das marcas mais salientes da própria ineficiência. Esta idéia da "qualidade" a colhia no contexto sensível das administrações públicas do município de Joinville, onde vigorava uma "verdadeira compreensão do trabalho".

Na origem destas reflexões, porém, estava a convicção voluntarista e ingênua de que "as pátrias contemporâneas (...) fazem-se hoje em algumas décadas".¹⁹ De que seria possível a superação dos problemas que entravavam o progresso, mediante a intervenção de uma vontade capaz de alterar o processo histórico e, de certa maneira queimar as etapas e superar as barreiras do tempo para promover o desenvolvimento.

No seu texto, **Agro Pecuária**, esta vontade interventora foi configurada na sua própria vontade, que espontaneamente correu com idéias e iniciativas, ao trabalho governamental de Hercílio Luz, apontando os caminhos do futuro. Segundo pensava, as "pátrias" só se faziam em algumas décadas quando o exercício da política tivesse por escopo o "conselho," a "orientação e o exemplo concreto do "trabalho". Dizia que só "o trabalho disciplinado acumula e a inteligência da previdên-

17. C. MIRA. *Unamo-nos mais e mais*. República, Florianópolis, 18 maio 1919. p.1, c.4.

18. *Ibidem*, p.1, c.4.

19. C. MIRA. Agro-pecuária, Florianópolis, moderna, 1919. p.21.

cia conserva e duplica".²⁰

Há um evidente pragmatismo ético nesta afirmação, porque Mira ia buscar nos resultados a validade das próprias concepções. Nestes termos, "acumular", "conservar" e "disciplinar" faziam parte destes efeitos que fundamentavam seu modo de pensar ético.

"O trabalho disciplinado" era o motivo da ação concreta que se justificava eticamente através da "acumulação" a que conduzia. A "inteligência da previdência" era a dimensão política mediadora que também se legitimava eticamente enquanto "conservava" e "duplicava"

O trabalho como esforço

Na Terra Catarinense Mira introduziu a idéia de esforço para expressar o tema central do seu pensamento. Dizia ali que "a transformação dos desertos em alegres povoados não foi obtida (...) de um dia para outro e sem grandes esforços".²¹

Representou tal conceito como o emprego de energias que envolvia denodo, aplicação, toda gama de audácia, resistência física e moral, para modificar os "desertos" em "alegres povoados". E o inscreveu no âmbito de uma tarefa ingente, que apenas se deixava completar pelo enfrentamento corajoso e paciente, tenaz e perseverante, que exigia portanto, uma vivência interior de valores específicos.

Esta idéia de esforço nos induz a pensar numa conduta ordenada, disciplinada e metódica que requer o exercício de vir-

20. C. MIRA. *De Florianópolis a Lages. Folha do Comércio, Florianópolis, 20 ago. 1913. p.1, c.4.*

21. C. MIRA, *Terra Catarinense, p.226.*

tudes apropriadas para sustentar o trabalho duro, cansativo e continuado destes primórdios da colonização.

John Dewey dizia que a conduta ou a vida moral tinha relações com a natureza e especialmente com a sociedade humana. Por isso, certas necessidades da existência do indivíduo e da sociedade demandavam ou estimulavam a vida moral e esta visava modificar ou transformar os ambientes naturais ou sociais. Objetivava criar, dizia ele, o "reino do homem".²²

O texto de Crispim encerrava, desta forma, também um significado mais abrangente porque, de maneira idêntica sugeria o pressuposto ativo de uma vida moral no conjunto das relações que conduziam à "transformação dos desertos em alegres povoados", convertendo assim, o ambiente natural inóspito em "reino do homem", **isto é,** em espaço social e cultural.

Não era, nestes termos, um esforço físico apenas, mas colocavam-se em jogo valores sociais e culturais em que estavam implicados os estímulos à vida moral, a qual, por sua vez iria interferir na própria transformação em curso. E isso envolvia pensamentos e idéias, crenças e emoções, avaliações e escolhas que ilustravam o prisma psicológico, vinculado com a transformação, bem como determinavam relações inter-individuais que davam lugar à manifestação do aspecto ético e jurídico.

Foi este aspecto ético que Crispim realçou ao trazer à lembrança o "exemplo de capacidade, de trabalho, energia, inteligência"²³ de grandes trabalhadores. É verdade porém, que

22. John DEWEY. *Teoria da vida moral*. In: *Os pensadores*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.195.

23. C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores*. *Teoria Livre*, Florianópolis, 24 out. 1919. p.1, c.4.

ao fazê-lo colocou, lado a lado, no mesmo nível, tanto o operário quanto o empregador. Também ele, como Max Weber, interpretou como vocação, seja a atividade do trabalhador, seja a do empresário.²⁴

Mas o propósito motivador do texto estava especialmente direcionado para uma perspectiva ética do exemplo: denunciar outra vertente do universo conceitual de Crispim Mira: o pensamento pedagógico. A idéia da "capacidade de trabalho" dos grandes homens estava intencionalmente dirigida para uma exaltação do esforço como valor construtor do "reino do homem". Era precisamente este o aspecto que pretendia promover à guisa de exemplo aos jovens da sua época.

Pela "capacidade de trabalho" subentendia o conjunto das virtudes favoráveis à ação produtiva, como a dedicação, a constância, a prudência, a presença constante, partes integrantes do caráter e da conduta destes tipos éticos, propostos como modelos do labor.

Tem claramente este objetivo a laudatória feita a Francisco Schmidt que, "amanhecia no trabalho".²⁵ Não o propôs, porém, como exemplo de esforço e de "amor ao trabalho" porque se levantava cedo, o que já evidenciaria a idéia de uma energia apreciável como "homem valor". Mas, porque amanhecia no trabalho, era capaz de um alento a toda prova, fora do comum.

24. Max WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. In: *Os pensadores*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.231.

25. C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores*. op. cit. p.1, c.3.

A percepção que nos possibilita este texto é a de que Crispim desenvolveu, na sua obra, além da dimensão política que já abordamos, uma perspectiva pedagógica, alicerçada da mesma forma, na estrutura de uma concepção ética do trabalho.

Neste sentido, quando propôs a figura dos grandes trabalhadores como exemplos do vigor, na realidade estava se referindo àquilo que Max Scheler denominou "modelo-tipo", ou seja, aos exemplos mais gerais e excelsos de modelos.

Afirmou Scheler que "o modelo implica, em seu sentido imanente, sempre também um conceito de valor".²⁶ O modelo é seguido como exemplo, na medida em que é aceito como "o bom" "o perfeito", como aquilo que se acha que deve ser. É neste aspecto que ele se converte realmente em modelo.

Assim, os "grandes homens" da história, geralmente são figuras mistas, isto é, os acolhemos, relacionando-os imediatamente com estas idéias de valor, e os analisamos e mensuramos de acordo também com estas mesmas idéias que se dão por si mesmas "a priori".

É, por exemplo, o caso dos modelos ético-pedagógicos de Crispim. Os valores de que estão revestidos os "grandes homens" lhes são anteriores a eles. E nem se coloca a necessida-

26. Max SCHELER. El santo, el genio el héroe. Buenos Aires, Nova. 1961. p.17.

de de indagar sobre a verossimilhança ou não destes exemplos.

Antes de mais nada eles se constituem em meros pretextos para a transmissão da escala de valores desejada.

Crispim também compreendia que "não são as regras morais abstratas, de caráter geral as que modelam, configuram a alma, mas, sempre modelos concretos".²⁷ Assim, os "grandes homens" adquiriam significado enquanto exemplos modelares da "regeneração da nacionalidade".

Com C. Wagner, descreveu as dificuldades que estes "homens" tiveram de superar. Com fortaleza e coragem, afirmou, "suportaram palavras duras, golpes, acidentes, miséria". Mas acrescentou, que estas coisas que em geral desencorajam a maioria "os estimularam, esclareceram e formaram".²⁸

Deste modo, o homem de ação de Crispim Mira com seu caráter dotado de perseverança e denodo, capaz de um esforço que o levava a superar as situações mais adversas, enquanto modelo ético, se aproximou significativamente do conceito de "herói" descrito por Scheler.

É bem verdade que este reservou a categoria de "condutor econômico" para ilustrar a personalidade do empresário valoroso. Porém, a caracterização dos "grandes trabalhadores" traduzida por Crispim, os definiu como autênticos heróis do trabalho.

De fato os "grandes trabalhadores" foram modelos propostos como tipos ideais que se consagraram "ao nobre" e à realização "do nobre", a "um valor puro",²⁹ portanto, como o herói scheleriano. Eles também possuíam

27. *Ibidem*, p.18.

28. C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores*. op. cit. p.1, c.5.

29. Max SCHELER, op. cit. p.93.

as características do herói : não estavam empenhados em conseguir a prosperidade só para si e foram descritos como "benfeitores da humanidade".

O herói de Crispim Mira foi configurado como o "homem do trabalho", seja na sua expressão mais imediata sob a forma do colono teuto-brasileiro; seja na sua concepção propriamente dita, mais idealizada e complexa, sob o aspecto do homem realizador ou do homem "máquina e capital".

Como aquele se distinguiu também por "uma exuberância excepcional e supranormal de alguma específica função espiritual". Foi também um "homem de vontade" e, de certo modo um "homem do poder".³⁰ Sua essência estava no "vigor", na "impetuosidade", na "pujança", na "plenitude" e "disciplina" dos impulsos vitais interiores. Era homem capaz de "concentrar", "dominar" e "dirigir" objetivos remotos, mediante esta vontade espiritual, esta vida impulsiva, desviando-se o menos possível das metas propostas.

Em outras palavras, o herói de Crispim era também um homem que apresentava "grandeza de caráter" e que portanto não desanimava no meio do caminho mas, transformava as dificuldades e contrariedades em estímulos para novos impulsos vitais. Como o herói de Scheler, tinha por virtude fundamental o "domínio sobre si mesmo".³¹

Na verdade, só é capaz de exercer o poder sobre os outros quem sabe se dominar a si mesmo. Assim, a vontade de poder do herói está vinculada com uma responsabilidade externa e com o desejo de estender esta responsabilidade. Neste sentido é um

30. *Ibidem*, p.94.

31. *Ibidem*, p.95

homem que "introduz idéias".

O herói de Crispim não doava propriamente idéias abstratas, mas sim, exemplos concretos de trabalho e de esforço que, por sua vez incrementava o surgimento de novas concepções de vida. Cultivava valores como a "audácia", a "valentia", a "intrepidez", a "presença de ânimo", a "decisão", "amor à luta e ao risco" e contribuía decisivamente para proporcionar novas opções e oportunidades ao mundo da produtividade.

Quando Crispim falou nos "grandes trabalhadores" atribuiu-lhes ainda a capacidade para o sacrifício, para o sofrimento e a resistência diante das adversidades, todos esses, valores intrínsecos do herói. Mas ao mesmo tempo o seu posicionamento pode ser entendido como uma crítica à "realidade nacional" no confronto com o trabalho.

Nesse sentido procurou forjar o mito do "homem de bem", do "homem de caráter", do "homem do trabalho" que encontrava sua essência na operosidade e no esforço, porque como afirmou o próprio Scheler "o destino dos povos se configura pelas formas mentais intuicionais e valorativas do mundo, cunhadas em seus mitos".³² A realidade era que no substrato cultural do povo brasileiro, Mira não encontrava os sinais destes mitos que pudessem despertar os "destinos" do país para os valores éticos do trabalho.

Mas, esta caracterização não conduzia à glorificação dos valores da produtividade e da vida ativa apenas quando aplicados aos grandes exemplos de "homens do trabalho". Com a mesma ênfase retornava para interpretar o homem comum, o colono alemão. Foi nele que Crispim encontrou o exemplo material do "mo-

32. *Ibidem*, p.33.

delo-tipo". Assinalou que os novos imigrantes ao chegarem, sabiam de antemão que se fossem como os que os haviam antecedido "um homem do trabalho",³³ teriam êxito garantido.

O conceito de trabalho pode ser expresso sob a forma de um esforço que se faz em vista de um resultado prático almejado, a partir de um resultado concreto conquistado pela valentia e confiança no agir.

Este significado pode ser ainda encontrado na glorificação do trabalho que ele fez pelo **Jornal Pequeno**, do Recife, em 1913, em que decantou os "prodígios do Sul". Ali o herói foi o homem comum, o colono teuto-brasileiro. Mas, em que pese a condição humilde deste colono, não deixou de ser descrito também como um verdadeiro herói, como um modelo real de emulação, como exemplo concreto do trabalho para o homem do Nordeste. Em tamanha consideração o teve Crispim, como tipo ético do trabalho, que não receou em qualificar a colonização de Santa Catarina como a "generalização do trabalho e do esforço".³⁴

Fez questão de advertir que o resultado obtido não era consequência de capital investido na região de Joinville, mas, unicamente consequência do esforço no trabalho. Eram, afirmou, "simples imigrantes dos quais apenas um ou outro dispunham de algum recurso" os que vieram para cá. Mas, apesar disso, "conseguiram todos em poucos anos fazer-se, pelo menos, pequenos proprietários (...) través(sic) inauditos esforços".

Era isto que ele tinha definido como a verdadeira

33. C. MIRA, *Terra catarinense*, p.226.

34. C. MIRA. *Prodígios da imigração. Folha do Comércio, Florianópolis*, 7 jan. 1913. p.1, c.2.

35. C. MIRA, *Os alemães no Brasil*, p.10.

"epopéia do trabalho",³⁶ um autêntico poema, construído no tempo e no espaço. No tempo, pela ação lenta dos valores éticos do trabalho, da produtividade, do esforço constante e perseverante; E, no espaço, pelas marcas impressas pelo colono laborioso, como os campos, abertos por suas mãos, como as trilhas, rasgadas por seus pés.

O trabalho como perseverança

Crispim, em inúmeros textos, sugeriu a idéia da perseverança como expressão psicológica e ao mesmo tempo ética do conceito de trabalho. Representava assim, a motivação interna que dava movimento aos impulsos geradores da ação e a propunha como característica saliente do "homem do trabalho".

Deste modo, perseverante era o trabalho dos "grandes homens" e, com idêntica intensidade, perseverante era o trabalho do simples colono germânico. De um lado, tornara-se a marca inconfundível do grande empresário joinvillense, Eugênio Moreira, que, permanecia "o dia todo à frente dos trabalhos",³⁷ e cuja virtude principal consistia na "perseverança no trabalho".³⁸

Do outro, era a característica primeira dos colonos teutões que "rutilaram ao final de vinte e trinta anos na glória dos magníficos resultados pelo trabalho perseverante",³⁹ cuja virtude em maior destaque era o "trabalho lúcido e perseverante".⁴⁰

36. *loc. cit.*

37. C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores. op. cit. p.1, c.4.*

38. *Ibidem, p.1, c.5.*

39. C. MIRA, *Os alemães no Brasil, p.10.*

40. C. MIRA. *O Brasil do futuro. Unidade (...). República, Florianópolis, 22 out. 1919. p.2, c.2.*

No sexto Congresso Geográfico, em Belo Horizonte, representando o Estado de Santa Catarina, Mira propôs o trabalho como a solução dos problemas nacionais. Mas, o propôs neste sentido de conjunto de valores psicológicos e éticos capazes de impulsionar a uma ação consciente, "lúcida e perseverante".

Na *Terra Catarinense* se perguntou maravilhado, ao descrever o progresso alcançado pelos imigrantes italianos, poloneses e russos: "como conseguiram isso? (...) pelo trabalho perseverante" respondeu.⁴¹ E mesmo entre os luso-brasileiros encontrou exemplos de quem "tem sabido honrar na perseverança do trabalho e na perfeição das obras" o nome dos antepassados.⁴²

A perseverança assume em Crispim, a posição de virtude central no seio da sua concepção ética do trabalho. Representa a força motriz que levou o imigrante a vencer na vida, e que no contexto luso-brasileiro só esporadicamente fora cultivada.

O trabalho como dever

A idéia de dever possibilitou outra forma de expressão do conceito do trabalho. Mira o interpretou como uma obrigação e mesmo como uma missão que cabia ao indivíduo e à sociedade executar. Não há possibilidade de se encontrar no conjunto dos

41. C. MIRA, *Terra catarinense*, p.230.

42. *Ibidem*, p.74.

seus escritos o menor vestígio de uma **visão** do trabalho como **punição** para o homem. A distinção entre o trabalho bênção e o trabalho castigo, não encontrou guarida no seu pensamento. Concebeu-o apenas como uma bênção e, portanto, como um dever. O resto, para ele, era "desperdício".

Esta maneira de pensar **tem** suas origens no contexto sócio-cultural germânico, onde Crispim nasceu. Ali conviveu com uma mentalidade e com um ambiente pudes desta concepção ética do trabalho.

Enquanto outros, induzidos por falsas premissas se empenhavam em campanhas alarmistas contra o pretendido "perigo alemão", Mira buscou no exemplo de operosidade do colono teuto-brasileiro, injuriado e ameaçado, as fontes da sua pregação em favor de uma "regeneração da nacionalidade".

Não viu no imigrante, como aqueles, uma ameaça contra a nação brasileira, mas, "uma criatura alegre para quem o trabalho, ao invés de ser suplício dos fracos era um dever que a ninguém era lícito evitar".⁴³ Pelo contrário, admirava nele o tipo ético do "homem do trabalho", como o mais digno de imitação.

Assim, diante de uma argumentação fundada em pressupostos duvidosos e carregada de emotividade nativista como a de Sílvio Romero e de muitos outros patriotas da República Velha, contrapôs o exemplo concreto do trabalho e do progresso que o colono havia criado em Santa Catarina. Empenhou-se em promovê-lo também como o tipo ético do homem do dever para quem o trabalho era uma necessidade da própria vida moral. Dizia mesmo que

43. C. MIRA. *Prodígios da imigração*. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 jan. 1913. p.1, c.2.

"o imigrante germano coloca em primeiro lugar e acima de tudo o cumprimento do dever e o amor ao trabalho".⁴⁴ Estas eram as virtudes que o habilitavam à condição de modelo da "regeneração".

Ele não foi buscar, como outros, as razões do nosso atraso, dos nossos problemas econômicos, sociais e culturais nas "raízes étnicas" da nossa formação. Mas, as procurou na improdutividade generalizada que observava em todos os quadrantes da nação. Em que pesem as riquezas naturais e a uberdade do solo afirmava, o Brasil, por causa da indolência se transformou num "país escandalosamente importador".⁴⁵

Entretanto a indolência, no seu entender, não era uma doença étnica, gerada pela perda acentuada e progressiva de uma pretensa eugenia. Era sim o fruto de uma tradição histórica, fundada em causas sociais, políticas e culturais.

Mas, como antes a idéia de serviço permitiu uma articulação com o conceito de política defendido por Mira e, a idéia de "esforço" se relacionou com uma determinada perspectiva pedagógica, agora a concepção do trabalho como dever se vincula a um "sentimento inquebrantável de um esclarecido nacionalismo".⁴⁶

O constante e reiterado apelo de Crispim ao tema do trabalho, na sua conotação de dever tem um caráter nacionalista enquanto manifesta a intenção de debater o problema que mais afligia o sentimentalismo pátrio do seu tempo.

44. C. MIRA. *Um grande núcleo de trabalho.* Folha do Comércio, Florianópolis, 13 dez. 1913. p.1, c.2.

45. C. MIRA. *A nossa capacidade produtiva.* República, Florianópolis, 21 jun. 1919. p.1, c.2.

46. C. MIRA. *A capacidade dos brasileiros.* Terra Livre, Florianópolis, 2 out. 1918. p.1, c.2.

Wilson Martins se referê ao nacionalismo e às formas de ufanismo típicas das primeiras décadas do século e afirma que "generalizava-se a conclusão de que é preciso que alguma coisa se faça, para revelar o Brasil aos brasileiros".⁴⁷ Havia uma vontade de superar o estado de prostração em que se encontrava o país, de regenerá-lo mediante o despertar do brio, pela publicação das grandezas da pátria.

Crispim falou na necessidade de se atingir o mesmo objetivo, mostrando o trabalho real divulgado pelos fatos e não pelo "verbo inflamado das cortesantias".⁴⁸ Por isso quando aludimos ao seu nacionalismo, devemos entendê-lo como um "nacionalismo esclarecido" apesar das influências e imposições que lhe sobrevinham das manifestações próprias daquele momento histórico. Refletia o problema nacional no seu conjunto como uma questão diretamente ligada a uma determinada forma de encarar o trabalho.

A visão que desenvolvera do país partia de observações diretas sobre os acontecimentos. De fato vivenciara "in loco" a realidade social, política, econômica e cultural do Brasil de Norte a Sul. Presenciara "de visu" as deficiências generalizadas do trabalho que marcavam a vida social brasileira e as consequências funestas que decorriam deste fato.

Conservava de outra parte, dentro de si, o conhecimento fundado na experiência participativa, adquirida num mundo encantado do trabalho, da ordem, da prosperidade e das preocupações para com o futuro : a sua terra natal, Joinville. Foi precisamente no êxito alcançado por este modelo feérico do trabalho, que se lançaram as bases do seu "nacionalismo esclare-

47. Wilson MARTINS. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix-EDUSP. 1978. v.6, p.44.

48. C. MIRA. *O mestre escola*. op. cit. p.1, c.4.

cido".

Crispim foi, ao que parece, o único homem genuinamente dedicado às lides da imprensa, em âmbito nacional, na Primeira República que havia nascido num contexto germânico onde o trabalho era vivido como um dever que "a ninguém era lícito evitar" e que por isso, impregnava a alma da vida social.

Conhecia todo seu Estado de origem e o conhecia pelo prisma do trabalho, da produção, do desenvolvimento; Conhecia praticamente todo o Brasil e o conhecia igualmente pelo ângulo do trabalho e da produtividade.

Podemos pois, afirmar que Crispim percebera o Brasil da produtividade e o Brasil da improdutividade; testemunhara-o como um país de mendigos e como um país de pequenos proprietários plenamente realizados; compreendera-o como uma nação desabrochando para o progresso e como uma nação entregue ao atraso, à miséria e à exploração, relegada à própria sorte. Como luso-brasileiro meditara seu país com os condicionamentos culturais adquiridos em Joinville e, por isso, depositava no trabalho a mais profunda razão do seu viver.

Quando Crispim afirmou que "o Brasil precisa de homens que trabalhem, de homens que produzam, que aperfeiçoem, que construam a sua grandeza econômica",⁴⁹ deixou transparecer o nível das suas cogitações e o sentido das preocupações que agitavam seu espírito. Vinculou o tema do trabalho como dever às suas esperanças em relação ao futuro pátrio. E estas esperanças representavam as expectativas que o trabalho, como fonte da "regeneração" poderia trazer. Dizia, na Folha do Comércio,

49 . C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores. op. cit. p.1, c.1.*

que "somos um país por fazer".⁵⁰ E à mesma conclusão chegava anos depois na Terra Livre, ao constatar que "tudo está por fazer no Brasil".⁵¹

Na *Confraternização Republicana* descreveu o luso-brasileiro como "um grande coração e um belo fervor patriótico", mas, acrescentou, "falta-lhe a nitidez do trabalho e do dever".⁵² Percebeu-o, como se pode observar, como um tipo dotado de qualidades admiráveis, que tinha tudo de bom, mas, que lhe faltava precisamente o essencial: a posse deste "ethos" particular, a visão do trabalho como dever.

Disse noutra ocasião que se nos houvésssemos educado na escola da vontade e da energia dos alemães "é possível mesmo que não fôssemos mais tão encantadoramente sentimentais mas, com certeza, o Brasil teria deixado de ocupar um lugar tão secundário no mundo".⁵³

O pragmatismo que Crispim desenvolveu, aceitava sacrificar os valores improdutivos, mesmo que estes fizessem parte do caráter estético-psicológico distintivo do homem brasileiro, em troca dos valores produtivos e construtivos do trabalho e do utilitarismo, única fonte de transformação da pátria.

É nisto que consistiu, reiteramos, o "esclarecido nacionalismo" de Crispim: em considerar as questões que o inquietavam, sempre do ponto de vista ético do trabalho e em fundar sobre este pressuposto, o seu sentimento de patriotismo.

50. C. MIRA. *O imperialismo alemão em Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 mar. 1913. p.1, c.2.*

51. C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores. op. cit. p.1, c.5.*

52. C. MIRA, *Confraternização Republicana, p.245.*

53. C. MIRA. *A última conferência de Medeiros e Albuquerque. Florianópolis, 9 mar. 1915. p.1, c.4.*

Na Terra Catarinense deixou bem claro seu modo de pensar a este respeito: "são inúteis" disse ali, "as exposições de patriotismo, sem o trabalho".⁵⁴ Era evidente, que aos ruídos das manifestações de massa e das posturas de indignação inconsequentes, preferia o silêncio fecundo do trabalho.

**O trabalho como
defesa do bem geral**

Mas, esta caracterização do trabalho como dever deixaria de ser colhida na sua dimensão global se ignorássemos a incidência de outra idéia que lhe especifica a abrangência: a idéia do bem público, do bem geral. Foi especialmente na longa série de artigos de 1910 em que, pela *Folha do Comércio*, analisou os problemas do porto de Florianópolis, que introduziu a discussão sobre o bem público, relacionando-o com o conceito de dever e, assim, com a concepção ética do trabalho. Nestes artigos a questão do bem comum se transformou em objeto do zelo, do cuidado e por isso, do dever como participação de cada indivíduo. O próprio ato de zelar e de cuidar se configurou, como trabalho, enquanto era manifestação de uma exigência de participação política, obrigatória no seu aspecto moral.

54. C. MIRA, *Terra Catarinense*, p.11.

Mostrou nesta série as consequências geradas pela tradição da sociedade local em se omitir, sistematicamente, diante das delapidações do erário público, sem jamais exigir prestação de contas dos que exerciam o poder, em relação aos gastos efetuados, favorecendo, assim, o descaso dos administradores para com a sociedade e liberando-os da responsabilidade quanto ao destino dado às verbas manipuladas. "Por formas que amparada nesses prejuízos de tradição, afirmou, repimpa-se a desídia na paz do seu descanso, ou de sua improficiência, certo de que ninguém lhe pedirá contas pela não **execução** do que foi confiado aos escrúpulos de indeclinável dever".⁵⁵

A falta de uma postura ética atuante por parte da comunidade, no sentido da fiscalização dos atos emanados do poder público, impedia também a necessidade de se desenvolver uma conduta ético-administrativa correspondente.

Portanto, as preocupações de Crispim em relação ao bem comum tinham uma conotação conceitual política. Zelar pelo que era comum, de todos, constituía um dever moral básico que definia o significado da vida política como participação, aspecto este denunciado como falho nas tradições culturais do nosso povo. A idéia da omissão caracterizou o comportamento ético da sociedade diante do seu papel político específico e Crispim a colocou como uma das marcas da nossa história política, social e cultural.

O texto expressa o conceito da omissão de duas formas distintas, mas, complementares: primeiro, como "prejuízos de tradição"; Depois, como "descanso". No primeiro caso interpreta o

55. C. MIRA. *O nosso porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 11 ago 1910. p.1, c.2.*

fenômeno como culpa atribuível à despreocupação dos espectadores em "pedir contas". No segundo, conceitua esta omissão, como corrupção exercida pelos atores da encenação político-administrativa. Esta dupla feição da omissão aparece no pensamento que estamos analisando como mancha inglória da nossa vida política, social e cultural, talvez raramente assinalada, mas, que ele não deixou passar despercebida, tendo-a mesmo sublinhado com tinta rubra.

A colocação do tema do bem comum na mesa da reflexão, foi um dos aspectos centrais da sua obra e complemento da concepção ética do trabalho que ela traduzia. O "problema nacional" que, como anotamos, era uma das conseqüências das deficiências no trabalho, se definiu também por suas relações com esta mentalidade social obtusa diante das coisas públicas.

Foi a falta de uma visão moral do bem público, o desleixo para com os valores da esfera geral, a insensibilidade por tudo aquilo que superava o âmbito restrito dos interesses particulares imediatos que inviabilizara o progresso da nação. Assim, o cerne do problema que afligia o país residia, para Crispim, na quase total carência de uma cosmovisão ética da vida em comum, do exercício político como vida participativa, como trabalho e como dever.

A entrevista concedida à *Folha do Comércio*, em 1914 elucida esta concepção: não há crise, respondeu: "isso não é propriamente crise, é deficiência de trabalho".⁵⁶

(O que estava acontecendo no Brasil, era apenas a conseqüência da omissão geral diante do bem comum. A idéia da "deficiência de trabalho", neste contexto, era que

56. A FOLHA do Comércio ouve o seu Diretor. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 9 nov. 1914. p.1, c.2.

as dificuldades daquele momento tinham uma respondência direta com a corresponsabilidade do indivíduo e da sociedade e, portanto, com uma consciência participativa da coisa pública.

O trabalho como alegria

Mas, a idéia mais sugestiva, a mais bela representação que Crispim nos legou do trabalho foi, sem dúvidas, sua interpretação como "alegria". Para ele o trabalho era alegria, era felicidade, era festa. Onde se fizesse presente haveria felicidade e "alegria", onde porém, não se transformasse na parte mais significativa das concepções da vida, tanto pessoal quanto social, ali haveria miséria e tristeza.

Assim, a idéia de "alegria" estabeleceu um contexto psicológico que envolveu o conceito de trabalho e desenvolveu os elementos éticos que compõe o seu significado mais profundo.

Implantou uma correlação lógica entre trabalho e alegria nesta conotação: onde um estivesse o outro também se fazia presente, sendo o contrário da mesma forma verdadeiro: onde não houvesse um, o outro também desapareceria. Criara-se, portanto, uma correspondência entre as duas vertentes desta configuração.

Por isso quando Mira se propôs descrever as maravilhas da sua terra disse que em Joinville e em Blumenau não havia "lugar (...) para o habitante ocioso e triste. Porque todos trabalham e todos são alegres".⁵⁷ Na verdade, para ele, o ócio levava à tristeza e o trabalho à alegria. Esta era a base da sua ética pragmática. Uma inversão na estrutura des-

57. C. MIRA, *Terra catarinense*, p.98.

tas vinculações teria levado à desestruturação do seu pensamento, porque o trabalho era logicamente alegria e jamais poderia conduzir à tristeza.

Na conferência cívico-militar de 1918, intitulada **O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações**, o trabalho foi descrito como o "sangue da alegria".⁵⁸ O caráter doloroso, as dificuldades e penas que o acompanhavam, enfim, todos aqueles aspectos de sacrifício que ele engendrava, não impediram que ainda assim, fosse representado como "alegria". Seria "alegria" mesmo que custasse "sangue", porque então, mais uma vez, se configuraria como trabalho real.

Dizia nesta ocasião: "é inconcebível que o homem (...) se faça penumbra, quando deve ser aurora, (...) quando lhe cumpre cantar".⁵⁹ Tornava-se incongruente a separação das duas idéias, a do trabalho e a da "alegria". "Aurora" e "cantar" eram as imagens que evocavam o conceito da "alegria" resultante do trabalho executado. "Penumbra" era simplesmente o eco da tristeza, a ressonância da dor, do "sangue" inútil.

O substrato ético e psicológico desta relação se firmava na impossibilidade de alteração e de mudança na ordem natural das coisas. E a ordem natural era que o trabalho gerava "alegria", felicidade e festa, mesmo nas dificuldades, mesmo embebido em "sangue".

Por este motivo, na obra deste jornalista, os hábitos do trabalho que exigiam esforço, que requeriam a intervenção de uma vontade forte capaz de favorecer a superação da

58. C. MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações: conferência cívica. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, (548): 1-12, 1918. p.8.*

59. *loc. cit.*

angústia do "acordar cedo", do "trabalho matutino", do "amanhecer no trabalho", representavam os momentos mais decisivos na construção da felicidade pessoal e coletiva. Estas eram as expressões que traziam no cerne a concepção ética do trabalho e a configuração da "alegria" e da felicidade que lhes eram inerentes.

Quando ele se referia à "aurora" e ao "cantar", na descrição do soldado brasileiro, atribuía-lhes as categorias da alegria e da felicidade, reservadas única e exclusivamente para interpretar as emoções mais duradouras que só o trabalho poderia produzir.

Na Terra Catarinense, relatando a epopéia dos primórdios da colonização, mostrou como o impacto do desconhecido exigiu força e determinação, lágrimas e perseverança do imigrante, mas, que, apesar disso, pela constância no trabalho árduo, por fim ele "exultou triunfalmente nas espigas do milharal. (...) E estava, então realizado o milagre da sua felicidade".⁶⁰

O colono exultou perante o triunfo concreto atingido: era o aspecto econômico, o resultado visível do trabalho, o êxito material expresso pela imagem plástica das "espigas do milharal". E era também um triunfo verdadeiro, palpável, real. Era, portanto, "alegria" e festa, cujo estímulo porém, provinha do interior e só se realizava plenamente, nas profundezas da alma. A felicidade, a "alegria" completas estavam sempre noutra nível de fruição. Eram elas as manifestações do "sagrado" na vida íntima do homem, eram um "milagre" e eram o resultado último do trabalho, um sentimento de paz, indescritível, sím-

60. C. MIRA, Terra catarinense, p.228.

bolo, para o espírito, da realização de todas as esperanças.

A lógica de Crispim obedecia a uma dinâmica própria. Era aberta ao movimento da vida, à evolução, à criatividade. Aqui, eram os sentimentos da alma procedendo da prática efetiva, ali, os "sentimentos de justiça", conduzindo ao "sentimento do trabalho" que desencadeavam a ação material. Acolá, importava primeiro trabalhar, para só depois gozar na paz dos resultados a esplêndida visão das "espigas do milharal". E só mais tarde viria a felicidade completa que motivaria a perpetuação do ciclo entre a ação e o pensamento, entre o pensamento e a ação.

Em seguida, porém, se alterava o processo: primeiro era uma operação mental, espiritual que brotava do interior para o exterior, do pensar para o agir, para só depois se transfigurar nos impulsos do trabalho ativo e produtivo.

Esta lógica era constantemente uma lógica do trabalho que representava em cada momento, o ponto de ruptura entre a inércia e o movimento, entre a ação e a apatia. Assim, a inatividade geraria frustração, que alimentaria por sua vez o ciclo da improdutividade, fechando-se sobre si mesma; enquanto o trabalho produziria alegria a qual incentivaria a ação contínua, de onde resultaria no final, o progresso e o bem-estar.

Nestes termos Crispim aconselhava que era preciso trabalhar, era "preciso produzir continuamente (...) infinitamente, até à completa felicidade humana, utópica apenas para os fracos".⁶¹ Foi neste contexto que concebeu o seu projeto pedagógico criador e dinamizador do "espírito do trabalho" e do "amor ao trabalho". A educação lhe apareceu como a única força capaz de superar a ordem estática do ciclo da improdutividade

61. C. MIRA. *O mestre escola. op. cit. p.1, c.3.*

em que vivia o país e de implantar a dialética da felicidade construída pelo esforço e perseverança no trabalho.

Desta forma podemos dizer que toda a história da colonização alemã de Santa Catarina, a qual foi, sem sombras de dúvida, uma história do trabalho, uma "epopéia" do esforço, do sofrimento, dos riscos de toda natureza e da angústia, do isolamento material e espiritual, o foi também, no seu aspecto mais significativo, a história da "alegria" e da felicidade, aberta e dinâmica, cheia de esperanças e de fé no futuro. Depois do impacto inicial, depois do trabalho perseverante, o colono via finalmente a floresta abrir-se "em alegres povoados" e então não podia mais (...) "deixar de ser (...) feliz".⁶²

A "alegria" vinha sempre depois do trabalho concluído, embora este a engendrasse desde seu alvorecer. Mas, no instante derradeiro ela se transformava, não apenas num profundo sentimento da alma que gerava satisfação e auto-realização pessoal, mas, também se tornava, como que uma qualidade das próprias coisas que serviam ao homem. Ela se generalizava, se incorporava aos objetos que passavam assim a configurar símbolos do êxito e da felicidade ou da frustração e da tristeza.

Quando Crispim afirmou que à noite e aos domingos a "cítara" e o "violino", enchiam de acordes dolentes a casa do teuto-brasileiro, "violino" e "cítara" se transfiguravam em coisas alegres, porque participavam da felicidade que o trabalho produzia.⁶³ Interpretavam e perpetuavam as alegrias do trabalho como sinais sensíveis da realização pessoal.

Mas, quando falava nos "descantes da viola" do caboclo

62. C. MIRA, *Terra catarinense*, p.226.

63. C. MIRA. *Um grande núcleo de trabalho. op. cit. p.1, c.2.*

nordestino que não tinha os hábitos do trabalho, então a "viola" se transformava em "coisa triste" porque passava a expressar a falta de trabalho que era a fonte original da infelicidade e da tristeza. A própria viola configurava, então, o estado de alma abatido e triste, a frustração e a miséria.

O teuto-brasileiro, explicava, não procura a felicidade longe de si mesmo, como aconselhava o poeta, nem a imagina diversamente daquele célebre cenário de Machado de Assis que "fazia filosofia e discutia moral". "Onde ele está, também ela estará".⁶⁴ Foi por isso que o descreveu como "uma criatura alegre".⁶⁵

Ora, o colono alemão se caracterizou como uma "criatura alegre", exatamente porque encarava o trabalho como um dever e não como um martírio. Por isso a afirmativa de Crispim foi, antes de tudo, uma consequência lógica das premissas que sustentavam suas argumentações. O fato do colono germânico ser apresentado como um homem realmente "alegre", era apenas uma conclusão natural do raciocínio que Crispim desenvolvia e não exigia qualquer confirmação na psicologia da sua conduta.

Não era portanto o caso de se testar na prática se o teuto-brasileiro era verdadeiramente uma "criatura alegre" ou não. Crispim tinha seu fundamento numa determinada lógica do trabalho, Era a própria concepção que desenvolvera do fenômeno, que o levava a aceitar, como consequência necessária, que do trabalho resultaria "alegria" e que de uma situação inversa onde imperasse a indolência e a improdutividade, onde não se propagassem os hábitos e o "amor ao

64. *loc. cit.*

65. C. MIRA. *Prodígios da imigração. op. cit. p.1, c.2.*

trabalho", ali também não poderia haver felicidade, porque, acrescentava, "a inatividade e o desfibramento são inimigos da alegria".⁶⁶

A "inatividade" era testemunha da ausência do "espírito do trabalho; O "desfibramento", a consequência desta falta de ação e, portanto, constituía um problema moral, uma falha do caráter. É que só o "homem do trabalho" atingia, na prática, a condição interior de "homem de caráter". E apenas este, enquanto tal, era capaz da felicidade e da "alegria", porque na realidade estes dois conceitos se definiam, em última instância, pelo conceito de trabalho. Formavam uma realidade que não encontrava explicação em si mesma, como se fossem idéias meramente abstratas. Na verdade representavam algo concreto, enquanto atributos do trabalho e apenas nesta condição adquiriam sua realidade efetiva e necessária. De outra maneira seriam tão somente uma abstração sem qualquer sentido prático. Para Crispim, porém, eram um sentimento da alma, colado ao esforço e à perseverança da ação produtiva e construtiva.

Convém observar ainda que num texto escrito com a intenção de compilar uma obra de incentivo ao estudo e ao trabalho às crianças da escola primária, o estudo foi transformado no próprio trabalho. Destarte, não estudar seria ser "vadio" e não trabalhar, correr o risco de ficar "por baixo dos outros". Estudar, pelo contrário, era tornar-se feliz e ser alegre, qualidades estas privativas do mundo ético do trabalho.

Por isso quando falou da escola, a descreveu como "um jardim onde a gente ri e trabalha. O riso é a alegria e os meninos devem andar sempre alegres, mesmo porque não há (...) gra-

66. C. MIRA. *A federação do remo. Terra Livre, Florianópolis, 31 jan. 1919. p.1, c.1.*

ça nenhuma em andar triste".⁶⁷

Concebia a instituição escolar ao modo froebeliano, como "um jardim", como um local de ação, dinâmico, que envolvia o movimento da vida integral do indivíduo. Percebeu-a como o lugar onde se plantava, onde se colhia, onde se produzia. Era pois, o local onde se trabalhava e, conseqüentemente, onde mais uma vez se exultava "triunfalmente nas espigas do milharal".⁶⁸

Não a conceituou, entretanto como o ambiente onde se ia para estudar. Pareceu-lhe mais prudente definir o próprio ato do estudo pelo conceito de trabalho. Logo, estudar era trabalhar, era, evidentemente colocar-se no caminho da "alegria" e da felicidade.

Deu-se aqui a mesma relação que assinalamos antes quando analisamos a descrição do colono alemão como "uma criatura alegre". Aquela afirmação era tão verdadeira quanto se afirmar agora que a criança que estuda é uma criatura feliz. Porque não estava se referindo, no primeiro exemplo, apenas a uma característica étnica e nem propriamente só a uma qualidade psicológica, mas sublinhava de modo especial a categoria lógica, vinculada à estrutura da sua concepção ética do trabalho. No segundo exemplo dava-se a mesma relação.

Idêntica perspectiva encontramos ainda na configuração ética do "homem do trabalho". Mira, em dado momento, o representou como "máquina e capital", como um ser aparentemente desumano. Mas, na verdade o compreendeu também como um homem alegre e feliz. Quando, por exemplo, afirmou que "a debi-

67. C. MIRA. *A escola. O Dia, Florianópolis, 17 mar. 1916. p.1, c.1.*

68. C. MIRA, *Terra catarinense*, p.228.

lidade, a inércia, o lamento, o desinteresse, são a negação patológica"⁶⁹ deste mesmo homem, apesar da aparência negativa destes termos, traduziu uma conotação positiva, cujo significado evocava as idéias da "alegria" e da felicidade.

Em Crispim portanto, o trabalho era sempre a causa. A alegria "era sempre a consequência". Não porém, num sentido estático, porque o relacionamento que se instaurava era dinâmico e criava uma reciprocidade de influências internas. Não há, por outro lado a menor razão para se duvidar da veracidade da sua afirmação, quando dizia que "Joinville não é somente uma cidade de trabalho. É também (...) uma Canaã da alegria".⁷⁰

Esta era uma afirmação condizente com sua lógica do trabalho, diante da qual "posita causa, sequitur effectus". Era compreensível, assim que, se Joinville fosse realmente uma cidade do trabalho, constatação oriunda da observação empírica, se tornaria necessariamente uma cidade feliz, consequência lógica.

69. C. MIRA. *Três pontos de vista*. *República*, Florianópolis, 22 jun. 1919. p.1, c.4.

70. C. MIRA. *Um grande núcleo de trabalho*. op. cit. p.1, c.2.

2^A P A R T E

A PRESENÇA DA CONCEPÇÃO ÉTICA DO
TRABALHO NO UNIVERSO CONCEITUAL
DE CRISPIM MIRA

CAPÍTULO V

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO E A ÉTICA DO TRABALHO

Já observamos numa visão sintética, parte das relações que se estabelecem entre a postura geral da ética do trabalho de Crispim Mira e sua correspondente concepção de educação, como agente mediador da transformação social e cultural na esfera da ação prática.

Vislumbramos, nesta ocasião, a existência de um "projeto pedagógico" intencional que residiria na base deste pensamento, ou mesmo de uma vocação educadora, perseguida com constância e determinação no decorrer dos longos anos da atividade desempenhada no jornalismo em que sobressaiu a dimensão de uma consciência política participativa.

Constatamos a evidência de uma vinculação profunda, persistente e significativa entre o conceito de trabalho como fenômeno ético e esta perspectiva pedagógica que anima e confere significado à obra que estamos analisando.

Afirmamos que a problemática toda, levantada e mantida viva por Crispim em relação às questões educativas, estava firmemente fundada sobre patamares éticos de caráter eminentemente operativos que, conjuntamente, estruturavam o tema dominante do seu pensamento, conferindo-lhe uma dinamicidade contínua.

O pensamento pedagógico deste jornalista encontrou seu ponto de partida, sua motivação e seu sentido global, em diver

sos processos espirituais, como já anotamos: num sentimento de frustração que podemos chamar de decepção da experiência republicana; numa concepção ética do trabalho produtivo e útil, da ação perseverante e esforçada, colhida e assimilada a partir de vivências e de influências vindas do meio sócio-cultural de onde se originara o autor; num "projeto de vida" conscientemente planejado como vontade, direcionado à "regeneração nacional" por meio da pregação dos valores éticos do trabalho, através de uma ação educativa; no amplo contexto alimentado pelas utopias do movimento escolanovista, da escola ativa ou do trabalho; na atmosfera do nativismo nacionalista, fortemente impregnada pelas ideologias da "regeneração nacional" e da "salvação nacional" e das utopias do "Brasil do Futuro" que se haviam desenvolvido na Primeira República.

A DECEPÇÃO REPUBLICANA

I. A EDUCAÇÃO NACIONAL

Jorge Nagle afirmou que, com o início do regime republicano se havia instaurado um clima "de modo geral alheado de discussões vigorosas e de planos inovadores" ¹ em relação à educação.

No final do segundo império se podia presenciar uma consciência relativamente favorável aos debates destas questões. Ve

¹ J. NAGLE. *A educação na República*. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira* (...) t.3, v.2, cap.7, p.262.

ríssimo descreveu a década de 1880 como um momento em que o tema da educação pública passou "a ocupar mais seriamente a atenção dos governos e do público".² Houve mesmo na época, a contratação de professores europeus, e novas idéias filosóficas, científicas e literárias, começaram a ser discutidas.

Era, evidentemente, antes de mais nada, apenas uma tendência propícia às discussões em torno do ensino, e não, propriamente, um surto inovador no seu verdadeiro sentido.

Para Sérgio Pinheiro, foi mais um fenômeno marcado pela "precariedade" e "parcialidade". Apenas algumas áreas, como o ensino público superior e o secundário, sofreram alguma expansão. Esta contudo, fez-se sem o aprimoramento do ensino primário.³ O aspecto positivo, registrado neste movimento residiu, por um instante, no despertar de uma ansiedade em prol de mudanças e no desejo de por em debate novas idéias.

Estavam em voga o positivismo de Augusto Comte, o evolucionismo de Darwin, as idéias de Spencer, o que para alguns autores era indício de que "havia clima para uma reforma global em nossa educação".⁴

Na verdade, entretanto, nem a educação oficial do Império, nem tão pouco a que depois vigorou na República, possuía estrutura e adequação necessárias à realidade histórica do momento. Para José Veríssimo "nosso ensino nunca possuiu alma, espírito, idéia. Não lhe faltaram porém, jamais longos, minuciosos, pom

2 J. VERÍSSIMO. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Brasília, UNB, 1963. p.254.

3 S.S. PINHEIRO. *Classes médias urbanas*. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira* (...). t.3, v.2, cap.1, p.16.

4 F. LARROVO. *História geral da pedagogia*. São Paulo, Mestre Jou, 1974. p.903.

posos regulamentos, (...) em total desacordo com as nos sas necessidades".⁵ Sílvio Romero o representou como um sis tema "materializado e pretendidamente prático, o qual atrofia a inventiva, a imaginação e baixa muito o nível intelec tual".⁶

Ficava evidente assim, que a instrução pública do Império apresentava carências estruturais e ideológicas profundas. Com o advento da República todavia, não apenas tudo isso permane ceu como estava, mas, ainda frustraram-se mesmo as parcas espe ranças de renovação que se pressentiam no horizonte.

Para Fernando de Azevedo a República foi uma "revolução que do ponto de vista pedagógico, abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical do sistema de ensino, pa ra provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas".⁷ Muito pelo contrário, a questão do ensino foi lacrada pela es tagnação e pela incapacidade do novo regime. E se, como alguém disse, "a situação era o caos",⁸ assim permaneceu.

Com a Proclamação esvaíra-se também o sonho aca lentado por Gonçalves Dias, da criação de um Centro de Unidade e Ação para uniformização do ensino. É que, com o triunfo da idéia federalista, fortaleceu-se igualmente o espírito do "Ato Adicional" de 1834 que prescrevia a descentralização do ensino no país.

Diante desta situação, os Estados procuravam sozinhos

5 Apud *Ibidem*, p.904.

6 S. ROMERO. *História da literatura brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro, Jose Olímpio, 1953. p.45.

7 Apud F. LARROYO, *op. cit.* p.905.

8 *Ibidem*, p.903.

cumprir seus deveres constitucionais na área da escola primária e normal.⁹ Mas, é lógico que em tais condições, os grandes movimentos de renovação que surgiam e se desenvolviam na Europa e nos Estados Unidos, só esporadicamente lograriam criar raízes no Brasil e, mesmo assim, como revelou Lourenço Filho, sem continuação.¹⁰ Conseguiram florescer umas poucas instituições de cultura e educação, apesar de toda a incongruência e estagnação dos governos ante o problema educacional.¹¹

Era tal o estado de abandono em que andava a esfera educativa do país que, em 1906, Veríssimo podia dizer que "o nosso sistema geral de instrução pública não merece, de modo algum, o nome de educação nacional. E, em todos os ramos (...) apenas um acervo de matérias amontoadas (...), sem nexos ou lógica e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria".¹²

Na verdade a estrutura político-administrativa da República, carecia de órgãos específicos para tratar da educação e isto tanto ao nível federal quanto ao nível estadual.

Não se vislumbravam perspectivas de mudança. Os quinze primeiros anos do século, foram marcados pelo "comportamento desalentador"¹³ por parte dos poucos homens públicos que ainda conservavam algumas esperanças.

"A educação e a saúde tinham sido espantosamente descuidadas por uma República que de resto, começava a entrar na fase

9 J. NAGLE. *op. cit.* p.268.

10 L. FILHO. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 12.ed.São Paulo, Melhoramentos, p.147.

11 Apud F. LARROYO, p.905.

12 J. VERÍSSIMO. *A educação nacional*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906. p.1.

13 J. NAGLE, *op. cit.* p.226.

da sua final desintegração".¹⁴ Uma das razões deste fato era a incapacidade demonstrada pelos republicanos históricos de promoverem transformação interna para que fosse liberado o trânsito às novas lideranças e às novas idéias no seio do partido.

Em 1922 Gilberto Amado representava o estado geral em que se encontrava o país, com pessimismo e decepção. "As massas inteiramente iletradas, dizia, o ensino escasso e ineficiente; Não existe uma classe média capaz de nortear com energia, bom senso e segundo padrões tradicionais a moralidade privada, os destinos da nação". Estendia seu desapontamento até contra a igreja, vendo-a, de acordo com sua ótica, "completamente inativa, apática paralítica, tendo por chefe um homem como o Sr. Cardeal Arcoverde que parece ter nascido já empalhado para figurar em museus como o de Madame Tussaud." Quanto à política, afirmava, "é melhor não tratar de coisas pútridas".¹⁵

O regime republicano decepcionara na sua incapacidade de assumir uma postura de autêntica renovação nacional e de secundar as legítimas aspirações da nação.

II. A EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

O mesmo fenômeno ocorria em Santa Catarina onde o cenário político estava dominado por homens que iam se reve-sando e se perpetuando no poder até que a morte os se-parasse dos grupos oligárquicos em que pontificavam.

14 W. MARTINS. *História da Inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 1978. v.6, p.121.

15 Apud *Ibidem*, v.6, p.253.

Neste contexto os interesses para com a educação não iam muito além daqueles representados pela simples possibilidade de se desenvolver um comércio de favores ao qual ela se prestava ou era submetida sem reação alguma.

Mira descreveu esta praxe, afirmando que a baixa qualificação dos professores devia ser explicada "pela aviltção da politicagem que, a troco de votos," premiava "um mandãozinho, nomeando para aquele lugar a pessoa por este escolhida".¹⁶ A prática da politicagem estava intimamente relacionada com a prática educativa, atingindo-lhe mesmo a esfera dos objetivos e colocando-se como expressão dos seus interesses.

O nível de ensino que as escolas deste período podiam proporcionar, correspondia, logicamente, a este estado de coisas. Foi por isso que, em 1907, Mira, referindo-se ao aspecto cultural do povo afirmou que o Estado "boceja no bolor da ignorância que lhe é seu galardão".¹⁷

A obra de Orestes Guimarães à frente dos destinos educacionais de Santa Catarina, por outro lado, iniciada no governo de Vidal Ramos, não correspondeu propriamente a uma reforma do ensino, no verdadeiro sentido. Operou ele, é verdade, uma reorganização da qual resultou uma significativa expansão da rede escolar e a criação dos Grupos Escolares.¹⁸

16 C. MIRA. *Cartas ao Sn. Governador. O Estado, Florianópolis*, 22 set. 1901. p.2, c.1.

17 C. MIRA: *Pelo ensino. Gazeta de Joinville*, Joinville, 6 jul. 1907. p.1, c.1.

18 *Notícias locais. Gazeta de Joinville*, Joinville, 29 ago. 1908. p.3, c.2. Afirma que havia no Estado em 1908, 198 escolas públicas, com um total de 6584 alunos. *A Terra Livre, Florianópolis*, 11 fev. 1919. p.1, c.5. se refere à existência de 750 escolas públicas, com um total de 34.000 alunos, o que mostra bem o significado da atuação de Orestes Guimarães neste período em que esteve à frente dos negócios do ensino.

Mas, numa época em que novos princípios de liberdade e de democracia derrubavam velhos preconceitos em todas as partes, a obra executada por ele, foi marcada pelo autoritarismo. "Ele tem sido uma espécie de ditador ali dentro do Estado em matéria de ensino", explicava com certo ufanismo Lebon Regis, na Câmara Federal. "Entregamos tudo a ele, a organização, a fiscalização geral, a direção. (...) Faz o que entende e damos por bem feito".¹⁹

Era sintomática esta euforia do parlamentar catarinense, ao ressaltar exatamente aspectos dessa natureza. "A fiscalização do ensino é uma realidade",²⁰ proclamava com orgulho, acrescentando ainda que era raro o jornal do Estado em que não se encontrassem "suspensões de professores".²¹ Narrou também, para sublinhar a eficiência que havia sido instalada no setor educacional, que de uma única feita, haviam sido suspensos oito professores em Palhoça "por não terem ensinado todos os hinos a seus alunos".²²

Acrescente-se, de outro lado, no quadro destas preocupações, a existência das escolas estrangeiras que se multiplicavam nas regiões onde se dera a imigração européia. E isto, em parte, devido ao próprio desinteresse ou impossibilidade administrativa e orçamentária do governo, desde os tempos do Império, quando se comprometera a suprir as deficiências por acordo, no caso da colônia Dona Francisca, firmado com a Sociedade

19 L. REGIS. *O perigo alemão e o problema do ensino em Santa Catarina*. Rio de Janeiro, J. do Comercio, 1917.p.13.

20 *Ibidem*, op. cit. p.18.

21 *Loc. cit.*

22 *Loc. cit.*

colonizadora de Hamburgo,²³ mas que não correspondera com as expectativas e necessidades da comunidade.

Porém, o Governo Federal se permitiu o luxo de intervir em 1918, quando, por decreto, fechou estas escolas e deu início, através de "ajuda financeira", a um processo de nacionalização do ensino nas antigas colônias.²⁴

III. A EDUCAÇÃO EM JOINVILLE

Em Joinville, motivado pela aposentadoria, como professor, do Padre Boegershausen, que Eráclito Ribeiro chamou de "O grande educador da mocidade Joinvillense",²⁵ o qual, durante quarenta anos se dedicara ao ensino na Escola Pública, resolveu Abdon Batista, no final de 1906, na qualidade de Governador do Estado em exercício, contratar em São Paulo o professor Orestes Guimarães para proceder à organização do Colégio Municipal,²⁶ criado em substituição à Escola Pública. A iniciativa foi saudada como "animadora" e "patriótica", porque objetivava a difusão da língua pátria.

Mira, movido por um claro espírito nacionalista, já havia assinalado o problema da deturpação do português em Joinville.

"Dia a dia nos vem solapando a invasão dos neologismos",

23 *Notícias locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 10 dez. 1878. p.3, c.3. O texto desmente a idéia de que o alemão demonstrava excepcional interesse pelas coisas relativas à escola. Dizia: "para lastimar é porém, a tão grande irregularidade nas frequências das aulas por não pequeno número de alunos, devida esta falta somente ao desleixo de muitos pais e tutores dos meninos.*

24 J. NAGLE, *op. cit.* p.268.

25 H. RIBEIRO. *Memória sobre o Município de Joinville. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 7(2):248, abr/jun. 1919.*

26 *SOCIEDADE amigos de Joinville. Album histórico do centenário de Joinville, Curitiba. Gráfica Mundial, 1951, p.73.*

afirmava ele, referindo-se aos germanismos e mesmo italianismos que passavam a fazer parte do linguajar daquela comunidade. "Se não acudirmos a neutralizar o mal, teremos com o tempo, um produto híbrido e detestável".²⁷

Orestes Guimarães tentou proceder a uma remodelação do ensino primário, colocando-se precisamente o problema da língua portuguesa como aspecto central do seu trabalho. Mais tarde afirmaria que a reforma por ele executada em Joinville, de 1907 a 1909, tinha surtido plenamente os objetivos almejados.²⁸

Houve, entretanto, vozes que colocaram dúvidas sobre estes resultados e apontaram, além do mais, falhas estruturais no âmbito das transformações introduzidas. Para isso aduziram duas razões principais: a ingerência política de Ábdon Batista e o desconhecimento do meio por parte de Orestes Guimarães.

Ábdon, na verdade, como chefe político local, seguindo a praxe que se estabelecera na República em relação ao papel político destinado à educação, impediu a liberdade de ação do reformador paulista. A **Gazeta de Joinville**, em 1909, analisando esta questão, concluía que "se outro fosse o inspirador de Orestes Guimarães, podemos afirmar que o Colégio Municipal teria tomado impulso diferente do que se observa, manietado como se encontra pela mesquinhez do Sr. Dr. Ábdon Batista".²⁹

O autoritarismo foi a nota dominante nesta tentativa de remodelação do ensino. Ábdon intervinha no processo escolar e mesmo na esfera pedagógica, exercendo seu poderio político con

27 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. op. cit. p.1, c.4.*

28 L. RÉGIS. *op. cit. p.15.*

29 *Colégio de Joinville, reforma do ensino. Gazeta de Joinville, Joinville, 3 abr. 1909. p.1, c.3.*

tra qualquer pessoa que discordasse da sua orientação, com ameaças e fatos. Assim, demitiu sumariamente as irmãs Lauer, professoras do Colégio Municipal, gerando com este fato, descontentamento entre os pais dos alunos.³⁰ Já havia praticado atos semelhantes outras vezes como as ameaças e depois a demissão do professor Salvador Correia, porque escrevia poesias críticas pela Gazeta de Joinville,³¹ que era órgão da oposição e cujo redator Crispim Mira não poupava ataques e ironias contra a atuação do chefe político regional. Tinha sido ele próprio vítima de constantes ameaças.

Orestes, por outro lado, desconhecia a realidade sócio-cultural de Joinville. Parece que realmente estava com a razão a Gazeta, quando advertia que "o método não condizia com o meio".³² Não percebera o reformador que a tentativa de introduzir o ensino da língua portuguesa em moldes mais efetivos, numa região onde o alemão era a língua usual no lar e fora dele, sem uma reflexão ponderada sobre as reais condições e necessidades locais, seria expor-se ao fracasso.

Ele próprio chegou depois a esta conclusão, mas, já era tarde. Havia despertado um espírito de resistência e de desconfiança na comunidade teuto-brasileira. Em consequência disto, bem como por causa das intervenções autoritárias do chefe político, os pais, desgostosos, foram retirando seus filhos do Colégio, matriculando-os em outros, onde a língua alemã conti

30 *Ibidem*, p.1, c.1.

31 DECLARAÇÃO. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 9 mar. 1907.
p.1, c.4.

32 COLÉGIO de Joinville. Reforma do ensino.op.cit.p.1,c.1.

nuava sendo ensinada livremente.

As matrículas, portanto, decaíram sensivelmente. Antes da reforma, por exemplo, a Escola Pública tinha uma frequência da ordem de 470 alunos, dos quais pelo menos 400 eram de origem alemã. Com a reorganização, o Colégio Municipal abriu o ano letivo de 1907, com 387 alunos. Este número porém, em poucos meses foi reduzido para 250, e o ano fechou com 220 crianças matriculadas.

Diante do fracasso foi reformulado o programa e reintroduzida a língua alemã nas séries mais baixas. Contudo, a desconfiança geral não pode mais ser dissipada. Assim, o ano de 1908 iniciou com 160 alunos, mantendo a estabilidade. 1909 começou também com 160 inscritos. Mas, isso "para inglês ver", acrescentou a **Gazeta**, "porque atualmente a frequência do Colégio é apenas de 110 alunos".³³

Em contrapartida, cresceram os estabelecimentos que manti^unam as tradições locais. A **instituição das irmãs Lauer**, fundada após a destituição de que haviam sido vítimas, passou a contar com 130 matrículas; a Escola Paroquial, com 190; A escola da Estrada Santa Catarina, com 70 e o Colégio Alemão por sua vez, aumentou de 140 para 220 alunos.

A experiência de Joinville, entretanto, serviu para que Orestes Guimarães compreendesse que a melhor maneira de se ensinar o português nas regiões coloniais era a formação de professores bilingues, devidamente habilitados e orientados para esta função. E foi precisamente isso que ele fez mais tarde na

33 *loc. cit.*

escola normal de Florianópolis.

Na realidade este foi o mundo em que creceu e amadureceu Crispim Mira: uma República que, herdara do passado uma tradição desfavorável à educação e perpetuara talsis tema de desconsideração, transformando-a numa feira de barganhas políticas e abafando pelas bases as aspirações de renovação já sentidas no final do antigo regime.

Foi neste sentido que a República decepcionara. "A nação tinha adormecido monárquica", afirmara Silvio Romero, "e acordou republicana. Era muito rápido para ser sério".³⁴

O PROJETO DE CRISPIM MIRA

É no contexto histórico, social e cultural da Primeira República que devemos colher o significado do pensamento pedagógico de Crispim Mira, como a expressão de um projeto de "regeneração nacional".

Diante da inércia dos poderes públicos no tocante às questões que estamos analisando, portanto, no âmbito da decepção da experiência republicana, ele assumiu conscientemente uma postura política e se orientou para esta vocação promocional dos valores éticos do trabalho.

Mas, não se tratou, neste caso, de uma tendência meramente ocasional ou intermitente. Teve ela, mais precisamente, um ca

34 S. ROMERO. *O Brasil social*. Revista Americana, Rio de Janeiro, 1(1): 1-7. jan./mar. 1912.

ráter constante e perseverante. Podemos mesmo afirmar que, neste aspecto, toda a obra de Crispim, expressa evidentemente através dos pressupostos éticos do trabalho, ti nha um cunho eminentemente pedagógico.

O primeiro texto, de 1901, apresentava já esta conotação. Em carta dirigida ao Governador Filippe Schmidt, implorava pela mudança do comportamento governamental relativo aos afazeres da educação. "É disto que precisamos, Sr. Governador, dizia nesta ocasião, e nem doutra coisa conto que cogiteis. Decidais vós, meu amigo, por esta cruzada brilhante".³⁵

Tratava-se de uma cruzada brilhante, sim, mas, apenas do ponto de vista do seu pensamento utópico. Porque a realidade era completamente outra. O comportamento dos homens públicos, neste particular, era "desalentador". Insistir sobre este assunto, se convenceria mais tarde, era "o mesmo que pregar no deserto".³⁶

Interessa-nos aqui pesquisar o aspecto positivo desta mensagem, a manifestação clara de uma atitude favorável diante deste fato. Pregava, quer dizer, assumia uma postura de reso luta dedicação, mesmo sabendo o terreno em que pisava.

Havia um conceito ético de trabalho na própria insistên cia com que Mira se mantinha nesta direção: "dizei, repeti, vol tai a dizer, repeti novamente, instai", afirmava em 1907, "e alguma semente de vossas idéias germinará, por mais sáfaro que seja o solo em que a atireis".³⁷ Havia também uma esperança, como havia, de outro lado, uma certeza. Mas, esta era simples

35 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 ago. 1901. p.2, c.1.

36 C. MIRA. *Pelo ensino. op. cit.* p.1, c.1.

37 *Loc. cit.*

mente a perspectiva de um conceito de trabalho no qual imperavam os impulsos da vontade sobre o eco de uma realidade física adversa, que clamava por participação. "Deserto", "semente" e "solo", aludiam às bases concretas desta "cruzada brilhante" onde se firmava a convicção da possibilidade de êxito porque, pela pregação incansável dos valores éticos do mundo produtivo, por mais "sáfaro" que fosse o ambiente, as idéias iriam germinar um dia.

Carlos Gomes relatou que, em 1916, Mira se dedicou à composição de um livro, cuja tentativa era despertar na criança, como dizia o próprio autor, "o sentimento de energia, de trabalho, de obediência e de civismo, para formar caracteres autônomos, úteis à família, à sociedade, à pátria".³⁸

Escondem-se aqui, envoltas nos termos da composição, as marcas de uma tendência que se orienta do simples para o complexo, do homogêneo para o heterogêneo, uma perspectiva positivista, pragmática, utilitarista, em que a eficiência se mede pelo produto final, o valor do homem se decide através de sua utilidade prática e pela aferição do seu desempenho no contex

38 C. G. OLIVEIRA. O autor. *Arquivos Catarinenses de Medicina, Florianópolis*, 3: 3-7, mar. 1978. p.5.

to social.

Observa-se, por outra parte, que na Primeira República, ao espírito de "desalento", que era um dos sinais característicos do homem público no tocante à educação, correspondeu também uma atitude de súplica e de imploração de misericórdia, por parte daqueles que, às margens do poder, tentavam recolocar o debate em torno do tema. Entre eles estava Crispim. "Com esperança quase desfalecida, explicava, voltamos de quando em quando a pedir para o ensino mais um pouco de dó, mais um pouco de misericórdia".³⁹

Esta atitude revestia-se dos caracteres da continuidade, pois ele estava sempre atento ao movimento da vida, presente nas campanhas de fundo nacionalista que se faziam pelo país e impregnado também pela ideologia da "regeneração nacional".

Assim, em 1918 e 1919, que coincidia com o vértice da campanha promovida pela Liga de Defesa Nacional, encontrava-se de pé, firme no seu púlpito de pregação: "Há verdades que estão ao alcance de todos, e que, de tão vulgares, tornam-se ridículas quando repetidas. Mas Cormenin, no seu precioso Emílio, (sic) era de opinião (...) que é preciso insistir malhar e respigar, até que do ferro candente sobre a bigorna, brotem as chamas do aproveitamento geral, depois do que ainda cumpre respigar, malhar e insistir novamente".⁴⁰

Vemos, portanto, como se delineou numa trajetória harmoniosa que vinha desde os primeiros tempos da sua atividade jornalística, o significado global do projeto que havia encetado. Es

39 C. MIRA. *Pelo ensino. loc. cit.*

40 C. MIRA. *É preciso insistir. Terra Livre, Florianópolis, 20 fev. 1919. p.1, c.1.*

te pode ser colhido, em suas linhas gerais, na silhueta das formas verbais, prenes de dinamismo, que utilizava para manifestar seu pensamento: insistir, malhar, respigar, isto é, trabalhar. Por isso, a proposta pedagógica de Crispim era uma proposta de trabalho. Como também significavam trabalho, as formas verbais anteriormente transcritas: dizei, repeti, voltai a dizer. O ato de pedir misericórdia para o ensino era considerado um hábito produtivo. E, neste sentido, a própria tendência que apontamos como sendo o cerne do seu pensamento, era um autêntico movimento em benefício do trabalho, parte integrante e necessária da sua concepção ética das relações com o mundo da produtividade.

Esta tendência pedagógica perduraria inalterável durante todo o percurso da obra, encontrando-se já plenamente desenvolvida em 1907, quando, preocupado em resolver os problemas da aprendizagem do vernáculo nas escolas de Joinville, onde as crianças teuto-brasileiras continuavam sendo instruídas preferencialmente no idioma alemão, se propôs imprimir um livro escolar "com o propósito de tornar fácil o conhecimento da língua portuguesa".⁴¹

Em 1916 estava novamente empenhado em escrever um livro infantil "para inculcar na alma da criança o sentimento da energia, do trabalho, da obediência, do civismo".⁴²

Mas, muito tempo antes destas manifestações, ele já debatia questões pedagógicas, como a necessidade de uma reforma do ensino em Joinville. Disse que esta foi uma "idéia por nós acalentada de há cinco anos a esta parte e pela qual vinhamos

41 NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 22 jun. 1907. p.2, c.3.

42 C. MIRA. A escola. O Dia, Florianópolis, 17 mar. 1916. p.1, c.1.

pugnando conscientes de sua grande utilidade".⁴³

O conhecimento demonstrado, sem esquecer as experiências que se operavam então no campo educacional na Europa e na América do Norte, ficou patente através das famosas "Cartas ao Sr. Governador", quando o admoestava e estimulava a proceder mudanças na conduta que estava perpetuando.

Sua "cruzada brilhante", no pleno vigor dos seus vinte anos, denota que a instrução pública, a educação, era vista como "o principal fator influente na regeneração e felicidade do Estado".⁴⁴ Amadureceu com o passar dos anos. Mas a idéia da "regeneração" sazonou pari passu com ele e o conceito de uma educação como fonte da superação dos problemas nacionais firmou-se, até alcançar dimensões utópicas e consagrar-se, no final, como ideologia da "regeneração" social e do homem. Para ele "o homem é a idéia. Conforme suas concepções, assim os seus sentimentos. Se a escola e o médico lhe deram saúde e elevação de vistas, será nobre, afável, uma perene aurora para o bem e para a produtividade. Mas, se lhe faltam aqueles elementos, resultará fatal e irremediavelmente a inferioridade estéril e vasculhadora de diatribes".⁴⁵

EDUCAÇÃO E UTOPIA

Hans Nicholas se deteve na análise das bases espirituais que alimentaram a concepção pedagógica de quatro dos países

43 C. MIRA. Colégio de Joinville. Gazeta de Joinville, Joinville, 17 nov. 1906. p.1, c.1.

44 C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 25 ago. 1901. p.2, c.1.

45 (C. MIRA). Educação moral e cívica. Terra Livre, Florianópolis, 14 fev. 1919. p.1, c.2.

mais representativos no desenvolvimento da ação educacional. Afirmou que a inspiração em todos eles foi a mesma e que "a aplicação do princípio do igualitarismo das oportunidades educacionais" foi aceita por todos como um objetivo que devia ser alcançado imediatamente, e todas as reformas tentadas resultaram de "uma busca impaciente desse ideal".⁴⁶

Referia-se a modelos opostos em termos de ideologia e admitia, contudo, uma realidade motivadora única e permanente na formulação do pensamento pedagógico que eles desenvolviam, engendrada pela própria noção de educação, que se manifestava numa forma de utopia. Nada poderá ter valor permanentemente por mais importância que tenha a "base material" da cultura humana, afirmava este autor, "se não existirem ideais espirituais que dêem vida e significado a ela".⁴⁷

Neste sentido a reflexão pedagógica se coloca a necessidade de pensar a realidade presente numa dimensão de utopia. Por exemplo, a "igualdade", a "liberdade" e a "fraternidade", como princípios fundadores da vida moral, apontam para a realização plena das aspirações incontidas no ser humano, atingíveis apenas pela fé inabalável nos valores da pessoa e da sociedade.

Crispim também desenvolvera ideais norteadores que comandavam as suas aspirações espirituais. Nutriu uma visão utópica do homem no seu projeto regenerador, como um tipo ideal que seria "nobre, uma perene aurora para o bem e para a produtividade".⁴⁸

46 H. NICHOLAS. *Educação comparada*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1971. p.412.

47 *Ibidem*, p.411.

48 (C.MIRA). *Educação moral e cívica*. op. cit. p.1, c.2.

A educação, quando pensada no seu significado ideal, profundo, torna-se como um sonho sobre o futuro, como uma utopia que brota da insatisfação do presente, envolvendo necessariamente um desejo de mudança para melhor.⁴⁹ Este anélito, esta qualidade dinâmica da expectativa, está contida na própria noção de educação, que a fez tornar-se o principal meio de reforma social. Neste sentido a voz de Pestalozzi, sugerindo a educação "como meio para a regeneração social" se fez ouvir de maneira cada vez mais límpida e nítida.⁵⁰

O movimento das Escolas Novas se colocava nesta perspectiva. Mira também tinha esta visão do homem e esta fé inabalável no poder regenerador da educação. Desta forma sua proposição pedagógica esteve perfeitamente alinhada à tradição que encontrava no pensamento utópico uma fonte inesgotável de possíveis reformas da sociedade e do próprio homem.

O TIPO ÉTICO DO EDUCADOR

Mira desenvolveu paralelamente, uma ampla tipologia do seu modelo ético exemplar de educador, do mestre escola. Este foi configurado assim, como um protótipo perfeito do "homem do trabalho" e, portanto, do homem regenerado, que constituíam, como modelos éticos, o resultado último, o "milagre" que poderia ser esperado da educação. No contexto da sua pedagogia do exemplo, o mestre figurou então, como o tipo exemplar primeiro do dinamismo e do amor ao trabalho, capaz, portanto,

49 Emory BOGARDUS. *A evolução do pensamento social*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965. p.599.

50 P. MONROE. *História da educação*. São Paulo, Nacional, 1977. p.283.

de transmitir estes valores e qualidades aos outros, pois, como afirmava, é "do magistério que devem irradiar as primeiras manifestações da nossa regeneração instrutiva",⁵¹ da qual redundará a regeneração social.

O mestre foi colocado como o fator chave na construção de uma grande nacionalidade, atuando na edificação do homem digno e útil, do homem como valor social. A grandeza de um país, pensava, decorria do empenho da missão executada pelo fessor: "O mestre é que faz as nacionalidades",⁵² afirmava, ao observar o que estava ocorrendo em outras nações mais desenvolvidas.

Na verdade se convencia sempre mais de que era este "o operário sagrado a quem estava destinada a redentora missão de lançar as bases para a formação de uma nacionalidade viril, próspera, esclarecida e justa".⁵³

Horace Mann ensinou a idéia de que a finalidade da educação "deve ser a eficiência social"⁵⁴ e que, portanto, ao educador caberia uma função análoga. Esta também era a crença de Crispim. Mas, na reflexão que desenvolveu sobre a temática do tipo ético do professor, apareceram dois modelos contraditórios. Primeiro, ao analisar as condições hic et nunc da realidade na qual se encontrava imerso o mestre-escola, na sua condição efetiva, vivida no dia a dia, percebeu-o como um ser marcado por deficiências profissionais e morais comprometedoras do seu papel como fator de "utilidade" e "eficiência so

51 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 22 set. 1901. p.1, c.5.

52 C. MIRA. *A colaboração dos mestres. Terra Livre, Florianópolis*, 6 dez. 1918. p.1, c.1.

53 C. MIRA. *O mestre-escola. Folha do Comércio, Florianópolis*, 8 mar. 1913. p.1, c.4.

54 Apud L. LUZURIAGA. *História da educação e da pedagogia. São paulo, Nacional, 1963. p.190.*

cial".

Segundo, o reconstruiu como um modelo ideal, num plano conceitual utópico mas, por demais distanciado da existência real. Enquanto no primeiro caso descrevia um ser concreto na sua condição de "homem torturado", como o havia qualificado pelo jornal *O Dia*, no segundo, projetava apenas suas esperanças de um futuro melhor, de um mundo justo, alicerçado no esforço e no trabalho.

Spranger interpretou este sonho de perfeição, esta idealização do educador como tipo social peculiar, no qual se debatia dupla emoção: "amor aos valores ideais e amor à alma às apalpadelas". Afirmou que o verdadeiro mestre "vê de modo imediato nos valores autênticos e objetivos, forças informadoras que podem provocar o crescimento do homem e vê na alma e o estimula ao anelo desses valores".⁵⁵

Sem dúvidas, a imagem que Crispim se fazia do professor, embora estivesse baseada no exemplo concreto que podia ser encontrado em todas as escolas, sofria ainda o peso desta forma ideal que lhe proporcionava uma visão modelar do perfil do homem educador ao qual atribuía, em consequência, funções sociais excelsas. Por isso mesmo resultava numa configuração geradora de conflito, na sua alma, porque a realidade observada não se traduzia pela prefiguração do tipo imaginado, abrindo, pelo contrário, um fosso intransponível entre o real e o ideal.

Esta questão que atormentava seu espírito, deixou-se extravar em muitos textos em que passou então, a denunciar o

55 Apud LARROYO, *op. cit.* p. 827.

atraso intelectual e cultural em que se encontrava o professor do seu tempo. Acusava-o de desconhecer os avanços alcançados nos métodos de ensino, porque percebia que "em geral não tinha grande interesse pela profissão".⁵⁶ Já havia condenado em 1901 a existência destes mestres, qualificando-os de "representantes dos mais carunchosos arcaísmos".⁵⁷

Em 1919 voltou a constatar que não houvera progresso algum neste sentido: "infelizmente, afirmou, o desamor do mestre na maioria dos casos, à beleza da sua conspícua profissão, mata o interesse pelo estudo e, por conseguinte, a familiarização com os segredos capitais do pedagogismo atual".⁵⁸

O conflito aqui se manifestava de maneira aguda na sua alma, porque o estado de predisposição constatado no mestre-escola se chocava frontalmente com a concepção ética do trabalho cultivada por ele e também com sua crença inabalável numa educação regeneradora, como condição primeira do despertar do amor ao trabalho e do espírito do trabalho, porque no cerne do seu pensamento pedagógico residia a formulação de um conceito ético do trabalho.

Por outro lado, não podia assistir passivamente a descoberta desta contradição. Para ele, se o mestre não tivesse entusiasmo, se deixasse transparecer enfado no desempenho das suas obrigações, se fosse triste e desleixado na sua maneira de ser, deveria ser eliminado da escola, porque tornava-se inábil para o magistério. "Ele tem que ser o exemplo, dizia, a

56 C. MIRA. *O ensino profissional nos Estados Unidos. Terra Livre*, Florianópolis, 19 set. 1918. p.2, c.4.

57 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado*, Florianópolis, 22 set. 1901. p.2, c.1.

58 (C. MIRA). *Ginástica, desenho e linguagem. Terra Livre*, Florianópolis, 7 fev. 1919. p.1, c.1.

irradiação do júbilo e da energia".⁵⁹ E nesta concepção pedagógica do exemplo, exigia do mestre também uma postura exemplar constante, dentro e fora da escola. Argumentava que "sempre lhe cabe dar o exemplo",⁶⁰ de "retidão", de "brandura", de "gentileza" e de "vigor".

A importância do exemplo no contexto da educação foi igualmente apontada por W. James. Ele mostrou, de fato, que o gesto do mestre diz mais ainda do que a palavra. "A criança atentará sempre mais para o que o mestre faz do que para o que diz".⁶¹

AS CAUSAS ÉTICAS DA INEFICIÊNCIA

Este era o prisma central da concepção ética do pensamento pedagógico de Crispim Mira. Mas, o tipo de educador ao qual ele estava se referindo, carecia das condições mínimas para transmitir os "hábitos do trabalho" e o amor à atividade e, portanto, não podia servir de modelo. É que lhe faltava, no contexto da própria consciência profissional, o essencial: o hábito da leitura que era, no seu sentido mais amplo, também uma propensão para um tipo determinado de atividade produtiva. Esta era, portanto, uma questão de cunho moral, que impedia a ação educadora, porque inviabilizava a estrutura da pedagogia do exemplo.

Por outro lado, faltava, da mesma forma, a este educador, a

⁵⁹ (C. MIRA). *A ginástica nas escolas*. Terra Livre, Florianópolis, 6 fev. 1919. p.1, c.2.

⁶⁰ *Loc. cit.*

⁶¹ *Apud*, R. HUBERT, *op. cit.* p.330.

força de vontade. Os hábitos da vontade, já havia explicado James, dependiam "em primeiro lugar da quantidade de idéias que possuimos".⁶² Aqui estava um dos aspectos mais criticados por Crispim, como gerador do ciclo da ineficiência em que estavam imersos os que labutavam na esfera da instrução pública primária. A incapacidade que eles demonstravam estava intimamente ligada aos conhecimentos "mediócrs" e até "fictícios" que possuíam, em relação às conquistas da pedagogia. Isto era devido, segundo ponderava, à falta de leitura, porque "nunca leram as boas obras que a respeito existem".⁶³

— Por isso tornavam-se, na prática, incapazes da motivação necessária que permitiria à criança passar do "belo" para o "difícil" e daí para o "útil", sem causar-lhe enfado e desânimo, e mesmo incapazes de transformar o ambiente escolar num recanto de trabalho e alegria.

Já em 1901 afirmara incisivamente que o professor precisava ler e sugeria, para este fim, obras como "Lições de Coisas" de Rui Barbosa, "Porque me Ufano do Meu País", de Afonso Celso, os "Preliminares", de João de Deus e, especialmente instava para que conhecessem "o trâmite escolar que valeu a Bismark o unitarismo do Império Alemão, lendo Luitz (sic) com Desmoulin" e, ao mesmo tempo se inteirassem do que se passava na Inglaterra em relação aos assuntos educativos, "onde o desenvolvimento moral caminha paralelo com a física". No mesmo momento exortava a que não perdessem de vista a moderna reforma da instrução francesa.⁶⁴

⁶² Ibidem, p. 331.

⁶³ C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. op. cit. p.1, c.5.

⁶⁴ Loc. cit.

Enfim, apontava a deficiência de leitura como uma das causas da ineficiência pedagógica do magistério em geral, diante da missão que lhe competia realizar. Na verdade todo este problema representava a ausência daquilo que seria a base realmente essencial para a construção do seu modelo ético do educador: a posse do "espírito do trabalho".

Este era efetivamente o fator primordial que se manifestava falho, num contexto psicológico, por "falta de interesse" e "desamor" e atingia a esfera ética enquanto expressão de um desprezo ao "estudo", aos "segredos do pedagogismo";

a despreocupação pela atividade da leitura constante,⁶⁵ que se constituía numa questão fundamental no seu significado de ética profissional, injustificável, portanto, diante da função social esperada do mestre-escola.

Como já admoestara Kerschesteiner, "seria pueril esperar grandes resultados instrutivos daqueles mestres que depois de sofrer seus últimos exames não mostrassem interesse ulterior pela investigação pessoal autônoma".⁶⁶ No contexto da ética do trabalho de Crispim Mira, constituía esta carência uma falta de caráter pelo fato de não configurar uma "tendência" positiva para a ação perseverante e produtiva, capaz de gerar a transformação e a utilidade. Apenas numa conduta persistente e aplicada nos estudos "autônomos" se lançariam as bases da moralidade e da formação do caráter do pedagogo autêntico, segundo esta concepção.

"De nada serve, se tem afirmado em relação à "escola do trabalho", a formação e a especialização profissional, se esta

65 (C.MIRA). *Ginástica, desenho e linguagem*. Loc.cit.

66 Georg KERSCHENSTEINER, *Esencia y valor de la enseñanza científico natural*, Barcelona, Labor, 1939. p.161.

não se realizar em uma conduta moral e reta".⁶⁷

Uma conduta moral e reta, nesta análise que estamos desenvolvendo, só existiria no momento em que o professor manifestasse interesse, empenho e dedicação às coisas que se referiam ao seu constante aperfeiçoamento, para se tornar apto a servir à causa da educação, como modelo real da operosidade através do estudo.

Mira observou, em concordância com esta visão, que havia, em geral, nos setores mais cultos do país "uma lamentável incompetência para as execuções"⁶⁸ práticas, apesar da fertilidade de uma fantasia ardente, como característica do homem brasileiro, quando na verdade o que se exigia, era basicamente ação. "A função capital do mestre hodierno",

não pode se reduzir ao verbalismo, mas, "parte do preparo do caráter e dos órgãos de cada criança".⁶⁹ O texto haure sua significação numa conotação **evolucionista - spenceriana** e diz o suficiente quanto às perspectivas de Crispim em relação à missão que reservava ao mestre-escola. Era o ser total da criança que ele devia moldar e preparar para a "vida completa".

O MENOSPREZO PELA FUNÇÃO DOCENTE

Entretanto, a importância que procurava atribuir ao papel social e moral do educador, estava em contradição com aquilo que ocorria na prática, onde se observava uma desconsi

⁶⁷ J. M. MORENO et alii. *História de la educación*. Madrid, Paraninfo, 1978: p.426.

⁶⁸ (C.MIRA). *Ginástica, desenho e linguagem*, loc. cit.

⁶⁹ (C.MIRA). *A ginástica nas escolas*, op.cit. p.1, c.1.

deração por esta atividade tão importante. Neste país firmou-se uma tendência a se tratar com certo menosprezo a função do cente. Por isso não pode se desenvolver adequadamente, como de sejava Crispim, uma consciência autêntica da nacionalidade e não se despertou também para a importância que a própria educação possuía como formadora dos traços básicos do "caráter na cional".

Desta forma, minimizou-se a importância da ação do mes tre-escola na construção das bases da nação, acarretando, as sim, um relativo aviltamento social da sua profissão, agravan do, de outra parte, suas reais dificuldades de sobrevivência. Com isso ficou comprometido seu progresso intelectual, trans formando-o num fator impeditivo de um autêntico desenvolvimento intelectual, cultural e moral das novas gerações.

Em 1918, Crispim Mira falava ainda na existência "de irregularidades de toda ordem em que o mestre-escola do Brasil tinha de lutar antes que se integralizasse nas verdadeiras exigências do seu grande encargo" ⁷⁰ Em 1901 havia tam bém assinalado a precariedade da formação intelectual que era dada ao futuro educador, ⁷¹ o que lhe impedia de atuar com fir meza e orientação, pois lhe faltavam as condições mínimas para exercer seu papel de mediador da "eficiência social".

Convém, portanto, nos indagarmos neste ponto, sobre o sig nificado que representou esta tradição que ainda não foi total mente ultrapassada, diante daquilo que já advertia um pensador francês, para o qual, "tanto vale o professor primário, tanto valerá a nação". ⁷² Sua voz parece ecoar lúgubre sobre nossa inconsciência histórica, até hoje.

⁷⁰ C.MIRA. *O ensino profissional nos E.Unidos, op.cit. p.2, c.4.*

⁷¹ C.MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. op.cit. p.1, c.5.*

⁷² C.MIRA. *O mestre-escola. op.cit. p.1, c.4.*

Por outro lado Willems observara que mesmo nas regiões de colonização alemã, no interior do contexto teuto-brasileiro, portanto, o prestígio que o professor gozava era diminuto e que por isso ele vivia em precárias condições. "O mestre-escola, dizia, era o assalariado da comunidade".⁷³

Esta situação de quase miserabilidade, apesar de trágica, foi narrada de maneira cômica, por Cesarino Rosa, em 1884:

"É sina do professor,
trabalhar sem ver o cobre,
sofrendo da sorte o rigor.
É sina do professor
ensinar só por amor.
Quer seja rico, quer pobre,
é sina do professor,
trabalhar sem ver o cobre".⁷⁴

Isto acontecia exatamente numa das mais prósperas regiões de colonização germânica, em Joinville. Por esta razão o professor era forçado a compensar seus baixos salários, trabalhando durante um período na escola e no outro, na lavoura, impossibilitando, assim, o desenvolvimento intelectual e o alargamento dos seus horizontes. Crispim, satirizando este fato, apelidou-o de "sábio": "o mestre é um sábio. É um cavalheiro que sabe todas as coisas, inclusive ferrar cavalos e plantar batatas".⁷⁵

⁷³ Emílio WILLELMS. *Aculturação dos alemães no Brasil*, 2.ed. São Paulo, Nacional, 1980. p.284.

⁷⁴ C.ROSA. *O funcionalismo fiado. O Democrata*, Joinville, 27 jul. 1884. p.3, c.1.

⁷⁵ C.MIRA. *Os alemães no Brasil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1916. p.15.

A VISÃO CONSERVADORA

Contudo, no íntimo, a concepção pedagógica de Crispim, escondia uma configuração ideológica, de caráter conservador, estático da realidade, em que pese seu autêntico dinamismo frutífero e criativo na discussão da problemática educacional. Isto nos induz a uma discussão mais acurada sobre o significado real do seu pensamento.

Mira pretendia apontar o caminho para uma verdadeira revolução, capaz de alterar os rumos da nossa história político-social, por meio da educação generalizada. Denunciava a carência de conhecimentos em relação aos avanços da pedagogia moderna e mesmo o desalento do magistério no desempenho das suas funções. Mas, deixava totalmente intocada a questão mais fundamental, a raiz do problema, a sua vinculação com a realidade social.

Este posicionamento ideológico pode ser advertido, especialmente na representação que ele se fazia do mestre escola, imaginando-o como "uma espécie de ser sobrenatural".⁷⁶

Mira aceitou o velho mito de que a missão do mestre era análoga à do sacerdote. Para ele também parecia claro que "é sina do professor ensinar só por amor". Participava, portanto, e colaborava na difusão desta ilusão ideológica que encobria a realidade sob a vestimenta de uma falsa sacralização. Não se deteve na observação de que toda a problemática que havia levantado,

76 (C. MIRA). A colaboração dos mestres. op. cit. p.1, c.1.

discutido e denunciado, no contexto da qual a educação exercia o papel da regeneração, era na sua própria essência, uma questão ligada ao esquema político, administrativo e socio-econômico de dominação, implantado pelas oligarquias no país. Não relevou que era exatamente ali que residia o impasse causador do estagnamento moral, impeditivo do surgimento de um processo educacional capaz de promover o amor ao trabalho, com todas as conseqüências que lhe eram pertinentes.

Por isso não compreendeu que neste contexto, a concepção que identificava o educador ao sacerdote, não tinha a menor intenção de acrescentar-lhe qualquer valor sobrenatural ou mesmo ético, mas objetivava simplesmente submetê-lo à docilidade e à obediência.

Não viu também, que nesta configuração, ficava claramente estabelecida a íntima relação existente entre as condições precárias e aviltantes a que era submetido o educador e o próprio sistema educacional, e as intenções do modelo político opressor das oligarquias.

Foi, sob este aspecto, elucidativa a conduta de Crispim Mira. Debateu o problema pedagógico nacional, lutou pela expansão e melhoria da educação, pretendeu transformá-la mesmo na alavanca de uma nova concepção do trabalho e da produtividade, mas, em qualquer momento se aplicou à análise e à conseqüente denúncia da falta de aparatos constitucionais ou de órgãos administrativos apropriados à gerência dos assuntos educacionais do país.

Neste aspecto político-administrativo residia um dos pontos sintomáticos da ideologia dominante em relação à educação. Nagle sublinhou a inexistência de um Ministério que a nível federal disciplinasse as questões relativas à área edu

cacional. Mostrou, de outra parte, como ao nível estadual ocorria o mesmo fenômeno. Faltava uma Secretaria de Estado exclusiva para cuidar deste setor. Não havia um plano nacional de educação e muito menos integração entre os vários graus e ramos do sistema escolar. ⁷⁷

Crispim, que havia propugnado pela criação de uma Secretaria de Estado específica para cuidar dos assuntos agro-pecuários, não percebeu a utilidade de semelhante medida no setor da educação e instrução públicas, às quais dera importância inquestionável, no seu esquema de pensamento e de ação.

O MITO DO OPERÁRIO SAGRADO

Disse Hermínio, um dos personagens crispinianos, retrucando às ponderações de Cláudio, que, "entre nós", o mestre-escola "é um torturado".⁷⁸ Na verdade parece-nos que não era propriamente a imagem de um "torturado" que ele nos transmitia nesta, bem como em outras discussões, mas sim, a própria ícone do homem alienado, **do mestre espoliado no seu prestígio sócio-cultural**, inerte diante das "conquistas do pedagogismo", carente dos hábitos de leitura e até obrigado a se aplicar a outros afazeres para sobreviver com relativa dignidade.

A impotência constituía a própria essência do tipo educador que ele descrevia.

Tratava-se, não devemos esquecê-lo, do tipo constatado na prática pedagógica deficiente do dia a dia e que, portanto, necessitava de uma remodelação. Mas, aqui estava um dos momentos cruciais desta concepção pedagógica que estamos analisando. Na

⁷⁷ *Ibidem*, p.290.

⁷⁸ C. MIRA. *O mestre-escola*. op. cit. p.1, c.5.

verdade, era sobre este ser ineficiente que se pretendia fundar o processo de regeneração da nacionalidade, já que a própria transformação que almejava operar no professor ficava prejudicada ou mesmo anulada pela configuração que o idealizava. Eticamente não lhe alterava em nada as condições de vida e de ação.

De fato, a "regeneração", como ele a entendia neste particular, seria uma "obra modesta, obra toda de paciência e abnegação",⁷⁹ quer dizer, uma devotação quase sacerdotal e não uma atividade profissional efetiva, com suas exigências de ferramentas adequadas e de aspirações materiais objetivas, bases da de terminação para a ação.

A ideologia subjacente às expressões "paciência" e "abnegação", estabelece o magistério como um quase sacerdócio que age por um ideal de cunho puramente espiritual. Não pressentiu Crispim a possibilidade da existência de uma afinidade significativa entre o "interesse", entre o "amor à profissão", entre a falta de "familiarização com os segredos capitais do pedagogo" o prazer do "estudo" e a perspectiva real de crescimento tanto a nível pessoal quanto a nível material, comum a toda ocupação ou atividade.

Não tendo valorizado suficientemente este ângulo da realidade humana do mestre-escola, acabou transformando-o, num "operário sagrado",⁸⁰ o qual, **provavelmente ficava** desvinculado dos interesses materiais. Foi efetivamente a este tipo ético sublime na idealização mas impotente na prática, que terminou por confiar toda "a redentora missão de lançar as bases para a formação de uma nacionalidade viril, próspera, esclarecida e

⁷⁹ *Ibidem*, p.1, c.4.

⁸⁰ *loc. cit.*

justa" ⁸¹

A ineficiência da tipologia estava vinculada ao aspecto moral desta tarefa. Havia toda uma ética pedagógica do exemplo no pensamento de Crispim Mira. A obra da "regeneração" seria um feito de "amor ao trabalho", pelo exemplo da perseverança e do esforço, promovidos pela ação da educação. Como modelo, o mestre devia ser necessariamente um tipo ético do trabalho, um tipo exemplar desta esfera. Entretanto, Crispim acabou por transformá-lo num modelo desajustado e, portanto, ineficaz. Apesar disso presumiu a possibilidade de propugnar, com sua ajuda, pela "virilidade", pela "prosperidade", pelo esclarecimento e pela "justiça", à nação. Ao mesmo tempo em que lhe tolhia as condições para que pudesse cultivar dentro de si, estas mesmas qualidades morais exemplares.

Sendo assim, a inspiração utópica que alimentava seu projeto pedagógico, entendida aqui como um impulso para a mudança para o movimento, tropeçou com esta tendência conservadora. E foi nesta relação entre o dinâmico e o estático que se firmou a ineficiência prática do seu projeto regenerador.

Não podemos **pensar** que, mesmo nestas circunstâncias, seu pensamento deixou de ser dinâmico, construtivo e criativo. Mas, faltou-lhe a visão **realista** da vida. De fato, houve momentos em que o mestre-escola se transformou no "apóstolo" da "religião do estudo": "faça-se, pois, da escola, proclamava, o templo bendito onde o mestre, como um apóstolo santificado, pontifique a religião do estudo".⁸²

Havia, evidentemente, uma convicção tão estruturada desta

⁸¹ loc. cit.

⁸² C. MIRA. Colégio de Joinville, loc. cit.

ilusão que unia os papéis do magistério à missão do sacerdócio, que o próprio fenômeno pedagógico passou a ser representado no contexto desta visão mística: o templo era a escola, o sacerdote era o mestre, a religião era a educação.

Neste âmbito, então, o educador que deveria, dentro da lógica das esperanças que Mira depositava na educação apresentar as características específicas da sua profissão, era configurado como um "glorioso apóstolo", "abnegado" e "quase sobrenatural".⁸³ Era pensado como um "apóstolo santificado",⁸⁴ mistificado como um "pontífice", como um "apóstolo da mais ingrata e difícil cruzada que já um dia se empreendeu no Brasil".⁸⁵ Neste momento supremo, a idéia da cruzada conferia à própria obra regeneradora, no seu todo, uma conotação místico-religiosa, uma sacralidade, prenes de significação sim, mas que produzia geralmente, a par de uma exaltação dos valores morais da operosidade, uma mentalidade favorável à paralização.

A RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA E A REPÚBLICA

Se é um fato que sempre existiram educadores, filósofos, psicólogos humanistas que tomaram consciência dos efeitos do sistema pedagógico estabelecido e, de alguma maneira, tentaram remediá-lo com a criação de escolas paralelas, foi, contudo, depois do século XVIII que as tentativas se tornaram mais numerosas e eficazes.

Grandes nomes da tradição renovadora, prepararam as bases pa

⁸³ C.MIRA. Educação moral e cívica. op.cit. p.1, c.1.

⁸⁴ C.MIRA. Colégio de Joinville, loc. cit.

⁸⁵ C.MIRA. O mestre-escola, loc. cit.

ra que outros perpetuassem o ressurgimento destas preocupações, até que Pestalozzi, Froebel, Herbart, especialmente, colocassem em prática os princípios descobertos, chegando a conclusões animadoras.

As obras fundamentais que haviam induzido a esta eclosão, traziam uma visão romântica, naturalista e utópica. Acenderam as esperanças de uma regeneração do homem e da sociedade.

Leonardo e Gertrudes foi a expressão plástica desta ânsia. Pestalozzi cria na "inocência" e na "bondade" da natureza humana⁸⁶ e no caráter regenerador da educação, como verdadeiro lenitivo para todos os males da sociedade.

Havia na sua pedagogia, um retorno aos valores do homem, do indivíduo. Regenerando-se este, a sociedade toda se regeneraria. Para ele a educação verdadeira e natural conduzia "à perfeição, à plenitude das capacidades humanas".⁸⁷

Froebel criou a pedagogia da "atividade espontânea",⁸⁸ norteadada pelo "grande princípio da ação".⁸⁹ Desenvolveu uma pedagogia que transformava o jogo num poderoso meio de desenvolvimento da criatividade, construtor do "ser ativo e criador",⁹⁰ reevocando, numa forma simplificada e idealizada, todas as relações da sociedade.⁹¹ A escola se transformava numa miniatura da sociedade.⁹²

Mas, o impulso decisivo que revolucionou todo o sistema,

86 *Ibidem*, p.275.

87 L. LUZURIAGA, *op. cit.* p.176.

88 F. LARROYO, *op. cit.* p.643.

89 J.M. MORENO *et alii.* *op. cit.* p.338.

90 R. HUBERT, *op. cit.* p.281.

91 P. MONROE. *op. cit.* p.302.

92 *Ibidem*, p.306

só viria no final do século XIX. O movimento se radicou em em três pontos chave: numa crença em relação ao homem; numa crença em relação ao papel da educação e numa crença em relação ao futuro.

Mas convém observarmos que toda esta "revolução" estava acontecendo em várias partes do mundo, no mesmo instante histórico em que se proclamava a República. De tal modo que a República Velha, grande parte dela pelo menos, assistiu passivamente aos avanços pedagógicos que ocorriam diante dos seus olhos, sem poder abrir-se para as torrentes das novas idéias que moviam às reformas e às novas experiências no campo educacional.

Em 1896, por exemplo, J. Dewey já realizava seus experimentos em Chicago; em 1899 publicava seu livro *Escola e Sociedade*; Em 1904, Montessori, colocava em prática sua "Casa dei Bambini", em Roma; Decroly fazia em 1907, experimentos análogos em Bruxelas e, na Alemanha, Kerschensteiner ensaiava seu método da "Arbeitschule".

Em muitos países a escola ia rapidamente se transformando numa realidade diferente, nova, ativa, onde a ação, o movimento, o trabalho, tomavam conta dos estabelecimentos de ensino. A República, porém, não chegou a fazer prosperar estes movimentos. Não atingira ainda o estágio cultural e material capazes de alentar o encadeamento das mudanças que se operavam em outros países.

O desalento tornara-se a marca psicológica e moral desta situação, no âmbito das iniciativas que era preciso tomar. E mesmo aquele amadurecimento observado no final do Antigo Regime, fenecera. À margem dos interesses dominantes adversos, repre

sentantes de setores sociais mais cultos, começaram a levantar bandeiras autônomas que **desfraldavam** suas aspirações e necessidades e a educação figurava no centro das suas reivindicações. O nacionalismo colocou-se como o movente principal deste fenômeno que, apesar de tímido no começo, se transformou, depois de 1915 num movimento que, de um lado, serviria de condutor das ansiedades destes setores e, do outro, se constituiria num meio de doutrinação das massas.

A esfera que compunha o núcleo central desta empreitada era, sem dúvida, o impulso nativista, mas, a corporificação que ela assumiu, se expressou pela ideologia da "regeneração nacional" que, antes de tudo, se baseava numa crença absoluta no poder da educação, enquanto fator privilegiado de mudança social. Depois, se manifestava, como imagem sensível, na configuração do "cidadão soldado", tipo ético idealizado num novo conceito do homem brasileiro.

Este movimento representou, num primeiro instante, um in conformismo, uma decepção em relação àquilo que Gilberto Amado chamou de "o estado geral do país, como ele se apresenta neste momento".⁹³ E este desencanto para com os rumos da República, reavivou o espírito nacionalista. Num segundo momento, se apre sentou como a idealização utópica do "Brasil do Futuro" e, no seu conjunto, desenvolveu uma concepção do homem brasileiro. Finalmente, num terceiro momento, desenvolveu-se como mi to de uma educação regeneradora, enquanto saída para todos os males da nação.

93 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.253.

AS MARCAS DO AUTORITARISMO

Neste contexto da República Velha, onde se mesclavam vertentes ideológicas as mais diversas, como o positivismo, o evolucionismo, o pragmatismo, o voluntarismo, o etnografismo; onde figuravam, como diretores do pensamento, homens da t e mpera de Comte, Lafitte, Taine, Spencer, Sorel, Pareto, Le Bon, Le Dantec e infinitos outros da mesma estirpe, produzira-se no esp e rito dos homens mais representativos do mundo da cultura nacional, rea c o e s diversas.

Uns interpretaram os problemas brasileiros por meio de um cientificismo desconexo e de um etnografismo preconceituoso, como S i lvio Romero. Outros, como Bilac, encabe c aram uma luta campal para a doutrina c o das massas, desfraldando aos quatro ventos os mitos que povoavam o seu mundo de ilus o es. Outros, enfim, como Ver i ssimo, Alberto Torres, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, n a o conseguiram escapar ileso das armadilhas que minavam o pensamento do seu tempo

O anarquismo e o comunismo, t a o pouco, ficaram imunes desta ideologia que gra c ava no seio da sociedade. Eles tamb e m reconheciam ser "necess a ria a moral, a pr a tica da eug e n i a, para melhorar a esp e c i e humana e evitar maior degeneresc e ncia".⁹⁴

Apesar das diverg e ncias metodol o gicas e dos pontos de vista particulares que defendiam, persistiu em todas estas manifesta c o e s do pensamento, um elemento est a vel e carac

94 E. CARONE. *A Primeira Rep u blica, 1889-1930*. 2.ed. S a o Paulo, Difus a o Europeia do Livro, 1973. p.253. Este conceito faz parte trig e simo nono item do acordo firmado, em 1919, entre os anarquistas e os comunistas.

terístico: a tendência para o autoritarismo. Alinharam-se, de uma ou de outra forma, às margens desta torrente que ajudaram a delinear e a propagar.

A POSIÇÃO DE CRISPIM e a EDUCAÇÃO COMO PROJETO NACIONAL e CRENÇA NO FUTURO

O pensamento pedagógico de Crispim Mira, se desenvolveu neste contexto. Não foi, contudo, enquanto tal, a mera reprodução de um movimento cultural que tomava corpo na primeira República. Nem mesmo seria justo considerá-lo uma divulgação pura e simples da ideologia das elites culturais. Mais do que isto, foi um dos instantes conscientes do pensamento nacionalista daquele tempo.

Neste quadro geral, Crispim se apresentou com uma proposta original. Mesmo que o encontremos engajado ao movimento da Liga de Defesa Nacional, comandada por Bilac, em alguns momentos, teve ele uma caminhada independente e de cunho pessoal: um projeto pedagógico regenerador, fundado sobre uma perspectiva ética do trabalho.

Educação e nacionalismo sempre estiveram juntos, lado a lado, na mesa das aspirações reformadoras. Para Hans Nicholas "um sistema nacional de educação é uma coisa viva, o resultado de lutas e dificuldades esquecidas e de batalhas que se deram no passado. Encerra em si alguma coisa do funcionamento secreto da vida nacional".⁹⁵

95 Apud, H. NICHOLAS, *op. cit.* p.5.

Na verdade, no significado de um sistema de educação, residem as expectativas da nação inteira, as esperanças representadas secretamente no contexto da própria história, sofrida e vivida pela comunidade nacional. Condorcet, por exemplo pensava que "uma organização livre que não fosse acompanhada pela instrução universal dos cidadãos, seria destruída depois de poucos conflitos e degeneraria numa destas formas de governo que não pode manter a paz entre um povo ignorante e corrompido".⁹⁶

Pestalozzi destacou-a como "o principal meio da reforma social",⁹⁷ como igualmente para Fichte, na sua concepção pedagógica ativista e voluntarista, a salvação da nacionalidade estava unicamente na educação.⁹⁸ Foi pela introdução do sistema da instrução obrigatória que na Alemanha saiu a "grandeza do país".⁹⁹

Jefferson concebia a segurança nacional como Condorcet, quando dizia que "a nossa liberdade nunca pode estar segura a não ser nas mãos do próprio povo e também do povo com um certo grau de instrução".¹⁰⁰

Fichte exigia da educação que abrangesse todos os alemães sem exceção¹⁰¹ e neste particular não admitia que estivesse orientada para uma classe apenas, mas, para toda a nação e que tivesse por escopo abolir todas as diferenças de classes sociais. Nela se harmonizavam perfeitamente os ideais do igualitarismo e do nacionalismo, embora a intenção ge

96 H. NICHOLAS, *op. cit.* p.236.
 97 P. MONROE, *op. cit.* p.283.
 98 L: LUZURIAGA, *op. cit.* p.195.
 99 R. HUBERT, *op. cit.* p.124.
 100 *Ibidem*, p.340.
 101 H. NICHOLAS, *op. cit.* p.273.

ral que lhe estava impressa, corresse inevitavelmente para o autoritarismo.

Horace Mann ia ainda mais longe ao afirmar que "em uma república (...) a ignorância é crime e as faltas que ela engendra são um opróbrio para o Estado e uma vergonha para os culpados".¹⁰²

O próprio Veríssimo assinalara a importância de se conceber a educação como um projeto nacional, evitando-se a ilusão do universalismo estéril. A educação ministrada no Brasil, explicava, "não difere em nada da que poderia ser dada em qualquer país" e acrescentou com Spencer, não ajuda a "preparar o homem para a vida completa, como membro da família, da pátria, da humanidade".¹⁰³ Não possuía vida, não tinha a união das vivências históricas da nação, faltava-lhe aquela expressão do "funcionamento secreto da vida nacional".

Mas esta consciência em relação ao desempenho que se poderia esperar do fenômeno pedagógico, estava presente mesmo nos autores brasileiros. Carneiro Leão, por exemplo, se convencera de que as questões relativas à educação iam muito além do aspecto meramente pedagógico. Percebera que não eram "simplesmente pedagógicas, porém, nacionais, na mais alta expressão do termo".¹⁰⁴

Alberto Torres conclamava a sociedade a conquistar a sua integridade mental e moral "não pelo exagero do nativismo, mas, pela educação, pelo disciplinamento do caráter, pela metodização da vontade, pelo culto da justiça e amoldamen

¹⁰² *Loc. cit.*

¹⁰³ J. VERÍSSIMO, *A educação nacional*, p.2.

¹⁰⁴ Apud, W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.335.

to ao trabalho" ¹⁰⁵

A educação, por outro lado pode ser ainda vista como a fonte geradora da confiança no porvir. Como bússola, aponta a direção segura e, muito mais do que esta, engendra a certeza da chegada. Na verdade foi este o espírito que alentou as aspirações e as prefigurações daqueles que se distinguiram na luta e na reflexão em favor dos valores que ela prenunciava. E entre eles se alinhou Crispim.

A EDUCAÇÃO COMO LIBERTAÇÃO

Nagle, ao discutir questão ideológica análoga à que estamos interpretando, evidenciou um aspecto que nos possibilita agora uma via de penetração ao tema. "A percepção romântica dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções, afirmou, resulta numa superestimação do processo educacional. Regenerador do homem ele é, conseqüentemente o regenerador de toda a sociedade". ¹⁰⁶

Foi, portanto, a constatação da realidade, nas suas diversas dimensões, social, política, econômica e cultural, que moveu o espírito de patriotismo de Crispim a procurar um lenitivo para os males que observava, e que ao mesmo tempo promoveu uma fuga para o mundo das idealizações que acabou transformando a educação numa autêntica panacéia.

105 C. MIRA. *O imperialismo alemão em Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 mar. 1913. p.1, c.2.*

106 J. NAGLE, *op. cit.* p.263.

Nas "Cartas ao Sr. Governador", apareceu pela primeira vez esta concepção que a promovia em fonte de "regeneração". A instrução pública fora descrita ali como "o único dique à nossa corrupção e o único facho a iluminar a estrada progressiva por que teremos que trilhar".¹⁰⁷

Era sem dúvida, ilustrativo este pensamento que, além do mais, posicionava toda a questão na esfera das coisas pretendidamente "sagradas". Crispim concebia a preocupação governamental relativa a estes assuntos, como um "sagrado e patriótico dever".¹⁰⁸ A encarava como uma tarefa de primeira ordem e, por este motivo, apelava para a consciência do Governador a fim de que se voltasse para aquela prioridade, dizia, que "nos deve ser tão sagrada",¹⁰⁹

O jovem Mira apareceu nestes relatos, imerso numa doce atmosfera de romantismo, na qual o Brasil era representado como "terra onipotente", o nível intelectual de Santa Catarina, descrito como "atrozmente vergonhoso" e a educação pública, pensada como o "principal fator influente na regeneração e felicidade do Estado".¹¹⁰

Portanto, idealizava os problemas do país.

Assim, tornava-se suficiente a determinação de uma vontade para desencadear o processo da "regeneração". Desta forma as "cartas ao Sr. Governador" representaram uma tentativa preta de idealismo, para influenciar uma administração estadual claramente voltada aos interesses próprios da oligarquia dominante, em favor de iniciativas educacionais democráticas.

107 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 ago. 1901. p.1, c.4.

108 *Loc. cit.*

109 *Ibidem*, p.2, c.1.

110 *Loc. cit.*

Estes primeiros escritos marcaram a fase inexperiente ainda daquele Crispim que se transformaria depois no arrojado "iconoclasta" do jornalismo catarinense. Mas as bases do seu pensamento já estavam ali delineadas: uma percepção, de certa forma mística, do universo das relações morais, especialmente no tocante à esfera do dever. Uma projeção da vontade como a faculdade privilegiada do seu espírito e uma tendência deliberadamente participativa na esfera política e social.

A educação, por isso, assumia no seu universo conceitual, características escatológicas. Aparecia como uma promessa de salvação, como uma esperança de dias melhores no porvir. Dizia, efetivamente, referindo-se ao Brasil do Futuro, que "à escola caberia efetuar (...) a campanha salvadora".

Todavia esta perspectiva fazia parte também da própria ansiedade do nacionalismo coevo. Era antes de mais nada uma forma de defesa contra as frustrações causadas pela impotência do Regime Republicano, diante dos grandes problemas nacionais. A retórica bilaqueana, por exemplo, estava perpassada por esta conotação. "O que é preciso é que todos os brasileiros sejam educados, explicava Bilac, e o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os brasileiros tiverem consciência de ser brasileiros".¹¹¹

"A escola é a oficina das coletividades", acrescentava Crispim. "Já não há ninguém neste século que tenha dúvidas a respeito da eficácia criadora e reformadora"¹¹² que ela tem.

Se tornara mesmo uma convicção comungada por todos de

¹¹¹ E. CARONE, *op. cit.* p.301.

¹¹² (C.MIRA). *A ginástica nas escolas. Terra Livre, Florianópolis*, 6 feve. 1919. p.1, c.1.

que ali se encontrava o lenitivo para a superação dos nossos problemas e para a "salvação" da própria República. Mira se prefigurou este momento, como um estado de "libertação". "Quero como este extraordinário e invicto Marcos Froment, de Zola, proclamava pela voz de Claudio e Hermínio, que a libertação do povo se opere pelo trabalho da escola primária".¹¹³

A "salvação", correspondia aqui a uma "libertação". E esta como já observamos, se realizaria dentro do próprio indivíduo. Não era, portanto, um ato exterior. Era um processo anímico, pessoal. Compunha-se de um "sentimento de justiça", que induzia a um "sentimento de trabalho", o qual movia ã ação concreta, de onde resultaria o estado de "libertação", como um estado de alma, criador, por meio do trabalho, de um mundo justo, que seria atingido mediante "o trabalho da escola primária".

Portanto, a missão educadora aparecia como tarefa "sagrada", consagrada ao culto de valores sublimes: "Que a escola seja o centro, a casa comum, donde sairão a fraternidade, a força a alegria de viver, a justa e feliz sociedade de amanhã".¹¹⁴ Desta forma, as expressões "verdade", "ordem" e "justiça", tantas vezes utilizadas nos seus escritos, eram também portadoras do pensamento utópico que desenvolvera na sua obra.

Contudo, se tratava aqui de uma utopia marcada pela contradição e, por isso, incapaz de se projetar como esperança real de realizações futuras. Como já vimos noutra parte, se de um lado Mira atribuía toda a sua obra regeneradora ao trabalho do mestre-escola, que deveria para isso "encerrar-se estritamente no seu papel de professor e de educador certo da vitó

¹¹³ C. MIRA. *O mestre-escola. op. cit. p.1, c.6.*

¹¹⁴ *Ibidem, p.1, c.5.*

ria, da verdade e do bem",¹¹⁵ de outra o destinava, na prática, à impotência da própria alienação, e, desta forma, predeterminava o sentido do futuro.

No dia em que semelhante mestre-escola, tivesse realizado o sonho de Crispim Mira, "refeito homens, corações e cérebros",¹¹⁶ estes resultariam, necessariamente, dentro da lógica desta ética pedagógica do exemplo, imagens perfeitas do protótipo. Por isso seu pensamento pedagógico, apesar de estar repleto de voluntariedade, tornava-se incapaz de superar, na prática, os limites angustos da mera perpetuação do sistema vigente.

É que a ideologia da "regeneração" em que estava assentado, projetava sempre para o amanhã os problemas do presente. Prefigurava as soluções, mas, apenas idealizava o processo prático; teorizava a realidade, mas não chegava a concretizá-la; engendrava a incapacidade de pensá-la como uma realidade social global.

Quando dizia que "da criança fútil que somente decora e recita, resulta a inutilidade e a pobreza",¹¹⁷ não descia às raízes do problema social que estava latejando na expressão, permanecia apenas orientando-se por um cientificismo sempre ávido na procura das causas.

115 *Loc. cit.*

116 *Loc. cit.*

117 (C. MIRA). *A colaboração dos mestres. op. cit. p.1, c.2.*

A VISÃO DAS ELITAS CULTURAIS

O pensamento bilaqueano, que era representativo de um modelo ético aceito por amplos setores da sociedade contemporânea, no seu projeto regenerador, previa escola primária "obrigatória", educação cívica "obrigatória", asseio "obrigatório", ginástica "obrigatória". Em síntese, a "regeneração que ele pregava, assentava-se numa ética da "obrigatoriedade", cuja base repousava numa visão dicotomizada das relações sociais.

O objetivo da pregação que promovia pelo país era realçar as qualidades morais da elite que estava em formação, mediante a denúncia do estado em que jazia a nação, sob o domínio das oligarquias.¹¹⁸

Este era apenas um ângulo das tendências do pensamento social e político da República Velha. Transpareciam ainda outras formas de preconceito social. Na verdade havia, de um modo geral, um desprezo pelo homem, que, de vítima da estrutura injusta era transformado na própria causa do problema nacional. Neste sentido, então, se tornava o objeto da "regeneração" no mesmo instante em que se omitia a discussão sobre os verdadeiros entraves que residiam no modelo político, econômico e social, implantado, pelos interesses oligarquicos, no país.

Esta visão preconceituosa da realidade humana encontramos generalizada mesmo nos melhores espíritos que representavam a cultura brasileira naquele momento.

118 E. CARONE. *República Velha; instituições e classes sociais. 1889-1930. 4.ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1978. p.168.*

Veríssimo, por exemplo, nas trilhas de Louis Couty, se lamentava que "não há um país civilizado (...) não há grandeza nacional (...) senão quando há um povo que tem consciência da sua força, dos seus deveres e dos seus direitos".¹¹⁹ Mas no íntimo, como seu inspirador, se convencera de que, de fato, o Brasil não tinha povo.

Na realidade, era o estado de abandono em que se encontrava a nação quem dava margem a estas manifestações de **inquieta**de diante dos destinos da pátria. Segundo a expressão de Werneck Sodré, "a ignorância se tornou um traço de classe, de um lado, como o saber se tornou um traço de classe, do outro".¹²⁰

Sílvio Romero, por sua vez, interpretou nossos problemas de acordo com as idéias pseudo-científicas que defendia. Sua concepção, tornou-se o símbolo da reflexão de muitos intelectuais daquele período.

Para ele, a conjuntura nacional era meramente "uma questão orgânica, étnica, de psicologia popular, uma questão profundamente, essencialmente, unicamente da estrutura social do povo".¹²¹ Nesta mesma linha, Alberto Torres Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Tobias Barreto, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e outros, se dedicaram à criação de configurações que estereotipavam a realidade.¹²²

O ponto de vista etnográfico predominou nestas interpretações. E, em nome dele, mascarou-se a realidade social e fechou-se os olhos para os fatos reais, idealizando-os apenas, no contexto do aparato teórico.

¹¹⁹ J. VERÍSSIMO, *op. cit.* p.204.

¹²⁰ N.W. SODRÉ. *História da literatura brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1969. p.449.

¹²¹ S. ROMERO. *Revista Americana*, *op. cit.* p.6.

¹²² N.W. SODRÉ, *op. cit.* p.473.

Era apenas no âmbito desta visão que adquiria sentido a afirmação de Veríssimo quando explicava as origens da nossa literatura: "há bons fundamentos para supor que os primeiros verzejadores eram 'brancos extremes' e até de boa procedência portuguesa".¹²³

Mas, quando tornando-se inevitável a consideração da influência das outras duas raças, minimizou-lhes a participação. Apenas influíram pela via indireta da mestiçagem, concluiu, ou simplesmente negou o valor da explicação "científica" que antes utilizara, qualificando-a agora de "falaz teoria das raças".

Romero foi mais dogmático, generalizou a explicação. Afir-
mou que "todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue,
nas idéias".¹²⁴ Estabeleceu, assim, um determinismo racial como a causa geral da impotência brasileira.

O PONTO DE VISTA DE CRISPIM

A ideologia da "regeneração", como foi elaborada por Crispim Mira, passou também por estas considerações em alguns momentos do seu curso. É certo que elas não representaram, como para outros intérpretes, os aspectos mais fundamentais da sua concepção sobre o homem ou sobre a realidade social. Mesmo assim, deixaram marcas indelêveis no seu pensamento.

123 J. VERÍSSIMO. História da literatura brasileira, p. 23.

124 S. ROMERO. História da literatura brasileira, p. 56.

"O mulato", afirmava, ironizando ao juiz de direito da Comarca de Joinville, o baiano Ulisses Costa, "ou tem valor como os que ilustraram a nossa história e honradamente cooperaram no caldeamento da raça, ou é pior que guapeca papa ovo".¹²⁵ Na raiz deste preconceito se aninhavam estereótipos que consagravam o mulato como um tipo "preguiçoso por índole", "incapaz" e "falso". Não parece, contudo, representar aqui um conceito meramente racial. Contém ainda um certo menosprezo para com o tipo nordestino sub-desenvolvido.

Na verdade, esta maneira de encarar a realidade social, estava firmada em uma perspectiva mais ampla, que fundava a idéia do "colonialismo" sobre o mito do "clima adverso" e da incapacidade do nosso povo para a auto-determinação democrática. Sobre estas conclusões se elaborava o pensamento autoritário e paternalista.

Na Terra Catarinense, por exemplo, encontramos Crispim preocupado com as questões da imigração. Esperava, porém, que o ingresso de italianos e portugueses viesse trazer "a necessária renovação da primitiva latinidade da raça".¹²⁶ Depois se alegrava por observar que a população do seu Estado era "branca na sua maioria e dotada de fisionomia francamente agradável".¹²⁷

Evocava por outro lado, a fim de explicar a história contemporânea e as razões da guerra do Contestado, o mito da "nativa rebeldia contra o princípio da autoridade".¹²⁸

Esta "rebeldia" era a herança assimilada do indígena

125 C. MIRA. *O cachinguele escafedeu-se. Correio de Joinville*; Joinville, 14 jan. 1922. p.1, c.1.

126 C. MIRA. *Terra Catarinense*. Florianópolis, Moderna, 1920, p.12.

127 *Ibidem*, p.13.

128 *Ibidem*, p.52.

na, pela nova raça em formação. Mira, apesar da contradição que esta interpretação representava no seu pensamento, concebeu aqui, o caldeamento das raças, como uma miscigenação física e moral, à maneira de Sílvio Romero. Assim, admitia também que a inferioridade moral do selvícola se transmitia ao novo tipo que estava em formação.

A ideologia subjacente a esta interpretação fundamentava a necessidade de uma vontade autoritária como instrumento morigerador da sociedade moralmente inferiorizada e, portanto, corrupta e incapaz de autodeterminação.

Aqui, insinuava que o coeficiente de sangue indígena era o responsável pelo nosso modo de ser "triste" e, como não podia deixar de ser, de uma tristeza tipicamente bilaqueana; Ali, afirmava que, devido a esta mistura racial, o brasileiro se tornara adverso à autoridade; Acolá, dando vasão à sua tendência indigenista, enaltecia as qualidades viris e destemidas que haviam sido incorporadas ao tipo exemplar do "soldado brasileiro" que concretizava na prática as "positivas tendências para as armas",¹²⁹ que, como qualidades apreciáveis herdadas dos índios, passaram, pelo caldeamento, ao novo tipo.

Não há dúvidas de que subsistia nesta concepção uma visão romântica e mesmo naturalista, agindo no seu espírito. Mas, havia também uma tendência evolucionista, princípios da teoria da seleção das espécies, arraigados no seu pensamento. De fato, pensava que "na virilização máxima da espécie" estava a grande cruzada. E dizia também que "em todos os tempos o triunfo coube ao mais forte e ao mais lúcido".¹³⁰

129 C.MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações*. De *partamento Estadual de Estatística, Florianópolis*, (548) 1-12, 1918. p.1.

130 *Ibidem*, p.13.

Sabemos que "o romantismo e o positivismo estavam presentes através de cristalização a partir desses sistemas aparentemente diversos, mas que revelam certo parentesco, uma vez que estudam o passado e procuram encontrar nele os germes do futuro".¹³¹ De fato, por um lado o romantismo esquecia-se da diversidade do real e estava convencido da verdade do ideal. Por outro, o positivismo intentava partir daquilo que era dado de fato e levava em consideração a diversidade e oposições inerentes à realidade, buscando decifrar as leis pelas quais os fenômenos do mundo apareciam e se desenvolviam.

Crispim não escapou ileso destes conceitos. Carlos Gomes apontou pretendidas influências das teorias de Gobineau sobre seu espírito. Concluiu que Crispim, neste particular, "estava em boa companhia e sob pressão do ambiente".¹³²

Seja como for, Mira estava realmente convencido de que "os elementos nocivos" haveriam de ser "em grande parte repelidos" e o tipo definitivo seria "uma constituição de aço com uma vontade de ferro".¹³³ Diversamente do que pensavam os outros intérpretes, aspirava construir o "homem do trabalho".

Na realidade havia um aspecto inovador na idéia da "regeneração como ele a interpretava, inesistente na maioria dos casos, pelo menos na dimensão em que foi tratada; a análise do problema social brasileiro pelo prisma ético do trabalho.

¹³¹ S.L. MOURA & J.M.G. ALMEIDA. *A Igreja na Primeira República*. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. (...) t.3, v.2, cap.9, p.331.

¹³² OLIVEIRA, C.G. *op. cit.* p.4.

¹³³ C. MIRA. *Município de Joinville*. Joinville, Schwartz, 1907. p.15.

Neste contexto a educação aparecia como o verdadeiro fator regenerador da nação, enquanto tinha a virtude de propagar os valores ativos da operosidade e dos hábitos do trabalho. Ela edificaria, assim, o homem do futuro, o tipo regenerado, mas, não pela purificação racial e sim pela construção da capacidade produtiva.

Mira introduziu esta noção no centro das suas reflexões. Por isso, apesar de se tornar contraditório, aceitando, aqui e acolá, influências das teorias etnográficas do seu tempo, na realidade, concebia o problema brasileiro, não como uma crise etno-social, mas, como uma questão eminentemente sócio-cultural. E neste sentido situou o atraso geral em que se encontrava o país, na esfera das carências do trabalho, da operosidade e da iniciativa.

Só quando o indivíduo estivesse convertido "num valor palpável", objetivo que apenas pela intermediação escolar seria atingido, é que viriam "inevitavelmente todos os possíveis melhoramentos do século".¹³⁴

Desenvolveu aqui uma idéia de progresso, como um conceito que envolvia intimamente o homem. Não se tratava de uma transformação simplesmente externa, de ordem material, mas sim de uma conversão interior do indivíduo. Para o Brasil se tornar grande e próspero, pensava, faltaria apenas uma coisa: "somente precisaria "aprender a trabalhar".¹³⁵

Romero, temendo o "perigo alemão" que imaginava existir no Sul do País, pregara, antes de mais nada, a necessidade de implantarmos o modelo japonês e de prepararmo-nos militarmente

134 (C.MIRA). *Estradas e escolas*. Terra Livre, Florianópolis, 22 jan. 1919. p.1, c.1.

135 (C.MIRA). *Construir um grande Estado*. Terra Livre, Florianópolis, 8 jan. 1919. p.1, c.1.

para a luta e depois, de tentarmos "mudar a feição comunitária de nosso caráter que tudo espera do Estado e reformar a nossa educação no sentido anglo saxônico".¹³⁶

Imaginava a viabilidade de desenvolver um ideal de iniciativa, de audácia nos empreendimentos e de despertar a coragem, a formação de um ideal de vida e de força individual e coletiva.

Reconhecendo nos alemães uma "raça superior", tinha por escopo alertar e ao mesmo tempo preparar a defesa contra a possibilidade que estes, pelo determinismo da lei do mais apto, dominassem o Brasil luso-brasileiro.

Crispim colheu no exemplo de laboriosidade fecunda que observara e vivenciara na sua terra natal teuto-brasileira, o modelo do trabalho que, uma vez implantado, transformaria a "feição comunitária de nosso caráter" que tanto incomodava Sílvio Romero.

Como ele, também Crispim observou nossa inclinação para a passividade "que tudo espera do Estado", mas, por outro lado, pôs em relevo os elementos indicadores de uma tendência para a atividade. Por isso, distinguiu claramente dois tipos humanos no Brasil: O tipo produtivo e o tipo improdutivo.

O TIPO ÉTICO

IMPRODUTIVO

O problema nacional para Crispim Mira, residia na desproporção entre estes dois exemplares. O tipo improdutivo era aquele que tendo recebido instrução, não fora, ao mesmo tempo, despertado para a importância da ação. A educação brasileira

¹³⁶ S. ROMERO. *O alemanismo no Sul do Brasil*. In:— *Realidades e ilusões no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979. cap. 6, p.257.

estava dissociada da realidade. Observou que ela produzia "o leitor, que é sempre, na generalidade, uma profissão para a qual não há trabalho de que a pátria tenha grande necessidade".¹³⁷

Notava-se nele a preocupação em sintonizar as funções da educação às necessidades do mercado de trabalho. Portanto seu discurso não tinha um significado meramente retórico. Batia-se por uma escola que preparasse a criança não para um trabalho imaginário, mas sim, para uma ação real, concreta.

Não podemos, é evidente, confundir esta intenção com um atrelamento puro e simples da escola ao mercado de trabalho. O que orientava o pensamento de Crispim, na verdade, era antes de tudo um impulso de patriotismo que se expressava sob a forma de uma tendência tecnocrática, isto é, de uma vontade capaz de superar a mentalidade meramente burocrática que esterilizava o espírito de iniciativa e implantava o homem improdutivo.

A própria educação ministrada nas escolas induzia a juventude à aspirações burocratizantes. Por influência do meio e da tradição, preparava-se o jovem para exercer funções burocráticas, levando-o a escolher, como afirmava, as atividades "suaves" do serviço público. Portanto, a própria escola perpetuava o tipo ético improdutivo, que ele considerava inferior, na escala dos valores utilitários, ao próprio analfabeto.

A bem da verdade, Mira concebia a questão de um modo todo pessoal: preferia o iletrado como valor produtivo, ao letrado improdutivo, que sempre aparecia como um anti-valor. porque segundo pensava, não se deveria definir o analfabeto como aque

137 (C.MIRA). *Estradas e escolas, op. cit. p.1, c.1.*

le que não sabia ler ou escrever, já que estas qualidades podiam não significar absolutamente nada no tocante à produtividade.

É neste contexto que devemos ler certas ponderações da sua obra. "A verdade dolorosa, dizia a Medeiros e Albuquerque, é que os intelectuais do país não têm (...) a menor parte na pequena prosperidade nacional. Os que lêem e assinam as grandes obras, não são os que têm feito o nosso desenvolvimento econômico".¹³⁸

O tipo intelectual era considerado por ele como elemento improdutivo. E dizia mais: "onde ele intervêm, como nos assuntos públicos, reina a desordem, o descalabro, a aflição da incompetência e da fraude".¹³⁹ Assim, as aspirações tendentes às atividades burocráticas, constituíam entraves ao desenvolvimento do "espírito do trabalho". Crispim admirava, é certo, os dotes artísticos manifestados pelas "belas letras". Mas, o "beletrismo" era tido por ele como simples sinônimo de "ineficácia".¹⁴⁰

Na realidade exigia que os responsáveis pelos destinos da nação, comesçassem a se preocupar efetivamente em preparar homens "imediatamente úteis". Era incisivo a este respeito, quando afirmava: "um menino que permanece na escola até os 14 ou 15 anos, se retira sem poder ocupar-se, em seguida, em algum trabalho, perdeu, pelo menos, sete anos".¹⁴¹

Era lógico, no seu entender, que o rapaz que apenas conhe

138 C. MIRA. A última conferência de Medeiros e Albuquerque. Folha do Comércio, Florianópolis, 9mar.1915, p.1, c.4.

139 Loc. cit.

140 (C.MIRA). Ginástica, desenho e linguagem. Terra Livre Florianópolis, 7 fev. 1919, p.1, c.2.

141 C. MIRA. Homens úteis. República, Florianópolis, 19 jun. 1919. p.2, c.1.

cesse a leitura e a escrita, não estivesse preparado para ganhar a vida. Iria simplesmente engrossar as fileiras dos improdutivos. Mira esperava que o jovem saísse da escola "munido dos principais conhecimentos para ganhar a vida ou para aperfeiçoar-se lá fora, em qualquer profissão".¹⁴²

O sentido do projeto de Crispim Mira, da sua ética pedagógica do exemplo, da sua pedagogia regeneradora por meio do trabalho, tinha igualmente uma dimensão claramente política: preparar o caminho para o ingresso de **contingentes depurados** das corrupções em que jazia a República. A profissionalização do ensino que ele tanto propugnara, mantinha esta mesma dimensão. Era ilustrativo disto seu pensamento quando dizia ser "preciso descongestionar a sociedade",¹⁴³ eliminando os indivíduos improdutivos.

Esta nova era seria uma época de trabalho intenso e perseverante, onde só teriam vez aqueles que desenvolvessem o "amor ao trabalho" e à produtividade. Também a escola deveria se postar nesta direção. "Outrora, afirmava com convicção, bastava ilustrar para ter perpetrado uma obra de superioridade. Na atualidade é preciso ensinar a trabalhar".¹⁴⁴ Estava, evidentemente influenciado pelas tendências da Escola Nova e, possivelmente, pelas idéias de Kerschensteiner, o criador da "Arbeitschule".

Os tempos haviam mudado. "Era o século XIX que se sobrevivia e que, como um intruso, se prolongava no século XX a dentro", escreveu Wilson Martins, referindo-se a 1915. "O anseio

142 C. MIRA. *Três pontos de vista. República, Florianópolis*, 22 jun. 1919. p.1, c.4.

143 *Loc. cit.*

144 C. MIRA. *Homens úteis, op. cit.* p.1, c.5.

por uma modernização qualquer era claramente sensível. O nacionalismo era o outro ingrediente da fórmula mágica, tudo, afinal, predeterminando a face ainda oculta do modernismo".¹⁴⁵ A convicção de que era preciso republicanizar a República estava no ar. E esta tarefa passava pela depuração de um dos males crônicos, que fazia mister erradicar: o intelectualismo estéril. Para Crispim, "a intelectualidade abstrata, falsa ou verdadeira é um mal funestíssimo e dos países do universo é o Brasil o que mais necessita eliminar esta planta daninha, que há quatro séculos nos entorpece a prosperidade".¹⁴⁶

A idéia de "intelectual" correspondia à de "bacharel" e era um mal combatido por muitos. João do Rio e Tobias Monteiro por exemplo, achavam "que já tínhamos bacharéis demais e homens de ação de menos".¹⁴⁷ Monteiro na obra *Funcionários e Doutores*, em 1917, assinalou o desprezo com que no Brasil eram encarados certos tipos de trabalho. As profissões liberais constituíam mais um símbolo de status do que uma atividade econômica.

João do Rio, também condenou esta "praga" nacional em *No Tempo de Wenceslau*. "Eramos uma nação de abandonados, dizia, em que uma parte mínima é bacharel, toma o governo, o emprego público, ver-seja, é extraordinariamente culta numa profunda miséria".¹⁴⁸ Como Crispim, também ele propunha a substituição dos estudos teóricos e inúteis, pela ação prática e imediata.

Na entrevista concedida em 1920 à *República*, Mira deixou bem clara sua posição a este respeito: "Ensinar a ler e escre

145 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.35.

146 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.81.

147 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.81.

148 *Ibidem*, v.6, p.82.

ver e ministrar os prolegômenos científicos é nada. O necessário (...) é construir (...) o homem de saúde, de vontade e de caráter e encaminhá-lo para o trabalho da terra e das oficinas".¹⁴⁹ "O principal, insistia, é eliminar o letrado, ou o sub-letrado inútil".¹⁵⁰

ESPÍRITO, CORAÇÃO E MÃO

Em grande parte parece que Mira se inspirou nos princípios pedagógicos de Pestalozzi e Froebel que, aliás, impregnavam todo o movimento renovador daquele momento.

Froebel e também Pestalozzi, transformaram as mãos num objeto de educação. Em Crispim Mira elas se tornaram um dos fatores principais na aquisição dos conhecimentos práticos do trabalho: "todo homem, deve saber utilizar-se das mãos e da inteligência, na honra e na glória do trabalho".¹⁵¹

Ele não rejeitara, como vimos, a importância da educação humanista. Exigira porém, a formação global. Assim, "as mãos" representaram o conjunto das habilidades para o trabalho concreto e a "inteligência", o acervo dos conhecimentos gerais.

Quando buscou em Omer Buyse apoio para discutir a importância do desenho na educação da criança, afirmou que este "educa a mão e o espírito",¹⁵² ou seja, era um instrumento de educação integral da personalidade.

As "escolas de infância" de Froebel, como sabemos, introduziram uma pedagogia fecunda. E esta fecundidade foi desenvol

¹⁴⁹ *O Estado de Santa Catarina visto por um jornalista. Revista pública, Florianópolis, 19 mar. 1920. p.1, c.4.*

¹⁵⁰ *Loc. cit.*

¹⁵¹ *Loc. cit.*

¹⁵² (C. MIRA). *Ginástica, desenho, linguagem, op. cit. p.1, c.1.*

vida precisamente pela promoção ao "uso da mão" e do espírito da criança, como dois objetos predestinados para a ação pedagógica. Pestalozzi tivera uma consideração ainda mais ampla a este respeito. "A educação verdadeira e natural, dizia, conduz à perfeição, à plenitude das capacidades humanas".¹⁵³ E estas se revelam na tríplice atividades de "espírito, coração e mão".¹⁵⁴ Compreendia, assim, os três ângulos fundamentais da estrutura da alma humana: a vida intelectual, a vida moral e a vida prática.

Neste quadro geral se apoiava o conceito da educação "regeneradora" de Crispim Mira. Era o homem no seu todo que se fazia mister recuperar.

O TIPO ÉTICO PRODUTIVO

Porém, o tipo modelar do homem produtivo, era

o "homem do trabalho" ou o "homem de caráter". Competia à escola produzi-lo, enquanto era ela a "oficina construtora do cidadão".¹⁵⁵

A regeneração possibilitada pela educação, assim, era vista como algo quase material, concreto. A escola, como oficina, desta maneira, era o local onde se trabalhava para produzir o homem. E o fazia reproduzindo um plano predeterminado que lhe incumbia executar. Como tal, se tornava uma empresa útil, pois gerava uma utilidade, um "valor palpável".

¹⁵³ L. LUZURIAGA, *op. cit.* p.176.

¹⁵⁴ *Loc. cit.*

¹⁵⁵ (C. MIRA). *A colaboração dos mestres. op. cit.* p.1, c.2.

A idéia de "escola como oficina", retornou no República, como uma profecia: "da escola profissional (...) sairá aos 15 ou 16 anos um pequeno cidadão, já munido dos principais conhecimentos para ganhar a vida ou para aperfeiçoar-se lá fora, em qualquer profissão".¹⁵⁶

Tornava-se, portanto, clara a função atribuída à educação escolar por Crispim Mira: formar o indivíduo e direcioná-lo para a utilidade social. Isto deveria ser iniciado desde a mais tenra idade, para formar hábitos que, quando estruturados plenamente e vividos, conduziriam ao ideal prefixado, à condição de "homem de caráter", que, como valor, se tornaria agente da "eficiência social", porque então atingiria o status de homem produtivo.

As gerações do futuro, dizia, deverão ser "carinhosamente encaminhadas, desde os primeiros anos, força é que o princípio da utilidade a esboçar-se no jardim da infância, desenvolva-se no Grupo Escolar, avulte nas escolas profissionais, creça e brilhe nas academias".¹⁵⁷

Não restam dúvidas de que este projeto engendrava certo determinismo: na verdade o homem era fundamentalmente concebido como um ser moldável, passível de manipulação. Era neste âmbito que colhia seu significado mais amplo a própria idéia de "formação".

A intenção de Crispim era nitidamente formativa. A pedagogia do trabalho, como ética pedagógica do utilitarismo, conduzia à cunhagem do "princípio da utilidade" na alma do educando, com carinho, é certo, mas, com o império de uma vontade autoritária.

156 C. MIRA. *Três pontos de vista*, loc. cit.

157 C. MIRA. *Homens úteis*, op. cit. p.1, c.5.

Neste sentido a concepção pedagógica que ele defendia, pautava-se pelos princípios do autoritarismo, a tal ponto que a própria "libertação" a que se referia anteriormente, só adquiriria significado, enquanto ato de uma vontade interventora.

O homem liberto seria assim, o próprio "homem do trabalho" ou seja, o homem "cunhado". A ética de Crispim, não ia, na verdade, muito além da ética do trabalho. Gravitava a seu redor, colhia na atividade sua escala de valores e encerrava suas esperanças e seu projeto de vida e do homem, nos cânones da ação.

Foi ele mesmo quem nos disse: "penso e já tenho escrito algumas vezes, que a escola primária deve evoluir no sentido de ir perpetrando, desde o jardim de infância o futuro homem (...) do trabalho".¹⁵⁸

Com Crispim acontecia exatamente assim: levado pela ansiedade de fruir na imediatez a antevisão do "Brasil do Futuro" ou do Brasil "regenerado", não se lançou à reflexão crítica dos temas que lhe interessavam, mas apelou para um ato de vontade.

A educação representava, neste sentido, o ponto de convergência, a solução, para romper o imobilismo em que se encontrava o país, porquanto competia a ela, construir o homem produtivo e útil.

Carneiro Leão também pensava assim. Estava convencido de que "o país precisava de cultura sob todos os aspectos possíveis e imagináveis".¹⁵⁹

Mira lastimava já em 1901 o estado deplorável em que se encontrava a fisionomia cultural da nossa gente. Refletindo

158 C. MIRA. *O ensino agrícola nas escolas. República, Florianópolis*, 15 abr. 1920. p.1, c.5.

159 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.335.

sobre a "superioridade" cultural e produtiva do imigrante e as alterações que vinha sofrendo a língua pátria em decorrência do contato entre as duas etnias, sugeriu a Filipe Schmidt uma ação imediata. "Para evitar semelhante decepção, explicou, se nos impõe o sagrado e patriótico dever de concentrarmos as nossas forças, em prol de largamente difundirmos a instrução!"¹⁶⁰ Seu objetivo era preparar o homem produtivo por meio da escolarização.

Passaram-se os anos, sem que os governantes alterassem o panorama educacional de modo condizente, apesar da "reforma" de 1910. Em 1919, no Congresso Geográfico de Belo Horizonte, encontrá-lo-emos defendendo ainda o mesmo ponto de vista. Disse nesta ocasião que era preciso direcionar as iniciativas particulares e o critério administrativo nacional para as escolas aptas a preparar "os homens de caráter, encaminhando-os para o trabalho!"¹⁶¹

No Congresso, a campanha pedagógica regeneradora por ele desenvolvida, atingira o auge da sua manifestação. Obtivera, de fato ali, a glorificação de todo o esforço realizado até aquele momento, como porta-voz dos anseios de renovação nacional. Falara em nome da nação: sua mensagem pedagógica, dirigida aos congressistas e ao país, se firmou sobre dois pontos-chave: que a educação deveria ser vista como a instância formadora do homem produtivo e, portanto, do "caráter"; que o "caráter" apenas se estruturaria mediante o trabalho, a ação, ou seja, pela produtividade.

160 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 ago. 1901. p.1, c.4.

161 *Os trabalhos do 6º Congresso de Geografia. República, Florianópolis*, 13 set. 1919. p.1, c.2.

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE
MUDANÇA INTERIOR

Da falta de escola, disse Crispim, "resultará total e irremediavelmente a inferioridade estéril (...) feita de bilis, ansiosa por agressões, instável, arrastando na vida entre a cólera da inveja e o ímpeto do insulto, a tara tristíssima de uma morbidez que não pode deixar de causar dó e que a assistência da caridade escolar deve tratar de corrigir quanto possível".¹⁶² O texto revela um posicionamento favorável à capacidade transformadora de uma educação bem dirigida, apta a "produzir seres humanos" ativos ou a reconstruí-los para a operosidade. Por isso considerou a educação, como "esse magno problema angular de que não é possível descurar impunemente".¹⁶³

Já dissera em 1901 que, "não basta a risonha disposição espiritual e acatamento lisongeiro se não entrar em ação com muita atividade, em terreno de tal mister".¹⁶⁴ Em 1918, pela Confraternização Republicana, lamentava-se de que, apesar de todas as súplicas, ainda não se promovera a construção social pelo elemento criador: a escola. "A escola capaz, que eduque e que instrua, que faça o cidadão como vontade e como caráter".¹⁶⁵

Aqui a educação aparece como o "elemento criador", orientador da evolução e da mudança cultural, no sentido do progresso social e como a responsável pelo desenvolvimento das quali

¹⁶² C. MIRA. *Educação moral e cívica, op.cit. p.1, c.2.*

¹⁶³ *Ibidem, p.1, c.1.*

¹⁶⁴ C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 22 set. 1901. p.1, c.5.*

¹⁶⁵ C. MIRA. Confraternização Republicana. Rio de Janeiro, 1918. p.245.

dades morais do indivíduo. "Vontade" e "caráter", tornavam-se assim, elementos essenciais, componentes da sua concepção ético-pedagógica do trabalho. O homem de "vontade e de caráter" seria o próprio homem "regenerado", o "homem do trabalho", criado pela intermediação escolar.

Em *O Soldado Brasileiro e a Honra das Nações*, Crispim, clamou para a mesma obra. É preciso que se derrame "pela propaganda do livro e do jornal, pela cruzada construtora das escolas, o ouro fundido da bondade e da redenção (...) da tolerância, da resignação virilizada".¹⁶⁶ Trata-se, sem dúvida, do eco parnasiano de algum poema de Bilac. Mas, é também a idéia de que caberia à escola o papel direcionador da sociedade.

Assim, a educação, como ele a via, se constituía numa tábua de salvação, numa esperança, e, naturalmente numa questão "cuja eminência nem o último homem do povo desconhece".¹⁶⁷

A utopia do "Brasil do Futuro", a visão romântica da grandeza nacional, mantinham ligações com esta perspectiva de educação. No seu entender havia muitas razões "para confiar nas virtudes do brasileiro em relação à sua vitória em futuro não muito longíquo, desde que se integralize na educação total da produtividade".¹⁶⁸ Concedia à escola ou à educação a virtude de modificar os padrões da conduta, "as crenças, os hábitos e as práticas coletivas", em direção a uma meta prefixada.

O aspecto estável que acompanhou esta expectativa direcionadora, foi sempre o conceito de trabalho. A regeneração se

¹⁶⁶ C. MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações*, p. 8.

¹⁶⁷ C. MIRA. *pelo ensino*, loc. cit.

¹⁶⁸ C. MIRA. *A capacidade dos brasileiros*. *Terra Livre*, Florianópolis, 2 out. 1918. p. 2, c. 1.

operaria então; pelo trabalho, mas, mediante o concurso construtivo da educação. Por isso conclamava para que fossem abertas "por todos os recantos, aos pequenos e aos grandes, as portas das escolas. Ponha-se ao lado de cada criança o martelo, o livro, o arado e a carabina",¹⁶⁹ dizia em 1918, por ocasião da conferência cívico-militar, pronunciada no teatro Álvaro de Carvalho.

Podia-se perceber a ressonância da ideologia do "cidadão soldado", propagada pela Liga de Defesa Nacional, ilusão que impregnara a alma da Primeira República e que idealizara a "carabina" como um instrumento, como uma ferramenta produtiva, por obra da campanha "moralizadora" encetada por Bilac, mas que fazia também parte integrante da ideologia da "regeneração nacional" reelaborada por Crispim. Transmitia, portanto, uma visão mítica sobre nosso futuro.

Neste contexto devemos também encarar o significado das reflexões que realizara em torno da figura do mestre escola. Lamentava-se de que ele era incapaz de conduzir insensivelmente a criança do "belo" para o "difícil" e para o "útil", sem que estas se enfastiassem e desanimassem, porque não sabe, dizia "com belas figuras, com belas comparações, com idéias adequadas (...) ir, com particularidade e cautela especiais, desbastando a agudeza de certos princípios".¹⁷⁰

Com isso, o professor comprometia a própria ação orientadora de que estava incumbido. Crispim apontava como primeira missão do mestre-escola, a contínua renovação da sua própria vida interior através do estudo perseverante. Ele deveria sentir-se "tangido por uma necessidade sempre crescente

169 C. MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações*, p. 12.

170 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador*, loc. cit.

de estudo e observação". Precisaria estar, com efeito, preparado para "procurar corrigir as deformidades morais e a transmitir às crianças os grandes princípios da superioridade humana. Criar o caráter, concluía, é a incumbência máxima da escola".¹⁷¹

Na verdade Crispim era um homem do seu tempo. Estava perfeitamente sintonizado com o quadro ideológico geral que demarcava o modelo das aspirações e do pensar contemporâneos. E neste sentido compartilhou, em certo aspecto, a tradição dos intelectuais que naquele momento procuravam novas modalidades de expressão do pensamento político autoritário, pela perpetuação de elementos colhidos nas correntes da ciência positiva do século XIX.

Assim pode-se compreender melhor seu ponto de vista em relação ao mestre-escola. Para ele o professor deveria sentir-se "tangido", quer dizer, deveria perceber que havia uma força que o impelia para a ação.

Esta postura ética o levava a exaltar, no desenvolvimento atingido pela Alemanha, por exemplo, os elementos autoritários que presidiram à formação nacional daquele país. "Foi pelo rigor do mestre e pela disciplina na vida em família, explicava, sem demonstrar qualquer tendência militarista, que a Alemanha atingiu a força contra a qual o universo precisou levantar-se".¹⁷² Hubert também, assinalou de certa forma este prisma, quando disse que "a educação popular na Alemanha não é filha da caridade mas, do sentimento da grandeza nacional".¹⁷³

¹⁷¹ C. MIRA. *Educação moral e cívica*, op.cit. p.1, c.1.

¹⁷² (C.MIRA). *A colaboração dos mestres*, op.cit. p.1, c.1.

¹⁷³ R. HUBERT, op. cit. p.124.

O EXEMPLO PEDAGÓGICO AMERICANO

Quando Crispim procurava estimular os poderes públicos para a importância da educação, o fazia mediante a exemplificação de reformas que já haviam sido postas em prática em outros países; quando sua meta era influenciar o indivíduo, oferecia modelos de homens reais que se realizaram no trabalho árduo, constante e matutino; quando queria promover a mudança da sociedade em geral, buscava no colono teuto o tipo exemplar da operosidade. A pedagogia crispiniana da regeneração era essencialmente uma pedagogia do exemplo, através da utilização de modelos éticos do trabalho, modelos estes, reais e merecedores de imitação.

Esta "é a época em que um sonho novo agita os povos",¹⁷⁴ afirmava em 1918, ao analisar a realidade educacional que desabrochava promissora. Mira percebia o seu tempo como um momento em que, com incansáveis investigações se procurava descobrir métodos mais adequados para atingir o pleno desenvolvimento do homem. Ele via a sua época também como a fase em que "das teorias abstratas se passava ao regime da prática".¹⁷⁵ observava os avanços que estavam ocorrendo especialmente nos Estados Unidos em relação à pedagogia e se convencera mesmo de que "a verdadeira fonte de estudo" neste campo, estava "nos Estados Unidos da América do Norte".¹⁷⁶

Esta era, na verdade, uma convicção predominante nos principais círculos culturais do país. Era, por outro lado a cor

174 C. MIRA. *As grandes nações*, op. cit. p.1, c.1.

175 *Ibidem*, p.1, c.2.

176 C. MIRA. *As missões estrangeiras*. Terra Livre, Florianópolis, 30 dez. 1918. p.1, c.1.

respondente cultural de uma tendência comercial e diplomática que estava se firmando como tradição na República, a mudança progressiva do círculo de influências, da Europa para os Estados Unidos. O modelo americano se conformava melhor às aspirações do nacionalismo brasileiro, embora a França permanesse ainda a principal inspiradora das manifestações espirituais da inteligência nacional.

Wilson Martins, falando sobre João do Rio, dizia que "o seu entusiasmo todo ia para os homens de ação norte-americanos".¹⁷⁷ Obras como *O Presidente dos EE.UU* de Woodrow Wilson, exerceriam verdadeiro fascínio sobre o espírito contemporâneo.

Foi no contexto deste clima favorável ao exemplo americano que Crispim propôs um sistema educacional análogo, como modelo para ser imitado pelo Brasil. Teve a preocupação de acentuar precisamente o aspecto pragmático que o norteava:

construir o "homem do trabalho com as qualidades de perseverança, lealdade e justiça" como o haviam feito os responsáveis pelos destinos daquela nação "logo que se aperceberam das suas necessidades construtivas".¹⁷⁸

Tratava-se portanto, de um direcionamento consciente, confiado à "missão esclarecedora da escola". Mas, o aspecto mais importante que ficou ressaltado neste exemplo, quando Mira propôs o modelo americano à imitação, foi o caráter pragmático em que ele estava formulado. Afirmou que "a passagem da concepção teórica à execução prática, é o princípio fundamental de toda a educação americana".¹⁷⁹

¹⁷⁷ W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.82.

¹⁷⁸ C. MIRA. *As grandes nações*, *op. cit.* p.2, c.1.

¹⁷⁹ C. MIRA. *A lição dos EE.UU*. *Terra Livre*, Florianópolis, 15 set. 1918. p.2, c.2.

No artigo intitulado "Exemplos de Grandes Trabalhadores",¹⁸⁰ de fato, propôs esta mesma pragmaticidade, evocando-a a partir do relato dos feitos construtivos dos homens modelares, que fizeram do trabalho a razão da própria vida. Nomes como os de Mauá, Matarazzo, Belmiro Gouveia, e do Joinvillense Eugênio Moreira e muitos outros, figuraram nesta galeria de ilustres trabalhadores.

Crispim ofereceu ainda uma comunidade inteira como exemplo incansável de trabalho e produtividade: o contexto sócio-cultural teuto-brasileiro, representado por Joinville.

A CONSTRUÇÃO DO "HOMEM DO TRABALHO"

A obra da regeneração, como foi expressa no seu projeto, se configurou como uma atividade expressamente ética. Crispim objetivou a mudança interior do homem e da sociedade, e, desta maneira, achou que o Brasil precisaria buscar onde quer que fosse "com a deliberação sincera de aprender e de produzir", as lições que mais e melhor pudessem contribuir "para a virilização integral da nacionalidade".¹⁸¹

Intentou, portanto, realizar uma campanha capaz de produzir o "soerguimento moral da nacionalidade", e, para isso, lançou mãos de todos os recursos que se tornaram necessários para acelerar as conquistas no campo educativo.

Esta empreitada, porém, não se realizaria com palavras mas, como dizia, "há de se realizar com coragem e perse

¹⁸⁰ C. MIRA. *Exemplos de grandes trabalhadores*. *Terra Livre*, Florianópolis, 24 out. 1918. p.1, c.3-5.

¹⁸¹ (C.MIRA). *As missões estrangeiras*, op.cit. p.1, c.2.

verança, ininterruptamente, batendo, martelando uma grande campanha a favor do trabalho, criando indivíduos úteis, disciplinando vontades, fazendo de cada homem um valor eficiente no desenvolvimento da pátria".¹⁸²

Tencionava recompor aquilo que, segundo advertia, "sempre deixamos no esquecimento, ou foi deixado pelos nossos antepassados", a construção do homem do trabalho",¹⁸³ que se tornava, assim, o protótipo do homem regenerado, um homem útil e, por isso, socialmente desejável. "Quer-se o homem do trabalho, afirmava, quer-se o profissional competente, exige-se o indivíduo dotado de vontade, exatidão e consciência dos seus deveres".¹⁸⁴ Falava, evidentemente, de um homem útil para si e para a comunidade.

Neste particular se colocou na linha da pedagogia froebeliana. Dizia Froebel que "o homem, desde que nasce e começa, sem qualquer exceção, a desenvolver-se, deve aprender a trabalhar e produzir, a manifestar sua atividade em obras exteriores".¹⁸⁵

Para Crispim as características ligadas ao círculo da produtividade e da laboriosidade, constituíam e definiam o caráter do homem. E o caráter seria formado pela educação, no sentido de que caberia a ela produzir "homens fortes, amantes do trabalho". Ela conduziria as novas gerações por uma estrada ampla, ensinando-lhes a ser "íntegras, generosas, justas e emancipadas de todos os prejuízos".¹⁸⁶ O caráter se constituiria, portanto, pela aquisição das virtudes relaciona

182 C. MIRA. Aspectos do Norte. *O Dia*, Florianópolis, 30 mar. 1916. p.2, c.4.

183 C. MIRA. É preciso insistir, op. cit. p.1, c.1.

184 C. MIRA. As grandes nações, op. cit. p.2, c.2.

185 L. LUZURIAGA, op. cit. p.201.

186 C. MIRA. O mestre escola, op. cit. p.1, c.5.

das com o hábito do trabalho.

O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Este pensamento nos fornece indicadores que nos induzem a ver na obra de Crispim Mira, manifestações da presença de um conceito claro do "espírito do capitalismo".

A configuração ética do trabalho e a concepção utilitarista que a acompanhava, conduziam à formulação deste princípio. O "homem de caráter" que era o próprio "homem do trabalho", se tornava aquele tipo de homem que reunia as condições básicas para a credibilidade, a laboriosidade e a moralidade que o faziam plenamente aceitável e confiável, no contexto produtivo social em que estava inserido.

Desta maneira as virtudes entoadas por Crispim, eram fundamentalmente as mesmas que denunciavam o "espírito do capitalismo", conforme a interpretação weberiana. Podemos encontrá-las esparsas como na exortação feita pela Folha Nova: "faça-se o menino detestar a mentira, a bajulação, a intriga e a ociosidade. Ensine-se a cada um a amar a verdade, o trabalho e a justiça (...). Ponha-se dentro da imaginação infantil a advertência de que deverá viver amanhã unicamente dos seus esforços, de sua inteligência e capacidade de trabalho".¹⁸⁷

Dessa obra resultará, então, a criança consciente dos seus direitos e deveres e se produzirão os verdadeiros homens "honrados" e "capazes". Ora, estas eram exatamente as virtudes requeridas pelo "espírito do capitalismo". E este aspecto étic

¹⁸⁷ C. MIRA. *O apelo do presidente. Folha Nova, Florianópolis*, 23 nov. 1926. p.3, c.1.

co que pode ser encontrado na obra de Crispim, foi de fato a contribuição típica que ele prestou ao contexto da campanha da "regeneração nacional".

Há inúmeros textos em que aparece esta concepção. O "homem do trabalho", na realidade, era o arquétipo portador das qualidades básicas, requeridas por este espírito". Assim, este era, antes de tudo, o "homem do capitalismo", ou seja o "homem da produção".

Mas era um homem construído pela educação, ou pela escola. Embora o papel reservado à família, na formação do caráter deste "homem útil", era igualmente fundamental. Bastaria ver que Crispim, apoiando-se num pensamento de Roosevelt, disse que "todo pai e toda mãe, se são prudentes, ensinarão a seus filhos a não fugirem das dificuldades, mas, a lhes ir ao encontro e vencê-las; não a lutar por uma vida de ignóbil indolência, mas, a lutar por seus deveres, primeiro, para consigo mesmo e suas famílias e depois, para com todo o Estado. E esses deveres devem, inevitavelmente tomar, de um ou de outro modo, a forma do trabalho".¹⁸⁸

Com Grant, Crispim exaltou também as "grandes virtudes elementares" como a "justiça", a "liberdade", a "ordem", a "resolução intrépida", a "virilidade". Não admirava a grandeza do homem a partir da inteligência, mas do caráter, e neste fenômeno estavam compreendidas "todas as virtudes fortes e viris. É o caráter que tem valor na nação como no indivíduo".¹⁸⁹

O desenvolvimento intelectual, capaz de produzir oradores,

¹⁸⁸ C. MIRA. A Nossa colaboração em geral. *Terra Livre*, Florianópolis, 7 dez, 1918. p.1, c.1.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p.1, c.2.

artistas e negociantes, tem, é lógico, sua função social, concluía. Mas seria "infinitamente melhor produzir aquelas sôlidas qualidades que se compendiam sob o nome de caráter: solidariedade, firmeza, senso de obrigação para com o próximo e para com Deus, senso comum e, combinado com ele, grande e elevado entusiasmo por tudo quanto é justo". E concluía: "essas são as qualidades que produzem a real prosperidade nacional".¹⁹⁰

É visível a correlação entre as virtudes exigidas por Crispim Mira para determinar o caráter do seu protótipo do trabalho e as relacionadas por Weber, como constitutivas do homem impregnado pelo "espírito do capitalismo".

A constante referência a autores americanos, reproduzindo passagens típicas desta perspectiva, torna-se mais um indício evidente desta hipótese. É ilustrativa, por exemplo, neste sentido, a citação que ele fez do "grande industrial Patterson" : 'quando eu era criança e tendo manifestado a meu pai o desejo de ter patins, disse-me ele - eis aí a floresta, toma o machado, corta um feixe de lenha, leva-o à cidade, vende-o, compra os patins".¹⁹¹

Não deixa este texto a menor sombra de dúvida quanto ao seu significado de síntese dos valores éticos requeridos pelo conceito de "espírito do capitalismo". Era este espírito, ou melhor, este tipo de caráter que Crispim tentava propagar e implantar, como a condição básica para a "regeneração da nacionalidade".

190 *Loc. cit.*

191 C. MIRA. *A lição dos EE.UU. op. cit. p.2, c.1.*

A CONTRADIÇÃO ENTRE O IDEAL E O REAL

O primeiro indício das origens deste equívoco, aparece na própria formulação do problema, no qual se agitavam os promotores da ideologia da regeneração e da salvação nacional. A questão que eles debatiam, não era percebida como uma indagação sobre a realidade concreta, mas sim, sobre uma configuração idealizada do real. Na base desta reflexão encontrava-se, de preferência uma idéia preconcebida das relações sociais, em lugar de uma visão crítica.

O elemento estável, que atravessou de ponta a ponta a ideologia da regeneração, foi uma concepção distorcida da realidade social. O povo, a nação, era tomada por Bilac como simples "multidão" que se mantinha na "bruta ignorância", demonstrando apenas, "inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência". Não chegava nem mesmo a figurar como componente da verdadeira nação brasileira e nem mesmo se comparando com autênticas pessoas.¹⁹²

Neste contexto, foi sintomática a conclusão a que chegou Crispim, na análise que realizou sobre as condições de vida no Norte do Brasil: "é preciso que a parte operosa, distinta e polida, que não é pequena, tome a si a gloriosa tarefa de aproveitar e orientar as grandes energias armazenadas neste Norte cheio de sol e de riquezas".¹⁹³

Após ter realizado um levantamento minucioso da degradante situação em que se encontrava o homem daquela região, depois de inclusive apontar as causas sociais

¹⁹² E. CARONE, *op. cit.* p.299.

¹⁹³ C. MIRA. *Aspectos do Norte*, *op. cit.* p.2, c.4.

da "segregação" e da opressão que originara todos aqueles problemas, acabou confiando, integralmente, o seu programa regenerador às mãos da própria minoria dominante, causadora de todas aquelas injustiças sociais, que ele mesmo estava denunciando e execrando.

A sociedade era representada pelos ideólogos da regeneração, como o conjunto de dois grupos distintos de pessoas: O grupo dos cidadãos, que eram por isso considerados homens produtivos, e a multidão, que compunha o grupo dos improdutivos.

A classe produtiva, logicamente, era a classe "operosa" e, por isso mesmo, "distinta e polida". A esta classe reservou Crispim a "gloriosa tarefa" de regenerar a corrupção da multidão.

Descrevia uma situação concreta, denunciava a opressão e a alienação, mas, logo depois, postado no nível ideal, se dispunha inconscientemente a colaborar na perpetuação do mesmo sistema que condenava.

No instante, por exemplo, em que punha à consideração tipos éticos empiricamente dados, nível do real, ingenuamente implorava: "não queira nunca nenhum brasileiro digno subir e prosperar a não ser pelo trabalho".¹⁹⁴

Por outra parte, ao levar em consideração preferencialmente os valores relativos à esfera da produção e da utilidade, nestas questões, Crispim deixava de refletir sobre os valores morais mais diretamente ligados à vida íntima do homem como pessoa, como dignidade, como destino.

Verifica-se deste modo que a regeneração, em verdade, não era pensada como um objetivo que só se alcançaria mediante uma transformação real, que eliminasse as tendências históricas que impregnavam a estrutura social e cultural do país, mas, como um ato de generosidade voluntária

, que imprimiria novos caracteres éticos, através de um ritual sagrado, celebrado pelo patriotismo da classe "operosa distinta e polida". Embora afirmasse também que "é da nossa ação em geral, compenetrados todos de uma forte consciência de operosidade que poderá resultar, em dias não longíquos, uma obra estável e brilhante".¹⁹⁵

Assim, esperava chegar à formação de "coletividades íntegras", que era, na verdade o objetivo terminal a que se propunha. Queria homens capazes de desprezar o "inútil", amar o que "é sério e sólido", venerar "o direito e a lei", e que fizessem "do caráter o seu fanal bendito".¹⁹⁶

As "coletividades íntegras" eram aquelas que já estavam regeneradas e chegaram a este estágio mais pela assimilação dos valores impostos, que pelo desenvolvimento criativo das próprias potencialidades.

Na verdade, esta campanha, movida na Primeira República em prol do "soerguimento moral da nacionalidade", como dizia Bilac, por uma plêiade de intelectuais, não significou muito além da expressão de um movimento nacionalista, repleto de um voluntarismo patriótico, norteado pelas várias correntes do pensamento positivista, como o etnografismo, o evolucionismo, o naturalismo, sobre as trilhas de um idealismo romântico

195 (C. MIRA). *A nossa colaboração em geral*, op. cit. p.1,

c.1.
196 *Loc. cit.*

tardio, que a predestinaram a se tornar pouco mais do que um belo fervor nacionalista.

Por aquilo que representou de esforço mental e de sentimento pátrio, deixou marcas éticas profundas na cultura brasileira, porque, se de um lado lançou as bases do pensamento autoritário e nos legou uma percepção maniqueista das relações sociais, por outro deixou-nos como herança mais persistente um imorredouro exemplo de constância e de luta através desta grande obra patriótica, que na realidade ela foi. Legou-nos sim, estereótipos, preconceitos e tendências institucionais das quais até hoje não conseguimos nos libertar, mas, imprimiu as marcas da confiança e da fé em nosso futuro.

O MITO DA CULTURA FÍSICA

A ideologia da "regeneração nacional", encontrou na educação física, uma das suas instâncias mais importantes de expressão. Interferiu, neste particular, a influência do positivismo spenceriano. Crispim, por exemplo, parece ter-se deixado penetrar pelas doutrinas oriundas deste pensamento. De fato Spencer apontou para a urgência em se implantar uma correta cultura corporal, nas escolas. Chegou mesmo a evidenciar um caráter ético intrínseco à educação física, ao cultivo das energias corporais. Nos insinou a existência "de uma moralidade física" ¹⁹⁷ e mostrou que o homem não tem o direito de tratar seu corpo de qualquer maneira.

197 F. LARROYO, *op. cit.* p.668.

Revitalizando os ideais clássicos greco- latinos plasmados no aforisma "mens sana in corpore sano", estabeleceu a eticidade do cultivo e do desenvolvimento físico-corporal, enquadrando-a no âmbito da ética utilitarista, já que reservava ao homem um destino utilitário. Considerava qualquer dano causado à saúde, como um "pecado físico",¹⁹⁸ mesmo que fosse decorrência de esforço intelectual excessivo.

"É na verdade triste, dizia ele, ver quanto os homens se ocupam com as trivialidades, ficando indiferentes aos mais asombrosos fenômenos".¹⁹⁹ Preocupava-lhe o fato de que, enquanto o corpo humano ficava relegado a um plano secundário, havia os que se davam "a infinitos trabalhos para produzirem um cavalo de corridas".²⁰⁰ O mesmo deveria ser feito para se produzir bons atletas. Por isso a ética spenceriana tinha sua gênese e seu fim na esfera do utilitarismo.

Admitia que "a primeira condição de êxito neste mundo, é ser um bom animal. E a primeira condição da prosperidade nacional é que a nação seja constituída de bons animais".²⁰¹ Foi nesta moral estritamente utilitarista que Crispim encontrou uma das suas fontes mais abundantes de inspiração.

Esta concepção favorável aos exercícios corporais, tinha também o seu significado ideológico bem definido: a doutrina da seleção das espécies que estava subjacente às formulações dos princípios que sustentavam este pensamento. Havia um mundo surdo, de competição e de luta, escondido nas entrelinhas da obra de Spencer. Convém observarmos, contudo,

¹⁹⁸ R. HUBERT, *op. cit.* p.313.

¹⁹⁹ H. SPENCER. *Da educação moral, intelectual e física.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1903. p.65.

²⁰⁰ *Ibidem*, p.210.

²⁰¹ *Ibidem*, p.65.

que, na sua base, esta é uma tendência ligada ao espírito nacionalista e, como tal, afeta o autoritarismo tanto de esquerda quanto de direita, como podemos observar hoje.

Wilson Martins relacionou o culto dos esportes violentos com o culto da própria violência e da força, "o que preparava psicologicamente os espíritos, para o advento, entusiasticamente recebido, dos regimes políticos totalitários".²⁰² Falava de outro contexto, é certo, mas, sem dúvida, permite-nos uma relação análoga entre o culto da educação física, neste período da República e a tendência ao espírito autoritário que estava se estruturando como ideologia política.

Parece-nos também não haver a menor dúvida quanto à relação que se estabelecia entre o "vigor físico" e o nacionalismo. Veríssimo, por exemplo, propunha a educação física como um meio para se regenerar a raça.²⁰³ Rui, afirmava que a Alemanha cultuava "a educação física, como patriotismo, como arte nacional".²⁰⁴ Possivelmente por esta razão, tentara ainda em 1882, introduzi-la no currículo das escolas públicas do império.²⁰⁵

Carneiro Leão se referiu à necessidade da cultura física, como uma questão relacionada com o nacionalismo.²⁰⁶ Crispim Mira chegou a afirmar que "não há país hoje, pedagogicamente organizado onde a ginástica, nos primeiros anos, não figure como a disciplina primordial".²⁰⁷

A conotação aqui também era nacionalista, porque considerava que o homem fraco e sem civismo só por acaso escaparia à

202 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.265.

203 J. VERÍSSIMO. *A educação nacional*, p.205.

204 Apud, *ibidem*, p.77.

205 Lamartine PEREIRA. *Esportes*. MEC-MME-Bloch, 1980.p.40.

206 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.335.

207 (C.MIRA). *A ginástica nas escolas*, *op.cit.* p.1,c.1.

fatalidade de um destino incolor e seria um eterno vencido. Era um nacionalismo que buscava, além do mais, seus fundamentos na doutrina da luta pela sobrevivência.

Martins, descreveu esta vinculação entre o vigor físico e o nacionalismo, trazendo à memória as origens desta relação. "A verdade é que, desde 1900, quando Olavo Bilac apontava os remadores do Flamengo como exemplo à juventude, lembrando-lhe que rapazes como aqueles, haviam ganho a batalha de Salamina, o vigor físico era a forma, por assim dizer, concreta e sensível do nacionalismo, correspondendo simetricamente às suas manifestações intelectuais e ideológicas".²⁰⁸

Bilac, realmente, se colocara como o ideólogo mais influente do pensamento nacionalista daquele período, por seu ativismo e gênio poético.

A transposição da relação "vigor físico" - "nacionalismo", para o contexto da pedagogia da "regeneração", deu-se, em Crispim, naturalmente. Em muitos aspectos vinculou-se a questões de fundo racial, Açou que, com a introdução da ginástica nas escolas, o problema étnico que angustiava não poucos intelectuais da Primeira República e, que em certos momentos, pesara sobre suas próprias cogitações, se resolveria sem sobressaltos.

Para isto, pensou que bastaria "desenvolver entre os meninos e as meninas, sem distinção, a princípio, o amor das flexões, dos movimentos respiratórios, do escotismo (...) e, em seguida a agilidade do salto, (...) a barra fixa, as argolas (...) que preparam nas crianças (...) os homens fortes e enérgicos".

gicos do futuro".²⁰⁹

Percebe-se assim, de que maneira a educação física entrou como ingrediente fundamental na doutrina crispiniana da "regeneração nacional". Não porém, como um elemento que apenas enaltecia e projetava o aspecto físico, mas que objetivava primordialmente o desenvolvimento moral e espiritual da criança. Os exercícios físicos traziam moralidade à conduta pessoal e coletiva. É que esta, para Crispim, só se constituía e se estabelecia como tal, a partir da assimilação dos valores relacionados com o universo do trabalho. Ora, o "vigor físico", era uma das condições primordiais da competitividade e da estruturação dos hábitos do trabalho.

O próprio Spencer sugerira que "na luta industrial, como na guerra a virtude também depende do vigor físico dos produtores".²¹⁰

Assim, se a "regeneração" social só se daria, como pensava Crispim, com a construção do "homem do trabalho", ficaria claramente estabelecido o lugar que a educação física deveria ocupar neste contexto ético de homens "produtivos", "úteis" e "eficientes".

Por outro lado a visão que ele descortinava diante de si em relação ao horizonte humano do país, não era em nada alentadora. Suas viagens pelas mais diversas regiões do Estado natal e da República, lhe imprimiram na alma a imagem cruenta e dramática do homem brasileiro. "O brasileiro representa, num cotejo com os outros povos, um tipo sem exuberância de sangue e sem a heróica musculatura peculiar, por exemplo, ao inglês",²¹¹ se lamentava com tristeza.

²⁰⁹ (C. MIRA). É preciso insistir, op. cit. p.1, c.1.

²¹⁰ Apud José VERÍSSIMO, op. cit. p.60.

²¹¹ (C. MIRA). É preciso insistir. loc. cit.

Na verdade, Mira preocupou-se, no seu projeto pedagógico, em promover as virtudes éticas da operosidade e da produtividade. Era a personalidade, o caráter, que ele procurava estruturar. Dizia com Ruskin que "o corpo (...) deve ser feito na juventude tão belo e perfeito, quanto possível".²¹² Mas, esta "beleza" e "perfeição", constituíram para Crispim, antes de tudo, formas morais, porque argumentava, "o homem forte é jovial, ama a vida, é generoso, gosta de encorajar, tem iniciativa, cultua os valores, ampara o fraco, reúne, congrega, constrói, esparge sobre a terra o calor sorridente do seu olhar e a luz criadora da imperecível madrugada das suas esperanças".²¹³

Aqui se estabelece a mesma relação que já assinalamos no quarto capítulo, quando tratamos do conceito do trabalho como "alegria". A "alegria" representava então, o símbolo da produtividade, como a tristeza era o sinal da improdutividade e da miséria. Aqui também, retorna a mesma imagem. As qualidades morais que tendem para a "alegria", que são tributárias da "alegria", são predicáveis unicamente do "homem forte", do homem enérgico, do homem produtivo. Ao homem fraco, "sem exuberância de sangue", "sem a heróica musculatura", reserva-se a tristeza e um destino vil.

Por isso Crispim concluiu que, o mero ensino da leitura e da escrita, e mesmo dos princípios fundamentais da ciência não

212 C. MIRA. *Homens de músculos*. República, Florianópolis, 18 jun. 1919. p.1, c.4.

213 *Ibidem*, p.1, c.5.

teriam nenhum significado se, mesmo assim, fosse mantido o homem fraco e, portanto sem ânimo, sem brilho moral, sem as qualidades úteis do trabalho. Seria necessário, segundo pensava, "construir pela ginástica, o homem de saúde, de vontade e de caráter e encaminhá-lo para o trabalho".²¹⁴

Nesta perspectiva, a história pedagógica brasileira, falhou especificamente num aspecto: esquecera "o preparo físico da saúde e da força",²¹⁵ quando a grandeza do país deveria ter sido feita mediante o trabalho de homens fortes e saudáveis. Neste sentido Crispim chegou a prever o fracasso da sua utopia do "Brasil do Futuro", caso não fosse realmente construído o "homem do trabalho", com todas as suas qualidades de protótipo moral.

A cultura física tornava-se assim, uma instância auxiliar mas, essencial, da "regeneração, capaz de superar o estado generalizado de apatia que assolava o país. Com o Padre Didon, Crispim afirmou que a educação física promovia "a atividade e a diligência contra a preguiça e a inércia; a combatividade e a bravura contra a fraqueza e a timidez; o espírito de fraternidade e cooperação, contra o egoísmo e a indiferença; o espírito de iniciativa, contra a passividade; a confiança em si mesmo, contra a esperança nos outros".²¹⁶

Estas eram as virtudes que deveriam constituir a moralidade do "homem do trabalho", do "homem de caráter" a quem estava reservado o papel de realizar o sonho grandioso de um Brasil potência. Dizia que "é esse homem apolíneo, no esplendor da

214 O ESTADO de Santa Catarina visto por um jornalista.
loc. cit.

215 (C. MIRA). É preciso insistir. loc. cit.

216 (C. MIRA). A federação do remo. Terra Livre, Florianópolis, 31 jan. 1919. p.1, c.2.

saúde e do júbilo, que criará o Brasil do futuro".²¹⁷

No contexto destas reflexões a educação física se situou como o elemento virilizador da sociedade, e, como tal, deveria tomar o homem ainda criança, como afirmava também Veríssimo, e levá-lo à "virilização que lhe cabe fazer rija e valente".²¹⁸ O tipo representativo desta obra, para Veríssimo, era o inglês, "o povo mais forte, o mais enérgico, o mais viril, deste fim de século".²¹⁹ Por isso, Crispim comparou a educação física escolar a uma "nobre oficina, criadora de meninos fortes".²²⁰

UMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Quando nosso autor se referiu à questão do analfabetismo chamou a atenção, como vimos antes, para o aspecto prático do tema. Colocou dúvidas sobre a concepção que inferiorizava o iletrado, no contexto social, através de estereótipos e preconceitos. Ao não aceitar as categorias "ler" e "escrever" como elementos suficientes para classificar tipologias sociais com características de inferioridade cultural, advertiu para o fato de que a nação não precisava propriamente de pessoas que soubessem "ler" e "escrever", mas, sim de gente que soubesse trabalhar.

Neste sentido, para ele, também a ação das oligarquias e outras restrições ao funcionamento pleno da República "eram

217 C. MIRA. *Homens de músculos*, op. cit. p.1, c.5.

218 J. VERÍSSIMO, op. cit. p.68.

219 *Ibidem*, p.75.

220 (C. MIRA). *É preciso insistir*, loc. cit.

problemas derivados da incultura reinante no país",²²¹ mas não como consequência da incultura literária. A verdadeira lacuna cultural era a do "espírito do trabalho".

Neste ponto, então, se perguntava Crispim: devemos fechar as escolas, já que não preenchem estes quesitos? Logicamente que não, respondia. Contudo, mesmo permanecendo abertas, em nome do progresso educativo dos tempos atuais, é necessário que "não sejam menos úteis que a choupana do rústico, onde não se conhece o que seja a vulgaridade das conjugações verbais, mas onde a criança (...) sabe caldear o açúcar (...) e cultivar o cereal".²²²

Mira, sem negar os valores humanísticos da educação, combateu a ineficiência da escola tradicional, em favor de uma educação que conduzisse à formação do caráter, à aquisição dos hábitos produtivos da ação, por meio da prática incansável do trabalho.

Colocou a questão nos termos contrastantes da produtividade e da improdutividade. Mas, referindo-se aos valores humanísticos, disse que também estes eram "necessários".²²³ Entretanto, logo em seguida, assinalou o baixo teor de utilidade que estes valores representavam, porque, além de serem "o que todo mundo sabe", afirmou, não constituem o essencial para se "ganhar a vida".

Criticou severamente a instituição escolar existente, porque ela não preparava o homem para as exigências do trabalho, mas, apenas o encaminhava às lides da burocracia. E o burocrata, pensava, se constituía num modelo ético estéril, símbolo plástico da improdutividade e da inutilidade social.

²²¹ *Loc. cit.*

²²² (C. MIRA). *Estradas e escolas, op. cit. p.1, c.2.*

²²³ C. MIRA. *Três pontos de vista. loc. cit.*

Desta forma, pregou uma educação capaz de preparar o jo-
vem para "ganhar a vida" e poder "viver por si". Abandonou,
por isso, as especulações do humanismo literário, em favor de
uma educação profissional apta a criar "um pequeno cida-
dão já munido dos principais conhecimentos para ganhar a vida
(...) para poder viver por si".²²⁴

O "viver por si", que representava o resultado concreto
da educação, constituía o critério de avaliação do modelo de
ensino. "Viver por si" e "ganhar a vida", constituíam virtudes
próprias de uma ética adequada ao "espírito do capitalismo".
Não se tornar um peso para os outros, sentido que expressavam
estes termos, era um dos ideais deste "espírito". Na ética ca-
pitalista, explicava Ossowska, há um ideal de caráter, um cōdi-
go de moralidade. O homem ideal é o que confia em si mesmo e
se mostra independente, empreendedor e responsável por seu bem
estar e por sua sorte.²²⁵

Na verdade Mira concebia a escola como uma comunidade de
trabalho. Encontramos no seu pensamento pedagógico, sinais dos
três pilares da "escola ativa", ou da "escola do trabalho", des-
critos por Kerschesteiner: as noções de trabalho, a coopera-
ção e o "self government".²²⁶

Diante disso, a concepção de uma escola livresca, cedia
o seu lugar à escola ativa, cuja tarefa primeira era preparar
para a profissão.²²⁷ Isto significava uma renúncia ao antigo
ideal intelectualista, em troca de um ideal utilitário e mais
imediato.

A "Arbeitschule", portanto, ao que tudo indica, foi uma
das veias que influenciaram Crispim Mira. Preenchia, de fato,
os anseios do seu espírito pragmático e, ao mesmo tempo, alen-

224 *Loc. cit.*

225 M. OSSOWSKA. Para una sociologia de la moral. Estella,
Verbo Divino, 1974. p.141.

226 R. HUBERT, *op. cit.* p.394.

227 *Ibidem*, p.349.

tava as suas aspirações patrióticas porque, no dizer de Kerschensteiner "o indivíduo há de impulsionar a vida do Estado, a educação cívica deve realizar-se mediante a formação profissional. O trabalho está chamado a ser uma alavanca poderosa no bem-estar pessoal e coletivo dos povos".²²⁸ Nesta mesma linha corria o pensamento pedagógico de Crispim Mira.

Em Spencer encontrara, como vimos, copiosa fonte de inspiração para o seu projeto pedagógico. Este autor também atribuía importância aos métodos ativos da educação. Proclamava a necessidade de que a criança realizasse experiências por si mesma, que travasse conhecimento com os fatos naturais e com os efeitos produzidos por suas próprias ações, "para formar, pela adaptação prática às circunstâncias da vida atual, pelo exercício das forças de que nos servimos na luta pela vida, sentimentos sadios e caracteres fortes".²²⁹

A formação do caráter, neste contexto, também seria atingida mediante a educação que, abandonando os aspectos estéticos e literários, se aprofundaria no conhecimento e na prática do mundo material.

Spencer subordinava a educação ao conhecimento positivo do processo de desenvolvimento que dirigia a vida da sociedade. Pregava a necessidade de se determinar com precisão os conteúdos que serviriam de base ao processo do ensino-aprendizagem.

Sua doutrina fundamental residia no princípio do utilitarismo. O aspecto mais importante desta influência que Crispim assimilou, foi precisamente a dimensão ética do utilitarismo spenceriano que via na educação a possibilidade de preparar

228 J. M. MORENO, *et alii*, *op. cit.* p.426.

229 R. HUBERT, *op. cit.* p.308.

homens fortes, os quais, pelo culto do físico e do intelecto, se tornariam capazes de competir e sobreviver num mundo regido pela lei dos mais aptos.

Era um utilitarismo que preconizava uma educação que deveria se aproximar "o mais possível da perfeição nas coisas mais essenciais à vida completa" e que, por outro lado, se distanciasse "nas coisas que cada vez menos têm influência sobre a vida completa".²³⁰ Era uma concepção cientificista que depositava todas as suas esperanças nas conquistas científico-tecnológicas, relegando a um segundo plano o humanismo e as coisas do espírito.

Havia, pelo que se observou, em Spencer, a expectativa que Ossowska classificou como "felicologia", ou seja, uma perspectiva ética cujos valores tendentes à felicidade, orientavam as prioridades da vida. Assim, era também a ética do trabalho de Crispim Mira. Como já vimos, vinculava as idéias de "alegria" e "felicidade" ao conceito de trabalho. Em ambos os casos, portanto, estamos na presença de uma axiologia utilitarista.

Neste contexto, os valores econômico-utilitários predominavam ao nível da escolha, sobre o modelo de ensino humanístico. A idéia de que o papel da escola era eminentemente o de conduzir à produtividade, assumia então, o primeiro plano. Assim a ética da produtividade norteou todo o seu pensamento pedagógico. Tornou-se ilustrativo deste fenômeno o julgamento que ele fez pela *Folha Livre*, em 1919, quando disse que "entre o menino que se deixa ficar em frente ao mestre e que afinal não é capaz de produzir coisa alguma e o que é analfabeto, mas, sa

²³⁰ *Ibidem*, p. 311.

be cavar a terra, tanger o gado, e atender o tear, é neste que tem de reconhecer o merecimento econômico".²³¹

Os valores da produtividade, qualificáveis em qualquer nível de eficiência, predominaram sobre a constelação dos valores humanísticos. A própria visão antropológica do seu pensamento esteve marcada por este finalismo de inclinação economicista. "O homem que não produz, afirmou, de qualquer modo, é um parasita social, pouco digno da menor consideração".²³² A essência do homem, neste sentido, residia na sua capacidade para o trabalho produtivo. Era nisto, em última instância, que se decidia o valor que se lhe podia atribuir.

Dizia Kerschensteiner que uma teoria científica ou filosófica da educação, pressupõe uma teoria da cultura, uma apreciação crítica sobre a noção dos valores e o sistema que eles constituem. A educação seria, então, uma iniciação neste sistema de valores, por meio do qual se realiza a personalidade humana.²³³

A avaliação do homem, portanto, se realizava através do jogo desta contradição: a produtividade que se expressava mediante a elaboração de utilidades reais, mediante os hábitos do trabalho perseverante; e a improdutividade, que se traduzia pela esterilidade na ação. Assim a "burocracia" e todo o cortejo da "politicagem" que girava na mesma órbita do poder, constituía a inutilidade, o parasitismo social.

Foi esta a razão pela qual condenou a escola tradicional e apelou para uma escola que desenvolvesse os hábitos do trabalho. A primeira produzia o homem inútil. "Bato-me pela

231 C. MIRA. *Estradas e escolas*, op. cit. p.1, c.2.

232 *Ibidem*, p.1, c.1.

233 R. HUBERT, op. cit. p.341.

escola em que, a par do exercício físico e da teoria indispensável, siga um critério propício ao desenvolvimento das qualidades de trabalho".²³⁴

Pensava numa escola que desenvolvesse as aptidões para o trabalho, porque, no seu entender, a fim de que o jovem pudesse "ganhar a vida", precisaria antes de tudo aprender a trabalhar.

Hubert, ao descrever a escola do trabalho, dizia que o desenvolvimento de cada ser espiritual reclama ao mesmo tempo uma base fisiológica, o corpo e suas necessidades, e uma base social, o ser espiritual coletivo, condição necessária à existência espiritual do homem. Disto é que decorre a importância da educação profissional e social.

Ressaltava ainda este pedagogo, a estreita ligação que havia entre a educação profissional e a educação social e cívica. Era preciso que a estrutura da sociedade possibilitasse esse desenvolvimento da personalidade moral de cada indivíduo.²³⁵

À escola, dizia Kerschensteiner, compete dar a "educação profissional, a moralização da profissão e a moralidade da sociedade." Por esta razão deve ela se revestir do caráter ativo, tornando-se uma escola do trabalho, a qual "com um mínimo de saber, traga um máximo de capacidades, de aptidões, de alegrias do trabalho a serviço da comunidade cultural".²³⁶

No pensamento pedagógico de Crispim há uma configuração moral do fenômeno educativo. Neste sentido, constitui-se numa ética pedagógica e não numa teoria pedagógica científica.

234 C. MIRA. *Homens úteis*, op. cit. p.2, c.1.

235 R. HUBERT, op. cit. p.344.

236 *Ibidem*, p. 345.

Ele visava o aspecto moral e não propriamente o fenômeno didático da relação ensino-aprendizagem.

Por esta razão se deixou nortear, nas suas reflexões, pelo princípio do utilitarismo. Colocou, deste modo, a utilidade como a diretriz, desde o jardim da infância, de tal maneira que o seu projeto perderia o significado se passasse a ser considerado fora deste contexto, porque de fato, fazia parte integrante de uma concepção ética do trabalho.

Há desta forma, no seu pensamento pedagógico, uma expectatativa moral. Almejou a moralização do país e o trabalho, neste âmbito, se transformou no meio mais eficaz para atingí-la, ficando reservado à educação, o papel de despertar o surgimento do "espírito do trabalho".

CAPÍTULO VI

O PENSAMENTO POLÍTICO E A ÉTICA DO TRABALHO

A POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Segundo Edgar Carone, a implantação da República deveu-se ao gesto restrito de um único setor social que ele identificou como sendo "os Senhores do Café".¹

A característica mais saliente deste período, portanto, foi representada pela ausência de participação política da sociedade, constituindo-se o Governo como representante de um pequeno grupo de predestinados.

Com a "Política dos Governadores" o Estado se transformou num domínio absoluto dos grupos oligárquicos que, naquele momento estavam no poder, significando um marco saliente na direção de uma centralização cada vez maior.²

Campos Sales, (1898 - 1902) na verdade, consolidou um sistema "pragmático-jurídico" de governo e, ao mesmo tempo em que promoveu a conciliação entre os grupos, assegurou a permanência destes na direção da política regional, fechan-

1 Edgar CARONE. *A Primeira República. 1889-1930*, 2. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973. p.373.

2 S. PINHEIRO. *Classes médias urbanas*. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira* (...). t.3, v.2, cap. 1, p.20.

do, conseqüentemente, as portas para as oposições.³

Fernando Henrique Cardoso falou, por isso, no estabelecimento da "Pax Oligárquica", doutrina dos chefes naturais, na qual predominava o executivo e todo o universo de arranjos entre "localismo, máquina estatal e clube de notáveis, em vez de partidos".⁴

Os objetivos públicos passaram, não raro, a se confundirem com os interesses particulares do partido ou das facções dominantes. A verdade é que predominou na Primeira República, em larga escala, o controle da esfera política federal, pelo jogo de influências dos "grandes Estados", como São Paulo e Minas, cujas aspirações, atreladas ao modelo econômico do sistema agro-exportador, passou a orientar o próprio exercício do poder.

Nos Estados imperavam, grupos oligárquicos bem definidos, vinculados também, na sua maioria, aos mesmos pressupostos agrários.

É certo, que a República se organizou como um regime excludente em que a participação no círculo dos "eleitos", era desencorajada nos seus intentos mais remotos e relegava os demais setores sociais a um obscuro processo de marginalização. O Estado representou, assim, tão somente os interesses de uma pequena minoria que estava, porém, armada de poderes especiais, **embora não se sentisse** vinculada estritamente às exigências do bem geral.⁵

3 E. CARONE. *República Velha; instituições e classes sociais. 1889-1930.* 4. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1978. p. 299.

4 F. H. CARDOSO. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales.* In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira (...).* t. 3, v. 1, cap. 1, p. 50.

5 E. CARONE, *A Primeira República*, p. 224.

Instaurou-se, então, na esfera pública, de certa forma, a ordem privada, representada pelos interesses dos grupos oligárquicos dominantes os quais, não tinham a menor intenção de se deixar dirigir pelas necessidades reais da nação.⁶ Permaneceram distanciados da vida econômica, social e cultural da sociedade e, cegos nas suas ambições, chegavam a "perder de vista" a própria "evidência dos fatos".⁷

Gilberto Amado disse que os homens instalados no poder "viviam em completa abstração da realidade que os circundava".⁸ Não se davam conta de que havia um país a construir, terra a povoar, campos a lavrar, estradas a abrir, moléstias a combater, transportes a estabelecer. A República não foi o fruto de mera "quartelada" e não foi também, por outro lado, apenas uma simples mudança ao nível das instituições. Houve uma transformação real, nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação. Deu-se, de fato, "uma passagem do antigo regime para uma ordem burguesa",⁹ como na Europa.

Neste sentido", os primórdios da República apresentam caráter sombrio, sem perspectiva para as classes humildes e até, aparentemente, sem a sua presença.¹⁰ Para os donos do poder o povo era considerado mais como um "atributo", como um apêndice da nação, do que propriamente como a fonte da soberania.¹¹

Os setores médios, por seu turno, fracassados na tentativa de participar do poder com a Proclamação da República, dada

⁶ *Ibidem*, p.266.

⁷ *Loc. cit.*

⁸ N.W. SODRÉ. *História da literatura brasileira*, 5.ed. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1969. p.473.

⁹ *Ibidem*, p.16.

¹⁰ E. CARONE, *op. cit.* p.376.

¹¹ F.H. CARDOSO, *op. cit.* p.31.

a supremacia dos interesses predominantemente agrários que, desde o início, influenciaram no cenário político, impondo a seu bel prazer, as regras do jogo, iriam, no final do período participar do processo de contestação e derrubada das oligarquias instaladas no poder central.¹²

Não tiveram eles um desempenho que visasse diretamente o aumento do seu poder no sistema político brasileiro e tão pouco foram capazes também, de promover transformações que pusessem em risco a dominação vigente.¹³ Com Prudente de Moraes e depois com Campos Sales, tornou-se impossível qualquer iniciativa de participação ou de autonomia.

Suas manifestações só produziram alguma consequência "quando foram contemporâneas de crises no interior da dominação oligárquica tradicional".¹⁴ Não visavam transformar o regime. Agiam como intermediários nas redefinições das alianças políticas no seio do grupo dominante. Não pensavam em substituir, mas apenas aspiravam "compor" com estas facções.¹⁵

É neste sentido que Fernando Henrique Cardoso afirmou que "menos do que pela prática das classes médias, a transformação do sistema de controle político, foi determinada pela ação desses grupos não conformistas, que surgiram no interior das próprias classes dominantes".¹⁶

12 E. CARONE. *A República Velha*, p. 177.

13 S. PINHEIRO, *op. cit.* p. 35.

14 S. PINHEIRO, *loc. cit.*

15 *Loc. cit.*

16 *Apud ibidem*, p. 36.

A AÇÃO POLÍTICA DE CRISPIM MIRA

É neste contexto da Primeira República que tentaremos situar o nosso tema. Aludimos anteriormente a uma conotação ética do "servir" e do "dever", como elos conceituais do pensamento de Crispim Mira. Vimos que o ele encarava a política como um "serviço". O político era definido como aquele que "ia perguntar ao povo" e que, desta forma, se predispunha a servir ao mesmo povo. Em contra partida, povo era aquele que exigia seus direitos de participação e preenchia o seu dever de intervir nos destinos da sua comunidade.

Em ambos os casos estavam em jogo, não o indivíduo e seus interesses particulares mas, o bem geral, o bem público. Assim, a política era considerada como o jogo dos interesses, em direção à construção de um objetivo maior e geral.

Observamos ainda que caberia ao político uma obra de mediação que consistia num ato de "auscultar" e de "coordenar", sobre a qual repousavam valores morais específicos, como uma ética do servir e uma ética do dever e que caberia ao povo participar, fiscalizando a conduta do poder, em cujo ato vigilante, também repousava um fundamento ético do "servir" e do "dever".

Com base nestas considerações preliminares, parece-nos ser possível afirmar que o pensamento político de Crispim Mira se expressa através de uma configuração ética, que a esfera política do seu universo conceitual adquire o significado mais expressivo no contexto geral de uma concepção moral da produtividade e do utilitarismo que compõe os va-

lores do seu conceito de trabalho.

Observando a realidade do seu tempo, afirmou que "a política não é feita sob a lúdima e constante inspiração da justiça e com o selecionamento das capacidades, mas em obediência a interesses e conveniências, que constituem (...) a verdade inamovível da existência social".¹⁷

Bastaria observar, por exemplo, as considerações que ele fez sobre o arbitrário sistema seletivo que orientava a preparação das listas dos nomes que iriam ser submetidos ao sufrágio popular, desvinculado dos méritos pessoais, dos direitos adquiridos e mesmo do resultado das urnas, porque as lideranças do regime não se faziam por si mesmas, pelo seu valor, pelo carisma pessoal e nem mesmo, pela delegação popular, através do voto. Elas eram feitas por meio de conchavos e barganhas, tramadas no círculo estreito da cúpula oligárquica.

A escolha, portanto, obedecia a uma hierarquia de valores escusos, de maneira alguma identificáveis na resposta da vontade popular. Tudo o que se fazia, nesta esfera, estava, de antemão, estabelecido pelas "preferências dos grandes Diretores dos destinos nacionais".¹⁸

Assim, o pensamento de Crispim Mira envolvia uma dimensão ética central, fundada sobre os pressupostos do "servir" e do "dever", contraditória, portanto no confronto, com a prática interesseira das oligarquias.

Desenvolvia ainda uma visão utilitarista do tema quando o percebia como um conjunto de "interesses", "conveniências" e

¹⁷ (C. MIRA). Rui Barbosa. *Terra Livre*, Florianópolis, 27 jan. 1919. p.1, c.2.

¹⁸ Loc. cit.

"preferências" da sociedade global, destinado a beneficiar esta mesma sociedade.

Mas, como disse Martins em relação às influências da época, não punha em dúvida "a legitimidade das instituições. Não desejava destruí-las, mas, salvá-las e, salvá-las, por assim dizer, de si mesmas e contra elas mesmas!"¹⁹

Por isso, seu discurso político, sem perder, contudo, a originalidade e a dimensão ética que o caracterizava, permaneceu sintonizado ao discurso político do grupo com quem se identificava. Da mesma forma, não pensava em transformar radicalmente o "statu quo", mas simplesmente almejava "compor".

A eticidade da ação política, em Crispim, está relacionada com o conflito que se estabelece na esfera dos "interesses", das "conveniências" e das "preferências" e os dois pólos da vontade: o individual e egoísta e o coletivo e geral, entre a vontade da facção dominante e a da sociedade global.

Ele advertia que "os homens públicos tem muito medo de desgostar seus correligionários e vão assim, de transigência em transigência, até se anularem por completo!"²⁰

Para ele a ação política era um imperativo moral em direção ao bem comum e, como tal, o seu significado mais profundo caía sob o prisma ético do trabalho.

Um exemplo disso encontramos nas suas considerações em torno da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, na segunda Campanha Civilista: "a época que se entreabre,

19 W. MARTINS. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 1978. v.6, p.45.

20 C. MIRA. *Notas cariocas. Folha do Comércio*, Florianópolis, 19 jan. 1915. p.1, c.1.

afirmou, é a do respeito e da homenagem aos que de fato representam um valor pelo trabalho e pela competência e não mais pelo favoritismo ou pelas conveniências de ordem pessoal".²¹

As idéias de "interesse", "conveniência" e "preferência" foram situadas na escala dos valores utilitários da ordem geral. O "favoritismo" e as "conveniências" que interpretavam a ordem política estabelecida pelas oligarquias, configuravam antivalores éticos do trabalho e do mérito e, como tal, deviam ser superadas mediante a introdução dos valores novos, relacionados com a ação produtiva: trabalho e competência.

Estes, então, passavam a representar o bem geral, em contraposição a uma "ordem pessoal". Eram, por isso, valores utilitários, enquanto levavam à construção de um bem comum,

Rui apareceu, neste contexto, como um modelo ético-político do trabalho e, do mérito como um protótipo da "competência", valor que se localizava nos horizontes de uma ética da produtividade. Era efetivamente esta uma das virtudes mais propugnadas por Crispim Mira.

Contrastava, logicamente, o conjunto destes valores, com a prática política da República Velha. Mas, foi sem dúvida, por esta mesma razão que atribuiu a Rui Barbosa, um significado análogo. Transformou-o num símbolo contrastante, enquanto o promoveu como exemplo típico da nova moral dos tempos "que se entreabriam".

Portanto, concebera a questão política como um problema eminentemente ético, observou-a como uma relação de valores morais que se confrontavam aos contravalores do exercício político cotidiano.

²¹ (C. MIRA). *Um grande candidato*. *Terra Livre*, Florianópolis, 1 fev. 1919, p.1, c.1-2.

"Respeitou" e "homenageou" apenas "os que de fato repre-
sentavam um valor pelo trabalho e pela "competência" e despre-
zou a politicagem, como sendo a negação destes valores. Foi
precisamente nesta conotação de operosidade, que ele avaliou o
significado do homem em geral e do homem político em particu-
lar. Nesta mesma admosfera de uma concepção voltada para os
aspectos construtivos da vida, definiu igualmente o Estado: En-
tre todas as suas possíveis configurações, afirmou, "pre-
firo a que lhe estabelece o dever de criar e enriquecer, mesmo
porque somente nessa teoria se enquadra a exigência progressis-
ta da atualidade".²²

A ÉTICA POLÍTICA DO EXEMPLO

A visão política de Crispim está dominada, em todos os
seus momentos, por uma perspectiva ético-pedagógica, por uma
intenção educativa, que perpassa a obra, como idéia diretriz
de um projeto amplo que explica a personalidade do homem e o
significado da sua atividade. Vêmo-lo assim, ad-
moestando o Governador Filipe Schmidt, para que oferecesse um
exemplo de conduta reta, porque, afirmou, "cabe-vos (...) fa-
zer aos outros seguirem-no sem desvios".²³

Acreditava que uma vez regeneradas as camadas dirigentes,
o processo se generalizaria automaticamente até às bases.

A "salvação" da República, dependeria assim, de um
ato volitivo da classe dominante. Por isso, acreditou que, se

²² C. MIRA. *O verdadeiro caminho. República, Florianópolis,*
20 jun. 1919. p.1, c.3.

²³ C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis,*
24 set. 1901. p.2, c.1.

em cada um dos Estados houvesse um empenho unânime em governar "com seriedade e harmonia; se se tratasse avidamente de buscar os veículos mais eficazes para a evolução progressiva; se, enfim, fossem os Governadores uns homens patriotas e instruídos, seríamos um país sem rival".²⁴

Mas, acreditava também na possibilidade de "regeneração" da República, pela regeneração do homem, pois dizia, "tudo está no exemplo e na austeridade dos detentores do poder",²⁵ apelando, novamente, para o concurso de uma vontade soberana. Esta concepção voluntarista, sem dúvida, estava na raiz do seu pensamento político tendente ao autoritarismo.

Admitia uma hierarquia nos modelos éticos do exemplo. Os que se encontrassem nas esferas superiores deveriam servir de emulação para os demais, porque a "regeneração" política, em síntese, era simplesmente um processo de transmissão de moralidade.

O exemplo de Joinville, foi apontado como modelo possível de uma administração voltada para os anseios da comunidade. Na Terra Catarinense, ele afirmou que "por escrúpulo pessoal ou como interferência da opinião pública, os Joinvilenses ainda se distinguem pela legítima compreensão com que praticam os bons princípios do regime, no tocante à sucessão dos seus dirigentes",²⁶ aludindo claramente ao sistema imperante no Brasil luso-brasileiro, onde, nas administrações públicas municipais, os "chefetes locais", não queriam "saber de tais coisas".

A política brasileira, de Norte a Sul, estava dominada pe

²⁴ Loc. cit.

²⁵ C. MIRA. *A situação financeira e política de Santa Catarina, Joinville, Otto Coch, 1924. p.33.*

²⁶ C. MIRA. *Terra Catarinense. Florianópolis, Moderna, 1920. p.81.*

la figura autocrática dos "coronéis". Mira os qualificou de "pequenos ditadores que se agarram ferozmente ao poder, queira o eleitorado ou não, sem se importarem com a natureza e com o decoro dos preceitos constitucionais que, ou ignoram ou não tem a precisa educação política para respeitá-los".²⁷

Joinville apareceu assim, como uma ilha encantada, onde o mar do "coronelismo" não conseguira lançar as suas ondas avas saladoras. Porém, recentemente, Eneida Raquel S. Thiago, evidenciou novas fronteiras desta questão. Descreveu, através do estudo das relações de compadrio, o fenômeno que ela chamou de "oligarquia do mate", em cujo centro predominava o grupo familiar dos "Gomes de Oliveira".

Na verdade, Joinville fora uma exceção, no tocante à administração pública durante o antigo regime. A existência de uma "Comuna", com suas leis próprias, independentes, embora harmônicas, das do Império, provam sua peculiaridade.

Mas a tradição política do coronelismo, fortalecida com o advento da República, tentou abertamente influir na vida política de Joinville. Por isso, pelas páginas do *Kolonie Zeitung* combatia-se a ameaça de uma única família dominar o Norte do Estado através da eleição de um membro seu para prefeito em cada uma das quatro cidades-sede dos municípios da Região.

"Como uma teia de aranha, dizia o jornal, a família Oliveira, tenta tecer sua teia sobre o Norte do Estado, para terem os quatro Municípios e fecharem um cerco familiar. E para essa teia que querem lançar sobre nossa cabeça, vós forneceis

²⁷ *Ibidem*, p. 83.

o fio".²⁸

O próprio Crispim que fazia parte do grupo familiar dos "Gomes de Oliveira", assinalou que "essa tendencia do mandonismo está de tal modo generalizada, que o pró-prio município de Joinville teve de sofrer, nesse último de-cênio, um grande eclipse na brilhante tradição que tanto o dignificava".²⁹ Na realidade, ele se manteve numa postura de crítica e de oposição.

Apelou também, constantemente, para os exemplos construti-vos, vindos de outras nações. Seu objetivo constante era mos-trar caminhos alternativos para os problemas políticos da Repú-blica. Disse que em outros países ninguém alcançava "qualquer cargo público, a não ser após longo tirocínio e com demonstra-ção de aptidão para o desempenho do mesmo".³⁰

Foi no modelo Norte Americano que colheu seus tipos éticos prediletos. Relatou, por exemplo, o caso de Mc Adoo que pedira demissão do cargo de Secretário do Tesouro e da adminis-tração das Estradas de Ferro para cuidar da restauração da fortuna pessoal que estava se desmoronando com seu afastamento em prol do serviço público. "Esse caso, afirmou, tem, para nós brasileiros, dada a maneira pela qual são julgados as pessoas que ocupam lugares públicos de certa importância, duas faces".³¹ Primeiro, que alguém possa empobrecer, numa alta posi-ção oficial; segundo, que alguém ainda tenha acreditado em Mc Adoo.

²⁸E.R.S. Thiago. *Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville, Florianópolis, UFSC, 1983. p.88.*

²⁹C. MIRA. *Terra Catarinense, p.83*

³⁰(C. MIRA). *O novo Congresso Estadual. Terra Livre, Florianópolis, 13 fev. 1919. p.1, c.2.*

³¹(C. MIRA). *Bonito exemplo. Terra Livre, Florianópolis, 9 dez. 1918. p.1, c.1.*

Por causa de exemplos desta natureza, afirmou convicto: "há de ser com as lições deste povo maravilhoso (...) que conseguiremos transformar o nosso país numa potência forte e respeitada entre as outras nações".³² Considerou os Estados Unidos, sob todos os aspectos, uma nação produtiva e operosa e que, como tal, merecia ser proposta como exemplo ao Brasil, "para ser nossa mestra em todas as manifestações da atividade humana".³³

A ÉTICA POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Mira compreendeu o exercício da política, como já vimos, sob dois aspectos: como prática de um poder delegado pela soberania popular e, como resposta a um dever cívico. Mas, antes de mais nada, concebeu-o nas duas formas, como um dever que atinge a todo cidadão e que não pode ser pensado como uma incumbência reservada a poucos. Compreendeu-o como um valor moral, diretamente relacionado ao mundo da ação construtiva.

Encarou a luta pelo poder como homem de sua época que não almejava provocar rupturas, não aspirava ao sistema de dominação e, muito menos, promovia uma pregação neste sentido. O significado da sua obra política foi meramente moral, como uma ética pedagógica do exemplo, capaz de colaborar com a regeneração do próprio poder mas, sem modificá-lo substancialmente. Desta forma, muito mais do que uma luta pelo poder, repre

³² C. MIRA. *Os Alemães no Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Comércio*, 1916. p.37.

³³ (C. MIRA). *Confraternização americana*. *Terra Livre*, Florianópolis, 28 nov. 1918. p.1, c.1.

sentou uma luta em prol do poder. Na realidade, ele não contestou o "Statu quo", o fato político estabelecido enquanto tal. Desejou apenas moralizá-lo. Dizia, "se os oprimidos suportam, chamai-os resignados. Se não promovem a reivindicação, chamai-os covardes".³⁴

Propôs uma conduta soberana por parte do povo: "como podemos assistir indiferentes que arranquem o prestígio da nossa delegação", afirmou, referindo-se às pressões do Executivo, "se a cada um de nós, cabe guardá-lo com probidade. Pois então, é admissível que uns homens sem escrúpulos, vão, sem o nosso levante, rasgando o íntimo do que nos é tão sagrado"?³⁵

Afirmava Crispim que "uma geração que vive de contemporizações covardes, sem envergadura ou sem coragem de defender com sobrançeria os direitos da terra em que nasceu ou vive, é uma geração que se decompõe, responsável pelos abusos que não quis punir e de que ficará triste e vil memória".³⁶

Sob este aspecto, compreendeu sua intervenção na política de Joinville, em 1922: "Tão irregular se me afigurou a intervenção do Juiz de Direito, nas coisas públicas, e tão desaforado estava a se tornar este sujeito, que não me foi possível permanecer indiferente, por mais tempo".³⁷

Não entendeu aqui, certamente, a questão política como mero jogo de interesses, mas, a configurou num significado global, como a elaboração e a participação num verdadeiro projeto

³⁴ C. MIRA. Pontos no B. Gazeta de Joinville, Joinville, 12 ago. 1905. p.1, c.2.

³⁵ C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 1 out. 1901. p.1, c.1.

³⁶ C. MIRA. O nosso porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 2 set. 1910. p.1, c.3.

³⁷ C. MIRA. O cachinguelê escafedeu-se. Correio de Joinville, Joinville, 14 jan. 1922. p.1, c.1.

social, que, apesar de confiar seus destinos às mãos de representantes, não se omite em seu dever de fiscalizar, como sentinela, cada um dos seus passos.

Nesta acepção, político, é todo aquele cidadão que não se cala diante da opressão, que não esconde seus sentimentos de revolta perante a supressão dos seus direitos, mas que denuncia a aviltação moral e defende os direitos "sagrados" que constroem o bem comum e a liberdade.

Mira, neste sentido, tornou-se o protótipo exemplar da "ética política da participação cívica". Desenvolveu-a como uma interpretação moral da ação construtiva interior e lutou por implantá-la, através do seu próprio exemplo e da pregação dos valores da vida ativa e participativa, do civismo, na alma dos contemporâneos. Viveu-a como um dever, exigiu-a como um direito e testemunhou-a com a morte.

Esta dimensão encontramos já nas "cartas ao Sr. Governador". Mira debutou, através delas, no campo da análise política, com um programa de ação bem delineado. Dizia naquele momento: "eu não seguirei esta rotina, custe o transe que custar. Criticando com minhas forças, o que se desgarrar do racional, terei a lealdade em vigília".³⁸ "Crítica", "lealdade" e "vigilância", foram estes os valores cívicos que fomentaram sua concepção etico-política.

A uns compete "sugerir", a outros "executar", acrescentou. Mas, "com a inevitável responsabilidade de serem censurados pelo que era preciso que fizessem e, no entanto, deixaram de fazer".³⁹ Reservou à sociedade, como se pode observar, o dever de "censurar" os que detinham o poder e mesmo aqueles que sim

³⁸ C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 set. 1901. p.1, c.2.

³⁹ (C. MIRA). *Propaganda agrícola. Terra Livre, Florianópolis*, 13 dez. 1918. p.1, c.1.

plesmente deviam vigiar, por seus atos e por suas omissões, como uma "inevitável responsabilidade".

Não era partidário, logicamente, do elogio. Basta que se leia o opúsculo *A Situação Financeira e Política de Santa Catarina*, para se compreender a conotação moral que lhe atribuíam. Quem cumpre seu dever, com efeito, não se torna, sob título algum, digno de elogios, pois era simplesmente seu dever cumpri-lo.

Ele compreendeu a sociedade como um todo, no seio do qual se distribuían papéis. A uns caberia a dominação, a outros a fiscalização. Mas, o princípio básico que regeria esta harmonia, do ponto de vista do interesse geral, do bem público, seria sempre "uma vontade desejosa de acertar e de ser útil".⁴⁰

Ele pagou com a própria vida o preço desta concepção ética das relações políticas.

Perceberá, na origem dos graves problemas sociais do seu tempo, uma questão eminentemente moral, representada, em primeiro lugar, pelo "statu quo", a perpetuação das oligarquias no poder e a conseqüente ordem política implantada; em segundo lugar manifestada pela denúncia da conivência e do "menefreguismo" da sociedade, quer dizer, da indiferença que esta demonstrava diante da corrupção e da "politicagem", não postando-se decididamente em favor da defesa do bem comum.

Na série intitulada "O nosso Porto", fez uma descrição completa deste comportamento. Responsabilizou a própria comunidade pelos desmandos que corroíam a vida pública do Estado. Descreveu uma sociedade condescendente para com indivíduos incompetentes, guindados aos postos de comando sem que tivessem maior preocupação do que o cuidado exclusivo dos seus interes

⁴⁰ C. MIRA. *O que já fizemos e o que pretendemos fazer*. *Folha Nova*, Florianópolis, 18 nov. 1926. p.1, c.1.

ses particulares.

Para se omitir da responsabilidade de denunciar tais fatos, tecia esta sociedade, uma "intrincada teia de considerações pessoais de toda espécie".⁴¹ Aqui era porque estava envolvido um cavalheiro que, apesar de comprovadamente incompetente, era tido por "muito hábil" e, caso fosse necessário atribuir-lhe o verdadeiro mérito, seria preciso desagradar "este ou aquele"; ali era porque tal funcionário estava bem relacionado com "este ou aquele"; mais adiante, porque "tais e tais laços de parentesco, prendem-no ao cunhado do sobrinho, do compadre de Fulano e Sicrano. Num contínuo repassar de motivos de ridícula sentimentalidade ou má compreendia cortezia, em que se acobertam a incúria e os erros, para não ir mais adiante".⁴²

Labutou constantemente dentro desta perspectiva, mantendo a escala de valores na sua ordem lógica, original, mesmo que, para isso, tivesse que ferir ou ser "cruel". "A nossa disciplina há de ser desagradável, mas será higiênica", respondeu ao *Comércio de Joinville*, que o acusava de estar criando problemas ao Partido Republicano. "Sem o auxílio do clorofórmio, não se pode, sem dor, amputar um membro putrefacto, de qualquer organismo".⁴³

A vigilância e a atitude preventiva, em relação aos homens instalados no poder, concebeu-as como um ato "desagradável", mas, "higiênico", e, portanto, necessário. Foi precisamente neste aspecto que ele se transformou num tipo ético exemplar. A convicção que possuía e o significado atribuído ao seu papel de instância "crítica" da consciência do seu tempo, pode ser percebida na seqüência do relato: "que o doente se contor

41 C. MIRA. *O nosso porto. Folha do Comércio, Florianópolis*, 11 ago. 1910. p.1, c.2.

42 *Loc. cit.*

43 C. MIRA. *Governo do Estado. Gazeta de Joinville, Joinville*, 29 jul. 1905. p.1, c.2.

ça e blasfeme. Não importa. Prosseguiremos com justiça, e, nesse terreno, não mediremos conveniências baratas. Por isso, no ardor da nossa causa, não conhecemos impecílios e por vezes, haveremos de ser demasiado cruéis".⁴⁴ Estava com a razão Spranger, quando afirmou que "a moralidade nada mais é do que a lei do mundo que opera em nosso peito e nos prescreve uma configuração valiosa para nossa própria interioridade".⁴⁵

A ÉTICA DO BEM PÚBLICO

As reflexões desenvolvidas por Crispim, sobre o mundo da política, estabelecem os limites da moralidade cívica do cidadão. São elaboradas a partir do conceito de "bem público", ou de "bem comum". O aspecto moral que representam está na perspectiva da promoção dos interesses gerais e dos valores da sociedade como um todo e, conseqüentemente, são a negação dos valores e dos interesses particulares.

Este é o núcleo que está no centro de todas as considerações que versam sobre o tema político, no decorrer da obra. O próprio Mira se qualificou de defensor das "causas gerais", dos "interesses gerais", do "bem geral".

Ele iniciou, nos seus primeiros escritos, afirmando que a política "é a arte de bem governar os povos, de dirigir os Estados com cortesia e sabedoria".⁴⁶ Estava nesta época no Rio, e entusiasmado com as idéias de Von Thering autor de A Lu

⁴⁴ *Loc. cit.*

⁴⁵ E. SPRANGER, *op. cit.* p.297.

⁴⁶ C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 27 ago. 1901. p.1, c.2.

ta pelo Direito e também de Spencer, encetou uma incursão no campo da análise política sobre seu Estado natal. Disse, nestes primeiros artigos, que "político é o homem que governa com acertadas leis, com amor a seus governados, com muito patriotismo, (...) que se interessa pela honra, finança, indústria, agricultura, comércio, arte, instrução, progresso da sua pátria".⁴⁷

Político, acrescentou, é, além do mais, "o homem que generoso e leal, vai perguntar ao povo qual é a sua miséria, que, caridoso, vai indagar a causa das lágrimas (...); que, rezando, geme perto de um filhinho (...); que, bondoso, toma nos braços as criancinhas (...) e reverente, saúda o mais ínfimo dos proletários".⁴⁸ Descreveu, assim, o homem público, como um tipo investido de virtudes morais específicas e imprescindíveis para a execussão da tarefa administrativa.

Por outro lado, estabeleceu também um elenco de valores que o estadista deveria cultuar, como, a "generosidade", a "caridade", a "piedade", a "bondade" e a "reverência".

Definiu as condições primeiras e básicas, para "governar os povos com cortesia e sabedoria". E assim, inscreveu estas virtudes, no rol dos interesses gerais, do bem comum.

A intenção de Crispim foi definir o homem público, como um ser dotado de valores morais diametralmente opostos aos do homem empiricamente dado no contexto da práxis política do seu tempo. Por isso, desenhou-o como "o homem que, com sinceridade, repele todas as arbitrariedades (...) que (...) se dirige às massas, dando conta dos seus atos (...). É incapaz de imolar o patriotismo ao mais avultado interesse".⁴⁹

47. *Loc. cit.*

48. *Loc. cit.*

49. *Loc. cit.*

Na verdade, criou uma tipologia representativa da personalidade do homem público, inserida num quadro utópico e alimentada em aspirações nacionalistas. Apesar disso, este modo de encarar o problema, formava as bases da concepção que estava se desenvolvendo e que se cimentaria depois. "Leis", "amor" e "patriotismo", surgiram neste contexto, como os valores-chave que expressavam o verdadeiro interesse pelo bem comum. As relações políticas foram interpretadas como um colocar-se ao serviço do outro, como um ato de "cortesia e sabedoria", sem que esta visão alterasse, em algum momento, os resíduos de autoritarismo que subsistiam nas raízes da sua concepção política geral.

Por esta razão, prefigurou-se o verdadeiro tipo político, como aquele homem capaz de trabalhar "pelo bem estar material e intelectual do seu Estado",⁵⁰ como um tipo ético do trabalho, empenhado em produzir bens utilitários, em construir a felicidade dos cidadãos. A laboriosidade do "homem do poder" transpareceria através de atitudes éticas: não violaria o "sufrágio universal", decantaria a "liberdade", se preocuparia em "instruir o povo" e "tranquilizar o lar".

Caber-lhe-ia incitar o povo a sacudir o jugo estrangeiro e seria seu dever, "recuar enojado, diante das promessas de sindicatos⁵¹ que venham explorar seu país". Finalmente, deveria, "antes perecer que trair". Portanto, o "homem do poder", ideal, era o próprio "homem do trabalho", e como este, era concebido como um herói. O heroísmo constituía, para nosso autor, o acatamento incondicional dos interesses do bem comum.

⁵⁰ *Loc. cit.*

⁵¹ O termo interpreta os interesses do capital estrangeiro que vinha explorar as lacunas empresariais do país. Apresenta analogia com a palavra "multinacional", hoje largamente empregada.

O pensamento político de Crispim Mira exigia também o concurso dos tipos éticos para promover a motivação, enquanto exemplos de dedicação ao bem geral. Neste sentido, conservava uma constante intenção pedagógica. Assim, "Marnix, instruindo o povo holandês" e "Tolstoi, se insurgindo contra a tirania" foram transformados em heróis modelares de um comportamento político, voltado para os interesses do bem comum.

Nos primeiros textos, portanto, Mira fez uma analogia entre o "homem do poder" e o "homem do trabalho" e descreveu o político pelo prisma da laboriosidade, cuja obra redundaria na construção do bem público. Este era compreendido como um conjunto de valores espirituais, materiais e culturais, relativos à ordem social, política, econômica e cultural, tendentes à geração da harmonia e felicidade geral da nação.

No último texto, Crispim narrou a história de um longo processo de omissão do dever inalienável que caberia ao povo de exigir "prestação de contas" da administração dos bens públicos e do uso do dinheiro da União, destinado às obras de abertura do canal de acesso ao Porto de Florianópolis.

Iniciou, denunciando "escandalosos abusos, inacreditáveis assaltos aos dinheiros públicos. Gente que vive à tripa forra à custa da nação, enquanto o povo sofre duras necessidades"⁵². Era, evidentemente, uma história que descrevia a prática político-administrativa corrupta, na qual procurou realçar os aspectos éticos, indicadores da incúria e do menosprezo com que os responsáveis tratavam o patrimônio público e com que a nação defendia as coisas relacionadas aos bens gerais.

52 C. MIRA. *História de uma Repartição Pública Federal* (...). *Folha Nova*, Florianópolis, 24 mar. 1927. p.2, c.1. Trata-se, porém, de uma cópia, do original que se perdeu, publicado no dia 16 ou 17 de fevereiro.

Neste sentido, o texto se tornou seu testamento de vida. Foi, acima de tudo, uma denúncia corajosa sobre as condições imorais em que jazia a Administração Pública Federal e uma acerba advertência sobre a incapacidade demonstrada pela nação de se perceber, como um todo e como depositária única da legitimidade, a quem caberia decidir, em última instância, pelos destinos da pátria, e portanto, pelos bens que pertenciam à comunidade.

Assim iniciava o artigo que lhe valeu o atentado e, como consequência a morte: "Foi há muitos anos, numa terra longínqua. Era uma terra linda, fagueiramente beijada pelo mar, habitada por gente boa e hospitaleira. Tão hospitaleira que de regra, alguns forasteiros passavam a ser nela pequenos reis. Tendo havido um que chegava dizer-ser invejado e combatido, porque sabia ler e escrever. E o bom povo, o não correu a chicote".⁵³

Mira, podemos afirmar, defendeu a idéia de que a corrupção e todos os desmandos possíveis que afetam a esfera do poder, são sempre decorrência de uma conduta omissa, por parte do povo que não quer ou não despertou para a defesa dos seus direitos ou dos seus deveres de participação e de pressão.

Neste particular, ele próprio representou a figura deste modelo ético de cidadão e de profissional que devotou toda sua vida em defesa do bem comum e da participação cívica. "Somos indisciplinados, disse em 1905, porque queremos a luta dos Partidos se vigilando (...) porque não compactuamos com o mal e não entoamos louvores à corrupção (...), não acompanhamos a opinião dos que se curvam".⁵⁴

Há meio século se arrastava o problema do Porto de Floria

⁵³ *Loc. cit.*

⁵⁴ C. MIRA. *Governo do Estado, op. cit. p.1, c.1.*

nópolis, já denunciado em 1910, pela Folha do Comércio. Apesar disso, comentou, o comportamento da sociedade, ao final de todo este tempo, era "de paciência e indiferentismo (...). Às vezes comentava o abuso, mas não tardava a recair na sua proverbial e excessiva generosidade".⁵⁵

O aspecto ético evidenciado neste comportamento, demarca os limites da responsabilidade que caberia à comunidade no concerto da vida política. O estado apático da "paciência", do "indiferentismo" e da "generosidade", representa a imputação de cumplicidade. De fato, constituíam anti-valores, no tocante às exigências da defesa do bem comum. Mira, portanto, estabeleceu uma correspondência entre a politização da comunidade e a moralidade do poder, porque a omissão em relação ao dever da vigilância, da denúncia e da defesa dos direitos, conduz, inevitavelmente, ao abuso do poder.

Por esta razão, desde os primórdios da sua atividade, convencera-se de que o povo era "sempre o culpado da existência dos dêspotas".⁵⁶ E no âmbito desta concepção manifestou seu posicionamento ético, enquanto apelou para a corresponsabilidade.

O bem estar geral e a harmonia da convivência social, seriam, assim, o estado de equilíbrio resultante do exercício dos respectivos papéis políticos, na relação povo-poder, porque no seu modo de encarar o fato político, tornava-se "indesviável (...) a responsabilidade do povo",⁵⁷ no tocante à defesa do bem comum, à fiscalização e ao amparo dos próprios direi

⁵⁵ C. MIRA. *História de uma Repartição* (...) *loc. cit.*
⁵⁶ C. MIRA. *Culpa do povo é súplica. O Estado, Florianópolis*, 19 nov. 1901. p.1, c.3.
⁵⁷ *Loc. cit.*

tos.

Crispim admitiu mesmo o direito popular de dominar e controlar o d^és^pota ou as oligarquias, porque eram princ^ípⁱos geradores de anarquia. E neste sentido h^á no seu pensamento, a defesa e a justificac^ão de uma ética da viol^ência.

Considerava culpado o povo que n^ão reagisse ã opress^ão. "Se lhe violam os direitos, afirmou, compete-lhe castigar severamente os que agem assim, porque é a um tempo, juiz e r^éu de si mesmo, A sua indiferen^ça encoraja os que andam devastando garantias alheias".⁵⁸ Queria regenerar a Rep^ub^lica pela corresponsabilidade, queria dar li^ções de vida participativa e de civismo. E isto apenas seria ating^ível pela politiza^ção, que possibilitaria, a cada um, identificar e assumir o papel que lhe cabia na sociedade.

Esta maneira de encarar a problem^ática, na verdade, n^ão representava uma inten^ção revolucion^ária, pois n^ão objetivava transformar o "statu quo". O "castigar severamente", n^ão implicava necessariamente, numa mudan^ça real, mas, era um ritual de simples purifica^ção. Tanto as elites, quanto o povo, para ele, estavam convocados de certa forma, a desempenharem pap^éis rec^íprocos de purga^ção. Referindo-se aos problemas administrativos do porto de Florian^óp^olis, assinalou, neste aspecto, que "ningu^ém pergunta ou responde. Por que? Porque o chefe da comiss^ão est^á muito bem relacionado com as principais pessoas desta capital, quer na pol^ítica, quer fora dela, e ning^uém querer^á susceptibiliz^á-lo, emitindo opini^ão pouco favor^ável".⁵⁹

pregou a coopera^ção, a concilia^ção e o acordo.

⁵⁸ Loc. cit.

⁵⁹ C. MIRA. *O nosso porto. Folha do Comm^ércio, Florian^óp^olis, 11 ago. 1910. p.1, c.2.*

Num texto escrito com finalidade didática, falou sobre "as estradas e a agricultura". Mostrou ali os resultados práticos e fecundos a que se poderia chegar, mediante a utilização de um comportamento construtivo e cooperativo, na solução dos problemas comuns. "Hoje todos sabem cumprir melhor os seus deveres", explicava às crianças, educando-as para o trabalho e para a cooperação mútua, "é por isso que tudo vai marchando bem".⁶⁰

A ética política, no aspecto da corresponsabilidade social, portanto, voltava-se igualmente para uma dimensão utilitarista, para uma face mais construtiva da vida em grupo. Objetivava a colaboração, em vista dos resultados gerais a que se poderia chegar. Era, assim, uma ética do trabalho, e, como tal, parte de um projeto pedagógico mais amplo. Fazia parte de um plano moral.

A ÉTICA DA DIGNIDADE

A preocupação com a questão da dignidade política, com o culto dos valores relativos à honra pessoal ou social, interpreta uma das dimensões mais significativas da concepção política de Crispim Mira.

O conceito de dignidade, no dizer de Maria Ossowska "permeia todas as nossas normas morais".⁶¹ Todos os valores desta esfera, cultuados pelo indivíduo ou pela comunidade, se estruturam como algo que é digno, como alguma coisa que dignifica ou enobrece o homem.

⁶⁰ C. MIRA. *As estradas e a agricultura*. Terra Livre, Florianópolis, 4 jan. 1919. p.1, c.4.

⁶¹ M. OSSOWSKA, *Para uma sociologia de la moral*, Estella Verbo Divino, 1974. p.316.

Sobre análoga concepção, Mira fez repousar o significado do momento histórico que se caracterizava pelo emaranhado das relações políticas, onde predominavam os interesses dos grupos oligárquicos, instalados no comando dos Estados, e toda a constelação de alianças com os "coronéis" que imperavam nos municípios.

Vitor Nunes Leal explicou este relacionamento pela fórmula que convencionou chamar de "sistema de reciprocidade".⁶² Mostrou o esquema político mediante o qual os chefes municipais e os "coronéis" garantiam a maioria necessária para o fortalecimento da situação, através do "voto de cabresto", enquanto o grupo dominante no Estado, que dispunha do erário público, dos empregos, dos favores, da força policial, enfim, que possuía "o cofre das graças e do poder da desgraça",⁶³ garantia, em troca, favores e privilégios.

A reciprocidade se estabelecia, então, mediante a garantia do voto favorável, através da manipulação do "coronel", ao nível municipal, sobre os "magotes" de eleitores que arregimentava, e mediante a outorga de favores e facilidades por parte dos homens do poder estadual. Esta prática habitual se revestia de tamanha força aliciadora, que a própria oposição, "não tendo em geral, uma motivação ideológica nas suas atitudes", sempre procurava se aproximar do Governo, "beneficiar-se da situação, e tornar-se situacionista".⁶⁴ Só era possível conseguir favores, e prestígio ao nível da localidade, quando se era partidário do Governo. Este fato, porém, não impedia, de maneira alguma, a existência de um coronelismo de oposição

⁶² V. N. LEAL. Coronelismo, enxada e voto. 4.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. p.43.

⁶³ *Loc. cit.*

⁶⁴ E. CARONE. A República Velha, p.255.

atuante, no seio do qual se desenvolviam tendências de relacionamento análogo, apesar do rígido controle exercido pelas facções dominantes.

Foi por esta razão que Crispim afirmou que, "de todas as paixões humanas é a política, pela força da sua materialidade, a que mais exalta os indivíduos. Substitui a religiosidade(...) com o brilho trágico da sua perversidade"⁶⁵, capaz de utilizar-se de todos os meios e de todas as armas para "denegrir o adversário" e, assim, chegar ao triunfo. Era de tal maneira "trágica", que se permitia cometer "todo tipo de arbitrariedades contra os oposicionistas".⁶⁶

A atividade política, pois, se tornava uma força "cega para ver a verdade", "inconsciente para sentir a injustiça" e demasiado autoritária", para respeitar os direitos: "atassalha", "difama", "calúnia", "tece a intriga", acrescentou Crispim. Sua prática real deixava as marcas do aniquilamento moral, "subornando as consciências, obliterando os estímulos, esmagando o caráter".⁶⁷

Mira configurou a atividade política como um rolo compressor que eliminava pelas próprias bases, os princípios norteadores de uma conduta livre e da dignidade individual. "Onde havia o culto da honra, afirmou, fez a dignificação da cortezanha; onde a lealdade era o princípio, erigiu a hipocrisia; onde a ilustração era o mérito, pôs o predomínio da incompetência".⁶⁸

O problema ético era, portanto, o tema central da questão

⁶⁵ C. MIRA. *Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis*, 27 out. 1913. p.1, c.3.

⁶⁶ E. CARONE, *op. cit.* p.310.

⁶⁷ C. MIRA. *Sigilo do voto, op. cit.*

⁶⁸ *Loc. cit.*

política, nesta fase republicana, segundo a interpretação de Crispim Mira. Assinalou, de fato, a existência de uma inversão nos valores, que da esfera superior, da utilidade e do trabalho produtivo, eram conduzidos aos degraus inferiores da política, da covardia e da conivência.

Já em 1907, em Joinville, debatia estas questões. Combateu, na época, a subserviência dos políticos locais, subjugados pelos ditames dos chefes, mostrando as maravilhosas vantagens de se baterem "palmas às tiranias e entoar louvores à injustiça dos fortes". Assinalou, com ironia, que "ser opositor é ser tolo, é não compreender as delícias das sombras benéficas do governo. Esta sim, nos dá vantagens, nos cerca de considerações". E concluiu num tom de mofa, "como é bom, como deve ser gostoso andar a gente, com a língua metida neste escaninho melífluo, dando estalidos de prazer, gozando orientalmente, parvamente".⁶⁹

Descreveu o homem público como um tipo que malbarataria o sentido da própria dignidade em troca de vantagens e de segurança pessoais. Criara-se, como que, um ideal de personalidade, na base desta inversão: vencer com o auxílio de conluios, favores e opressão, tornara-se fato moral comportamental, plenamente aceitável.

Ossowska mostrou, com muita clareza, os influxos que estes ideais de personalidade exercem sobre o nosso sistema de aprovação e desaprovação moral.⁷⁰

Nesta acepção, a República Velha se manifestou como um período de intenso conflito moral, onde a honra e o oportu

⁶⁹ (C. MIRA). *Criançadas da Gazeta. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1907. p.1, c.1.*

⁷⁰ M. OSSOWSKA, *op. cit.* p.315.

nismo se defrontaram numa luta desigual.

O sistema de alianças entre as forças políticas dominantes na cúpula estadual e no município, como é óbvio, não repousavam em princípios e convicções de ordem ética, mas se assentavam nas vigas mestras do oportunismo. "Que o confirmem os que saboreiam o bolo governamental, desde a proclamação da República, afirmou Crispim, e vivem a arrotar de fartos, a barriga crescida, num estado interessante, prestes a arrebentar".⁷¹

O apoio governamental era imprescindível para a obtenção dos benefícios do sistema.

A obra que nos legou este jornalista, na verdade, representa uma luta contínua em prol da dignidade pessoal e social, em favor do direito de pensamento, livre e autônomo, de um espírito capaz de reagir com sobranceira a todo tipo de ameaça e pressão, de conluio, de aviltamento da honra. Comentava, em 1907, no auge da polêmica contra o autoritarismo do chefe político em Joinville, que "a nossa luta nos pareceu inglória. Chegamos a temer da existência desta folha. Os assuntos escabrosos que nela ventilaram, despertaram animosidades ferozes, da parte daqueles que desejavam fôssemos covardes e subservientes".⁷² A "compressão" imposta no campo político pelo poder, se estendia ao campo social e profissional, com a mesma intensidade.

Pereira Viana pintou com maestria este quadro político, apelidando os Deputados Federais de "cachorrinhos e gatos de Luis XI".⁷³ Silveira Martins, estigmatizou a Assembléia Geral de "Câmara dos servis".⁷⁴

⁷¹ (C. MIRA). *Criançadas da Gazeta*, loc. cit.

⁷² C. MIRA. *O nosso rumo*. *Gazeta de Joinville*, Joinville, 30 mar. 1907. p.1, c.1.

⁷³ C. MIRA. *Sigilo do voto*. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 25 out. 1913. p.1, c.1.

⁷⁴ Loc. cit.

O servilismo imperava em todas as camadas da vida política e até no Senado. De fato, Zacarias de Goes, referindo-se à autonomia e à liberdade de voto no Senado da República, narrou a história das juras e dos protestos dos Senadores que, enquanto permaneciam na sala do café, ou pelos corredores, se agitavam, resmungavam e prometiam votar segundo os próprios princípios, contra, resistindo a qualquer tipo de pressão. Mas, apenas chegado o momento da votação, em plenário, "levantaram-se caladinhos e submissos e votaram sim. Dois (...) fugiram, e, fizeram bem; um até ficou no ar, nem sentado, nem de pé, votou a meio pau".⁷⁵

O servilismo se transformara assim, na marca moral mais saliente da vida política, na Primeira República. As Câmaras federais, disse Crispim, "vivem humildemente submissas ao gesto do Presidente da República, (...) variando docilmente à feição das ordens sopradas do Catete".⁷⁶ A tal ponto estavam envolvidas nesta atmosfera de dependência que se esqueciam da realidade que clamava soluções. Mira afirmou que "o Parlamento nacional, em que nos pese, é bem um atestado da consideração que merecem os grandes problemas do país".⁷⁷

Na *Confraternização Republicana* descreveu um panorama análogo. Afirmou que o Poder Legislativo, "assaltado pelos conchas das oligarquias estaduais (...) vive entregue (...) à incompetência, à ociosidade, à ausência de civismo".⁷⁸

Ossowska, interpretou idêntica situação moral, no horizonte teórico das relações entre "obediência" e "dignidade". Afirmou que, "em países governados por meios coercitivos, pode-se

⁷⁵ *Loc. cit.*

⁷⁶ *Ibidem*; p.1, c.1-2.

⁷⁷ (C. MIRA). A preocupação do momento. *Terra Livre*, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.1.

⁷⁸ C. MIRA. *Confraternização Republicana*. Rio de Janeiro, 1918. p.244.

observar um conflito constante entre a obediência e a dignidade pessoal".⁷⁹ A falta de protesto, disse ainda, conduz ao acomodamento do sentido da dignidade às condições impostas, podendo mesmo, na maioria das vezes, levar à renúncia das próprias convicções. Gera-se, em consequência, no espírito, um mecanismo de autojustificação da conduta, a tal ponto que, ao submeter-se aos ditames da coerção, faz acreditar que aquilo que se lhes exige, é perfeitamente justo.

Na realidade, se instaura na alma, neste mesmo instante, o conflito moral. E mesmo quando, por ventura, as convicções persistem, procura-se minorar a importância do comportamento exigido pela força. Nesta hora "chega-se a crer que, submetendo-se à coerção, ficam salvaguardados valores superiores e mais necessários".⁸⁰

Leal mostrou muito bem este aspecto quando disse que "o governo estadual fica com o critério de respeitar ou não as preferências da maioria do eleitorado local".⁸¹ O direito discricionário, obviamente, aviltava a ordem moral e conduzia ao comportamento servil. A vontade do chefe se transformava num dogma inviolável. Dizia a este respeito um contemporâneo de Crispim, referindo-se à política catarinense, que, no dia em que se começasse a murmurar contra Hercílio Luz "bastava que ele(...) mandasse pendurar sua bengala(...) na sacada do palácio, para que todas as bocas se fechassem".⁸² Mira acrescentou que mesmo depois de morto Hercílio seria obedecido, ironizando as críticas de Ulisses Costa,

⁷⁹ M. OSSOWSKA, *op. cit.* p.113.

⁸⁰ *Loc. cit.*

⁸¹ V.N. LEAL. *op. cit.* p.53

⁸² Sálvio Gonzaga. Apud C. MIRA. A situação financeira e política de Santa Catarina, p.29.

dirigidas contra o extinto Governador. Afirmou que se ele pudesse sair da tumba e resolvesse voltar para tirar satisfações do Juiz, que fora seu auxiliar direto, o Governador Coronel Pereira Oliveira, a quem o mesmo Juiz servia agora como Secretário do Interior e Justiça, "haveria de vê-lo de mãos postas e de joelhos diante do ressuscitado a divinizá-lo de novo, como o fez durante os seis anos passados".⁸³

Por outro lado, a "política dos Governadores", ao estabelecer o controle geral sobre os Estados, como forma de cecear o acesso das oposições ao poder, tornara-se responsável pelo agravamento dessa tendência. Os governos estaduais, concentrando em suas mãos os instrumentos de pressão, a fim de convencer os mais recalcitrantes, e mesmo "degolar" os oposicionistas, forçavam a eliminação dos poucos focos de resistência e de autonomia. Com isso os valores da dignidade, se esvaíam por completo. Então "espessa trama de cumplicidade cobriu o cenário político; convertera-se a vida pública num jogo de cúpula, em que só participavam os iniciados".⁸⁴

Neste sentido é suficiente observarmos que a atuação política das bancadas estadual e federal, na maioria das vezes, se limitava apenas a "referendar as combinações antecipadas dos expoentes políticos".⁸⁵ Esta trama complexa tinha raízes profundas no interior do regime e fazia parte dos "artifícios do partidarismo",⁸⁶ como afirmou Crispim. Havia um certo pacto de encobertamento da realidade tramada.

Era comum entre os políticos, "o medo de desgostar os

⁸³ Loc. cit.

⁸⁴ E. CARONE, *op. cit.* p.309.

⁸⁵ (C.MIRA). *Coisas brasileiras. Terra Livre, Florianópolis*, 11 fev. 1919. p.1, c.2.

⁸⁶ C. MIRA. *Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis*, 19 jan. 1915. p.1, c.1.

(...) correligionários".⁸⁷ Nesta base se instaurava uma complicada estrutura de "transigências" que acabava por anular os princípios da dignidade pessoal, em troca da garantia do mandato. Na verdade, sobre as aspirações aos cargos políticos, pairava a "espada de Dâmocles": o "reconhecimento dos poderes". Quem, de alguma forma, lograsse escapar das "ordálias preliminares", isto é, do "bico de pena", afirma Vítor Nunes Leal, poderia ainda ter seu diploma cassado, pelo mecanismo da "dego-la".⁸⁸

Crispim se referiu a esta prática, como a um verdadeiro abuso. "Creio não haver disparate, explicou, no dizer que, a respeito desse assunto, estamos entregues ao pleno domínio da tirania política".⁸⁹ O jogo do poder se realizava a "cartas marcadas", prevalecendo sempre "a combinação dos grandes chefes".⁹⁰ Os parlamentares se limitavam ao ritual já decorado de dizer amém. Parece mesmo que a suprema orientação deste tipo de comportamento, se fundava apenas no interesse utilitário imediatista, no egoísmo e no servilismo. "O egoísmo é a única base de todas as sociedades",⁹¹ assegurava de fato, Le Dantec, autor lido naqueles tempos.

Na Situação Financeira e Política de Santa Catarina, Mira interpretou a motivação geradora deste comportamento servil. Referiu-se à mentalidade que postergava as considerações conducentes ao exercício da dignidade, da hombridade, a um segundo plano. Disse que a "ânsia geral é subir, aparecer, ganhar sempre mais, fazer fortuna, arranjar colocação para os filhos

⁸⁷ Loc. cit.

⁸⁸ V.N. LEAL, *op. cit.* p.229.

⁸⁹ C. MIRA. *Notas Cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 10 fev. 1915. p.1, c.1.*

⁹⁰ (C. MIRA). *O critério para a convenção. Terra Livre, Florianópolis, 12 fev. 1919. p.1, c.1.*

⁹¹ Apud C. MIRA. *Sigilo do voto, loc. cit.*

e para os parentes".⁹² Acrescentou ainda, em outro texto, que "a regra tem sido a inconsciência do útil e a predileção pelas puerilidades de todas as espécies, desde as atitudes frívolas a bombásticas da incultura, até a inferioridade especulativa do boato".⁹³

Tratava-se, portanto, de uma predisposição espiritual que aviltava a escala dos valores e justificava o mimetismo na conduta moral, porque há, realmente, uma vinculação intensa entre a preocupação para com a própria dignidade, com o sentimento da honra, e o nível de aspiração da vida interior.⁹⁴

Esta mentalidade estava presente e atuante na origem do fenômeno do "paternalismo" e do "filhotismo", descritos por Leal.⁹⁵

O "coronel" enquanto político que atuava no reduzido cenário municipal, não diferia em nada dos outros que circulavam nas altas esferas. Pois em geral, os políticos estaduais começaram também no Município, onde ostentavam a mesma "impura falta de idealismo". O problema, como parece, era mais extenso: estava profundamente vinculado à estrutura econômica e social.⁹⁶ Em outras palavras, o comportamento ético-político, no aspecto da dignidade, tinha suas bases materiais concretamente definidas. "O coronelismo, de fato, pressupõe a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual".⁹⁷

Como se pode depreender, estava dominado por uma relação

-
- 92 C.MIRA. *A Situação Financeira e Política de S.C.* p.32.
 93 (C.MIRA). *A preocupação do momento.* Terra Livre, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.1.
 94 M. OSSOWSKA, op. cit. p.115.
 95 V.N. LEAL, op. cit. p.39.
 96 *Ibidem*, p.38.
 97 *Ibidem*, p.252.

de compromissos, que se estruturava, entre o poder privado de cadente e o poder público fortalecido, pressupondo-se sempre, porém, fraqueza de ambos os lados. Neste contexto, o voto jogava um papel decisivo, enquanto de um lado, consolidava a situação no poder, e do outro, gerava todo um universo de favoritismos e privilégios que caracterizavam a política na Primeira República.

A exigência dessa dependência mútua, criava as condições preliminares da conduta moral típica que estamos discutindo. Crispim, ao interpretar o tipo do homem envolvido nesta relação, mostrou que "as necessidades, as ambições, as vanglórias e a corrupção da vida contemporânea, fizeram do homem uma criatura eminentemente covarde"⁹⁸ e, sem dúvida, incapaz de manifestações altivas.

Colocam-se aqui, por outro lado, os parâmetros de uma oposição entre o homem público e o homem do povo, como tipos éticos portadores da virtude da dignidade. É no segundo, afirmou nosso autor, de onde "comumente partem as mais eloquentes demonstrações de hombridade, de firmeza, de caráter e coragem cívica".⁹⁹ A dignidade era, assim, concebida, acima de tudo como uma virtude ética, cujas características conduziam a um comportamento cívico, bem definido. Dizia Tawney que "a mais difícil de todas as questões políticas é aquela que gira ao re

98 C. MIRA. *Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis*, 27 out. 1913. p.1, c.T.

99 *Loc. cit.*

dor da diferença entre moralidade pública e moralidade privada".¹⁰⁰

O operário e o camponês aparecem neste contexto como os dois tipos ético-políticos do trabalho, em contraposição ao modelo politiquero, improdutivo e inútil, representado pelo homem público. De fato, para Crispim, o operário e o camponês, valiam "mais do que todos esses notáveis vultos, cujos caracteres podem ser representados por desoladas interjeições".¹⁰¹

O sentido mais amplo da ética da dignidade, portanto, deverá ser colhido na esfera moral do trabalho, onde o operário e o camponês se projetam como os tipos éticos produtivos, capazes de gerar utilidades concretas. O homem público representava, no conjunto desta concepção utilitarista, o tipo improdutivo. Os políticos, no conceito de Crispim, poderiam até ser considerados "notáveis vultos", mas, no tocante aos aspectos da própria dignidade, se enquadravam, como regra geral, no campo das energias perdidas, "conluídas contra a força da inteligência e as capacidades de trabalho".¹⁰²

A JUSTIFICAÇÃO ÉTICA DA VIOLÊNCIA

A política, como forma de atividade ou praxis humana, vincula-se diretamente a uma perspectiva de poder. Está voltada

100 R. H. TAWNEY. *La religión en el origen del capitalismo*, Buenos Aires, Dedalo, 1962. p.192.

101 C. MIRA. *Sigilo do voto*. loc. cit.

102 (C. MIRA). *A preocupação do momento*. *Terra Livre*, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.1.

para a consecussão de interesses ou de vantagens¹⁰³ que são os moventes da sua dinamicidade. Luta pelos meios que possibilitam intervir sobre a vontade alheia para obter a mudança da conduta dos indivíduos.¹⁰⁴

Pressupõe, por isso, a afirmação de um enlace impositivo de uma vontade sobre a outra, induzindo a um comportamento forçado.

Uma das características do poder político é a exclusividade da posse e do emprego dos meios de coação.

Carl Friedrich aborda o tema pelo prisma dos conceitos de "tradição" e de "autoridade". Embora o poder se defina também pelo recurso à força é, contudo, na tradição política que ele procura interpretar as relações entre governo e governados.¹⁰⁵ Coloca a questão da legitimidade no centro das discussões.

As crenças e os valores expressos nos "hábitos", nos "costumes" e nas "normas", estabelecem a tradição da comunidade política. Neste contexto ele funda a legitimidade ou não do poder. A "autoridade" se manifesta como "a capacidade para a elaboração racional",¹⁰⁶ para construir por meio de razões suficientes"¹⁰⁷ ou justas a explicação daquilo que se diz ou faz.

A questão ética da violência política na Primeira República girava em torno deste problema. O movimento republicano não se estruturou nas bases de uma verdadeira tradição política capaz de fornecer a necessária legitimida

103 Apud N. BOBBIO & N. MATTEUCCI, Diccionario de Política, p. 1241.

104 Ibidem. p. 1672.

105 C. FRIEDRICH, Tradição e autoridade em ciência política, Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 20.

106 Ibidem, p. 69.

107 Ibidem, p. 83.

de ao poder. Havia desde os tempos coloniais, a tendência "a um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontestável, imposto pelas contingências do meio".¹⁰⁸ Com a República ampliou-se esta tendência, exasperando a inclinação ao poder discricionário particular.

O "paternalismo", o "filhotismo", o "mandonismo", bem como todo o sistema de favores e mancomunações que estava nas bases das relações entre o "coronelismo" e as oligarquias, abriram as portas para a violência política na República Velha: "para os amigos pão; para os inimigos pau",¹⁰⁹ tornara-se a norma geral. A regra era "o recurso simultâneo ao favor e ao porrete",¹¹⁰ dois modos ilegítimos de estruturar o poder.

A história do Brasil, na realidade, não é tão amena como se costuma ensinar.¹¹¹ Está repleta de fatos violentos de todos os matizes e pode ser caracterizada como "uma história de hienas", tão abundantes são as amostras de tirania.

A "Pax Oligárquica" foi, na verdade, uma harmonia aparente. Os vários grupos regionais guerreavam-se pelo poder.¹¹² O coronelismo, por sua vez, se valia da repressão e do paternalismo, para garantir a articulação fundamental da política das oligarquias tradicionais.¹¹³

Neste contexto, o poder legal aliava-se ao poder extralegal. O Estado fortalecia a facção que se estabilizara, ou forçava os recalcitrantes ao entendimento. Em decorrência desta prática, se instaurava uma porfia em direção à obtenção

108 Domingos Velasco. Apud V.N. LEAL, *op.cit.* p.25, nota 8.
 109 *Ibidem*, p.39.
 110 *Ibidem*, p.47.
 111 E. CARONE. *A Primeira República*, p.32.
 112 *Ibidem*, p.117.
 113 S. PINHEIRO, *op. cit.* p.32.

das preferências do Governo Estadual, disputando o "privilégio de apoiá-lo e nele se amparar."¹¹⁴ A Constituição de 1891 esvasiara os governos municipais, tornando os chefes locais, economicamente dependentes do governo do Estado. Então, "em troca de favores econômicos, os coronéis davam votos",¹¹⁵ mantendo, assim, o equilíbrio situacionista.

A concepção política de Crispim Mira parte desta realidade e apoia sua ética da violência no princípio da "soberania popular", pela moralização do voto e, se necessário, pelo próprio levante contra a opressão.

Mas, antes de qualquer adentramento à questão, convém sublinarmos, mais uma vez, que ele foi um homem dotado de espírito conciliador, voltado muito mais para o "acordo", do que para as mudanças tumultuárias.

Na verdade, lutou em prol de uma solução geral dos problemas do seu tempo, através do trabalho paciente e perseverante, que deveria ser realizado em todas as dimensões, desde o amanho da terra, ao empenho pela incorruptibilidade dos tribunais. Não lhe interessou "o desperdício, o alarde, o baralhamento, a discórdia entre irmãos, Caim contra Abel, a mediocridade contra o valor, o cidadão contra o poder".¹¹⁶ Isso apenas produziria o "depauperamento", "anarquizaria" e corromperia a "vitalidade nacional".

Por outro lado, porém, enquanto se batia por uma "inteligente harmonia",¹¹⁷ não deixou-se dominar por ideologias "revol

¹¹⁴ V.N. LEAL. *op. cit.* p.49.

¹¹⁵ J. WIRTH. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira (...). t.3, v.1, cap.2, p.88.

¹¹⁶ C.MIRA. O nativismo e Santa Catarina caluniada. O Dia, Florianópolis, 6 maio 1917. p.1, c.4.

¹¹⁷ O Sr. MIRA nos concede uma entrevista. Jornal de Joinville, Joinville, 15 abr. 1919. p.1, c.2.

lucionárias", do seu mundo. Estava, é certo, impregnado por uma perspectiva da "regeneração da nacionalidade", mas não podemos crer que ela estivesse, em algum momento, orientada por uma expectativa de subversão.

Boris Fausto interpretou muito bem a direção geral da tendência regeneradora, peculiar à primeira República. Ao falar sobre os movimentos "salvacionistas", no tempo de Hermes, disse que estes, na tentativa de abater as oligarquias dominantes "acabaram por se aliar a facções de oposição, sem grandes diferenças com os antigos exercentes do poder".¹¹⁸ É que a ideologia da salvação, bem como a da regeneração, apesar de tudo, procuravam manter inalterado o "statu quo". Não se colocavam a possibilidade de uma mudança real.

A verdade é que Mira não era um exaltado, como a perspectiva revolucionária da mesma forma, não fazia parte do programa reformista da sociedade da República Velha.

Se por um lado, todavia, ele não se colocou a possibilidade de lutar por uma transformação profunda dos quadros políticos, por outro não o podemos considerar tão ingênuo, como por exemplo nos parece Sílvio Romero, que imaginava serem os nossos "déspotas", "cândidas e delicadas donzelas, diante dos exemplares do Velho Mundo".¹¹⁹

Mira partiu da constatação dos fatos reais, sem que, entretanto, se dispusesse a observá-los muito além das aparências. Negou a violência como caminho para a solução dos problemas sociais quando afirmou que "um povo que se conflagra é um

¹¹⁸ FAUSTO, B. *A crise dos anos vinte e a revolução de 1930*. In: História geral da civilização brasileira (...), t. 3, v. 2, cap. 12, p. 406.

¹¹⁹ S. ROMERO. História da literatura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro, Jose Olímpio, 1953. p. 717.

povo que se inutiliza".¹²⁰ Mas não admitiu, por outro lado, no caso do ultraje à honra, permanecer inerte e acovardado. "Seríamos os primeiros a pedir que a lavássemos em sangue, porque a paz em tais condições, seria uma paz infame".¹²¹

Na verdade, para Crispim o poder emana do povo e permanece, em última instância, nas mãos do povo. Para ele "o povo é a lei e a lei, como disciplina popular, é a ordem".¹²² Friedrich afirmou que o povo é o verdadeiro legislador e que a "remota e eficiente causa (de uma lei) é o consentimento da população(...). E que tal consentimento é absolutamente essencial à sua validade".¹²³

O inconformismo de Crispim situava-se nesta esfera da ordem e da disciplina popular. O que o perturbava era "a incompetência petulante e a ambição irrequieta",¹²⁴ era a percepção da inexistência de qualquer aceno para as vantagens que o trabalho podia oferecer.

É isto que ele insinuava ao Governador Filipe Schmidt, quando lhe dizia que uma "discrepância da lei ou um capricho menos justo" que cometesse, poderia custar-lhe a expulsão do posto que ocupava, onde "só se pode estar pela vontade do povo".¹²⁵

Ao povo competia "castigar"; já que era "réu e juiz de si mesmo" e porque sua "indiferença" agia como mecanismo de encorajamento aos opressores. Caso se omitisse, tornar-se-ia também

120 (C.MIRA). Salve. Gazeta de Joinville, Joinville, 17 jan. 1907. p.1, c.1.

121 C.MIRA. Confraternização republicana, p.16.

122 C.MIRA. Culpa do povo e súplica, loc. cit.

123 C. FRIEDRICH. Tradição e autoridade (...), p.123.

124 (C.MIRA). Restauração efêmera. Terra Livre, Florianópolis, 25 jan. 1919. p.1, c.1.

125 C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 24 set. 1901. p.2, c.

ele merecedor da imputação de "inércia" e "covardia". Mas, la mentava em constatar que, apesar disto, este mesmo povo, tudo suportava "sem saber denodadamente torcer os braços" dos que não desistiam "de lhe vibrar chicotadas".¹²⁶

Quando ele propôs a mudança das "minorias" dominantes que se assenhorearam do poder, admitiu o uso da força, para repor a "ordem" produtiva porque caberia ao povo "dirigir-se por suas próprias mãos, qualquer que fosse a resistência das inferioridades desfibradas que apenas conhecem a passividade inútil das cortezanias".¹²⁷

Contudo, não podemos ver aqui a existência de uma intenção revolucionária porque a mudança que intentava promover, na realidade, não se dirigia à transformação do "statu quo". Almejava operar apenas mudanças periféricas, relativas aos hábitos do trabalho e não uma alteração estrutural, o que pareceria ser mais lógico, dentro do seu universo operativo. Pensava que, eradicando o "desfibramento" e a "passividade inútil" e implantando nas elites dominantes novos valores, colhidos na esfera da ação produtiva, caso isto fosse possível, a estrutura sócio-política poderia permanecer a mesma porque estariam asseguradas as condições éticas do exemplo e, portanto, da regeneração. Mira, no fundo, acreditava na existência de uma virtude auto-regenerativa no seio do próprio regime.

Não seria possível evitar que "as minorias mais aptas" continuassem a ser "as depositárias do governo do mundo", "a menos que a nação, num só e uníssono impulso entendesse dever ir até aos meios subversivos!".¹²⁸ Mesmo assim, porém,

¹²⁶ C. MIRA. *Culpa do povo e súplica*. loc. cit.

¹²⁷ (C. MIRA). *Restauração efêmera*. loc. cit.

¹²⁸ (C. MIRA). *A grande luta*. *Terra Livre*, Florianópolis, 8 fev. 1919. p.1, c.1.

só em última instância, já que uma revolução nascida de disputas políticas, "seria um abominável atestado de incultura cívica".¹²⁹

Acreditava mesmo que seria melhor ceder às "exorbitâncias do poder" e às "tendências pessoais", "até que a solicitação popular, sem sair da lei", pudesse se tornar "uma realidade maior e mais executável".¹³⁰

É na questão do voto que encontramos a gênese do desrespeito e das arbitrariedades políticas e sociais que fizeram tradição na Primeira República. Foi neste particular que se manifestou a estrutura de desprezo à soberania popular. Crispim reconheceu que fora "arrebataada à nação a sua legítima faculdade de governar-se por si própria", de escolher quem deveria ser "o supremo diretor dos seus destinos".¹³¹

Deste modo, a República Velha sofreu de uma profunda crise de "autoridade", de legitimidade e de liberdade. A "autoridade", de fato, difere do emprego da força que está implicada na noção de autoritarismo. Este consiste no uso arbitrário da coação a quem a falsa autoridade recorre, além da persuasão, para induzir ao comportamento desejado.¹³²

A crise de autoridade do período se manifestou além do mais, na restrição à liberdade. Há, na verdade, uma vinculação estreita entre autoridade política e liberdade porque, de fato, "não pode haver autoridade sem liberdade, do mesmo modo que não pode haver liberdade sem autoridade".¹³³

Entretanto, fica plenamente estabelecido que a autoridade

¹²⁹ *Ibidem*, p.1, c.2.

¹³⁰ *Loc. cit.*

¹³¹ (C.MIRA). *Cousas brasileiras*. *Terra Livre*, Florianópolis, 11 fev. 1919. p.1, c.1.

¹³² C. FRIEDRICH, *op. cit.* p.121.

¹³³ *Ibidem*, p.126.

mutilada não pode ser restabelecida pela força. O recurso à violência não é o caminho mais seguro e direto para a liberdade e para a conseqüente restauração da autoridade. Estas, apenas se tornarão viáveis com um novo ato de gênese, com a estruturação de uma "grande tradição", que, necessariamente de verá pressupor "uma crença muito profunda (...) nos princípios sobre os quais a tradição será fundada".¹³⁴

A ÉTICA DA UTILIDADE

O princípio da utilidade é uma das idéias centrais no pensamento de Crispim Mira e interfere também na sua concepção do fenômeno político. Provavelmente uma das fontes deste utilitarismo ético, está vinculada às doutrinas evolucionistas e pragmatistas, que exerceram influências no seu pensamento, bem como nas idéias da República Velha.

Ferrater Mora, por exemplo, assinalou a presença delas nas teorias éticas dominantes nas primeiras décadas deste século.¹³⁵ Jeremy Bentham, disse que "o único fundamento correto da ação é (...) a consideração da utilidade".¹³⁶

No artigo em que Crispim traçou o programa que serviria de abertura ao lançamento, em 1926, da **Folha Nova**, encontramos alguns indicadores que precisam o significado do tema que estamos abordando. De fato, ali, a questão do útil, aparecerá entrelaçada no seio de expressões identificadoras da personali

¹³⁴ *Ibidem*, p.127.

¹³⁵ J.F. MORA. *Diccionário de Filosofia*, p.1062.

¹³⁶ J. BENTHAM. *Uma introdução aos princípios da moral*. In: *Os pensadores*. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. p.12.

de do fundador deste jornal, relacionada com a opção pelo "in-
teresse público", com a preocupação para com os "aspectos ge-
rais" e intimamente ligada à luta contra a "politicagem", a
"má fé" e as "odiosidades" e, finalmente, ao intuito consciente
de "acertar e ser útil".¹³⁷

O utilitarismo político, como concepção ética, se funda-
mentou, no seu pensamento, numa distinção simples, mas básica:
na presença de dois níveis de consideração, o dos interesses
particulares e o dos interesses gerais. Assim, a moralidade
da ação política só poderia ser apontada como tal, lá onde os
interesses envolvidos estivessem referidos à esfera das neces-
sidades gerais. A predominância dos desígnios pessoais ou
grupais, instauraria a imoralidade como característica da ati-
vidade política.

Assinalou também que esta inversão do princípio da utili-
dade aviltaria os que dele iriam se beneficiar, transformando-
se assim, num princípio "escandalosamente inútil ou apenas pes-
soalmente útil".¹³⁸

Basta observar o que ele mesmo disse a respeito das o-
bras de abertura do canal de acesso ao Porto de Florianópolis.
"Fosse (...) o que deveria ser (...) e a prosperidade dessa
Capital, já teria atingido proporções que nos dessem lugar
mais saliente entre as principais cidades do país".¹³⁹

Em decorrência da falta de espírito público, que em geral
caracterizava as administrações republicanas, acrescentou: per

137 C. MIRA. *O que já fizemos e o que pretendemos fazer.*
Loc. cit.

138 C. MIRA. *O nosso porto.* Folha do Comércio, Florianópolis, 11 ago. 1910. p.1, c.1.

139 C. MIRA. *O nosso porto.* Folha do Comércio, Florianópolis, 13 ago. 1910. p.1, c.1.

manecemos ainda "um povo sem vida, uma cidade sem movimento, um Estado entregue a governos sem alma e sem inteligência".¹⁴⁰ Em consequência toda tentativa de burlar os interesses gerais em benefício próprio, constituía usurpação, lesando, desta maneira, os interesses da comunidade. Ele se referiu ainda aos "conluíos invencíveis",¹⁴¹ que mantinham as minorias no poder e impediam o desenvolvimento dos princípios da utilidade.

Neste particular, todo o sistema de relações entre o "coronelismo e as oligarquias foi colocado em cheque. A concepção ético-utilitarista do trabalho tornara-se o paradigma de observação da política do seu tempo. Apontou a ausência de espírito público como outra característica dominante da Primeira República, sendo que, "a inconsciência do útil",¹⁴² apareceu como a regra geral.

De fato desenhou o seu mundo como uma paisagem sombria, onde predominava o "indeferentismo" mais completo na administração pública, diante das sugestões de "caráter prático" e utilitário. De tal modo se generalizara o "desinteresse", afirmou, "que a própria imprensa e o Congresso Nacional, nunca saíram (...) do terreno do reparo e da recriminação".¹⁴³

A denúncia mais veemente contra esta "inconsciência para com o mundo do trabalho, vamos encontrar na longa série intitulada "O nosso porto". Ali Crispim analisou o comportamento irresponsável das autoridades em relação a obras de suma importância para toda a população. O aspecto moral, envolvido naquela questão, consistia no fato de que a Comissão sabia que os traba

140 *Loc. cit.*

141 (C.MIRA). *Restauração efêmera, loc. cit.*

142 (C.MIRA). *A preocupação do momento. Terra Livre, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.1.*

143 C. MIRA. *A nossa capacidade produtiva. República, Florianópolis, 21 jun. 1919. p.1, c.2.*

lhos executados eram completamente inúteis e, mesmo assim, continuava a dispender recursos. Mira não conseguia entender como alguém fosse "capaz de executar obras infrutíferas, quando as reconhecia como tal".¹⁴⁴

Na Terra Catarinense fez a apologia da sua terra natal, promovendo-a como modelo exemplar de um governo impregnado pelos valores éticos do trabalho. Afirmou que "homens (...) de modesta cultura (...) souberam se conduzir pelo bom senso e pelo critério da utilidade" e a transformaram na primeira cidade do Estado em termos de "melhoramentos", sem "burocratismo" e sem "empreguismo".¹⁴⁵

Em 1924, afirmou que "a acomodação e a cortezania" eram os processos usuais utilizados para triunfar na carreira política e que, por esta razão, ele não tinha a menor esperança de conseguir coisa alguma dela, porque jamais haveria de renunciar ao propósito de "ser útil à sua terra",¹⁴⁶ de promover o utilitarismo em benefício dos interesses gerais.

O utilitarismo de Crispim Mira, como se pode observar, se definia pelo prisma do interesse geral e se anulava por completo, como conceito ético, na dimensão restritiva do egoísmo ou do interesse particular das minorias.

A ÉTICA DA AUTORIDADE I

Mira falou na "vontade soberana dos grandes Estados"¹⁴⁷ para indicar o esquema da dominação política e o verdadeiro sig

144 C. MIRA. *O nosso porto. Folha do Comércio, Florianópolis*, 25 ago. 1910. p.1, c.1.

145 C. MIRA. *Terra Catarinense*, p.80-1.

146 C. MIRA. *A situação financeira e política*(...), p.31.

147 (C.MIRA). *A grande luta*, op. cit. p.1, c.2.

nificado do conceito de soberania, entendido como o poder da força que aviltava e menosprezava o conceito democrático de soberania popular, através dos "maquiavélicos processos dos conluios e dos parasitismos infernais".¹⁴⁸

O autoritarismo do regime transparecia exatamente no plano conceitual da soberania. Esta, na realidade, correspondia, em última instância, à vontade dos "grandes chefes". Assim, conjecturar sobre as possibilidades de uma eleição para cargos representativos, seria aventurar-se ao impossível, "porque sua rota estava sempre de antemão traçada pela vontade oficial, invariavelmente inacessível à análise, em geral revestida de um mistério impossível de ser penetrado".¹⁴⁹

Era a expressão da apropriação autoritária e exclusivista da soberania que garantia o direito decisório e discricionário final "às preferências dos grandes diretores dos destinos nacionais".¹⁵⁰

Assim, o autoritarismo começava a se estruturar a partir da farsa eleitoral. Na *Confraternização Republicana*, Mira descreveu este procedimento como "a primazia das mancumunações pessoais".¹⁵¹ Na *Terra Livre* o interpretou como "a prepotência covarde do embuste e da traição".¹⁵² Tudo, enfim, se curvava "à aprovação das combinações dos grandes chefes". Era um jogo feito "a cartas marcadas".¹⁵³ De fato, "não era a eleição um momento da escolha dos mais capacitados e sim

148 (C.MIRA). Um grande candidato. *Terra Livre*, Florianópolis, 1 fev. 1919. p.1, c.2.

149 (C.MIRA). Pela política. *Terra Livre*, Florianópolis, 31 dez. 1918. p.1, c.1.

150 (C.MIRA). Rui Barbosa, op. cit. p.1, c.2.

151 C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.245.

152 (C. MIRA). *Restauração efêmera*, loc. cit.

153 (C.MIRA). *Crítério para a Convenção*, loc. cit.

um momento de barganha ou de reciprocidade de dons".¹⁵⁴

O poder se tornara assim, inespugnável pela porta das urnas e o único recurso para intentá-lo seria a "aproximação, o acordo, a fusão com os elementos governistas".¹⁵⁵

Por trás deste modelo político, residia a convicção autoritária, segundo a qual a direção política "era uma função que pertencia a poucos"¹⁵⁶ e não à coletividade. Foi na raiz desta doutrina que se "institucionalizou" um tipo específico de liderança, através do "pacto oligárquico".

Desta forma a tendência autoritária da Primeira República conduziu à centralização do poder, atingiu a "unidade do pensamento e da ação governamental". O executivo é que regulava o interesse público; os outros poderes limitavam-se a auxiliá-lo, pois o Governo não era uma soma de vontades, "mas a vontade soberana do Presidente".¹⁵⁷

A política dos governadores consistia apenas em levar às relações entre a União e os Estados os mesmos princípios aceitos na administração Federal: "o Presidente entendia-se exclusivamente com os Governadores e não se imiscuia nas questões de política local".¹⁵⁸

A ÉTICA DA AUTORIDADE II

Ao nível dos Estados, o autoritarismo era igualmente a tônica das relações no campo da política. Sílvio Romero descreveu

154 M.P. QUEIROS. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira (...)*. t.3, v.1, cap.3, p.161.

155 E. CARONE. *A República Velha*, p.301.

156 F.H. CARDOSO. *op. cit.* v.1, p.48.

157 E. CARONE. *A Primeira República (...)*, p.98.

158 W. MARTINS, *op. cit.* v.5, p.39.

o país como "uma desarticulada ditadura, de joelhos perante o exército, repartida em vinte oligarquias fechadas, feudos escusos, pertencentes a vinte bandos de cicários".¹⁵⁹

As duas figuras centrais da oligarquia dominante em Santa Catarina, Lauro Müller e Hercílio Luz, além de serem os expoentes máximos da política partidária que ditava as regras do poder estadual, eram também lídimos representantes da tradição autoritária que se fortalecera no regime republicano.

Profundos conhecedores "do homem"; como deve ser todo político, no dizer de Spranger,¹⁶⁰ podem ser tomados como tipos éticos representativos do "homem do poder", que marcou o sentido das suas vidas.

Mira, que conheceu em profundidade a têmpera de Hercílio Luz, descreveu-o como "um homem de ímpetos e exageradamente individualista", que "agia por si" e "não se demorava em consultas às opiniões de outrem".¹⁶¹ Configurou-o como um tipo autoritário, cuja realização interior se desenvolvia no exercício do poder exclusivista. É que "todo detentor do poder, cultiva necessariamente o pathos da distância".¹⁶² Por isso, Hercílio não admitia réplicas por parte do povo",¹⁶³ ponderou ainda Crispim, referindo-se ao tipo de liderança que exercia.

O Dia, órgão oficial do Governo Richard, que, em 1908, movia cerrada oposição às pretensões hercilistas, qualificou-o de "fugoso Senador", cheio de "engenho e arte", na perseguição dos seus objetivos políticos.¹⁶⁴

¹⁵⁹ *Ibidem*, v.6, p.159.

¹⁶⁰ E. SPRANGER, *op. cit.* p.227.

¹⁶¹ C. MIRA. *A Situação Financeira e Política(...)*, p.4.

¹⁶² E. SPRANGER, *loc. cit.*

¹⁶³ C. MIRA, *op. cit.* p.12.

¹⁶⁴ EXPLICAÇÃO. *O Dia*, Florianópolis, 22 maio 1908. p.1, c.1.

Por outro lado, era dotado de acentuado espírito paterna-
lista, ao ponto que "encampava os erros dos amigos".¹⁶⁵

Por isso, a seu redor, vicejou e se alastrou o servilismo
mais abjecto, e a mais depurada arte da bajulação. A tal ponto
que sua memória sucumbiu vítima da admosfera moral deprimente,
que permitiu, com sua condescendência e autoritarismo, crescer
se diante dos próprios olhos.¹⁶⁶

Lauro Müller, por seu turno, era o cabeça da oligarquia
catarinense e o verdadeiro articulador e mentor dos interesses
políticos estaduais. Sua vontade era a vontade do Partido.

Na longa série de artigos da **Gazeta Catharinense** de 1909,
sob o título "O Responsável", encontramos abundantes indicado-
res para compreendermos as linhas mestras do tipo ético que
representou. "Através de manobras ditatoriais",¹⁶⁷ afirmou o au-
tor dos artigos, fazia prevalecer o seu ponto de vista: impunha
candidaturas ou determinava a "degola" dos eleitos.

Apontou-o, além do mais, como "o único responsável pelo
atraso e discórdia em que o Estado tem vivido nestes últimos
vinte anos", e a razão disso estava no fato de que, "pôs e dis-
pôs das coisas públicas, fazendo o que melhor lhe parecia".¹⁶⁸ O
caráter autoritário, também neste caso, foi relatado como a ca-
racterística da sua personalidade.

¹⁶⁵ C. MIRA. *op. cit.* p.4.

¹⁶⁶ Crispim faz um relato minucioso e significativo a este respeito, no opúsculo A Situação Financeira e Política de Santa Catarina, tentando recuperar-lhe o prestígio que estava sendo posta em cheque por Ilusses Costa, antigo colaborador do seu Governo.

¹⁶⁷ (C.MIRA). O Responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 6 abr. 1909. p.1, c.2.

¹⁶⁸ (C.MIRA). O Responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 26 fev. 1909. p.1, c.1.

Outro aspecto que transpareceu, foi o estigma da "esterilidade". Lauro tornara-se estéril, em relação aos interesses de Santa Catarina, como Ministro da República por duas vezes, como Senador e mesmo como Governador do Estado.¹⁶⁹ Seus interesses particulares, suas aspirações políticas pessoais, prevaleceram sobre os interesses gerais. Na questão da ligação ferroviária "Estreito-Lages", por exemplo, obra de capital importância para Santa Catarina, pode-se observar que, o então Ministro do Exterior, Lauro Müller, se esquivou do assunto, para preservar o prestígio político que cultivava na esfera Federal.

Entendia que o acesso ao planalto deveria ser feito pelo prolongamento da "Estrada de Ferro Santa Catarina", que servia importante zona de colonização alemã, "cujos interesses prometeu ao Kaiser que defenderia, quando este lhe manifestava os seus desejos de vê-lo na Presidência da República",¹⁷⁰ afirmou Crispim, denunciando o impasse em que se encontrava a decisão final sobre o importante empreendimento.

Na realidade, seus interesses de estadista situavam-se noutra esfera. "O trabalho do Lauro hoje", acrescentou a *Folha do Comércio*, em 1914, "é consolidar sua estima nos grandes Estados, principalmente em São Paulo e Minas".¹⁷¹ Estava se preparando para tornar-se a qualquer instante, o elemento de conciliação mais indicado, para resolver os interesses que eles defendiam. Por este motivo, "não quis arriscar o seu prestígio nesse caso, isto é, como político que nada quer dever aos maiores, também nada lhes pede".¹⁷²

¹⁶⁹ (C.MIRA). *O Responsável*. *Gazeta Catharinense*, Florianópolis, 14 mar. 1909. p.1, c.1.

¹⁷⁰ C. MIRA. *De Florianópolis a Lages*. *Folha do Comércio*, 20 ago. 1913. p.1, c.3.

¹⁷¹ *ESTRADA para Lages*. *Folha do Comércio*, Florianópolis, 29 jan. 1914. p.1, c.1.

¹⁷² *Loc. cit.*

Sob a liderança incontestada dos dois chefes supremos do Partido Republicano, desenvolveu-se em Santa Catarina um verdadeiro processo de tramas políticas, conluíus de toda espécie, negociatas, "paternalismo", "filhotismo", "mandonismo" e intensa luta pelo poder. A oligarquia dominante legou à posteridade uma tradição de nepotismo, todo tipo de favoritismo e a mais de generada politicagem.¹⁷³

A ÉTICA DA AUTORIDADE III

Joinville, porém, neste contexto, representou uma exceção. Teve o privilégio de desenvolver, com êxito, durante o Império, uma administração independente e norteada pelos princípios da autonomia e do auto-governo.¹⁷⁴

Depois da Proclamação da República, todavia, deixou-se envolver pelas tramas da tradição luso-brasileira, do "coronelismo", que já estava presente na região circunvisinha, antes mesmo da colonização germânica se ter implantado.

Em seguida, membros do grupo que iria formar posteriormente a "oligarquia do mate",¹⁷⁵ apareceram atuando na administração

¹⁷³ Anotaremos!

aqui apenas algumas fontes, à guisa de exemplo: oligarquia. Folha do Comércio, 10 nov. 1914. p.1, c.1-2. Explicação. O Dia, 22 maio 1908. p.1, c.1-2. O Senador e sua política. O Dia, 19 abr. 1908. p.1, c.5-6. Caipira. Candidatos à força. Gazeta Catharinense, 20 maio 1908. p.4, c.2. Oligarquia? Folha do Comércio, 17 nov. 1914. p.1, c.1-2.

¹⁷⁴ C. MIRA. Terra Catarinense, p.80.

¹⁷⁵ Expressão criada por Eneida Raquel S. Thiago.

da cidade, muito antes de adquirirem significância como tal. Em 1882 a Câmara Municipal de Joinville, por exemplo, era composta de nove cidadãos: José Celestino d'Oliveira, Carlos Patsch, João Paulo Schmalz, Guilherme Berner, Antônio José Ribeiro, João Carlos d'Oliveira, Carlos Monich, Manoel Nunes da Silveira e Germano Lepper,¹⁷⁶ dentre os quais, pelo menos três atuavam no círculo dos interesses da oligarquia em formação.

Ainda em 1883, por outro lado, encontramos o nome de Ábdon Batista na relação dos votados para a deputação da Assembléia Provincial, ao lado de Frederico Brustlein e Manoel José de Oliveira.¹⁷⁷ Ábdon, que através do casamento entrara para o clã dos Gomes de Oliveira, se tornaria a figura central da oligarquia do Norte Catarinense.

O coronelismo local, de certo modo, tinha também suas raízes remotas, como em todo o país, nas atividades agrárias. João Gomes de Oliveira, pai, com efeito, era proprietário de terras, de escravos, de engenho de açúcar e de farinha e, mesmo depois de já desenvolvida a colonização germânica na região, continuou sendo o maior "lavrador" das redondezas.¹⁷⁸

Apesar disso, o poderio dos Gomes de Oliveira não esteve vinculado ao monopólio agro-exportador, mas originou-se especificamente da atividade industrial. A partir dali constituíram um grupo familiar luso-brasileiro, dotado de suficiente articu

176 NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 26 jul. 1882. p.3, c.3.

177 NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 3 out. 1883. p.3, c.2.

178 João Gomes de Oliveira era o avo de Crispim Mira.

lação interna, capaz de se impor num meio predominantemente teu-to-brasileiro, mas, não enquanto representantes do poder agrário e sim pelo predomínio absoluto, no campo industrial, após monopolizar todo o ciclo da atividade ervateira.¹⁷⁹

De fato, em 1891, com a união de diversos industriais ligados ao setor, criou-se a "Companhia Industrial", que se transformou no núcleo empresarial mais importante da Região.¹⁸⁰ Mesmo depois de desfeita a sociedade, seus membros mais representativos continuaram exercendo influência na vida política local. Até que, finalmente, a crise do setor, advinda após a Primeira Guerra Mundial, desarticulou o ciclo da dominação. A partir deste momento, seja pela falta de recursos e de conhecimentos técnicos adicionais, seja pelo desaparecimento dos líderes mais representativos, incapaz de se readaptar ao universo das oportunidades empresariais que surgiam, pela falta de horizontes e pela carência de tecnologia alternativa, se diluiu como grupo dotado de coesão e liderança.

Mas a questão teórica que se introduz aqui, em relação ao significado real deste "coronelismo" sui generis, exigiria algo mais do que a síntese despretençiosa que nos propusemos esboçar. A verdade, porém, é que o exemplo de Joinville parece-nos constituir uma exceção no seio do quadro geral da interpretação do coronelismo da Primeira República.

Sérgio Pinheiro quando descreveu a regra da formação do coronelismo, afirmou que "a urbanização não criou uma classe antioligárquica".¹⁸¹ Em Joinville, contrariando esta afirmação

179 E.R.S. Thiago, *op. cit.* p. VIII.

180 Rufino Porfírio Almeida realizou excelente estudo sobre a importância econômica desta iniciativa empresarial.

181 S. PINHEIRO, *op. cit.* p.22.

foi a própria oligarquia quem se urbanizou integralmente porque esta cidade, como aliás, o próprio Estado, como exceção, não se desenvolveu dentro da dinâmica do sistema agro-exportador que presidia o ciclo vital da maioria das cidades brasileiras. E tão pouco parece-nos possível generalizar, aplicando a este caso específico a idéia de Paul Singer quando disse que a cidade brasileira foi marcada pela "ambiguidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência por laços de dependência com as oligarquias e a ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros".¹⁸²

Joinville se caracterizou, desde a origem, pelo sistema minifundiário, onde predominaram os pequenos proprietários e, contrariando as generalizações da bibliografia especializada, logicamente dentro das suas limitações, foi, basicamente uma cidade industrialista, voltada para o suprimento das necessidades regionais de produtos manufaturados.

Assim, as lideranças políticas luso-brasileiras que assumiram o controle do poder a partir do final do século XIX, estavam intimamente relacionadas com as atividades da industrialização de produtos naturais, como a erva mate, destinados à exportação. Criaram, por algum tempo, um monopólio exportador, é verdade, mas, de um produto manufaturado.

Esta particularidade da oligarquia Joinvillense, contudo, não alterou absolutamente em nada a tipologia ética do mandonismo, como manifestação de poder. A forma autoritária da liderança continuou sendo caracterizada pelas "arbitrariedades", "im

182 apud S. PINHEIRO, loc. cit.

posições", "perseguições" e "ameaças". Estas constituíram tam**be**m a praxe normal do "coronelismo" joinvillense. ¹⁸³

Dentro deste quadro, a liderança de Ábdon Batista foi des**cri**ta como a decorrência de conluios, servilismo e opressão. Foi gerada e mantida às custas destes expedientes. Mira interpretou a atuação política do líder regional que abandonara o Partido Federalista para usufruir as vantagens da aliança com um gover**no** Republicano, como, "escravisadora da mais comezinha liberda**de** e clara no desejo de maltratar seus antigos companheiros, com o fim de agradar os governantes". ¹⁸⁴

A tradição moral que serviu de mediação no contexto do jo**go** dos favores e das aproximações que nortearam a conduta polí**ti**ca de Ábdon Batista, foi **ironizada** por Cris**pi**m, que o acusou de haver abandonado o antigo Partido por **interesses pessoais**. Afirmou que, em recompensa, Lauro e Her**c**ílio o guindaram "numa cadeirinha de timbopeba, enfeita da de penas de pavão", ¹⁸⁵ ao cume da montanha do poder.

Com o ocaso da "oligarquia do mate", após a Primeira Guer**ra**, travou-se uma luta pelo poder em Joinville, onde terminaram por predominar os interesses maiores da oligarquia estadual. Her**c**ílio, num ato típico do seu espírito autocrático, investiu o Juiz da Comarca Ulisses Costa, na chefia política local. Os teuto-brasileiros reagiram, encabeçados por Otto Boehm. Mas, com sua morte, acabaram aceitando o estado de fato, embora, ainda assim, como observou Mira, não porque Ulisses gozasse de algum prestígio "mas porque o Dr. Hercílio Luz lhos empurrou pela

183 As fontes que comprovam este comportamento são inúmeras. remetemos à leitura da Gazeta de Joinville de 1905-1907.

184 C. MIRA. *É ridículo*. Gazeta de Joinville, Joinville, 11 maio 1907. p.1, c.1.

185 Loc. cit.

garganta abaixo".¹⁸⁶

A verdadeira reação, porém, contra a referida investidura, ficou marcada na história da cidade pela campanha encetada por Plácido e Carlos Gomes de Oliveira, através do **Correio de Joinville**.

Crispim, que nesta época advogava em Joinville, não se conteve e entrou também em luta aberta contra aquilo que passaram a considerar como abuso, como a mistura da "toga" impoluta da justiça, com o "capuz" desavergonhado da política. Mas, é lógico, que tudo isto tinha um sentido mais profundo e mereceria uma pesquisa mais atenta, capaz de atingir a motivação real que imperou, em termos de luta pelo poder.

Em 1924, como epílogo deste momento de tensão, Mira publicou um violento opúsculo: **A Situação Financeira e Política de Santa Catarina**; o Secretário do Interior e Justiça, que se tornou um documento precioso para se avaliar o estado decadente da moralidade política daquele tempo.

A ÉTICA DA AUTORIDADE IV

Os estudiosos do tema político, nesta fase republicana, de uma ou de outra forma, vinculavam-se profissionalmente ao Estado e portanto, estavam propensos a se dedicarem a um esforço reflexivo histórico-político através do qual manifestavam um anseio de fortalecimento do poder público central, legitimando e conceituando a autoridade estatal como o "princípio tutelar

¹⁸⁶ C. MIRA. A Situação Financeira e Política (...), p.16.

da sociedade".¹⁸⁷

O pensamento mais representativo da época trazia a marca inconfundível da perspectiva autoritária. Autores como Sílvio Romero, Oliveira Viana, Alberto Torres e muitos outros, entre os quais o próprio Crispim Mira, representaram eles constituintes desta tendência, embora não devamos procurar no jornalista joinvillense um autor de tratados ou um teórico aplicado ao desenvolvimento de um modelo político institucional.

Este quadro nos abre uma possibilidade de análise do autoritarismo ético de Crispim Mira e de seu tempo. Wilson Martins mostrou de fato, "o caráter primordialmente moral de todas as aspirações reformistas",¹⁸⁸ deste período republicano.

A perspectiva autoritária com que nos deparamos na concepção crispiniana de política, bem como a que encontramos no pensamento mais significativo da época em relação a este tema, voltou-se para uma expectativa de regeneração e, portanto, tinha um fundo moral.

Convém, a este respeito, recapitular o pensamento de alguns nomes representativos.

Oliveira Viana, por exemplo, ao afirmar que no Brasil nunca existiram Partidos Políticos autênticos, disse que, por causa deste fato nos tornamos vítimas da "corrupção irremediável", e que o remédio contra este mal, estava na constituição de um "Governo Forte", capaz de corrigir todas as distorções.

Sílvio Romero, por outro lado, observando os resultados a

187 L. BOLIVAR, *Formação de um pensamento político autoritá*rio, na Primeira República. In: FAUSTO, B. *História gē*ral da civilização brasileira(...). t.3, v.2, cap.10. p.356.

188 W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.261.

que se havia chegado, afirmou que "a República manifestou o Brasil tal qual é, e, por isso, é o governo que lhe convém, com a condição de ser vasado em moldes conservadores, num utilitarismo contido por um forte Governo central".¹⁸⁹

Alberto Torres acreditava mesmo na conveniência de um governo "autoritário", revestido de funções especiais. E atribuiu ao "Governo Forte" o "papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade".¹⁹⁰

O conceito de "Governo Forte", colocou a figura presidencial acima dos partidos e dos grupos de interesses. Atribuiu-lhe a função de ser "forte", mais na resistência aos correligionários do que no ataque aos adversários. Neste sentido o Presidente deveria ser um homem com a coragem de dizer não aos amigos.¹⁹¹

Era esta também a idéia subjacente ao libelo de Crispim contra Ulisses Costa, em que defendeu a memória de Hercílio Luz. Afirmou ali, que o erro do Governador foi não ter sabido reagir contra a onda de adulação e de aplausos vinda dos próprios correligionários.

É lógico, contudo, que no seu pensamento iremos nos confrontar, da mesma forma, com uma tendência para o acordo, para a acomodação, para o diálogo. Nada impede, porém, que um aspecto central do seu projeto de "regeneração da nacionalidade" corra, em determinado momento, pelos trilhos da tendência legítima dora do princípio tutelar do Estado.

O novo pensamento autoritário em formação no começo do sé

189 *Ibidem*, v.5, p.363.

190 *Ibidem*, v.6, p.5.

191 *Ibidem*, p.261.

culo, preocupado com a organização do "poder de Estado", privilegiou o desenvolvimento de uma concepção da realidade sócio-econômica em que predominava uma sociedade de pequenos produtores, sob a tutela protetora do Estado.¹⁹² Veja-se, neste aspecto, o significado do livrete publicado por Crispim em 1919, onde trata da Agro-pecuária. Fez ali a apologia da intervenção estatal no setor primário da atividade econômica, como instância orientadora e exemplar da ação que se desenvolvia na pequena propriedade agro-pastoril.

O conceito crispiniano de trabalho como foi anotado, manteve, como pressuposto básico, o princípio do homem auto-suficiente, que era o "homem do trabalho", ou o "homem de caráter", colhido, como tipologia ética, a partir de um homem concreto, o colono teuto-brasileiro. Era precisamente enquanto "pequeno produtor", como homem dedicado ao desenvolvimento do minifúndio, da oficina ou da pequena empresa e dotado de espírito empresarial e de independência econômica, que este fora apresentado como a expressão da capacidade para o trabalho e o modelo do progresso e bem estar.

A configuração do "homem do trabalho" constituiu o arquétipo de uma determinada concepção do homem o qual era visto pelo prisma ético da laboriosidade, mas, cujo significado devia ser procurado no meio sócio cultural teuto-brasileiro de onde provinha Crispim. Contudo, as mesmas influências percebidas e assinaladas no pensamento da Primeira República, atingiram, de alguma forma, também seu mundo ideológico.

Difundira-se, por exemplo no Brasil, desde longa data, também a idéia de uma hierarquização de valores, no interior do

192 L. BOLIVAR, *op. cit.* p.360.

contexto da produtividade. Havia se desenvolvido uma confrontação significativa entre os interesses agrários e os interesses industriais. Agrarismo e industrialismo se colocaram como duas correntes de pensamento em contínuo conflito.

Foi sintomática, neste particular, a orientação ideológica que iriam assumir representantes destacados do pensamento autoritário que estava em marcha. Alberto Torres, que figurava como um dos intelectuais mais expressivos dessa tendência, concebia o Brasil como um país 'essencialmente agrícola'. E não se contentava apenas com isso, "queria que assim continuasse para sempre".¹⁹³

Defendia, portanto, um ponto de vista antiindustrialista de tal modo que, para ele, os proletários deveriam ser transferidos das cidades para o campo, de bom grado, ou pela ação do Estado autoritário.

Sílvio Romero pensava da mesma maneira. Como Alberto Torres, reafirmou a vocação agrícola do Brasil. Propôs abertamente que se deixassem de lado "as miragens dum industrialismo que começa a ser batido no grande mundo". Insistiu para que o Brasil cuidasse "da sua lavoura, melhorando a produção de todos os gêneros de cultura", e, por outro lado, defendeu a opinião de que a "produção fabril manufatureira e mecânica" deveria se reduzir "a um minimum inteligente daquilo que puder, nas grandes capitais, fazer com perfeição".¹⁹⁴

Carone referiu-se ao "pensamento agrário anti-industrialista"¹⁹⁵ que predominou na Primeira República, ligando-o à imposição dos interesses do monopólio agro-exportador, sobre as deci

¹⁹³ W. MARTINS, *op. cit.* v.6, p.5.

¹⁹⁴ *Ibidem*, v.5, p.301.

¹⁹⁵ E. CARONE. A República Velha, p.83.

sões governamentais. Pinheiro pôs em relevo a característica anti-industrial da cidade brasileira, como "bastião dos interesses oligárquicos que favorece a integração crescente do país na divisão internacional do trabalho, como produtor especializado de produtos primários".¹⁹⁶ É lógico, porém, que semelhante simplificação de uma realidade muito mais abrangente como a que está em jogo, colide com outras manifestações de vida, como as que podemos observar em Santa Catarina e, de modo especial, em cidades como Joinville.

A verdade é que uma oposição acentuada entre agrarismo e industrialismo não fazia parte do universo conceitual de Crispim Mira. De fato, desde os primeiros momentos do seu aparecimento na vida jornalística, cultivou uma visão do mundo no qual predominavam homens dedicados ao trabalho em pequenas propriedades agrícolas ou artesanais. Assimilou e desenvolveu, contudo uma concepção que podemos chamar de ideologia do Brasil país agrícola, sem negar, entretanto, o valor da atividade industrial.

Mas, o conflito que se travava entre os dois pólos de pensamento, o agrário e o industrial, influenciou de modo especial a sua visão do "Brasil do Futuro". Já nas "Cartas ao Sr. Governador", se referia à agricultura como a "fonte da nossa riqueza".¹⁹⁷

Posteriormente, ao debater as vantagens da Ferrovia Estreito-Lages, colocou-a como a maior beneficiária do empreendimento. O trigo que poderia ser produzido "em larga escala, afirmou, amenizaria os abalos financeiros, produzidos de quando em vez

¹⁹⁶ S. PINHEIRO, *op. cit.* p.23.

¹⁹⁷ C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 23 out. 1901. p.1, c.4.

pela crise do café ou da borracha".¹⁹⁸

Em 1919, atingiu um amadurecimento maior desta convicção. Disse que seria possível, mesmo "sem chegar ao excesso dos fisiocratas, estabelecer o acerto de que o futuro do Brasil estava na terra".¹⁹⁹ Neste mesmo ano publicou um estudo intitulado Agro-pecuária, em cuja capa aparece uma epígrafe que denuncia o pensamento que o animava. "A indústria constitui por certo grande fator da riqueza pública, mas, é sobretudo na agricultura e na pecuária, que reside o futuro do Brasil".²⁰⁰ Falava, como se pode depreender do opúsculo, de uma agricultura diversificada e da pequena propriedade, típica da tradição catarinense.

Mira, apesar de se manter numa posição de relativo equilíbrio em relação aos dois pólos do pensamento dominante : nesta questão, desenvolveu a crença de que o futuro do Brasil dependia da agricultura, e acalentou assim, o mito da nossa vocação de "celeiro do mundo".²⁰¹

Esta perspectiva favorável às atividades da lavoura está orientada por uma vontade autoritária. Na reali-da pressupõe uma vinculação entre a eficiência do indiví-duo e a tutela do Estado. Afirmou que "na associação dos princípios de Laris, Blane e Spencer, parece pairar a verda-de da missão histórica do presente: conjuguem-se o Estado e o indivíduo, no encaminhamento das gerações eficientes".²⁰² Mira mantém uma unidade entre a visão autoritária e tutelar do Esta-do e a concepção ética do trabalho. Por isso o autoritarismo que se observa no seu pensamento político, é de característica éti

198 C. MIRA. *De Florianópolis a Lages, op. cit. p.1, c.4.*

199 C. MIRA. *O Brasil do Futuro, unidade (...). República, Florianópolis, 23 out. 1919. p.2, c.2.*

200 C. MIRA. *Agro pecuária, Florianópolis, Moderna, 1919.*

201 C. MIRA. *O Brasil do Futuro, unidade (...). loc cit.*

202 *Loc. cit.*

ca.

A tendência autoritária que permeava seu pensamento, se manifestou, por outro lado, através do

desenvolvimento de uma visão dicotomizada das relações políticas e do poder. Separou, também neste contexto, as atribuições "sagradas", reservadas a poucos e as incumbências "profanas", destinadas à massa.

Já observamos, noutra parte, o significado asfixiante desta inclinação à falsa sacralização dos movimentos da vida. Encerra uma conformação dogmática do mundo político que pode orientar o pensamento para uma vertente revolucionária ou para uma visão "conservadora" da mudança social.

Um exemplo claro desta contextura de idéias encontramos na ideologia difundida por Bilac que, de alguma maneira, representou parte do acervo das influências recebidas por Crispim e também exerceu alguma atuação sobre o pensamento daquele tempo.

Bilac, na verdade, sacralizou as relações na esfera do poder, reservando a um pequeno grupo de "eleitos" aquilo que ele considerava "a sagrada missão de governar e dirigir a nação", ao mesmo tempo em que subestimava a "massa" como incapaz de exercer a própria soberania política.²⁰³

Idêntico pensamento manifestou Romero quando se referiu "as extravagantes idéias da soberania e inerrância popular" que haviam se espalhado "entre os latinos". "A direção das idéias afirmou, não parte do povo (...). Este lento ofício pertence à ciência em geral". E acrescentou que "o povo pode e deve intervir na direção dos seus destinos. Para isto basta o seu direito

²⁰³ E. CARONE. A República Velha, p.168.

ã liberdade e ao progresso".²⁰⁴

Em Crispim encontramos uma base ideológica algo semelhante. "Sagrada" para ele, era a missão educativa, na qual estava envolvido o seu projeto de regeneração nacional. Esta tarefa era expressa como uma obrigação moral da qual não era possível fugir. Afirmou que "se nos impõe o sagrado e patriótico dever de concentrarmos as nossas forças em prol de largamente difundirmos a instrução".²⁰⁵

Mas, este "sagrado e patriótico dever", tinha, antes de tudo, uma conotação política. Transpirava nele a manifestação de um interesse específico dos setores mais cultos com os quais estava identificado. Tratava-se de um "dever sagrado", exatamente neste sentido, enquanto explicava o nível de aspiração participativa e cívica destas camadas. É em vista disso que a politicagem que se imiscuía no "sistema" educacional do Estado, transformando a educação numa fonte de comércio de votos e de favoritismo, constituía uma adulteração infame "daquilo que nos deve ser tão sagrado".²⁰⁶

Esta propensão à sacralização das relações políticas é ainda mais evidente na "Carta ao Sr. Governador" do dia 24 de setembro de 1901. Encontramos ali uma concentração de termos que a evidenciam fartamente. Fala em "crudelíssimos castigos", "fato imáculo", "mártires da liberdade", "crença", "eternamente perdurar", "puro", "vítimas", para delatar que "a ditadura disfarçada", tinha "desnaturado os sagrados direitos do cida

204 S. ROMERO. *História da Literatura brasileira*, p.1091.

205 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 ago. 1901. p.1, c.4.

206 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 22 set. 1901. p.2, c.1.

dão": ²⁰⁷

Apesar da denúncia, porém, ele iniciava naquele momento, aproximando-se de Hercílio Luz, a atuar na esfera das articulações que se desenvolviam no seio das classes dominantes, em decorrência das dissidências internas do Partido Republicano.

É, portanto, conveniente se considerar, por exemplo, que se de um lado ele combateu o autoritarismo da "ditadura disfarçada", que estava "rasgando o íntimo do que nos é tão sagrado" ²⁰⁸ e defendeu a liberdade, o respeito ao voto popular e o prestígio parlamentar, vítimas deste mesmo regime autocrático, por outro lado, a arma que utilizou neste combate, foi a pregação de outro modelo autoritário de poder, simétrico ao que combatia. É que cultivava uma visão relativamente conservadora da mudança social e política. No mesmo instante em que combatia as oligarquias, aliava-se às facções dissidentes destas mesmas oligarquias.

Não é, portanto o caráter dinâmico e liberalizante, mas sim o autoritário que transparece nítido, quando nos aplicamos a uma análise mais atenta das suas idéias. Assim, no momento em que ele, dirigindo-se ao Governador, lhe disse que "quando os garotos sujam as paredes dos nossos edifícios amados", referindo-se à atuação de Filipe Schmidt frente ao executivo estadual, "é de direito enxotá-los, como fez Cristo aos vendilhões do templo", ²⁰⁹ não estava pensando na possibilidade real de uma intervenção popular, capaz de abolir o sistema de opressão em vigor.

²⁰⁷ C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. *O Estado*, Florianópolis, 24 set. 1901. p.1, c.4.

²⁰⁸ C. MIRA. Cartas ao Sr. Governador. *O Estado*, Florianópolis, 1 out. 1901. p.1, c.2.

²⁰⁹ Loc. cit.

A ideologia política que alentou o fortalecimento do Estado em detrimento da livre participação cívica, percebeu a dinâmica geral da sociedade como um processo natural que exigia uma presença mediadora constante, um "germe", representado na prática, pela tutela estatal, cuja autoridade repousava então, nas mãos de um "Governo Forte".

Esta concepção engendrava um determinismo interno. Neste caso a mudança se tornava, de fato, um movimento plenamente previsível, porque passava a ser pensada como uma continuidade. E logicamente, pensar a descontinuidade é muito mais difícil do que interpretar a lei da mudança por meio de um princípio estável que condensa em si as linhas do futuro.

É assim que o pensamento da Primeira República deixou-se, em algumas das suas manifestações, impregnar pela retórica organicista, povoada de "objetos sensíveis", que permitiam ludibriar a imprevisibilidade da mutação: "Raízes", "matrizes", "sementes", "germes", "micróbios"; etc., constituíram um pequeno acervo destes "objetos" que desempenhavam a função de elos de ligação no interior da ideologia, capazes de eliminar os intervalos da sucessão temporal.

Romero foi muito ilustrativo desta manifestação ideológica. Encontrou unidade na mais absoluta diversidade. Foi o iniciador de uma tradição que criou "raízes" no pensamento brasileiro. Um princípio estático dominou o âmago da sua concepção política e a **História da Literatura Brasileira** está repleta de configurações organicistas.

Aqui fala nas "raízes" que iam "perder-se no solo empedernido dos tempos coloniais";²¹⁰ ali, nos "bons germes"²¹¹ que es

²¹⁰ S. ROMERO, *op. cit.* p.158.

²¹¹ *Ibidem*, p.103.

perava fossem desenvolvidos pela ação do homem; acolá, nos "germes poderosos do (...) talento para os improvisos";²¹² mais adiante, "no germe mau do sistema", no "micróbio político",²¹³ etc.

Permaneceu constante no seu pensamento, um princípio mediador imóvel, como um cérebro, como uma vontade tutelar, expressa por metáforas deste nível.

Quando se referiu a Alfredo de Taunay, por exemplo, afirmou que para se poder conciliar a sua "tendência brasileirista" com a sua propensão "estrangeirista", seria "mister buscar-lhe os germes de origem e assitir à formação da alma que os asilou e nutriu com sua seiva". Seria preciso mesmo recorrer "aos germes de brasileirismo paisagista, inoculados desde o berço e reforçados durante a vida, dados a saborear ao menino e ao jovem, sob a indicação do dedo do mestre, do pai".²¹⁴

O pensamento político que seria inferido de semelhante concepção, não poderia aceitar um trajeto insento de mediação, mas, necessariamente pregaria a obrigatoriedade da "indicação do dedo do mestre, do pai", isto é, de uma vontade soberana, em condições de realizar um processo análogo, no contexto social e político.

Assim, podemos até imaginar o poder tutelar do Estado autoritário de Romero, "como um sutil micróbio" que "se imiscui e alastra pelas junturas"²¹⁵ da estrutura social.

Fica, porém, perfeitamente claro que esta tendência não se desenvolveu de forma idêntica no pensamento de Crispim. Mas, suas referências a autores como Le Dantec, Le Bon e outros, são

212 *Ibidem*, p.804.

213 *Ibidem*, p.964.

214 *Ibidem*, p.1608-9.

215 *Ibidem*, p.1776.

suficientes para indicar as fontes do seu possível contágio.

O próprio projeto de "regeneração nacional", pressupõe um princípio coordenador interno. Na *Confraternização Republicana*, por exemplo, lamentou o fato de que, "ainda não se difundiu bastante no Brasil, a semente redentora da verdade e da operosidade, o princípio do respeito e da obediência, a noção da equidade, o espírito de iniciativa e de justiça, o senso da ordem e da coesão".²¹⁶

Devemos ressaltar, em Crispim principalmente, o vínculo estreito que se estabeleceu, em geral, entre esta concepção política e a concepção ética do trabalho. A "semente" trazia, em seu interior, o projeto de regeneração, que seria dirigido pela "verdade", dentro dos princípios éticos da "operosidade". A sua tendência autoritaria estava norteada, por uma dimensão moral e, esta, correspondia perfeitamente ao conceito de trabalho que compunha o estrato fundamental do seu projeto pedagógico de "regeneração da nacionalidade".

Na Conferência cívico-militar sobre o Soldado Brasileiro, falou na "semente da independência".²¹⁷ Era, na realidade, uma prefiguração que aludia a uma conformação espiritual de matis "conservador" e autoritário.

Por outro lado, o pensamento da República Velha, pelo curso das idéias evolucionistas, favoreceu também a assimilação dos preconceitos do Darwinismo político. Predispôs a incorporação dos princípios biológicos da seleção das espécies às relações da esfera do poder.

²¹⁶ C. MIRA. *Confraternização Republicana*, p.245.

²¹⁷ C. MIRA. *O Soldado brasileiro e a honra das nações. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, (548): 1-12, 1918.*

Carone apontou este contato quando se referiu à atitude da burguesia, no tocante à política militante. Afirmou que a conduta era de "menosprezo". Alentava a utopia de um governo da "elite intelectual que era o traço fundamental da classe", convencida de que somente ela tinha "capacidade para dirigir a nação, compreendê-la, estudá-la e orientá-la",²¹⁸ e a isto ele chamou de "darwinismo dos mais puros",²¹⁹

Em 1912, Carlos Vasconcelos, repetindo idéias carregadas de preconceitos imperialistas, chegou a preconizar a implantação do darwinismo entre as nações. Dizia que "uma raça medíocre jamais tem o direito de obstruir zonas ricas, pela simples prioridade sobre a "res nullius", porque impossibilitava o desenvolvimento da região. "É dever das grandes potências, fadadas a altos desígnios, tomá-las e transfundir-lhes sangue novo."²²⁰

O substrato darwiniano que fundamentava semelhante concepção, era o mesmo que se propagava pelas bases do "racismo", difundido sob vestimentas científicas, na obra de vários intelectuais deste período.

Romero aplicou estes pressupostos à literatura. Afirmou que a "darwinização da crítica" era uma realidade tão grande quanto o era a da biologia. A concorrência vital, por meio da seleção natural, isto é, a "adaptação" e a "hereditariedade", era aplicável à literatura.²²¹

O darwinismo, em Crispim Mira, por exemplo, se colocou na origem do seu mito do "Brasil do Futuro".

²¹⁸ E. CARONE. *A República Velha*, p.176.

²¹⁹ *Loc. cit.*

²²⁰ W. MARTINS, *op. cit.* v.5, p.492.

²²¹ S. ROMERO, *op. cit.* p.63.

Ele sonhou com um "Brasil potência", com um Brasil forte em todos os setores, porque, em última instância, estava motivado pela convicção de cunho darwiniano, do predomínio do mais apto. Fortalecer o país, portanto, seria habilitá-lo às grandes conquistas. Convencera-se, na verdade, durante a Primeira Guerra, de que, "independentemente de todo e qualquer sentimentalismo, aos mais fortes e mais capazes, haverá de caber a glória do triunfo".²²²

A lei do mais forte estava atuante na mentalidade da elite intelectual deste período. Crispim, por exemplo, apesar de ter sempre defendido os oprimidos, no âmbito do seu mito do "Brasil do Futuro", afirmou ser "inútil glorificar o fraco. As nações volerosas, são como os indivíduos que prosperam: sonham o domínio da terra".²²³

É no contexto deste quadro geral que devemos buscar a interpretação do significado da conferência de 1918 sobre o Soldado Brasileiro. O clima ideológico que o animava naquele momento era o mesmo que estava sendo promovido por Bilac, na sua campanha em favor do serviço militar obrigatório.

Mira conseguiu reunir, num único conceito, a sua visão do "Brasil do Futuro", a sua perspectiva ética do trabalho, e a ideologia autoritária que estava amarrada nos alicerces do edifício bilaqueano. De tal modo que, na sua utopia, conseguiu elaborar uma pátria nova, forte, feita de trabalho e de caracteres rígidos, porém, perfeitamente adequada à crença de que "o triunfo sempre cabe ao mais forte".²²⁴

222 C. MIRA. *A última conferência de Medeiros e Albuquerque. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 mar. 1915.* p.1, c.2.

223 *Loc. cit.*

224 C. MIRA. *O soldado brasileiro e a honra das nações, p.7.*

A preocupação no início da sua carreira jornalista, em relação ao futuro da língua portuguesa nas zonas de colonização, também se inscrevia, de certa forma, na esfera do darwinismo político. Considerou, naquele tempo, o vernáculo como um "elemento atrasado" (...), em luta aberta contra "dois invasores fortes, em que se acentua o poder do germanismo".²²⁵

Por outra parte, a concepção segundo a qual o germanismo era um elemento mais forte, estava também na gênese da sua tipologia ética. Mas, convém precisar, neste instante, que o próprio tipo ético germânico que fora proposto como exemplo de trabalho e de operosidade em geral, se constituía em si mesmo, num tipo psicológico autoritário e auto-suficiente, a quem correspondia uma moralidade simétrica. E foi sob este aspecto moral que apresentou-se como o contraste do tipo "inferior" lusobrasileiro, em muitos textos.

No universo conceitual de Crispim o darwinismo político parece ter sido uma das correntes mais firmemente estabelecidas. Em alguns textos representativos, transpareceu um determinismo evidente. Quando, por exemplo, explicou que "o verdadeiramente mais forte terá sempre de dominar, independentemente da sua vontade",²²⁶ cremos ter aceito a fatalidade do determinismo biológico, no círculo das relações do poder.

Não é sem razão que ele acolheu, confiante, a ideologia da "paz armada", porque argumentava, não adiantar esperar que o poderoso fosse benigno para com o fraco. É preciso "procurar fazer-se igualmente forte, ou pelo menos tanto, que não torne fácil qualquer atentado à soberania nacional".²²⁷

225 C. MIRA. *Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis*, 25 ago. 1901. p.1, c.4.

226 C. MIRA. *A Doutrina Monroe. Revista Catharinense, Laguna*, 3(2):33-7, fev. 1914. p.37.

227 *Loc. cit.*

Mira transpôs, em alguns momentos, o determinismo biológico para a esfera política, e encarou a prática do poder a partir da sua realidade cotidiana. Dizia que "a razão manda aceitar os fatos como se apresentam e não, infelizmente, como os concebe um ideal de maior verdade e justiça", já que seria impossível evitar "que as minorias mais aptas fossem as depositárias do governo do mundo".²²⁸ Deixou-se, às vezes, dominar pelo fatalismo, como quando confessou que "os mais fortes, em geral, sempre são unidos, não restando aos fracos senão a certeza de que lhes cumpre submeter-se".²²⁹

Uma análise global e paciente, revelará que, mesmo nos momentos de maior ardor, mesmo durante as campanhas iconoclastas que moveu contra os abusos de poder e até no amparo e divulgação dos temas ligados à luta proletária, especialmente em Joinville, jamais desceu abertamente aos patamares da organização das massas e nem mesmo enveredou pelos caminhos da mobilização política.

Nutriu, apesar de todas as aparências, uma certa desconfiança na capacidade racional de auto-determinação da sociedade, de tal maneira que a solução dos problemas nacionais que ele promoveu e que foi o objeto central do seu projeto pedagógico da "regeneração nacional", não passava, pelo que pudemos observar, pela via da intervenção popular, mas, sempre e invariavelmente aspirava pela intervenção de uma vontade autoritária, ligada à esfera do poder.

Por isso, Mira não foi um revolucionário. Seu projeto pedagógico da regeneração não foi, na verdade, um projeto transformador. Poderia até ser, em última instância, "conservador";

²²⁸ (C.MIRA). *A grande luta*, op.cit. p.1, c.1.

²²⁹ (C.MIRA). *O critério para a convenção*. op.cit.p.1, c.1.

já que não conduzia à mudança real, porque persistia no seu âmago, a idéia desmobilizadora de que seria preferível ceder aos detentores do poder até que a solicitação popular, "sem sair da lei" pudesse ser "uma realidade maior e mais executável".²³⁰

Crispim não desenvolveu claramente, nas suas reflexões políticas, o princípio democrático que conduziria ao processo do consenso social espontâneo e livre, que só poderia ser atingido mediante uma pregação da reordenação do pacto social que transitava, necessariamente, por um movimento de transformação total da sociedade.

Em seu lugar, tendeu mais para a aceitação do princípio tutelar do Estado, que se define pela manutenção do "statu quo" e por um encaminhamento autoritário do conflito social.

A ideologia autoritária na sua expressão mais radical, que obviamente não se encontra impressa em nenhuma das manifestações espirituais de Crispim Mira, tende, de fato, para a erradicação do conflito social, pela adoção do modelo político apropriado.²³¹ Opera uma simplificação nas relações conflituosas que compõe a dinâmica social. As manifestações populares são interpretadas como "irracionais", ou como "impulsos infantis", ou como manifestações maldosas da natureza humana, gerando uma visão distorcida da realidade e lançando as bases para a justificação da necessidade da coerção organizada e fortalecida.

²³⁰ (C. MIRA). *A grande luta*, op. cit. p.1, c.2.

²³¹ L. BOLIVAR, op. cit. p.366.

CONCLUSÃO

O estudo que realizamos sobre Crispim Mira nos conduz à percepção de que seu pensamento está alicerçado num conceito ético e de que este se encontra em todas as manifestações espirituais que nos legou.

Pode ser advertido na sua compreensão utópica do Brasil do Futuro, no seu projeto regenerador da sociedade, na sua crítica à realidade social e política da Primeira República e nos mais variados momentos da sua reflexão.

Assimilando os traços culturais característicos do meio teuto-brasileiro em que nascera, onde a laboriosidade despontava como o sinal das esperanças de dias melhores, Crispim dedicou suas atividades jornalísticas ao ensinamento daquelas qualidades operativas que faziam da sua terra natal uma cidade de progresso e felicidade.

É bem verdade que poucos realçaram efetivamente a idéia central que norteia seu pensamento. Mas a obra de Crispim Mira revela uma preocupação constante em perseguir uma trilha doutrinária estável, cuja expressão se manifesta através de uma concepção ética do trabalho.

Este conceito de trabalho orienta as inúmeras discussões que interpretam o caráter pedagógico da obra e alimenta a visão da vida política como participação cívica.

Portanto, "A PERSONALIDADE HISTÓRICA DE CRISPIM MIRA" haure sua significação e sua dimensão humanas nesta atmosfera onde vicejam os valores de uma existência imersa no labor.

A perspectiva da "REGENERAÇÃO NACIONAL" se estabelece como uma proposta pedagógica, alicerçada em atitudes conscientes e na determinação de divulgar as virtudes da ação perseverante.

A "ÉTICA GERMÂNICA DO TRABALHO" funda-se como o substrato fecundo, o conteúdo que permeia a vida, a obra e o pensamento de Crispim Mira.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Catarinense da Biblioteca Central da UFSC.

Arquivo Forense de Joinville.

Arquivo Hemerográfico da Biblioteca Pública do
Estado. Florianópolis.

Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

a) Bibliografia do Crispim Mira

Nosso Primeiro Levantamento

LIVROS.

1. MIRA, Crispim. Ação de indenização por calúnia. Joinville, Tipografia Schwartz, 1921.
2. — . Agro-pecuária. Florianópolis, Tip. Livraria Moderna, 1919.
3. — . Os alemães no Brasil. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1916.
4. — . Confraternização republicana. Rio de Janeiro, 1918.
5. — . Crimes e aventuras dos irmãos Brocato. Arquivos Catarinenses de Medicina, Florianópolis, 3 : 11-60, mar. 1978.
6. — . O Estado de Santa Catarina; exposição de cereais e adicionamento de horticultura e indústrias derivadas. Rio de Janeiro, 1919.
7. — . Município de Joinville. Joinville, Schwartz, 1907.
8. — . Santa Catarina-Paraná . impostos inter-estaduais. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1914.
9. — . A situação financeira e política de Santa Catarina. O secretário do Interior e Justiça. Joinville, Otto Coch, 1924.
10. — . Terra Catarinense. Florianópolis, Tip. Livraria Moderna, 1920.

ARTIGOS DE REVISTA

1. MIRA, Crispim. A doutrina de Monroe. Revista Catarinense, Laguna, 3 (2) : 33-7, fev. 1914.
2. — . O soldado brasileiro e a honra das nações. Conferência cívica. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, (548) : 1-12, 1918.
3. — . Minha Filha Delorme. Revista Acadêmica, Florianópolis, 1 (3) : 2-3, ago. 1920.
4. — . O Boi-tatá. Revista Ilustrada, Florianópolis, 2 (12) : s/n, maio, 1920.
5. — . O tropeiro. Terra, revista de artes e letras, Florianópolis, 1 (1) : 7, mar. 1920.

ARTIGOS DE JORNAIS

1. MIRA, Crispim. O acordo. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 jul. 1912. p.1, c.1-2.
2. — . O acordo ou a luta? Folha do Comércio, Florianópolis, 11 jul. 1912. p.1, c.1-2.
3. — . A agricultura. Gazeta de Joinville, Joinville, 29 jun. 1907. p.1, c.1.
4. — . Os alemães no Sul. Folha do Comércio, Florianópolis, 21 nov. 1914. p.1, c.1-4.
5. — . Os alemães do Sul. Folha do Comércio, Florianópolis, 29 jun. 1915. p.1, c.1-2.

6. — . Alemanha e França. Gazeta de Joinville, Joinville, 16 abr. p.1, c.1.
7. (— .) O alemanismo no Sul. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 9 jul. 1909. p.1, c.1-2.
8. — . Algumas estradas, alguns colonos. República, Florianópolis, 31 jan. 1920. p.1, c.5; p.2, c.1.
9. — . Anarquia administrativa. Folha Nova, Florianópolis, 21 nov. 1926. p.2, c.6.
10. — . Apelo do expresidente. Folha Nova, Florianópolis, 23 nov. 1926. p.3, c.1.
11. — . Apelo e repto. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 27 ago. 1908. p.1, c.3.
12. — . Aspectos do Norte. O Dia, Florianópolis, 30 mar. 1916. p.2, c.3-4.
13. — . Atentado à imprensa. Folha do Comércio, Florianópolis, 30 ago. 1910. p.1, c.2.
14. — . Banquete. Gazeta de Joinville, Joinville, 17 jul. 1905. p.1, c.3.
15. (— .) Bonito exemplo. Terra Livre, Florianópolis, 9 dez. 1918. p.1, c.1-2.
16. — . O Brasil do Futuro; unidade nacional e possibilidades econômicas. República, Florianópolis, 22 out. 1919. p.1, c.4-5; p.2, c.1-2.
17. — . O Brasil do futuro; unidade nacional e possibilidades econômicas. República, Florianópolis, 23 out. 1919. p.1, c.4-5; p.2, c.1-2.
18. — . O caboclo e o colono. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 out. 1908. p.1, c.1-2.
19. — . O cachinguê escafedeu-se. Correio de Joinville, Joinville, 14 jan. 1922. p.1, c.1.
20. — . Caiu na esparrela. Gazeta de Joinville, Joinville, 26 ago. 1905. p.1, c.2.
21. — . Cala-te ou morres. Gazeta de Joinville, Joinville, 6 abr. 1907. p.1, c.1.
22. (— .) Canoinhas^e Três Barras. Jornal de Joinville, Joinville, 7 jun 1919. p.1, c.2-4.
23. — . O cantor do Planalto. República, Florianópolis, 22 set. 1920. p.2, c.2-3.
24. — . A capacidade dos brasileiros. Terra Livre, Florianópolis, 2 out. 1918. p.2, c.1-3.
25. — . Caprichos do destino. República, Florianópolis, 17 jun. 1920. p.1, c.3-4.
26. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 25 ago. 1901. p.1, c.4-5; p.2, c.1.
27. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 27 ago. 1901. p.1, c.2-3.

28. MIRA, Crispim. Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 22 set. 1901. p.1, c.5; p.2, c.1.
29. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 24 set, 1901. p.1, c.4-5; p.2, c.1-2.
30. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 25 set. 1901. p.1, c.2-3.
31. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 1 out. 1901. p.1, c.1-2.
32. — . Cartas ao Sr. Governador. O Estado, Florianópolis, 23 out. 1901. p.1, c.3-4.
33. — . Caturrices. República, Florianópolis, 28 ago. 1920. p.1, c.5; p.2, c.1-2.
34. (— .) Coisas brasileiras. Terra Livre, Florianópolis, 11 fev. 1919. p.1, c.1-2.
35. — . O coque nacional. Folha do Comércio, Florianópolis, 5 set. 1914.
36. (— .) A colaboração dos mestres. Terra Livre, Florianópolis, 6 dez. 1918. p.1, c.1-2.
37. — . Colégio de Joinville. Gazeta de Joinville, Joinville, 17 nov. 1906. p.1, c.1.
38. (— .) Colonização da Ilha. Terra Livre, Florianópolis, 28 jan. 1919. p.1, c.1-2.
39. — . Colonização da Ilha. República, Florianópolis, 14 fev. 1920. p.1, c.4-5.
40. (— .) O colono nos eleva. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 6 mar. 1909. p.1, c.1-2.
41. — . Como se é Canalha. Correio de Joinville, Joinville, 7 jan. 1922. p.1, c.1.
42. — . O concurso do clero. República, Florianópolis, 15 maio, 1919. p.1, c.3-4.
43. (— .) Confraternização americana. Terra Livre, Florianópolis, 28 nov. 1918. p.1, c.1-2.
44. (— .) Confronto desconsolador. Terra Livre, Florianópolis, 10 jan. 1919. p.1, c.1-2.
45. — . A consagração de um mendigo. República, Florianópolis, 23 jun. 1920. p.1, c.4-5.
46. (— .) Construir um grande Estado. Terra Livre, Florianópolis, 8 jan. 1919. p.1, c.1-2.
47. (— .) Contribuição da eletricidade. Terra Livre, Florianópolis, 14 jan. 1919. p.1, c.1-2.
48. — . Conversões da moeda. Folha Nova, Florianópolis, 26 nov. 1926. p.1, c.3.
49. — . O pescador. Correio de Joinville, Joinville, 10 set. 1921. p.1, c.4.
50. (— .) Crianças da Gazeta. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1907. p.1, c.4.

51. (— .) O critério para a convenção. Terra Livre, Florianópolis, 12 fev. 1919. p.1, c.1-2.
52. — . Culpa do povo e súplica. O Estado, Florianópolis, 19 nov. 1901. p.1, c.3-4.
53. — . De Florianópolis a Lages. Folha do Comércio, Florianópolis, 20 ago. 1913. p.1, c.1-4.
54. — . De longe. Folha do Comércio, Florianópolis, 18 abr. 1913. p.1, c.2-4.
55. — . Desacordo internacional? República, Florianópolis, 29 abr. 1919. p.1, c.3-4.
56. — . Despotismo. Gazeta de Joinville, Joinville, 27 jul. 1907. p.1, c.1.
57. — . Devastação das florestas. Terra Livre, Florianópolis, 1 nov. 1918. p.1, c.2-3.
58. — . Duas palavras. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 20 mar. 1908. p.1, c. 2.
59. (— .) Educação moral e cívica. Terra Livre, Florianópolis, 14 fev. 1919. p.1, c.1-2.
60. — . A eleição presidencial. O Dia, Florianópolis, 29 jan. 1916. p.1, c.1-2.
61. (— .) Eleições presidenciais. Terra Livre, Florianópolis, 24 jan. 1919. p.1, c.1-2.
62. — . A emboscada. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 3 set. 1908. p.1, c.1-2.
63. — . O ensino agrícola nas escolas. República, Florianópolis, 15 abr. 1920. p.1, c.5; p.2, c.1.
64. — . O ensino profissional nos EE.UU. Terra Livre, Florianópolis, 19 set. 1918. p.2, c.1-4.
65. (— .) É preciso insistir. Terra Livre, Florianópolis, 10 fev. 1919. p.1, c.1-2.
66. — . É ridículo. Gazeta de Joinville, Joinville, 11 maio, 1907. p.1, c.1.
67. — . O escândalo do dia. O Dia, Florianópolis, 18 jan. 1916. p.1, c.1-2.
68. — . A escola. O Dia, Florianópolis, 17 mar. 1916. p.1, c.1-2.
69. — . Estamos processados. Gazeta de Joinville, Joinville, 13 abr. 1907. p.1, c.1.
70. (— .) As estradas de rodagem. Terra Livre, Florianópolis, 21 jan. 1919. p.1, c.1-2.
71. — . As estradas e a agricultura. Leitura infantil. Terra Livre, Florianópolis, 4 jan. 1919. p.1, c.4-5.
72. (— .) Estradas e escolas. Terra Livre, Florianópolis, 22 jan. 1919. p.1, c.1-2.
73. — . Exemplos de grandes trabalhadores. Terra Livre, Florianópolis, 24 out. 1918. p.1, c.3-5.

74. (— .) Exportação de frutas. Terra Livre, Florianópolis, 13 fev. 1919. p.1, c.1-2.
75. — . Falsificação. Gazeta de Joinville, Joinville, 28 abr. 1906. p.2, c.3.
76. — . O fantasma da Ilha. República, Florianópolis, 1 fev. 1920. p.2, c.2.
77. (— .) A federação do remo. Terra Livre, Florianópolis, 31 jan. 1919. p.1, c.1-2.
78. — . A festa do trabalho. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 30 abr. 1908. p.1, c.1-2.
79. — . A fraude eleitoral. Gazeta de Joinville, Joinville, 8 dez. 1906. p.1, c.1.
80. (— .) Ginástica, desenho e linguagem. Terra Livre, Florianópolis, 7 fev. 1919. p.1, c.1-2.
81. (— .) A ginástica nas escolas. Terra Livre, Florianópolis, 6 fev. 1919. p.1, c.1-2.
82. (— .) Governo de moços. Terra Livre, Florianópolis, 21 dez. 1918. p.1, c.1-2.
83. — . Governo do Estado. Gazeta de Joinville, Joinville, 29 jul. 1905. p.1, c.1-3.
84. (— .) A grande Luta. Terra Livre, Florianópolis, 8 fev. 1919. p.1, c.1-2.
85. — . A grande questão. O Dia, Florianópolis, 18 fev. 1916. p.1, c.1-2.
86. — . As grandes nações. Terra Livre, Florianópolis, 13 set. 1918. p.2, c.1-3.
87. — . A guerra do Contestado. Folha do Comércio, Florianópolis, 22 mar. 1915. p.1, c.1-2.
88. — . História de uma repartição pública federal, onde alguns enriquecem e outros se locupletam até a indigestão. Folha Nova, Florianópolis, 24 mar. 1927. p.2, c.1-2.
89. — . O homem do samburá. República, Florianópolis, 5 set. 1920. p.2, c.1-2.
90. — . Homens de músculos. República, Florianópolis, 18 jun. 1919. p.1, c.4-5.
91. — . Homens úteis. República, Florianópolis, 19 jun. 1919. p.1, c.5; p.2, c.1.
92. (— .) Horário escolar. Terra Livre, Florianópolis, 15 fev. 1919. p.1, c.1-2.
93. (— .) Ingratidão. Gazeta de Joinville, Joinville, 19 maio, 1905. p.1.
94. — . A imigração em Pernambuco. Folha do Comércio, Florianópolis, 17 dez. 1912. p.2, c.2-3.
95. — . A imigração selecionada. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 jan. 1913. p.1, c.1-3.
96. — . O imperialismo alemão em Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 mar. 1913. p.1, c.2-3.

97. — . o Infame. Gazeta Catharinense, 20 ago. 1908. p.1, c.3.
98. — . O infame. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 28 ago. 1908. p.1, c.3-4.
99. — . Infeliz idéia. O Dia, Florianópolis, 23 mar. 1916. p.1, c.1-2.
100. — . A inelegibilidade discutida. República, Florianópolis, 13 maio, 1919. p.1, c.4-5.
101. — . Os inimigos da Alemanha. O Dia, Florianópolis, 29 fev. 1916. p.1, c.1-2.
102. — . A intriga. Terra Livre, Florianópolis, 28 out. 1918. p.1, c.3-4.
103. — . Joinville. Folha do Comércio, Florianópolis, 5 dez. 1913. p.1, c.1.
104. — . Joinville. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1907. p.2, c.1.
105. — . O jornal oficial. O Estado, Florianópolis, 30 nov. 1901. p.1, c.2-3.
106. — . A lição dos EE.UU. Terra Livre, Florianópolis, 15 set. 1918. p.2, c.1-5.
107. — . Ligeiras palavras. Gazeta Catharinense, 25 abr. 1908. p.1, c.3-4.
108. — . lindas terras, mas... desprezadas. República, Florianópolis, 29 jan. 1920. p.1, c.1-5; p.2, c.1.
109. (— .) O maximalismo. Terra Livre, Florianópolis, 30 jan. 1919. p.1, c.1-2.
110. — . O mestre-escola. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 mar. 1913. p.1, c.3-6.
111. — . Minha filha Delorme. O Dia, Florianópolis, 13 set. 1916. p.1, c.1-3.
112. (— .) Miséria na Ilha. Terra Livre, Florianópolis, 25 nov. 1918. p.1, c.3.
113. (— .) As missões estrangeiras. Terra Livre, Florianópolis, 30 dez. 1918. p.1, c.1-2.
114. — . A mulher como professora. República, Florianópolis, 17 maio, 1919. p.1, c.3-4.
115. — . Não fuja. Gazeta de Joinville, Joinville, 19 ago. 1905. p.1, c.1.
116. — . O nativismo e Santa Catarina caluniada. O Dia, Florianópolis, 6 maio, 1917. p.1, c.1-4.
117. — . Nepotismo em ação. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 20 fev. 1908. p.1, c.1-2.
118. — . A nossa capacidade produtiva. República, Florianópolis, 21 jun. 1919. p.1, c.2-3.
119. (— .) A nossa colaboração em geral. Terra Livre, Florianópolis, 7 dez. 1918. p.1, c.1-2.

120. — . O nosso futuro. Gazeta de Joinville, Joinville, 22 jul. 1905. p.1, c.2.
121. — . O nosso Porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 11 ago. 1910. p.1, c.2.
122. — . O nosso Porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 ago. 1910. p.1, c.2.
123. — . O nosso Porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 25 ago. 1910. p.1, c.1.
124. — . O nosso Porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 27 ago. 1910. p.1, c.2.
125. — . O nosso Porto. Folha do Comércio, Florianópolis, 2 set. 1910. p.1, c.2.
126. — . Nosso rumo. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1905. p.1, c.1.
127. — . Nosso rumo. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 mar. 1907. p.1, c.1.
128. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 dez. 1914. p.1, c.1-2.
129. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 14 dez. 1914. p.1, c.1-2.
130. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 19 dez. 1914. p.1, c.1-2.
131. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 21 dez. 1914. p.1, c.1-2.
132. — . notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 26 dez. 1914. p.1, v.1-2.
133. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 2 jan. 1915. p.1, c.1.2.
134. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 5 jan. 1915. p.1, c.1-2.
135. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 jan. 1915. p.1, c.1-2.
136. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 jan. 1915. p.1, c.1-3.
137. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 19 jan. 1915. p.1, c.1.
138. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 23 jan. 1915. p.1, c.1-2.
139. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 25 jan. 1915. p.1, c.1-2.
140. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 28 jan. 1915. p.1, c.1-2.
141. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 fev. 1915. p.1, c.1-2.
142. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 3 fev. 1915. p.1, c.1-2.

143. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 fev. 1915. p.1, c.1-2.
144. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 10 fev. 1915. p.1, c.1-2.
145. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 fev. 1915. p.1, c.1-2.
146. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 fev. 1915. p.1, c.2-3.
147. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 16 fev. 1915. p.1, c.1-2.
148. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 17 fev. 1915. p.1, c.1-2.
149. — . Notas cariocas. Folha do comércio, Florianópolis, 18 fev. 1915. p.1, c.1-2.
150. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 19 fev. 1915. p.1, c.1-2.
151. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 mar. 1915. p.1, c.1-2.
152. — . Notas cariocas. Folha do Comércio, Florianópolis, 3 mar. 1915. p.1, c.1-2.
153. (— .) O novo Congresso estadual. Terra Livre, Florianópolis, 3 fev. 1919. p.1, c.1-2.
154. (— .) Novo imposto. Terra Livre, Florianópolis, 14 dez. 1918. p.1, c.1-2.
155. — . Ociosidade brasileira. Gazeta de Joinville, Joinville, 15 jun. 1907. p.1, c.1.
156. — . Ogeriza pelo engrossamento. Folha Nova, Florianópolis, 20 nov. 1926. p.3, c.1.
157. (— .) A orientação econômica. Terra Livre, Florianópolis, 13 jan. 1919. p.1, c.1-2.
158. — . Otto Boehm. A Notícia, Joinville, 2 jun 1923. p.1, c.1-5.
159. (— .) Pela política. Terra Livre, Florianópolis, 31 dez. 1918. p.1, c.1-2.
160. — . Pelo ensino. Gazeta de Joinville, Joinville, 6 jul. 1907. p.1, c.1.
161. — . pelos operários. Gazeta de Joinville, Joinville, 27 abr. 1907. p.1, c.1.
162. — . O perigo alemão. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 jul. 1910. p.1. c.1.
163. — . O perigo alemão. Folha do Comércio, Florianópolis, 2 jul. 1910. p.1, c.2.
164. — . A plataforma Arantes. O Dia, Florianópolis, 13 fev. 1916. p.1, c.1-2.
165. — . O pleito presidencial. República, Florianópolis, 26 abr. 1919. p.1, c.4-5.

166. — . A política Joinvillense. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 8 out. 1908. p.1, c.1-2.
167. — . Pontos no B. Gazeta de Joinville, Joinville, 12 ago. 1905. p.1, c.3.
168. — . Por que estou estudando? O Dia, Florianópolis, 25 mar. 1916. p.1, c.1-2.
169. (— .) Porto de Florianópolis. Folha Nova, Florianópolis, 8 dez. 1926. p.1, c.1.
170. — . O prazo governamental. O Dia, Florianópolis, 1 fev. 1916. p.1, c.1-2.
171. (— .) A preocupação do momento. Terra Livre, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.1-2.
172. — . A primeira exposição de cereais no Rio de Janeiro. República, Florianópolis, 14 ago. 1919. p.1, c.2.
173. (— .) Primeiro de maio. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 abr. 1905. -
174. (— .) Problema do saneamento. Terra Livre, Florianópolis, 17 fev. 1919. p.1, c.1-2.
175. — . Prodígios da imigração. Folha do Comércio, Florianópolis, 6 jan. 1913. p.1, c.1-4.
176. — . Prodígios da imigração. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 jan. 1913. p.1, c.1-3.
177. (— .) Propaganda agrícola. Terra Livre, Florianópolis, 13 dez. 1918. p.1, c.1-2.
178. — . Prosperidades do Brasil Unido. República, Florianópolis, 30 maio, 1919. p.2, c.5; p.3, c.1-3.
179. (— .) Que se lixem. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 27 maio, 1908. p.1, c.1-2.
180. — . O que já fizemos e o que pretendemos fazer. Folha Nova, Florianópolis, 18 nov. 1926. p.1, c.1-2.
181. — . Questão de Limites. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 dez. 1912. p.1, c.1-2.
182. — . Questão de Limites. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 out. 1913. p.1, c.2-4.
183. — . A questão do povoamento. Folha do Comércio, Florianópolis, 27 ago. 1912. p.1, c.1-2.
184. — . A questão operária. República, Florianópolis, 27 maio 1919. p.2, c.1.
185. — . Questões de limites. O acordo. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 jul. 1912. p.1, c.1.
186. — . Questões gramaticais. República, Florianópolis, 2 mar. 1919. p.1, c.4-5; p.2, c.1-4.
187. — . Questões gramaticais. República, Florianópolis, Florianópolis, 4 mar. 1919. p.1, c.4-5; p.2, c.1-5.
188. — . Questões gramaticais. República, Florianópolis, 7 mar. 1919. p.1, c.5; p.2, c.1-3.

189. — . A rendeira. República, Florianópolis, 12 set. 1920. p.1, c.4-5; p.2., c.1.
190. — . Respondo ao apelo. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 ago. 1908. p.1, c.1-3.
- 191.(— .)O responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 26 fev. 1909. p.1, c.1-2.
- 192.(— .)O responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 27 fev. 1909. p.1, c.1-2.
- 193.(— .)O responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 1 mar. 1909. P.1, c.1-2.
- 194.(— .)O Responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 14 mar. 1909. p.1, c.1-2.
- 195.(— .)O responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 25 mar. 1909. p.1, c.1-2.
- 196.(— .)O responsável. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 6 abr. 1909. p.1, c.1-2.
- 197.(— .) Restauração efêmera. Terra Livre, Florianópolis, 25 jan. 1919. p.1, c.1-2.
198. — . A revisão constitucional. O Dia, Florianópolis, 23 fev. 1916. p.1, c.1-3.
199. — . A revisão constitucional. O Dia, Florianópolis, 26 jan. 1916. p.1, c.1.
- 200.(— .) Revisão das tarifas. Terra Livre, Florianópolis, 16 dez. 1918. p.1, c.1-2.
- 201.(— .) Rui Barbosa. Terra Livre, Florianópolis, 27 jan. 1919. p.1, c.1-2.
- 202.(— .) Salve. Gazeta de Joinville, Joinville, 1 jan. 1907. p.1, c.1.
203. — . Santa Catarina- Rio Grande do Sul. Resumo. República, Florianópolis, 22 jun. 1920. p.1, c.1-4.
204. — . São sempre inúteis as violências. Folha Nova, Florianópolis, 30 nov. 1926. p.1, c.1.
205. — . Secretaria de agricultura. República, Florianópolis, 26 jun. 1919. p.1, c.5; p.2, c.1.
206. — . O serviço de povoamento em Santa Catarina. Folha do Comércio, 9 ago. 1912. p.1, c.1-3.
207. — . O serviço de povoamento em Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 14 ago. 1912. p.1, c.1-2.
208. — . Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 23 out. 1913. p.1, c.1-4.
209. — . Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 25 out. 1913. p.1, c.1-4.
210. — . Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 27 out. 1913. p.1, c.1-4.
211. — . Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 29 out. 1913. p.1, c.1-4.

212. — . Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 nov. 1913. p.1, c.1-4.
213. (— .) Situação Financeira. Terra Livre, Florianópolis, 28 dez. 1918. p.1, c.1-2.
214. (— .) A taça dos sete sábios. Terra Livre, Florianópolis, 29 jan. 1919. p.1, c.3.
215. — . Os telegramas de solidariedade. O Dia, Florianópolis, 9 mar. 1916. p.1, c.1-2.
216. — . Três pontos de história catarinense. República, Florianópolis, 24 jul. 1920. p.1, c.5; p.2, c.1-2.
217. — . Três pontos de vista. República, Florianópolis, 22 jun. 1919. p.1, c.4-5.
218. — . A última conferência de Medeiros e Albuquerque. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 mar. 1915. p.1, c.2-4.
219. — . A última Conferência de Medeiros e Albuquerque. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 mar. 1915. p.1, c.2-4.
220. (— .) Uma cidade maravilhosa. Gazeta Catarinense, Florianópolis, 5 jul. 1909. p.1, c.1-2.
221. (— .) Um grande candidato. Terra Livre, Florianópolis, 1 fev. 1919. p.1, c.1-2.
222. — . Um grande núcleo de trabalho. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 dez. 1913. p.1, c.3.
223. — . Unamo-nos mais e mais. República, Florianópolis, 18 maio, 1919. p.1, c.4-5.
224. (— .) Vaga senatorial. Terra Livre, Florianópolis, 11 jan. 1919. p.1, c.1-2.
225. — . Vantagens ou desvantagens. Gazeta de Joinville, Joinville, 23 abr. 1905. p.1, c.1-2.
226. — . Vencer pela fome. O Dia, Florianópolis, 8 fev. 1916. p.1, c.1-2.
227. — . O verdadeiro caminho. República, Florianópolis, 20 jun. 1919. p.1, c.2-3.

b) Bibliografia Jornalística Diversa
referente ao Tema

1. A AÇÃO da justiça. Folha Nova, Florianópolis, 22 fev.1927. p.1, c.1.
2. AÇÃO de manutenção. Gazeta de Joinville, Joinville, 24 ago. 1907. p.3, c.2.
3. AGRESSÃO miserável. Gazeta de Joinville, Joinville, 20 abr. 1907. p.1, c.1.
4. AINDA a mensagem. Jornal de Joinville, Joinville, 31 jul. 1919. p.1, c.1-2.
5. AINDA o atentado de Florianópolis. Jornal de Joinville, Joinville, 9 mar. 1927. p.1, c.1.
6. OS ALEMÃES no Brasil. República, Florianópolis, 29 out. 1919. p.1, c.1.
7. ALPHA. Carta a meu único leitor. O Estado, Florianópolis, 4 mar. 1919. p.1, c.1-2.
8. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 10 mar. 1919. p.1, c.1-2.
9. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 14 mar. 1919. p.1, c.1.
10. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 15 mar. 1919. p.1, c.1-2.
11. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 18 mar. 1919. p.1, c.1-2.
12. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 20 mar. 1919. p.1, c.1-2.
13. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 22 mar. 1919. p.1, c.1.
14. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 24 mar. 1919. p.1, c.1-2.
15. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 27 mar. 1919. p.1, c.1-2.
16. ALPHA. Crispim gramático. O Estado, Florianópolis, 29 mar. 1919. p.1, c.1.
17. ALPHA. Crispim gramático, O Estado, Florianópolis, 2 abr. 1919. p.1, c.1.
18. ALPHA. Minas coisas de um jornalista gaúdo. Em redor dos artigos do Sr. Crispim. O Estado, Florianópolis, 12 fev. 1919. p.1, c.2-3.
19. AMEAÇA aos federalistas. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 28 maio, 1908. p.1, c.1-2.
20. ANTEONTEM 6 meses. Folha Nova, Florianópolis, 19 ago. 1927. p.1, c.3.
21. AS APRECIACÕES do Sr. Crispim. Mira. República, Florianópolis, 19 mar. 1920. p.2, c.3-5.

22. O ARBITRAMENTO. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 fev. 1914. p.1, c.5.
23. ARBITRAMENTO ou acordo. O Município, São Francisco do Sul, 8 dez. 1912. p.1, c.1-3.
24. ARRUDA, Ivo. Santa Catarina: o germanismo no Sul do Brasil. O Dia, Florianópolis, 8 maio, 1917. p.1, c.3-4.
25. ARTIGOS escritos pelo Sr. Crispim Mira. Gazeta de Joinville, Joinville, 3 out. 1908. p.1, c.3-4.
26. ASSASSINOS selvagens e covardes. Folha Nova, Florianópolis, 18 fev. 1927. p.1, c.1.
27. ATA. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 1 set. 1908. p.1, c.3.
28. O ATENTADO de Florianópolis. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.1.
29. ATRAVESSANDO as fronteiras. Folha Nova, Florianópolis, 24 fev. 1927. p.1, c.2-5.
30. BÁRBARO atentado contra o nosso Diretor. Folha Nova, Florianópolis, 17 fev. 1927. p.1, c.3.
31. BOITEUX, L.A. Limites com o Rio Grande. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 set. 1911. p.1, c.1. (longa série)
32. Brasão do Município de Florianópolis. República, Florianópolis, 16 jun. 1920. p.1, c.5.
33. CAIPIRA. Candidatos à força. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 20 maio, 1908. p.4, c.2.
34. CALÚNIAS e injúrias. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 19 maio, 1908. p.1, c.5.
35. CAMINHO errado. Jornal de Joinville, 9 mar. 1921. p.1, c.1-2.
36. CAMPA profanada. Folha Nova, Florianópolis, 2 abr. 1928. p.1, c.1.
37. CAP. Godofredo de Oliveira. Folha do Comércio, Florianópolis, 20 ago. 1915. p.1, c.2.
38. CELEBRAÇÃO do centenário da independência do Brasil. República, Florianópolis, 8 jul. 1919. p.1, c.3.
39. O CLUB de Joinville. Jornal de Joinville, Joinville, 4 jan. 1922. p.1, c.4.
40. COLEGIO municipal. Reforma do ensino. Gazeta de Joinville, Joinville, 3 abr. 1909. p.1, c.1-3.
41. Colonização por contrato. Gazeta de Joinville, Joinville, 8 out. 1878. -
42. COM a Gazeta. O Dia, Florianópolis, 4 fev. 1908. p.2, c.3-5.
43. COMARCA de Joinville. República, Florianópolis, 20 ago. 1920. p.1, c.3.
44. COMENTÁRIOS. O Dia, Florianópolis, 6 set. 1908. p.2, c.5.

45. O COMMERÇIO de Joinville. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 24 mar. 1909. p.1, c.2.
46. COMMÉRCIO de Joinville. Commércio de Joinville, Joinville, 24 dez. 1913. p.1, c.1.
47. COMMÉRCIO de Joinville. Joinville, 6 ago. 1910. p.2, c.2.
48. COMO se é canalha. Jornal de Joinville, Joinville, 7 jan. 1927. p.1, c.1-3.
49. CONCURSO de beleza. Resultado final. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 15 jul. 1909. p.4, c.1-2.
50. CONFERÊNCIA de Limites inter-estaduais. República, Florianópolis, 27 abr. 1920. p.1, c.5.
51. CONFERÊNCIA de limites inter-estaduais. República, Florianópolis, 10 jun. 1920. p.1, c.2.
52. CONFESSANDO. Jornal de Joinville, Joinville, 4 jan. 1921. p.1, c.1.
53. CONGRESSO de geografia. Jornal de Joinville, Joinville, 7 out. 1919. p.1, c.3-4.
54. 6º CONGRESSO brasileiro de geografia. República, Florianópolis, 25 jun. 1919. p.1, c.5.
55. 6º CONGRESSO brasileiro de geografia. Jornal de Joinville, Joinville, 5 jul. 1919. p.1, c.5.
56. 6º CONGRESSO de geografia. República, Florianópolis, 13 jul. 1919. p.2, c.4.
57. 6º CONGRESSO de geografia. República, Florianópolis, 16 set. 1919. p.1, c.4-5.
58. 6º CONGRESSO de geografia. República, Florianópolis, 19 set. 1919. p.1, c.2-4.
59. 6º CONGRESSO de geografia. República, Florianópolis, 20 set. 1919. p.1, c.3-4.
60. CONGRESSO de geografia. Jornal de Joinville, Joinville, 7 out. 1919. p.1, c.3-4.
61. CONGRESSO de geografia. República, Florianópolis, 8 out. 1919. p.2, c.1.
62. CONSÓRCIO. Folha do Commércio, Florianópolis, 17 dez. 1909. p.1, c.3.
63. CONSPECTO de uma vida. O Estado, Florianópolis, 5 mar. 1927. p.1, c.1.
64. CONSUMMATUM est. A Notícia, Joinville, 9 mar. 1927. p.1, c.1-6: p.4, c.6.
65. CORREIO de Joinville, Joinville, 18 fev. 1922. p.2, c.4.
66. CORREIO de Joinville, Joinville, 3 jun. 1922. p.2, c.2.
67. CORREIO de Joinville, Joinville, 3 set. 1921. p.3, c.2.
68. CORREIO de Joinville, Joinville, 5 nov. 1921. p.3, c.3.
69. CORREIO de Joinville, Joinville, 12 nov. 1921. p.3, c.1.

70. CORRESPONDÊNCIA. Jornal de Joinville, Joinville, 8 mar. 1922. p.1, c.1.
71. CRISPIM Mira desafiado para um duelo. Jornal de Joinville, Joinville, 17 fev. 1927. p.1, c.4.
72. CRISPIM Mira desiste de sua candidatura à Deputação Federal. Folha Nova, Florianópolis, 24 fev. 1927. p.1, c.1-2.
73. CRISPIM Mira. Correio de Joinville, Joinville, 1 out.1921. p.3, c.4.
74. CRISPIM Mira foi agredido e ferido à bala. Jornal de Joinville, 18 fev. 1927. p.1, c.1.
75. CRISPIM Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 jul. 1912. p.1, c.2.
76. CRISPIM Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 set. 1914. p.1, c.6.
77. CRISPIM Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 set. 1913. p.1, c.1.
78. CRISPIM Mira. Folha Nova, Florianópolis, 7 jul. 1927. p.1, c.3.
79. CRISPIM Mira. Folha Nova, Florianópolis, 19 ago. 1927. p.1, c.3.
80. CRISPIM Mira. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 12 set. 1908. p.1, c.2.
81. CRISPIM Mira. Jornal de Joinville, Joinville, 3 jun. 1919. p.2, c.2.
82. CRISPIM Mira. Jornal de Joinville, Joinville, 14 maio 1921. p.2, c.1.
83. CRISPIM Mira. Jornal de Joinville, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.1.
84. CRISPIM Mira rebate comentários. República, Florianópolis, 12 fev. 1920. p.1, c.1.
85. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 25 jun. 1919. p.2, c.5.
86. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 2 out. 1919. p.2, c.3.
87. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 14 dez. 1919. p.1, c.5.
88. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 20 jun. 1920. p.1, c.2.
89. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 15 set. 1920. p.1, c.2.
90. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 6 mar. 1927. p.1, c.1.
91. CRISPIM Mira. República, Florianópolis, 16 mar.1927.p.2, c.1.
92. DECLARAÇÃO. A Pátria, São Francisco do Sul, 13 ago. 1905. p.2, c.2.

93. DECLARAÇÃO. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1907. p.1, c.4.
94. DECLARAÇÃO. Gazeta Catharinense, 23 jul. 1909. p.1, c.1.
95. DECLARAÇÃO. Gazeta Catharinense, 3 set. 1908. p.1, c.3.
96. De Longe. Uma carta de Crispim Mira. Folha do Comércio, Florianópolis, 18 abr. 1913. p.1, c.2-4.
97. O DEPUTADO Irineu Machado versus Alemanha. Florianópolis, 16 set. 1914. p.1, c.1-4.
98. O DESAFORAMENTO do processo. Jornal de Joinville, Joinville 28 mar. 1927. p.1, c.1.
99. OS DESASTRES da Gazeta. O Dia, Florianópolis, 8 fev. 1908. p.1, c.1-3.
100. DIÁRIO de Joinville. Gazeta de Joinville, Joinville, 1 mar. 1913. p.1, c.1.
101. DIFAMAÇÃO e injúria. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 17 jul. 1908. p.1, c.1-2.
102. DIVERSAS. O Dia, Florianópolis, 21 abr. 1917. p.5, c.1-2.
103. O DR. Bulcão Viana vai responsabilizar a Folha Nova. Jornal de Joinville, Joinville, 2 abr. 1927. p.1, c.1.
104. O DR. Plácido Gomes fala no Conselho Municipal sobre Crispim Mira. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.6, c.1-2.
105. O DR. Plácido Gomes para a Notícia, sobre o covarde atentado. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.2-4.
106. DR. Rupp Junior. O Dia, Florianópolis, 14 mar. 1908. p.1, c.3.
107. DR. Ulisses Costa. O Município, São Francisco do Sul, 4 out. 1912. p.1, c.4.
108. DUARTE Manuel. Os alemães em Santa Catarina. Notas de um excursionista. Joinville. O Dia, Florianópolis, 31 maio 1917. p.3, c.1-4.
109. DUARTE Manuel. Os alemães em Santa Catarina. (...) O Dia, Florianópolis, 1 jun. 1917. p.1, c.1-3.
110. DUARTE Manuel. Os alemães em Santa Catarina. Nota de um excursionista. Blumenau. O Dia, Florianópolis, 2 jun. 1917. p.1, c.1-4.
111. DUARTE Manuel. Os alemães em Santa Catarina. Notas de um excursionista. O ensino-conclusão. O Dia, Florianópolis, 5 jun. 1917. p.1, c.1-5.
112. EDITAL: Gazeta de Joinville, Joinville, 15 dez. 1880. p.4, c.1.
113. A EDUCAÇÃO primária em nosso Estado. República, Florianópolis, 13 abr. 1920. p.2, c.4.
114. EMBOSCADA? O Dia, Florianópolis, 5 set. 1908. p.1, c.1.
115. EM Joinville. O Dia, Florianópolis, 1 ago. 1917. p.3, c.5.
116. EM Joinville surtos de pan-germanismo. República, Florianópolis, 9 mar. 1919. p.1, c.1.

117. EM Torno de um discurso. Terra Livre, Florianópolis, 9 dez. 1918. p.1, c.5.
118. ENTREVISTA. Gazeta de Joinville, Joinville, 18 ago. 1906. p.3, c.2.
119. E.Schutel assume a redação. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 set. 1905. p.1, c.1.
120. E. Schwartz. Carta aberta. Gazeta de Joinville, Joinville, 13 abr. 1907. p.1, c.3.
121. ESTADO sanitário. O Globo, Joinville, 7 abr. 1884. p.1, c.2.
122. O ESTADO de Santa Catarina visto por um jornalista. República, Florianópolis, 19 mar. 1920. p.1, c.3-5.
123. ESTRADA Dona Francisca. Commércio de Joinville, Joinville, 4 jun. 1910. p.2, c.1.
124. ESTRADA para Lages. Folha do Commércio, Florianópolis, 29 jan. 1914. p.1, c.1-3.
125. EXPLICAÇÃO. O Dia, Florianópolis, 22 maio, 1908. p.1, c.2.
126. EXPOSIÇÃO de cereais. A representação de Santa Catarina. República, Florianópolis, 30 maio, 1919. p.2, c.2-3.
127. EXPOSIÇÃO de cereais. República, Florianópolis, 17 jul. 1919. p.1, c.1-2.
128. A EXPOSIÇÃO de cereais. República, Florianópolis, 19 jul 1919. -
129. A EXPOSIÇÃO de cereais. República, Florianópolis, 25 jul. 1919. p.1, c.5.
130. EXPOSIÇÃO escolar. Folha do Commércio, Florianópolis, 2 mar. 1915. p.1, c.4.
131. AS FÁBRICAS. Folha do Commércio, Florianópolis, 6 jan. 1914. p.1, c.3.
132. FARÇANTES; imoral. O Dia, Florianópolis, 1 jul. 1908. p.2, c.3.
133. FATOS e informações. Jornal de Joinville, Joinville, 5 mar. 1921. p.1, c.5.
134. FERRO em brasa. O Dia, Florianópolis, 8 jul. 1908. p.1, c.1-2.
135. OS FILHOS de Crispim Mira. Folha Nova, Florianópolis, 13 mar. 1928. p.1, c.4.
136. O FIM de um ignóbil atentado. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.6, c.5.
137. FLORES, Altino. Para onde vamos? O Estado, Florianópolis, 28 mar. 1927. p.1, c.1-2.
138. FOLHA do Commércio, Florianópolis, 14 out. 1909. p.1, c.3.
139. FOLHA do Commércio, Florianópolis, 16 nov. 1909. p.1, c.3-4.
140. FOLHA do Commércio, Florianópolis, 15 ago. 1912. p.1, c.1-2.

141. FOLHA do Comércio, Florianópolis, 16 set. 1914. p.1, c.1.
142. FOLHA do Comércio, Florianópolis, 15 fev. 1915. -
143. FOLHA do Comércio, Folha do Comércio, Florianópolis, 20 set. 1915. -
144. FOLHA Livre, Joinville, 23 jan. 1887. p.2, c.2.
145. FOLHA Nova. A Notícia, Joinville, 23 nov. 1927. p.6, c.6.
146. FOLHA Nova, Florianópolis, 17 fev. 1927. p.1, c.3.
147. FOLHA Nova, Florianópolis, 14 mar. 1927. p.1, c.5.
148. FOLHA Nova, Florianópolis, 28 set. 1927. p.4, c.1-6.
149. FOLHA Nova, Florianópolis, 19 jan. 1928. p.1, c.3-4.
150. A FOLHA ouve seu Diretor. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 nov. 1914. p.1, c.1-3.
151. FOLHETIM. Chuviscos. Folha Livre, Joinville, 20 fev. 1887. p.1, c.2.
152. FRANCISCO Dias Velho. República, Florianópolis, 7 jul. 1920. p.1, c.3-5.
153. Garotagens. O Dia, Florianópolis, 27 ago. 1908. p.1, 3.
154. GAZETA Catharinense. Florianópolis, 16 maio, 1908. p.1, c.3.
155. CAZETA de Joinville. A PÁTRIA, São Francisco do Sul, 8 abr. 1907. p.2, c.3.
156. A Gazeta de Joinville e o Comércio de Joinville. Gazeta de Joinville, Joinville, 24 dez. 1913. p.1, c.2.
157. GAZETA de Joinville, Joinville, 2 out. 1877. -
158. GAZETA de Joinville, Joinville, 29 jan. 1893. p.1, c.4.
159. GAZETA de Joinville, Joinville, 9 abr. 1905. p.4.
160. GAZETA de Joinville, Joinville, 23 fev. 1907. p.3, c.1.
161. GAZETA de Joinville, Joinville, 11 maio 1907. p.3, c.2.
162. GAZETA de Joinville, Joinville, 27 maio, 1907. p.3, c.4.
163. GAZETA de Joinville, Joinville, 1 jun. 1907. p.3, c.2.
164. GAZETA DE Joinville, Joinville, 29 jun. 1907. p.2, c.1.
165. GAZETA de Joinville, Joinville, 14 jul. 1907. p.2, c.1.
166. GAZETA de Joinville, Joinville, 20 jul. 1907. p.2, c.2.
167. GAZETA de Joinville, Joinville, 29 jun. 1907. p.3, c.1.
168. GAZETA de Joinville, Joinville, 14 set. 1907. -
169. GAZETA de Joinville, Joinville, 19 out. 1907. p.3, c.1.
170. GAZETA do Comércio. Gazeta do Comércio, Joinville, 1 jan. 1914. p.1, c.1.
171. GAZETA do Comércio, Joinville, 24 jan. 1914. p.2, c.4.
172. GAZETA DO Comércio, Joinville, 10 nov. 1917. p.3, c.3.
173. GAZETA do Comércio, Joinville, 14 jul. 1917.-

174. O GLOBO. O Globo, Joinville, 9 mar. 1884. p.1, c.1-2.
175. GRAVE denúncia. Jornal de Joinville, 10 jan. 1927. p.1, c.3.
176. A GREVE em Joinville. O Dia, Florianópolis, 2 ago. 1917. p.1, c.1.
177. A GREVE. Gazeta do Comércio, Joinville, 4 ago. 1917. p.1, c.3.
178. GUILHERME Eliseu. Crispim Mira. Terra Livre, Florianópolis, 14 set. 1918. p.2, c.2.
179. AS HOMENAGENS nacionais a Rui Barbosa. Terra Livre, Florianópolis, 7 ago. 1918. p.2, c.5-6.
180. HORN, Eduardo. Acorda Brasil. República, Florianópolis, 24 dez. 1919. p.1, c.3.
181. HOSPEDES e viajantes. Correio de Joinville, Joinville, 11 fev. 1922. p.3, c.4.
182. INAUGURAÇÃO da exposição de cereais. Jornal de Joinville, Joinville, 22 jul. 1919. p.1, c.1-5.
183. INCOERÊNCIA da Folha do Comércio. Comércio de Joinville, Joinville, 9 mar. 1912. p.2, c.2.
184. IMPOSTOS Inter-estaduais. Folha do Comércio, Florianópolis, 20 nov. 1914. p.1, c.1-4.
185. INSTITUTO Joinvillense. Gazeta de Joinville, Joinville, 19 ago. 1905. p.2, c.4.
186. INSTITUTO Joinvillense. Gazeta de Joinville, Joinville, 16 set. 1905. p.1, c.1.
187. A Instrução pública em Santa Catarina. A gazeta entrevista o professor Orestes Guimarães. O Dia, Florianópolis, 21 abr. 1917. p.1, c.4-5; p.3, c.1-5.
188. OS IRMÃOS Brocato. Folha do Comércio, Florianópolis, 16 jul. 1910. p.1, c.5.
189. JOINVILLE. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 nov. 1913. p.1, c.5.
190. JOINVILLE. Folha do Comércio, Florianópolis, 17 jan. 1914. p.2, c.3.
191. JOINVILLE. Gazeta de Joinville, Joinville, 18 fev. 1911. p.1, c.1.
192. JOINVILLE. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 abr. 1905. p.2, c.4.
193. JOINVILLE. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 mar. 1907. p.2, c.1.
194. JORNAL de Joinville, Joinville, 4 jan. 1921. p.1, c.5.
196. JORNAL de Joinville, Joinville, 21 maio, 1921. p.2, c.1.
197. O JORNALISTA Altino Flores defende o Dr. Bulcão Viana. Jornal de Joinville, Joinville, 30 mar. 1927. p.1, c.1.
198. OS JORNALISTAS paranaenses. República, Florianópolis, 21 maio, 1919. p.2, c.5.

199. O JUBILEU de Rui Barbosa. Terra Livre, Florianópolis, 10 ago. 1918. p.2, c.5.
200. O JULGAMENTO de amanhã. O Dia, Florianópolis, 29 maio, 1908. p.2, c.4.
201. JUSTIÇA, Senhores, justiça. Folha Nova, Florianópolis, 19 fev. 1927. p.1, c.1.
202. JUVENAL, Ildefonso. Terra Catarinense. República, Florianópolis, 30 abr. 1920. p.2, c.2.
203. A LIGA dos operários e o Jornal de Joinville. A Notícia, Joinville, 5 mar. 1927. p.1, c.5-6.
204. LIGA operária. Gazeta de Joinville, Joinville, 7 maio 1910. p.1, c.1.
205. LIMA, Theodolindo. A folha do Comércio. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 out. 1914. p.1, c.3.
206. LIMITES. Gazeta de Joinville, Joinville, 23 nov. 1912. p.2, c.4.
207. LIRA, Augusto. O povo do Litoral definha. Terra Livre, Florianópolis, 9 out. 1918. p.1, c.3-4.
208. LOCAIS. Correio de Joinville, Joinville, 18 mar. 1922. p.2, c.5.
209. LOCAIS. Correio de Joinville, Joinville, 27 maio, 1922. p.3, c.1.
210. LOCAIS. Correio de Joinville, Joinville, 15 out. 1921. p.3, c.1.
211. LOCAIS. Correio de Joinville, Joinville, 22 out. 1921. p.3, c.1.
212. LOCAIS. Gazeta do Comércio, Joinville, 26 jan. 1918.
213. LOCAIS. Gazeta do Comércio, Joinville, 14 out. 1916. p.2, c.4.
214. LOCAIS. Jornal de Joinville, Joinville, 17 abr. 1919. p.1, c.5.
215. LOCAIS. Jornal de Joinville, Joinville, 30 maio, 1923. p.2, c.1.
216. LUZ, Heitor. Folha do Comércio, Florianópolis, 15 jun. 1915. p.1, c.1.
217. MIAS um furo. O Dia, Florianópolis, 27 maio, 1908. p.1, c.2.
218. MANIFESTAÇÃO de protesto. Jornal de Joinville, Joinville, 26 fev. 1927. p.2, c.2.
219. MAN. Raridades. Terra Livre, Florianópolis, 17 out. 1918. p.1, c.5.
220. MARTINHO Callado. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 ago. 1914. p.1, c.1-4.
221. MARTINHO Callado. Folha do Comércio, Florianópolis, 12 set. 1913. p.1, c.2.

222. O MÁRTIR da liberdade de imprensa. Folha Nova, Florianópolis, 21 fev. 1927. p.1, c.5.
223. MASCARENHAS Filho. Ferida permanente. República, Florianópolis, 8 mar. 1919. p.1, c.5.
224. MEDEIROS Filho, João da Silva. Explicação urgente. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 29 ago. 1908. p.1, c.1.
225. MINAS, E. Santo. Folha do Comércio, Florianópolis, 13 jan. 1915. p.1, c.3.
226. AO MIRA. O Dia, Florianópolis, 16 ago. 1908. p.2, c.1-2.
227. A NACIONALIZAÇÃO do ensino. República, Florianópolis, 31 out. 1920. p.3, c.1-2.
228. NACIONALIZAÇÃO do ensino. Terra Livre, Florianópolis, 15 jan. 1919. p.1, c.1-2.
229. NA DEFENSIVA. O Dia, Florianópolis, 9 fev. 1908. p.1, c.1-2.
230. NO GRUPO Silveira da Silveira. República, Florianópolis, 18 maio, 1919. p.1, c.2.
231. AS NOSSAS ruas. Gazeta de Joinville, Joinville, 18 out. 1882. p.1, c.1.
232. O NOSSO aniversário. Folha do Comércio, Florianópolis, 1 out. 1914. p.1, c.1-2.
233. NOTAS biográficas. República, Florianópolis, 6 mar. 1927. p.1, c.1-4.
234. NOTAS. Folha do Comércio, Florianópolis, 7 abr. 1914. p.1, c.6.
235. NOTAS. Folha do Comércio, Florianópolis, 8 maio, 1912. p.1, c.1.
236. NOTAS. Folha do Comércio, Florianópolis, 28 jun. 1912. p.2, c.1.
237. NOTAS e notícias. Jornal de Joinville, Joinville, 22 fev. 1919. p.1, c.1.
238. NOTAS. O Dia, Florianópolis, 31 maio, 1908. p.3, c.1.
239. NOTAS sociais. Folha do Comércio, Florianópolis, 3 jul. 1915. p.1, c.4.
240. NOTAS sociais. Folha do Comércio, Florianópolis, 9 ago. 1915. p.2, c.2.
241. NOTAS sociais. Folha do Comércio, Florianópolis, 6 nov. 1915. p.1, c.6.
242. NOTAS sociais. Terra Livre, Florianópolis, 24 out. 1918. p.3, c.1.
243. NOTÍCIAS diversas. Gazeta de Joinville, Joinville, 25 fev. 1911. p.1, c.4.
244. A NOTÍCIA, Joinville, 26 mar. 1927. -
245. A NOTÍCIA, Joinville, 26 ago. 1926. p.4, c.2.
246. NOTÍCIAS locais. Jornal de Joinville, Joinville, 6 abr.

1921. p.2, c.1.
247. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 29 ago. 1908. p.3, c.2.
248. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 out. 1877.
249. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 10 dez. 1878. p.3, c.3.
250. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 11 dez. 1877. p.4, c.3.
251. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 23 set. 1879. p.3, c.2.
252. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 25 nov. 1879. p.3, c.2.
253. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 28 jan. 1880. p.3, c.2.
254. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 11 maio, 1880. p.3, c.3.
255. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 18 maio, 1880. p.2, c.3.
256. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 15 jun. 1880. p.3, c.1.
257. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 12 out. 1881. p.2, c.3.
258. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 1 mar. 1882. -
259. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 14 fev. 1883. p.2, c.2.
260. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 26 jul. 1882. p.3, c.3.
261. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 3 out. 1883. p.3, c.2.
262. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 2 fev. 1907. p.3, c.4.
263. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 20 abr. 1907. p.2, c.4.
264. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 22 jun. 1907. p.2, c.3.
265. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 16 mar. 1907. p.3, c.1-2.
266. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 6 jul. 1907. p.2, c.4.
267. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 26 jun. 1909. p.3, c.2.
268. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 31 jul. 1909. p.3, c.3.

269. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 21 ago. 1909. p.3, c.2.
270. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 23 out. 1909. p.3, c.4.
271. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 24 dez. 1909. p.2, c.3.
272. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 25 mar. 1911. p.2 c.3.
273. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 14 out. 1911. p.3, c.1.
274. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 4 nov. 1911. p.2, c.4.
275. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 18 nov. 1911. p.2, c.4.
276. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 25 nov. 1911. p.2, c.4.
277. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 23 mar. 1912. p.3, c.3.
278. NOTÍCIAS locais. Gazeta de Joinville, Joinville, 6 dez. 1913. p.2, c.4.
279. NOTÍCIAS locais. Gazeta do Comércio, Joinville, 10 out. 1914. p.2, c.3.
280. NOTÍCIAS locais. Gazeta do Comércio, Joinville, 12 jun. 1915. p.2, c.3.
281. NUM exame. O Dia, Florianópolis, 28 maio, 1908. p.2, c.3.
282. OLIGARQUIA. Folha do Comércio, Florianópolis, 17 nov. 1914. p.1, c.1-2.
283. OLIVEIRA, Carlos Gomes. Um nome que honrou Joinville. A Notícia, Joinville, 5 ago. 1978. p.13, c 1-6.
284. PACHECO, Félix. Confraternização Republicana. Um livro interessante. República, Florianópolis, 24 maio, 1919. p.2, c.5.
285. O PAIZ elogia a Terra Catarinense do Sr. Mira. República, Florianópolis, 25 maio, 1920. p.1, c.3.
286. PARANÀ - Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 6 jan. 1915. p.1, c.1.
287. PARANÀ - Santa Catarina. Folha do Comércio, Florianópolis, 24 mar. 1915. p.1, c.1.
288. A PÁTRIA, São Francisco do Sul, 3 fev. 1907. p.3, c.2.
289. A PÁTRIA, São Francisco do Sul, 10 fev. 1907. p.2, c.2.
290. PELA verdade e pela justiça. Folha Nova, Florianópolis, 7 mar. 1927. p.1, c.6.
291. PELO operariado. Gazeta de Joinville, Joinville, 14 set. 1907. p.1, c.1.
292. PELOURINHO. O Dia, Florianópolis, 12 ago. 1908. p.2, c.5.

293. PERIGO alemão. Comércio de Joinville, Joinville, 28 nov. 1911. p.2, c.2.
294. O PERIGO alemão. O Município, São Francisco do Sul, 21 dez. 1912. p.2, c.1.
295. A POLÍTICA. Gazeta de Joinville, Joinville, 5 set. 1908. p.1, c.3.
296. POLÍTICA joinvillense. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 15 set. 1908. p.1, c.1-2.
297. O POVOAMENTO do solo e a Gazeta Catharinense. O Dia, Florianópolis, 17 jan. 1908. p.1, c.1-2.
298. O PRESTÍGIO dos coronéis na política nacional. Folha Nova, Florianópolis, 10 set. 1928. p.2, c.3-4.
299. As PILHERIAS do Sr. Plácido. Jornal de Joinville, Joinville, 3 ago. 1921. p.1, c.5.
300. PRIMEIRA exposição nacional de cereais. República, Florianópolis, 26 jul. 1919. p.1, c.4-5.
301. A PRISÃO de Plácido e Carlos Gomes. Jornal de Joinville, Joinville, 2 ago. 1922. p.1, c.5.
302. O PROBLEMA da água. Gazeta de Joinville, Joinville, 22 jun. 1907. p.1, c.1.
303. O PROBLEMA da instrução. Jornal de Joinville, Joinville, 12 jun. 1919 p.1, c.1-3.
304. PRODÖHL, A. Sálvio. Vultos da minha Terra: Crispim Mira. A Notícia, Joinville, 14 maio, 1963. -
305. A PROPÓSITO da nacionalização de Santa Catarina. Entrevista do Sr. C. Mira a uma Folha carioca. República, Florianópolis, 3 mar. 1920. p.1, c.1.
306. PROTESTOS da imprensa. Folha Nova, Florianópolis, 25 fev. 1927. p.2, c.1.
307. PUBLICAÇÕES. Terra Livre, Florianópolis, 8 ago. 1918. p.2, c.3.
308. QUE se lixem. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 27 maio, 1908. p.1, c.1-2.
309. QUEM comeu do boi? O Dia, Florianópolis, 16 jun. 1908. p.3, c.1.
310. QUESTÃO de limites. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 jul. 1910. p.1, c.2.
311. QUESTÃO social. Pedido de informações. República, Florianópolis, 31 maio, 1919. p.1, c.1.
312. RATTON, Hostílio. Suprema covardia. A Notícia, Joinville, 9 mar. 1927. p.3, c.1-3.
313. REFORMA eleitoral. O Sigilo do voto. Folha do Comércio, Florianópolis, 11 set. 1913. p.1, c.1.-2.
314. REPELINDO um insulto. O Dia, Florianópolis, 25 fev. 1908. p.1, c.2-3.
315. REPÚBLICA, Florianópolis, 22 jul. 1919. p.1, c.4.

316. REPÚBLICA, Florianópolis, 2 mar. 1920. p.3, c.4.
317. RESPONSABILIDADE. A Pátria, São Francisco do Sul, 30 jun. 1907. p.3, c.3.
318. RESPOSTA à carta política do Senador Hercílio Luz. O Dia, Florianópolis, 20 mar. 1908. p.1, c.1-3.
319. REVISTA Ilustrada. República, Florianópolis, 1 jun.1920. p.2, c.4.
320. O RIO Jornal tece elogios a Santa Catarina. República, Florianópolis, 19 jul. 1919. p.1, c.1.
321. A RONDA sinistra das hienas. A Notícia, Joinville, 4 abr. 1928. p.1, c.3.
322. ROSA, Cesarino. O funcionalismo fiado. O Democrata, Joinville, 27 jul. 1884. p.3, c.1.
323. RUPP Junior, Henrique. Aos da Gazeta. O Dia, Florianópolis, 24 abr. 1908. p.2, c.4-5.
324. RUI Barbosa. O seu jubileu literário. Terra Livre, Florianópolis, 13 ago. 1918. p.3, c.3-4.
325. RUPP Junior, Henrique. Contra o Infame. O Dia, Florianópolis, 29 ago. 1908. p.1, c.1.
326. — . Basta. O Dia, Florianópolis, 29 maio, 1908. p.1, c.1-2.
327. SANTA Catarina em foco. República, Florianópolis, 30 jul. 1919. p.3, c.1-2.
328. SANTA Catarina na conferência dos Estados. República, Florianópolis, 9 maio, 1920. p.1, c.4.
329. SANTA Catarina-Paraná. Folha do Comércio, Florianópolis, 28 abr. 1914. p.1, c.3.
330. SANTA Catarina-Paraná. O Município, São Francisco do Sul, 8 dez. 1912. p.2, c.2.
331. SANTA Catarina quer uma solução pacífica. Folha do Comércio, Florianópolis, 5 maio, 1914. p.1, c.2-3.
332. SANTOS, João Mariano dos. Aos pais de família. O Dia, Florianópolis, 17 maio, 1908. p.2, c.3-6; p.3, c.1.
333. SÃO péssimas as condições do nosso Porto. Folha Nova, Florianópolis, 2 dez. 1926. p.1, c.1-2.
334. SAUDAÇÃO calorosa no club 15 de outubro. Folha Nova, Florianópolis, 18 nov. 1927. p.1, c.1-2.
335. SE EU morrer vinguem-me. Folha Nova, Florianópolis, 19 fev. 1927. p.1, c.2.
336. O SENADOR e sua política. O Dia, Florianópolis, 16 abr. 1908. p.1, c.5-6.
337. O SENADOR e sua política. O Dia, Florianópolis, 19 abr. 1908. p.1, c.5-6-
338. SENADOR Hercílio Luz. Gazeta Catharianense, Florianópolis, 29 fev. 1908. p.1, c.1-2.

339. SILVEIRA, Heitor. As bases do Centro de Imprensa. A Notícia, Joinville, 12 out. 1927. p.1, c.5-6.
340. A SITUAÇÃO Financeira do Estado de Santa Catarina. República, Florianópolis, 26 abr. 1919. p.2, c.1-5.
341. SOCIAIS. Jornal de Joinville, Joinville, 10 ago. 1921. p.1, c.3.
342. SOCIEDADE Catarinense de Letras. República, Florianópolis, 4 nov. 1920. p.1, c.1.
343. O Sr. Crispim Mira agradece. República, Florianópolis, 14 ago. 1919. p.1, c.3.
344. O SR. Crispim Mira. Jornal de Joinville, Joinville, 21 maio, 1921. p.2, c.1.
345. O SR. Crispim Mira nos concede uma entrevista. Jornal de Joinville, 15 abr. 1919. p.1, c.2.
346. SUB lege justitia. Folha Nova, Florianópolis, 24 mar. 1927. p.1, c.1.
347. A SULAMÉRICA. Comércio de Joinville, Joinville, 1 abr. 1911. p.2, c.1.
348. TERRA Catarinense. República, Florianópolis, 28 abr. 1920. p.2, c.3.
349. TERRA Catarinense. República, Florianópolis, 6 maio, 1920. p.2, c.4.
350. TERRA Catarinense, República, Florianópolis, 1 jun. 1920. p.1, c.3.
351. TERRA Catarinense. República, Florianópolis, 9 jul. 1920. p.2, c.1-2.
352. TERRA LIVRE, Florianópolis, 11 fev- 1919. p.1 c.5.
353. A TERRA Livre reaparecerá dento em pouco. O Estado, Florianópolis, 20 fev. 1919. p.1, c.1.
354. TERRA Livre. Terra Livre, Florianópolis, 18 nov. 1918. p.1 c.1.
355. TOMBA afinal o glorioso lutador. Folha Nova, Florianópolis, 5 mar. 1927. p.1, c.1.
356. OS TRABALHOS do 6º Congresso de Geografia. República, Florianópolis, 13 set. 1919. p.1, c.2-3.
357. OS TRABALHOS do 6º congresso de geografia. República, Florianópolis, 9 jul. 1919. p.1, c.2.
358. TRAGÉDIA suprema. Missão cumprida. O Estado, Florianópolis 21 fev. 1927. p.1, c.5-6.
359. TRIBUNA livre. Caminho errado. Gazeta de Joinville, Joinville, 9 set. 1905. p.3, c.1.
360. ÚLTIMAS notícias. A Notícia, Joinville, 28 ago. 1926. p.4 c.2.
361. UM ANO mais. Comércio de Joinville, Joinville, 3 maio, 1913. p.1, c.1.

362. UM APELO do jornalista Crispim Mira. República, Florianópolis, 26 ago. 1919. p.1, c.3.
363. UMA excursão pela Ilha. Acolhida fidalga. República, Florianópolis, 20 maio, 1919. p.2, c.1-2.
364. UM BILHETE do chefe. Folha Nova, Florianópolis, 19 fev. 1927. p.3, c.2.
365. UM GESTO dignificante. República, Florianópolis, 8 mar. 1927. p.1, c.3.
366. UMA RESPOSTA ao apelo de Bilac. Folha do Comércio, Florianópolis, 25 nov. 1915. p.1, c.-4.
367. UM TRABALHO útil. República, Florianópolis, 13 mar. 1919. p.1, c.3.
368. UM VIBRANTE protesto dos operários de Joinville. Folha Nova, Florianópolis, 23 fev. 1927. p.1, c.3-5.
369. VÁRIAS. Gazeta do Comércio, Joinville, 25 mar. 1914. p.2, c.3.
370. VEIO muito zangado. Gazeta Catharinense, Florianópolis, 29 maio, 1908. p.1, c.1-2.
371. A VIDA em Florianópolis, Jornal de Joinville, Joinville, 24 abr. 1919. p.1, c.3.
372. VIDA Social. A Notícia, Joinville, 2 jun. 1923. p.2, c.4.
373. VIDA social. O Estado, Florianópolis, 4 fev. 1919. p.2, c.2.
374. A VOZ da razão. Folha Nova, Florianópolis, 1 out. 1927. p.2, c.1.

II. BIBLIOGRAFIA GERAL

1. ALBUM do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1908.
2. ALMEIDA, Rufino P. & PIAZZA, M.F.F. A comuna da Colônia Dona Francisca. Florianópolis, UFSC, 1979. (mimeografado)
3. ALMEIDA, Rufino Porfírio. Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira. O estudo da Companhia Industrial. Florianópolis, UFSC, 1980. (tese de Mestrado)
4. ANSON, George. A voyage round the world. In: Ilha de Santa Catarina; relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis, Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1979. cap. 3, p.61-77.
5. BAYMA, Celso. Colonização alemã em Santa Catarina. Rio de Janeiro, Tipografia Norte, 1919.
6. BARCELOS, Rubens. Perfil de Júlio de Castilhos. In: JUN - QUEIRA, Celina. A filosofia política positivista. Rio de Janeiro, Documentário, 1979. p.15-23.
7. BENDAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral. In: Os pensadores. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. p.1- 63.
8. BETAGH, William. A voyage round the world. In: Ilha de Santa Catarina; relato(...). Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 2, p. 51-8.
9. BILAC, Olavo. Poesias. 29.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
10. BOGARDUS, Emory S. Evolução do pensamento social. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
11. BOITEUX, Lucas. Imprensa de Santa Catarina: cópias de artigos do jornal O Estado- 1915. Florianópolis, Biblioteca pública do Estado, 1975. (datilografado)
12. BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. III O Brasil republicano. Sociedade e instituições. 1889-1930. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1977. t.3, v.2, cap.8, p.293-319.
13. BRAZIL, S. Brasil versus Alemanha. Resposta(...) Florianópolis, Tipografia Escola de Aprendizes Artífices, 1914.
14. BRYCE, James. A comunidade Americana. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1959.
15. BUZZI, Arcângelo. Introdução ao Pensar. Petrópolis, Vozes, 1972.
16. CABRAL, Oswaldo. História de Santa Catarina. Florianópolis, Laudes, 1970.
17. CALMON, Pedro. História do Brasil: sec. XX- a República e o desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1959.
18. CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Pru -

- dente - Campos Sales. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. III. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia. 1889 - 1930. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1977. t.3, v.1, l.1, cap. 1, p.15-50.
19. CARONE, Edgar. A primeira República. 1889 - 1930. 2.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
 20. — . A República Velha; instituições e classes sociais. 1889 - 1930. 4.ed. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1978.
 21. CARVALHO, J. Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira(...) t.3, v.2, cap.5, p.181-234.
 22. CASTELLI, Marco Antônio. A revista Terra. Contribuição para o estudo de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1982. (tese de Mestrado)
 23. CHAMISSO, Adalbert von. Chamisso's werke. In: Ilha de Santa Catarina (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 11, p.243-253.
 24. CHORIS, Lous. Voyage pittoresque autour du monde. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 11, p.255- 61.
 25. COELHO, Manuel J. D'Almeida. Memória histórica da Província de Santa Catarina. 2.ed. Desterro, Tipografia J.J. Lopes, 1877.
 26. CRESPO, Anésia. Vultos Catarinenses. 1955.
 27. CRUZ, Costa. O positivismo na República. Notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo, Nacional, 1956.
 28. DEAN, Warren. A indústria durante a República Velha. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira(...) Estrutura de poder e economia. 1889 - 1930. (...) t.3, v.1, cap. 2, p.249- 83.
 29. DEWEY, John. Teoria da vida moral. In: Os pensadores. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.193 - 318.
 30. DUPERREY, louis Isidore. Voyage autour du monde. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 12, p.263 - 81.
 31. FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: — . História geral da civilização brasileira: (...) Estrutura de poder e economia. 1889 - 1930. (...) t.3, v.2, cap.12, p.401 - 26.
 32. FICKER, Carlos. História de Joinville. Joinville, 1965.
 33. FOSTER, George. Las culturas tradicionales y los cambios técnicos. Mexico, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964.
 34. FRÉZIER, A. François. Relation du voyage de la mer du Sud. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 1, p.14 -25.
 35. FRIEDMANN, Georges & NAVILLE, Pierre. Tratado de Sociolo-

- gia do trabalho. São Paulo, Cultrix, 1973.
36. FRIEDRICH, J. Carl. El hombre y el gobierno. Madrid, Tecnos, 1968.
 37. — . Tradição e autoridade em ciência política, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
 38. GOLOVNIN, Vassili. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 9, p.211-218.
 39. GUIMARÃES, Orestes. Trechos de uma carta. 1918.
 40. HANS, Nicholas. Educação Comparada. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1971.
 41. HEILBRONER, Robert. Introdução à história das idéias econômicas. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
 42. HUBERT, René. História da Pedagogia. São Paulo, Nacional, 1957.
 43. JUNG, C.G. Tipos psicológicos. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
 44. JUNQUEIRA, Celina. A filosofia política positivista. Rio de Janeiro, Documentário, 1979.
 45. KERSCHENSTEINER, Georg. Essência y valor de la enseñanza científico natural. Barcelona, labor, 1939.
 46. KRUSENSTERN, A. Johann von. Reise um die welt. In: Ilha de Santa Catarina (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 7, p.141 - 66.
 47. LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. (...) Sociedade e instituições. 1889 - 1930. (...) t.3, v.2, cap.10, p.343 - 74.
 48. LANGSDORFF, G. Heinrich von. Bemerkungen auf einer reise um die welt. In: Ilha de Santa Catarina(...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 7, p.169 - 95.
 49. LA PEROUSE, Jean F. de. Voyage de La Perouse autour du monde. In: Ilha de Santa Catarina(...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 5, p.119 - 26.
 50. LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. São Paulo, Mestre Jou, 1974.
 51. LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo arxada e voto. 4. ed. São Paulo, Alfa - omega, 1978.
 52. LESSON, R. Primevère. Voyage autour du monde. In: Ilha de Santa Catarina(...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 12. p.283 - 93.
 53. LOURENÇO FILHO, M.B. Introdução ao estudo da Escola Nova. 12. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1978.
 54. VIDA NOVA, Joinville, 4 (28 - 30): 69, mar. 1951.
 55. LUZURIAGA y MEDINA, Lourenzo. História da educação e da pedagogia. São Paulo, Nacional, 1963.

56. — . Pedagogia. São Paulo, Nacional, 1970.
57. MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 1978. 7 v.
58. MATOS, Odilon N. de. Movimento colonizador em Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, 9 (80) : 115 - 21, mar./abr. 1977.
59. MELO FILHO, O. P. de. Introdução à história da literatura catarinense. Florianópolis, F. catarinense de Filosofia, 1958.
60. MONROE, Paul. História da educação. São Paulo, Nacional, 1977.
61. MORENO, J.M. et alii. História de la educación. Madrid, Paraninfo, 1978.
62. MOSCA, Caetano & BOUTOUL, Gaston. História das doutrinas políticas desde a antiguidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
63. MOTA, C. Guilherme. Ideologia da cultura brasileira. São Paulo, Ática, 1977.
64. MOURA, S.L. & ALMEIDA, J.M.G. de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. (... Sociedade e instituições. 1889-1930. (...)) t.3, v.2, cap. 9, p.321 - 42.
65. MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura. 3.ed. São Paulo, Nacional, 1978.
66. NAGLE, Jorge. A educação na República. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. (...) Sociedade e instituições. 1889 - 1930. (...) t.3, v.2, cap. 7, p. 259 - 91.
67. OBERACKER, C.H. A contribuição teuta à formação da nação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Presença, 1968.
68. OLIVEIRA, Carlos Gomes de. O autor. Arquivos Catarinenses de Medicina, Florianópolis, 3 : 3-7, mar. 1978.
69. OLIVEIRA, Francisco de. A emergência no modo de produção de mercadorias(...) In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira:(...) Estrutura de poder e economia 1889 - 1930.(...) t.3, v.1, cap. 6, p.391 -414.
70. OSSOWSKA, Maria. Para una sociologia de la moral. Estella, Verbo divino, 1974.
71. PAIVA, Arcipreste J.G.D'Oliveira e. Notícia geral da Província de Santa Catarina. Desterro, Tipografia da Regeneração, 1873.
72. PAROQUIA de São Francisco Xavier de Joinville. Livro 5 - 1878 - 1883. n.22, p.97-8.
73. PAULI, Evaldo. Hercílio Luz, governador inconfundível. Florianópolis, IOESC, 1976.
74. PEREIRA, Lamartine. Esportes. MEC-MME-BLOCH, 1980.

75. PERNITY, Antoine J. Histoire d'un voyage aux isles Malouines. In: Ilha de Santa Catarina.(...) Florianópolis, Assembleia Legislativa, 1979. cap. 4, p.81 - 115.
76. PETRONE, M.T.S. Imigração. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira(...) Sociedade e instituições. 1889 - 1930. (...) t.3, v.2, L.1, cap.3, p.91 - 133.
77. PINHEIRO, P.Sérgio. Classes médias urbanas. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira.(...) Sociedade e instituições. 1889 - 1930. (...) t.3, v.2, cap.1, p.7-37.
78. — . O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira(...) t.3, v.2, cap.4, p.135-78.
79. QUEIRÓS, M.I.P.de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira(...) Estrutura de poder e economia. 1889 - 1930. (...) t.3, v.1, cap.3, p.155- 90.
80. REGIS, Lebon. O perigo alemão e o problema do ensino em Santa Catarina. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1917.
81. RIBEIRO, Heráclito. Memória sobre o município de Joinville Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 7 (2): 123 -32, abr./jun. 1918.
82. ROCHA POMBO. Paraná-Santa Catarina; questão de limites. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1905.
83. ROMERO, Sílvio. O alemanismo no Sul do Brasil. In: — . Realidades e ilusões no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979. cap. 6, p.229 - 60.
84. — . O Brasil social. Revista Americana, Rio de Janeiro, 1 (1): 1-7, jan./mar. 1912.
85. — . História da literatura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953.
86. SANTA CATARINA. SEAG. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais(sec. XVII -1960) Florianópolis, SEAG, 1980.
87. SANTIAGO, Arnaldo. História da literatura catarinense. Rio de Janeiro, 1957.
88. S. THIAGO, Eneida Raquel. Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Batista. Florianópolis, UFSC, 1983.(Tese de Mestrado) inédita.
89. SCHELER, Max. El santo, el genio, el héroe. Buenos Aires, Nova, 1961.
90. — . Ética. Nuevo ensayo de fundamentación de un personalismo ético. Buenos Aires, Revista de Occidente argentina, 1948.
91. SEIDLER, Carl F. G. In: Ilha de Santa Catarina.(...) Florianópolis, Assembleia Legislativa, 1979. cap.13, p.297-328.

92. SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mifim. Porto Alegre, Movimento, 1974.
93. — . Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis, FCC 1982.
94. SEMPLE LISLE, J.George. The life of major J.G. Semple Lisle. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 6, p.131 - 38.
95. SHELVOCKE, George. A voyage round the world. In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 2, p.27 - 48.
96. SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira (...) Estrutura de poder e economia. 1889-1930. (...) t.3, v.1, cap.5, p.345 - 90.
97. SOCIEDADE amigos de Joinville. Alguns escritores mortos de Joinville: Crispim Mira. In: — . Album histórico centenário de Joinville. Curitiba, Gráfica Mundial, 1951.
98. SODRÉ, N.Werneck. História da literatura brasileira, 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
99. SPENCER, herbert. Da educação moral, intelectual e física. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1903.
100. SPRANGER, Eduardo. Formas de vida; psicologia entendida como ciência do espírito e ética da personalidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
101. TAUNAY, A. de Escragnole. Santa Catarina nos anos primeiros. São Paulo, Tipografia Diário oficial, 1931. (separata dos Anais do Museu paulista - tomo 4.
102. TAWNEY, R.H. La religión en el origen del capitalismo. Buenos Aires, Dédalo, 1962.
103. TRACHSLER, Heinrich. Reisen. (...) In: Ilha de Santa Catarina. (...) Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979. cap. 14, p.331 - 49.
104. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1967.
105. WILLELMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1980.
106. WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional. 1889 - 1937. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. (...) Estrutura de poder e economia. 1889 - 1930. (...) t.3, v.1, cap.2, p.76 - 99.
107. VERÍSSIMO, José. A educação nacional. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.
108. — . História da literatura brasileira. 4. ed. Brasília, UNB, 1963.
109. VOITYRAS, Stavros. Le travail: conception classique et conception romantique. Revue Internationale des Sciences Sociales, Paris, Unesco 32(3):431-40, jul./set.1980.